



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 69
2017

ENCONTRO
LISBOA RIBEIRINHA MEDIEVAL E MODERNA
— DADOS ARQUEOLÓGICOS

AH

ARQUEOLOGIA
& HISTÓRIA

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

69

Ano Associativo

2017

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

Era – Arqueologia

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

Publicação

Dezembro 2019

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

ENCONTRO “LISBOA RIBEIRINHA MEDIEVAL E MODERNA – DADOS ARQUEOLÓGICOS”

9 Um Encontro para memória futura

João António Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

13 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro Blot, 1946-2014

Jean-Yves Blot

19 Lisboa “sempre” Ribeirinha. *Episódio 2*

Jacinta Bugalhão

29 O estaleiro naval da actual Praça de D. Luís I. Contributo arqueológico para a Olisipografia e para a História da Diáspora

Alexandre Sarrazola, José António Bettencourt, Teresa Alves de Freitas, Marta Lacasta Macedo

33 O Dique da Ribeira das Naus: Construção e reparação naval

Inês Mendes da Silva, Rui Carvalho do Nascimento, Tiago Nunes

43 O Largo do Chafariz de Dentro e a frente ribeirinha

Rodrigo Banha da Silva, Pedro Miranda, Cristina Nozes

55 A importação de majólica em Lisboa – o caso do Largo do Chafariz de Dentro

Cláudia Rodrigues Manso, Vanessa Filipe

65 Fragmentos de *Celadon* de Longquan do Largo do Chafariz de Dentro (Alfama)

Vasco Noronha Vieira

81 Ribeira das Naus: apontamentos da intervenção efectuada em 1995

João António Ferreira Marques, Gonçalo Adriano Simões Gonçalves Lopes

87 Vestígios da produção de cerâmica no lado Ocidental de Lisboa durante os séculos XVII e XVIII

– Dados de uma Intervenção Arqueológica na Rua de Buenos Aires, nº 10, Lisboa

Guilherme Cardoso, Nuno Neto, Luísa Batalha, Paulo Rebelo, Raquel Santos

99 Novos dados sobre potes orientais na Lisboa Ribeirinha

Sara Teixeira Simões

109 A história do convento de S. Francisco de Lisboa contada por peças

Joana Bento Torres

121 A arqueologia do interface nos meios húmidos da cidade de Lisboa: um balanço

José Bettencourt, Cristóvão Fonseca, Inês Pinto Coelho, Gonçalo Lopes, Patrícia Carvalho, Tiago Silva

ARTIGOS

133 O povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Notas sobre as campanhas de escavação de 2017 e 2018

Andrea Martins, César Neves, José Morais Arnaud, Mariana Diniz

- 169 Habitação, construção e “modos de usar” o espaço. A arquitetura de Castanheiro do Vento (V. N. Foz Côa)
Ana Vale
- 185 O Panteão Régio da Batalha: Propaganda, Inovação e Identidade (1415-1515)
Pedro Redol, Orlando Jorge
- 203 O Tempo Resgatado ao Mar. Mais do que uma exposição no Museu Nacional de Arqueologia
Adolfo Silveira
- 209 Perfil de Vergílio Correia (1888-1944), um Arqueólogo, Etnólogo, Historiador de Arte e Homem de Cultura Integral
Vitor Serrão
- 223 Eduardo Sucena, olisipófilo e olisipógrafo
Francisco Santana
- 229 No rito dos passos, em pedras polidas, marcas que possam ser lidas
In memoriam de Eduardo Sucena
J. Leitão Baptista

RELATÓRIOS

- 237 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2017
José Morais Arnaud
- 243 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2017
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 247 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2017. Plano de Actividades para o Ano 2018
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 253 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2017
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Carlos Boavida
- 263 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2017
Pedro Sameiro, Lina Oliveira, João Portugal, Segismundo Pinto, Manuel Artur Norton
- 265 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actividades Desenvolvidas pela Área da Conservação em 2017
Célia Nunes Pereira
- 271 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2017
Andrea Martins, Mariana Diniz, José M. Arnaud, César Neves

EDITORIAL

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

O volume 69 da revista *Arqueologia & História* que agora se apresenta corresponde à actividade desenvolvida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses durante o ano de 2017. Tal como o volume anterior, também este é em grande parte dedicado à Arqueologia da Cidade de Lisboa, nele se publicando todos os textos oportunamente apresentados ao Encontro “Lisboa Ribeirinha Medieval e Moderna – Dados Arqueológicos” que foram entretanto entregues pelos respectivos autores. Este Encontro foi uma iniciativa da Secção de História desta Associação, que teve lugar no dia 10 de Novembro de 2012. Embora se lamenta o atraso desta publicação, entendeu-se que a mesma não perdeu a sua actualidade, tanto mais que inclui textos e documentação de grande importância para o conhecimento da Cidade.

O papel de grande relevo que a Arqueologia da Cidade de Lisboa tem ocupado nas publicações desta Associação é, por um lado, o resultado do dinamismo dos acima referidos organismos da mesma, e por outro o reflexo do recente incremento da intervenção arqueológica no subsolo da cidade, durante décadas sistematicamente destruído por obras públicas e privadas, sem a prévia avaliação e minimização dos fortes e previsíveis impactos sobre o património arqueológico, por equipas de arqueólogos devidamente qualificadas, nos termos da legislação em vigor.

As entidades responsáveis acordaram tarde, apesar dos sucessivos alertas feitos por esta Associação e pela comunidade arqueológica em geral, mas felizmente ainda foi a tempo de permitir a recuperação de importantes elementos para o conhecimento da história de uma cidade que, desde sempre, teve um papel de primeira importância no relacionamento do actual território português com o resto do Mundo, com especial relevo para a Época Romana e para o período da Expansão Colonial Portuguesa.

A publicação deste volume presta, assim, por um lado, uma justíssima homenagem à Arqueóloga Maria Luísa Blot, falecida em 2014, e uma das precursoras no nosso país da investigação arqueológica das zonas ribeirinhas, e a todas as arqueólogas e arqueólogos que, nas últimas duas décadas se empenharam no estudo desta importante parcela do território, de enorme potencial para o conhecimento do comportamento dos nossos antecessores, devido às excepcionais condições de preservação que oferece.

Este volume inclui ainda, além dos relatórios de actividades da Direcção, e das Secções e Comissões, bem como dos responsáveis do Museu, da Biblioteca e do Arquivo, um artigo de síntese dos trabalhos realizados nos anos de 2017 e 2018 em Vila Nova de São Pedro, no âmbito do projecto interdisciplinar de investigação VNSP3000 – de novo, no 3º milénio, bem como os textos de várias comunicações apre-

sentadas nas Secções e Comissões, de forma isolada, como as de Ana Vale sobre o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento (Foz Côa), de Pedro Redol e Orlindo Jorge sobre o Panteão Régio da Batalha, de Adolfo Silveira sobre a exposição “O Tempo Resgatado ao Mar” e de Vitor Serrão sobre Vergílio Correia, ou enquadrados em colóquios temáticos, como as de Francisco Santana e J. Leitão Baptista, apresentadas num colóquio de homenagem ao olissipógrafo Eduardo Sucena, falecido em 2017.

Esperamos, assim, que a leitura deste volume seja tão útil e agradável quanto possível.

ENCONTRO
“LISBOA RIBEIRINHA
MEDIEVAL E MODERNA
– DADOS ARQUEOLÓGICOS”

UM ENCONTRO PARA MEMÓRIA FUTURA

João António Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

A 10 de Novembro de 2012 foi organizado pela Secção de História da AAP o Encontro *Lisboa Ribeirinha Medieval e Moderna – dados arqueológicos*, que decorreu no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa.

Pretendeu-se então, no âmbito dum extenso programa, sobretudo divulgar os mais recentes trabalhos arqueológicos. Foram realizadas duas conferências e treze comunicações, relativas a intervenções arqueológicas efetuadas no interface ribeirinho da cidade e ao estudo dos materiais provenientes desses trabalhos ou com alguma relação com o comércio marítimo.



Figuras 1 e 2 – Vista geral da audiência.

Desse extenso programa resultou a entrega, pelos comunicantes, de quase uma dezena de artigos para publicação em acta, de que resulta a presente edição.

Infelizmente a doença e o falecimento em 2014 da colega Maria Luísa Blot impediram-na que remetesse o seu contributo escrito relativo à sua conferência de encerramento, mas não podíamos deixar de lhe prestar uma homenagem póstuma, integrando um texto alusivo, elaborado pelo seu companheiro, Jean Yves-Blot, a quem agradecemos a disponibilidade demonstrada.



Figura 3 – Maria Luísa Blot durante a conferência de encerramento.

Apresenta-se assim uma súpula dos importantes trabalhos arqueológicos realizados no estaleiro naval moderno da actual Praça de D. Luís I, passando pelos apontamentos da intervenção efectuada em 1995 no Arsenal de Marinha e no contemporâneo Dique da Ribeira das Naus.

Sobressaem aqui os trabalhos realizados no Largo do Chafariz de Dentro e os estudos dos materiais desse contexto, apresentados de forma autónoma, referentes à majólica italiana e a um celadón chinês.

Destaca-se o artigo referente aos vestígios de um centro produtor de faianças dos séculos XVII-XVIII, identificado numa intervenção arqueológica efectuada na Rua de Buenos Aires, bem como os estudos sobre potes orientais na Lisboa Ribeirinha e o espólio do convento de São Francisco, ao Chiado.

Esperamos com esta publicação cumprir finalmente todos os objectivos deste Encontro, que foi à época um evento que suscitou curiosidade e grande afluência do público interessado nestas matérias.

Lisboa, Janeiro de 2016

Lisboa Ribeirinha Medieval e Moderna



10 de Novembro
Museu Arqueológico do Carmo - Lisboa



MAC Museu
Arqueológico
do Carmo

Associação dos Arqueólogos Portugueses Largo do Carmo - Museu (1200-092 LISBOA)
Telefone: 213 460 473 - Fax: 213 244 252 - Correo-e: secretaria.aap@mail.telepac.pt

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Secção de História

Encontro “Lisboa Ribeirinha Medieval e Moderna – dados arqueológicos”

10 Novembro de 2012

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

PROGRAMA

10h00

Conferência de Abertura

Francisco Alves

10h30

Do Palácio Quinhentista da Praia ao Centro Cultural de Belém – Uma memória arqueológica do sítio

Clementino Amaro

10h50

Arqueologia Urbana em Lisboa: a intervenção arqueológica na Praça do Comércio

César Neves

11h10

O estaleiro naval da actual Praça de D. Luís I. Contributo arqueológico para a Oisipografia e para a História da Diáspora

Alexandre Sarrazola, Marta Lacasta Macedo, Teresa Alves de Freitas (ERA, S.A.) e José António Bettencourt (CHAM)

11h30 – 11h40

Intervalo

11h40

O Dique da Ribeira das Naus: Construção e reparação naval

Inês Mendes da Silva, Rui Nascimento e Tiago Nunes (ERA, S.A.)

(Apresentação de Alexandre Sarrazola, ERA, S.A.)

12h00

Ribeira das Naus: apontamentos da intervenção efectuada em 1995

João Marques e Gonçalo Lopes

12h20

Novos dados sobre a Ribeira de Lisboa: intervenção arqueológica em torno do Largo do Terreiro do Trigo.

Cristina Gonzalez (Crivarque, Lda.)

12h40

Rodrigo Banha da Silva, Cristina Nozes, Pedro Miranda, António Vicente e Vasco Vieira
O Largo do Chafariz de Dentro e a Frente Ribeirinha

13h00 – 15h30

Almoço

15h30

Intervenção arqueológica na Rua da Madalena, n.º 25 e 31, Lisboa

António Vicente, José Pedro Henriques e Vasco Vieira

15h50

Vestígios de um centro produtor de faianças dos séculos XVII-XVIII: Dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa

Guilherme Cardoso, Nuno Neto, Luísa Batalha, Andreia Campôa, Paulo Rebelo e Raquel Santos

16h10

A importação de majólica em Lisboa – O caso do Largo do Chafariz de Dentro

Cláudia Manso, Vanessa Filipe

16h30

Fragmentos de celadón chinês do Largo do Chafariz de Dentro – Alfama

Vasco Noronha Vieira

16h50 – 17h00

Intervalo

17h00

Novos dados sobre potes orientais na Lisboa Ribeirinha

Sara Teixeira Simões

17h20

A História do convento de São Francisco contada por peças

Joana Bento Torres

17h40

Conferência de Encerramento

Maria Luisa Blot

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

MARIA LUÍSA DE BRITO HENRIQUES

PINHEIRO BLOT

1946-2014

Jean-Yves Blot

Mar de Trigo

«Esta tese é uma pedra no charco da arqueologia portuguesa» (Universidade de Braga, 2001).

Foi com estas palavras que o arguente da tese de mestrado de Maria Luísa na Universidade de Braga abriu o debate relacionado com as marcas da função portuária no contexto da arqueologia portuguesa.

E difícil ainda hoje ponderar as motivações que levaram Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro Blot, alentejana educada e crescida na planície de Beja, a abraçar a temática portuária¹, sabendo a partida a suposta escassez, em Portugal, de vestígios relacionados com a função portuária.

Quem viajar hoje pelo Alentejo ocidental e parar em Odemira para um refresco ou uma bica pode observar, ampliada na parede de um café próximo

do rio, a fotografia antiga de um grande veleiro de comércio atracado ao porto... de Odemira.

O paradoxo salta um patamar quando o leitor do *Arquivo de Beja* na edição especial de 1963-64 por ocasião da morte do pioneiro Abel Viana, descobre num artigo do então jovem J. M. Bairrão Oleiro a «história» do vaso de vidro de Odemira apresentado em Paris na *Exposition Universelle* de 1867, anos depois de ter sido achado «dans une mine prés d’Odemira, jadis exploitée par les Romains»².

O pequeno recipiente, com um diâmetro máximo pouco superior a 10cm, apresenta gravado no seu flanco uma vista panorâmica, em duas filas sobrepostas, da fachada portuária de Puteoli (Puzzuoli), o grande porto romano da costa ocidental italiana cujo próprio molhe está representado na imagem de vidro.

Cinco objetos de mesmo tipo eram conhecidos na altura em que Bairrão Oleiro redigiu o seu artigo no qual ele lembra aos leitores de 1964 que o próprio Abel Viana (1896-1963), autor entre muitas outras obras, de uma monografia e de diversos tra-

¹ M.L. Pinheiro Blot (2010): “Seaports and fluvial harbours in the Portuguese territory – The options for ancient harbour activities within a changing nautical landscape”. In Carreras, C.; Morais, R.: *The Western Roman Atlantic Façade. A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. BAR International Series 2162, 2010. Oxford, Archaeopress: 81-89.

² Cf. J. M. Bairrão Oleiro, 1963-64: O vaso de vidro de Odemira. *Arquivo de Beja*, XX-XXI: 103.

balhos sobre vidro romano, não tinha tido acesso a esta informação devido ao paradeiro desconhecido da peça e ao facto de o primeiro texto académico sobre o vaso de vidro encontrado no interior do Alentejo ter sido publicado na *Archäologische Zeitung* por um professor de Königsberg. A vista panorâmica portuária gravada no flanco do pequeno vaso de Odemira foi novamente reproduzida três quartos de século mais tarde, de maneira mais coerente no plano gráfico, por Amedeo Miauri um autor italiano, e pode ser consultada no número respetivo do *Arquivo de Beja* (1973-64, XX-XXI)³.

Foi para mim um paradoxo intrigante vir a saber da Maria Luísa que uma cidade como Beja, paradigma da *urbe* em pleno mar de trigo, a cem quilómetros do Atlântico, tinha, no plano arqueológico, um fâcies portuário refletido no vasto leque de proveniências dos materiais (um porto é, por essência, uma janela sobre o mundo) e, neste caso concreto, e para o período romano, pela forte presença social de libertos, antigos escravos e agentes económicos de destaque da atividade industrial de um porto deste período. Vim a saber tempos mais tarde, pela própria arqueóloga Conceição Lopes que escavou as traseiras da Praça da República na parte central, a mais alta da cidade alentejana, na zona do antigo forum romano, que o fâcies portuário de Beja, curiosamente, desaparecia no Renascimento, com a abertura de Portugal inteiro para o mundo.

Noutros termos, a partir do coração do Mar de Trigo, esses dois «detalhes», o vaso de vidro de Odemira, e o fâcies portuário da cidade de Beja até à época tardo-medieval, bastavam por si só para abrir um debate arqueológico explosivamente rico em torno da questão portuária.

Para além de algumas «pistas» essenciais para ela e para o tema, a começar pelas investigações de arqueólogos como Vasco Mantas (o arguente em Braga) para a relação entre a atividade marítima passada



Figura 1 – A bordo do ketch *Mélusine*, de regresso do Banco de Arguim (missão de localização geofísica dos vestígios da fragata *Méduse* (1816), ao largo da Mauritània, 1980). Foto JYB.

e a rede de circulação terrestre ou Ana Arruda para o tema crucial e que a aliciou particularmente, das influências orientalizantes no início da idade do Ferro, foi nos trabalhos da geógrafa Susanne Daveau, nas obras de historiadores que abordaram a temática do transporte por via aquática em todo o território português e na visão do mundo que lhe facilitaram os professores da Faculdade de Ciência de Lisboa e geomorfólogos César Andrade e Conceição Freitas, entre outros, que Maria Luísa encontrou as ferramentas que lhe permitiram focar-se num objetivo concreto: o potencial analítico da arqueologia em meio urbano, junto de uma frente aquática, fluvial ou marítima, tema para o qual encontrou eco operacional em arqueólogos mais novos envolvidos em arqueologia urbana junto das antigas margens ribeirinhas⁴.

Um desses arqueólogos mais jovens soube,

³ Amedeo Miauri (1949): *I Campi Fiegrèi*. Roma. O desenho de A. Miauri do vaso de Odemira encontra-se reproduzido no artigo de J.M. Bairrão Oleiro de 1964 (*Arquivo de Beja*, XX-XXI: 105, «Vaso de Odemira. Desenho planificado...»).

⁴ M. L. Pinheiro Blot, C. Neves e F. Rodrigues (2009): «Terreiro do Paço». *National Geographic* (Portugal), Vol. 9, nº 101, Grande Angular, 8 pp.

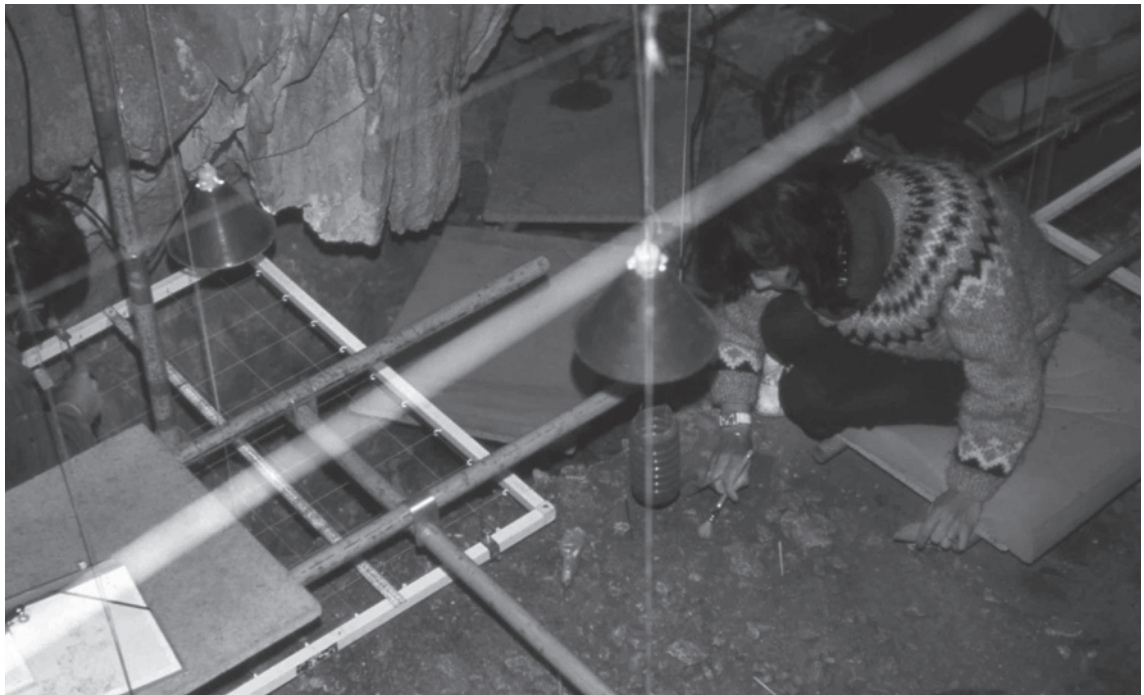


Figura 2 – Abril de 1987, gruta de la Boucle, Corconne (sul de França): Estágio nas escavações de depósitos funerários colectivos do Neolítico médio (primeira ocupação *circa* 2700 a.C.) sob a orientação de Henri Duday (Departamento de Antropologia Física da Universidade de Bordéus) . Foto comunicada por H. Duday.

com as ferramentas do poeta que veremos mais adiante, expressar a partilha que nasceu entre ele e ela nos estaleiros exigentes, lamacentos, poluídos e barulhentos da antiga margem ribeirinha de Lisboa.

Pensando melhor, Maria Luísa dispunha à partida, em matéria «portuária», de um banco de dados privilegiado nutrido pela sua vivência na relação pessoal com a água, com o mar, com os navios e com os sítios de naufrágio onde tinha trabalhado, mergulhado, medido, desenhado, compilando no processo uma longa fila de emoções diversas, todas muito pessoais.

Do deslumbre ao susto e à dor pura e simples, essa fileira de experiências adquirida em vários mares do planeta levou-a, num caso, à mesa de operação.

Pierre Mazars, o neurocirurgião parisiense que a operou a uma hérnia na coluna cervical⁵, tinha co-

⁵ A hérnia discal que ameaça o mergulhador a trabalhar debaixo de água tem a ver com os traumatismos mecânicos que sofre a estrutura óssea num meio físico no qual o sistema muscular, relaxado, deixa de oferecer a proteção «mecânica» que fornece «ao ar livre».

mentado, ao diagnosticar a patologia trazida, neste caso, do oceano Indico:

«Ocorre de vez em quando entre os mergulhadores profissionais, já operei quarenta e nove, todos homens. A senhora é a primeira mulher que me aparece com esta patologia».

Tínhamos regressado semanas antes de uma longa estadia na ilha Maurício onde tínhamos investigado um sítio de naufrágio num recife de coral da costa oriental, aberta à ondulação oceânica.

Lida com décadas de recuo, esses arquivos de naufrágios investigados em diversos contextos geográficos e históricos, incluindo Portugal, forneceram a Maria Luísa uma visão do porto «ausente»: com a exceção de um naufrágio no porto (eles existem e nutrem as Cartas Arqueológicas com longas séries, muitas vezes anónimas) o naufrágio é, sempre, para a tripulação vítima do acidente, um porto procurado, mas «nunca alcançado».

Mas outras pistas bem mais discretas e complexas do que o sítio de naufrágio alimentaram a busca dela.



Figura 3 – Portinho da Areia Norte, Peniche, agosto de 1987: Fio de prumo e desenho osteológico à escala 1/5. Sepulturas de catástrofe do *San Pedro de Alcantara* (1786). Foto Mário Jorge Almeida.



Figura 4 – Regresso de um dia no mar, campanha submarina no sítio do San Pedro de Alcantara (praia da Gamboa, Peniche de Cima, verão 1988). Foto: Peter Harpsøe.

Existe no Restelo, na sede do Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS) no qual Maria Luísa trabalhou vários anos com função de conservadora das coleções, uma peça policroma suspensa na parede.

À partida, o objeto parece um brinquedo sofisticado mas a peça ganha vida se alguém a liga à eletricidade.

Explodem então as cores em dois tons principais: o Azul do ar, na parte superior, com silhuetas de barcos parados à superfície do mar, e o Verde da água, debaixo do mar, na metade inferior do painel iluminado.

Realizada pelo artista suíço André Froidevaux, a pedido de Maria Luísa no quadro das suas actividades no CPAS; este painel tridimensional tem como tema de mensagem o mais discreto dos sítios náuticos: o fundeadouro (*mouillage*, em francês), lugar onde navios, ao longo de séculos ou milénios, lançam a âncora, ou detritos pela borda fora, sempre na mesma zona, por uma razão incontornável relacionada com o abrigo fornecido ao próprio navio pela configuração e paisagem física do local.

Ao contrário dos sítios isócronos como os de naufrágio (o acidente fecha todo o contexto arqueológico em torno de um momento único, o da perda: todos os objetos do sítio de naufrágio são contemporâneos uns dos outros), o fundeadouro exige do investigador um olhar extensivo e polivalente capaz de abarcar a totalidade do leque cronológico e formal associado ao local onde fundearam navios durante séculos e séculos⁶, mensagem que jaz por detrás das cores exuberantes do painel tridimensional do CPAS, no Restelo.

Para Maria Luísa, a verdadeira mensagem do painel tridimensional do Restelo não era um exercício analítico mas, sim, pedagógico: os «achadores» são, neste caso, mergulhadores, desportivos ou profissionais e o painel está aí para «contar a história» e dar

⁶ M. L. Pinheiro Blot (2010): «Ports et points d'abordage au Portugal – Un paysage nautique en évolution». In Hugot, L.; Tranoy, L. (edit.), *Les structures portuaires de l'Arc Atlantique dans l'Antiquité*. (Université de La Rochelle), *Aquitania*, supplément 18. Bordeaux: 39-50.

vontade de enriquecê-la com novos dados avistados no decurso de passeios ou trabalhos submarinos.

São esses achadores que nutrem a Carta Arqueológica do património arqueológico do universo náutico nascida há um terço de século no Museu Nacional de Arqueologia de Belém.

Mas o «perito» deste universo muito específico – debaixo de água – é raramente o próprio arqueólogo que depende, para a sua investigação, do «olho» e da boa vontade do achador-mergulhador.

Essa cultura arqueológica dos leigos-com-barbatanas é responsável pela descoberta, em contexto atlântico (da Galiza até à costa de Marrocos), de cerca de duas centenas de cepos de chumbo de âncora da Antiguidade cujo corpo era em madeira.

No final da sua longa luta contra um mieloma múltiplo que dia após dia minava a sua medula óssea, Maria Luísa soube da boca de um investigador e mergulhador desportivo, Gilles de la Brière⁷, numa conversa tida em Maio de 2014, a mil e cem metros de altitude mas à lareira num chalé dos Alpes franceses, que o Atlântico representa hoje uma parte essencial, talvez um terço, do total do *corpus* de cepos de chumbo conhecidos da antiguidade no ocidente, mar Negro e Mediterrâneo incluídos.

Quando, em 2001, Maria Luísa guiou o arqueólogo norte-americano Shelley Wachsmann e outros membros da sua equipa em Portugal e no sul de Espanha e lhes mostrou as paisagens associadas a diversos sítios arqueológicos do início da idade do Ferro com influências orientalizantes, incluindo Santa Olaia, no baixo curso do Mondego, o clímax da viagem de estudo⁸ teve lugar durante a visita ao museu da Figueira da Foz.

⁷ Gilles de la Brière compilou o conjunto do corpus de cepos de chumbo da antiguidade recenseados em todo o espaço da antiguidade, no âmbito de um projecto de doutoramento na universidade de Nice, em França, sob a orientação de Pascal Arnaud.

⁸ Preparava-se uma missão de detecção remota e análise geomorfológica cujos resultados foram publicados anos mais tarde: S. Wachsmann; R. Dunn; J. Hale; R. Hohlfelder; L. Conyers; E. Ernenwein; P. Sheets; M.L. Blot, F. Castro; D. Davis (2009): "The Palaeo Environmental Contexts of Three Possible Phoenician Anchorages in Portugal". *International Journal of Nautical Archaeology (IJNA)*, 38.1.



Figura 5 – Escavação em suspensão (estaleiro *San Pedro de Alcantara*) (Peniche, verão 1988). Foto JYB.

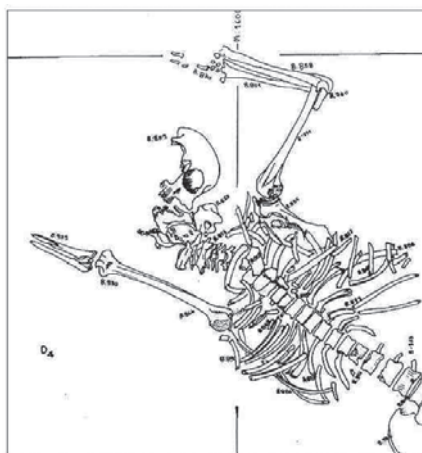


Figura 6 – “Indivíduo X6: Fracturas múltiplas do crânio / presença de uma hemi-face esquerda desconectada do resto dos fragmentos do crânio. Fractura da mandíbula em duas partes. Ausência da parte posterior do crânio, perdida antes da inumação do cadáver. Fracturas múltiplas das costelas. Ausência parcial ou total das extremidades dos membros superiores (mãos). Fractura, com sobreposição, da parte distal do úmero esquerdo (...)” (Maria Luísa Pinheiro Blot, Relatório da campanha arqueológica SPA – Terra – 1988). (Desenho: M. L. Pinheiro Blot, 1988) (repr. de Blot et al., 2008: *Concerto para Mar e Orquestra*. Peniche, Câmara Municipal de Peniche).

Aí, ao ver as jarras fenícias, Wachsmann confiou à sua colega portuguesa e cicerone na península ibérica:

«São exactamente iguais às que temos em Israel».

O norte-americano, que tinha trabalhado longos anos no Médio-Oriente, confiou ainda a Maria Luísa:

«Eu não sabia que Eles tinham vindo tão longe, até aqui».



Figura 7 – Na antiga margem ribeirinha de Lisboa (Janeiro de 2008) (para o CNANS-Instituto Português de Arqueologia): visita às escavações de emergência no Largo do Chafariz de Dentro (arquivo, detalhe da foto original, autor desconhecido).



Figura 8 – Yuste, Espanha, 2013. Foto Ana Mira.

O arqueólogo Alexandre Sarrazola começa com uma frase de quatro palavras um artigo de 2013 que dedicou a uma única tempestade que devastou o porto de Lisboa e vitimou muitos navios, em 1724⁹:

«Para Maria Luísa Blot».

Quando pedi, há semanas, a esse mesmo arqueólogo especialista da frente urbana ribeirinha de Lisboa alguns textos dele relacionados com a colaboração que tinha tido com Maria Luísa em torno do tema portuário, o investigador-escritor enviou-me as palavras seguintes, que partilho hoje com os mem-

bros da Associação dos Arqueólogos Portugueses:

«Para mim, a Maria Luísa era um ser superior. De sabedoria e generosidade tão raras que a sua presença irradiava uma energia benfazeja que ocupava mais espaço que o do seu corpo. Não se limitava a ensinar *o seu saber*, irmanava-nos da sua quase mágica *Visione del Mondo*. Havia nela qualquer coisa do *heróico furor* de Giordano Bruno, ou da sapien-tíssima intuição *De l'Infinito Universo e Mondi*: uma humanista que iluminava a tez cinzenta do nosso mundo. Por também isso era muito bom gostar dela, uma alegria ouvi-la, um privilégio conhecê-la. Dentro de mim a Maria Luísa habita aquele encantado lugar de memórias onde albergo muito poucos...»¹⁰.

Obrigado, Alex.

Beja 23 de Novembro de 2015¹¹

⁹ Alexandre Sarrazola (2013): A GRANDE TEMPESTADE DE 19 DE NOVEMBRO DE 1724. SUBSÍDIOS PARA UMA ABORDAGEM NARRATIVA *Apointamentos de Arqueologia e Património* – 9 / 2013.

¹⁰ A. Sarrazola a J.Y Blot, 3 XI 2015.

¹¹ O autor agradece a Maria Cecília Froidevaux a revisão deste texto.

LISBOA “SEMPRE” RIBEIRINHA. *EPISÓDIO 2*

Jacinta Bugalhão

Direção-Geral do Património Cultural / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / CEAACP – Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património / jacintabugalhao@gmail.com

Dedicado a Maria Luísa Blot,
que acreditava sempre, logo nunca desistiu

Resumo

Este texto, de homenagem a Maria Luísa Blot, constitui uma versão actualizada do artigo homónimo publicado na revista *al-Madan*, em 2005. Procedeu-se a um balanço das descobertas arqueológicas ocorridas na frente ribeirinha de Lisboa, para os períodos romano, medieval, moderno e contemporâneo, nomeadamente, estruturas e contextos portuários, estruturas navais e naufrágios, depósitos e aterros.

Palavras-chave: Lisboa, Frente ribeirinha, Estruturas portuárias, Restos navais.

Abstract

This text, in honor of Maria Luísa Blot, is an updated version of the homonymous article published in the *al-Madan* magazine, in 2005. It intends to be the current status of the archaeological discoveries occurred in the Lisbon riverside front, for the Roman, Medieval, Modern and Contemporary periods, namely port structures and contexts, naval structures and shipwrecks, deposits and landfills.

Keywords: Lisbon, Riverside front, Port structures, Naval remains.

Em Julho de 2005, há 13 anos atrás, publiquei no n.º 13 da II Série da revista *Al-Madan*, na rubrica “A descoberta” que aí mantive durante alguns saudosos anos, o artigo *Lisboa “sempre” Ribeirinha* (Bugalhão, 2005). Por motivos puramente subjectivos, e apesar de singeleza do trabalho, são poucos os trabalhos que já publiquei que me deram mais gosto escrever e que me proporcionam mais orgulho “ vaidoso”. Talvez por isso, e com a nossa saudosa colega e amiga Maria Luísa Blot que tanto estudo dedicou às cidades portuárias (Blot, 2003 e 2014; Blot e Henriques, 2011) no pensamento e no coração, que me atrevo, entre o *remake* e a *sequela*, a escrever uma segunda versão do mesmo.

A descoberta de contextos arqueológicos portuários na frente ribeirinha de Lisboa não encerra nada de raro ou inesperado. Pelo contrário, é esperada e recorrente e destas características advém a sua relevância e interesse. Lisboa e o próprio país inscrevem grande parte da sua identidade colectiva na relação que desenvolveram com o exterior, através do *Grande Mar Oceano*. Para nós “o mar cumpriu-se”, e cumpriu-se em grande parte em Lisboa. Esta mitificação do nosso desígnio histórico colectivo assenta, em grande parte, na realidade histórica que se vem construindo para os diversos períodos, nos quais o carácter atlântico e marginal (relativamente ao continente europeu) do território é muito valorizado, assumindo particular importância na compreensão do passado.

Lisboa é vista como a capital marítima, sempre mais virada para o mar do que para terra, sendo esta particularidade o seu elemento identitário fundamental. Saliente-se que é o Tejo, na embocadura do seu estuário, e não o Atlântico, que bordeja a cidade. Assim, seria de esperar que, no campo patrimonial e arqueológico, a cidade possuísse abundantes referências a elementos concretos que espelhassem esta realidade, ao longo da história. Estruturas portuárias, relacionadas com a navegação, com a pesca, com a construção naval, com a utilização e fruição quotidiana do rio, etc, de todas as épocas e fases, deveriam povoar o conhecimento arqueológico sobre Lisboa. Hoje assim é, de facto. Para

além das abundantes referências toponímicas, dos dados cartográficos e iconográficos, das abundantes informações documentais e dos poucos monumentos de que a Torre de Belém é o melhor e quase único exemplo, conhecem-se hoje (13 anos após a publicação do *Lisboa, sempre, ribeirinha*) numerosas, diversificadas e extraordinárias referências arqueológicas.

Actualmente, nas intervenções arqueológicas preventivas urbanas, procura-se conceder mais atenção às zonas de frente de rio da cidade que foram sofrendo sucessivos assoreamentos e aterros (ambos essencialmente de natureza antrópica) e anulando os numerosos esteiros e outros cursos de água que nele desaguavam. Numa primeira fase, no início dos anos 90, essencialmente decorrentes da expansão da rede do Metro, ocorreram as primeiras grandes descobertas restos navais, com a recuperação de embarcações no Cais do Sodré e no Largo do Corpo Santo. Já no final da década de 90 e no início do novo século, procurou-se de forma cada vez mais sistemática, implementar medidas de salvaguarda arqueológica nas obras com impacto ao nível do subsolo nestas áreas urbanas, para as quais o PDM de então não impunha quaisquer condicionamentos arqueológicos. Com a revisão do PDM em 2012, extensões consideráveis da faixa ribeirinha da cidade foram incluídas no novo Nível 3 para o qual é requerida a avaliação dos projectos na sua componente arqueológica de forma a impor as estratégias de salvaguarda adequadas.

Após mais de 20 anos de arqueologia preventiva na frente ribeirinha de Lisboa, os resultados falam por si. De forma não exaustiva, podem referir-se mais de 30 contextos portuários, restos navais e depósitos fluviais antrópicos numa diacronia de, pelo menos 2100 anos. Estão, desta forma demonstradas a importância e eficácia da definição de estratégias de salvaguarda claras na gestão do património e as mais valias deste tipo de achados para o conhecimento do passado. Não obstante, subsistem e até se avolumaram problemas específicos de intervenções em meio húmido, ao nível científico, técnico, financeiro e logístico.

1. OS CONTEXTOS¹

O estudo geoarqueológico da margem do Tejo e sua evolução tem conhecido avanços consideráveis com base no estudo de amostras recolhidas nas intervenções na frente ribeirinha de Lisboa. Este trabalho tem sido desenvolvido pelo projecto *Lisbon Stories*, que se distingue pela colaboração de investigadores de várias áreas do conhecimento: geologia, geografia e arqueologia (Almeida et al., 2009; Costa et al., 2016; Costa et al., 2017; Inácio et al., 2016).

O conhecimento dos contextos portuários de *Olisipo* romana também gozou de considerável desenvolvimento nos últimos anos. Para além do criptopórtico (CNS 6083) que poderá, entre outras funções, ter embasado uma estrutura portuária, o contexto mais significativo é o fundeadouro/desembar-

cadouro romano da Praça D. Luís I (CNS 32983), no qual se conservam restos de descartes portuários e uma peça naval coeva (Parreira e Macedo, 2013; Parreira e Macedo, 2016; Sarrazola, 2014). Muito relevantes para o estudo da cidade romana são os depósitos fluviais da mesma época (Cais do Sodré, CNS 11462; Largo do Corpo Santo, CNS 16681; Avenida Ribeira das Naus – Pátio da Marinha, CNS 36225; Praça do Município, CNS 11381; Terreiro do Paço/Praça do Comércio, CNS 19383; Santos, CNS 26443; Largo do Chafariz de Dentro, CNS 30148; Banco de Portugal, CNS 31018; Sede Corporativa da EDP, CNS 36613) que ilustram o perfil de consumo da cidade e o seu comércio (Marques et al., 1997; Marques e Santos, 2000; Muralha e Leitão, 1998; Quaresma et al., 2017; Rocha et al., 2013; Santos, 2015; Santos e Marques, 2002; Silva, 2012; Vale e Marques, 1999).



Figura 1 – Contextos portuários de época romana.

Para o período medieval os achados têm sido mais escassos. Ainda assim, salienta-se a identificação da muralha dionisina no Banco de Portugal (CNS 31018), eventualmente relacionada com as tercenas medievais de Lisboa (Silva e Rocha, 2016) e os depósitos fluviais medievais-islâmicos que lhe subjazem. Na Praça do Município (CNS 11381) foram identificadas estruturas portuárias e restos navais tardo-medievais (Muralha e Leitão, 1998; Blot, 2014).

¹ Para além da bibliografia citada, consultar por CNS o *Endovélco, Sistema de Informação e Gestão arqueológica*, disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Mas é na época moderna que os vestígios portuários de Lisboa alcançam maior quantidade e espectacularidade. Foram identificados vestígios de estruturas portuárias de variada tipologia (cais, fundações em estacaria, tercenas, rampas navais, muralhas fluviais, etc) junto ao núcleo antigo da cidade no Terreiro do Paço (CNS 19383; Blot, 2014; Neves et al., 2012; Neves, 2014; Neves et al., 2014), na margem que se estende para Nascente: Campo das Cebolas (CNS 24424; Simão et al., 2017; Fonseca et al., 2017), Largo do Chafariz de Dentro (CNS 30148; Silva et al., 2012); e na margem que se es-



Figura 2 – Contextos portuários de época medieval.

tende para Poente: Cais do Sodré (CNS 11462), Mercado da Ribeira (CNS 20848), Praça D. Luís I (CNS 32983; Bettencourt et al., 2017; Blot, 2014; Sarrazola, 2013a; Sarrazola, 2013b; Sarrazola, 2014a; Sarrazola et al., 2013a; Sarrazola et al., 2013b; Sarrazola et al., 2014), Calçada Marquês de Abrantes (CNS 36644), Hospital CUF Tejo (CNS 37496), Largo Vitorino Damásio (CNS 35897; Santos, 2006; Blot e Henriques, 2011; Blot, 2014), Santos (CNS 26443), Largo de Santos (CNS 31074), Centro de Artes e Tecnologia da EDP (CNS 35004; Sarrazola, et al., 2015), Centro Cultural de Belém (CNS 36839; Amaro, 1989) e Restelo (CNS 24358).

Os achados de restos navais de época moderna em Lisboa revolucionaram o conhecimento sobre os navios de tradição ibero-atlântica. Podem referir-se os achados: Cais do Sodré (CNS 11462; Rodrigues e Vale, 2000; Rodrigues, et al., 2001), Largo do

Corpo Santo (CNS 16681; Rodrigues e Vale, 2000; Alves et al., 2001); Praça do Município (CNS 11381; Alves et al., 2001), Santa Apolónia (CNS 22664), Largo do Chafariz de Dentro (CNS 30148), Praça D. Luís I (CNS 32983; Bettencourt et al., 2017; Sarrazola, 2013a; Sarrazola, 2014a; Sarrazola et al., 2013a; Sarrazola et al., 2013b; Sarrazola et al., 2014), Rua do Arsenal (CNS 33743), Largo Vitorino Damásio (CNS 35897; Santos, 2006; Blot e Henriques, 2011; Blot, 2014), Sede Corporativa da EDP (CNS 36613; Bettencourt et al., 2014; Fonseca et al., 2016; Sarrazola, 2013a; Sarrazola, 2013b; Sarrazola, 2014a; Sarrazola et al., 2013a; Sarrazola et al., 2013b; Sarrazola et al., 2014).

Em 1755 ocorre o Terramoto em Lisboa. Deste episódio registaram-se vestígios do *tsunami* no Novo Museu dos Coches (CNS 37497; Pereira et al., 2014).



Figura 3 – Contextos portuários de época moderna.

São também abundantes os vestígios portuários construídos depois de 1755. Registam-se em: Centro Cultural de Belém (CNS 36839; Amaro, 1989), Dique da Ribeira das Naus (CNS 13684; Fernandes, 1994; Marques et al., 1997; Marques e Santos, 2000; Nascimento, 2012; Neves, 2013; Santos e Marques, 2002; Trindade e Diogo, 1998), Terreiro do Paço (CNS 19383; Blot, 2014; Neves et al., 2012; Neves, 2014; Neves et al., 2014), Antiga FIL (CNS 16200), Avenida 24 de Julho (CNS 30530; Blot, 2014), Cais da Lingueta (CNS 16432), Av. Infante D. Henrique (CNS 16978), Santa Apolónia (CNS 22664), Rua de Cascais-Alcântara (CNS 20509; Blot, 2014), Largo Vitorino Damásio (CNS 35897; Santos, 2006; Blot e Henriques, 2011; Blot, 2014), Restelo (CNS 24358), Agência Europeia de

Segurança Marítima (CNS 30668), Rua Cais de Santarém (CNS 34865), Novo Museu dos Coches (CNS 37497), Sede Corporativa da EDP (CNS 36613; Bettencourt et al., 2014; Fonseca et al., 2016; Sarrazola, 2013a; Sarrazola, 2013b; Sarrazola, 2014a; Sarrazola et al., 2013a; Sarrazola et al., 2013b; Sarrazola et al., 2014), Campo das Cebolas (CNS 24424; Simão et al., 2017; Fonseca et al., 2017), Centro de Artes e Tecnologia da EDP (CNS 35004; Sarrazola, et al., 2015), Boqueirão do Duro (CNS 36630) e Hospital CUF Tejo (CNS 37496).

Aos contextos portuários juntam-se alguns elementos navais também de época contemporânea, como os recuperados no Campo das Cebolas (CNS 24424; Simão et al., 2017; Fonseca et al., 2017) e no Hospital CUF Tejo (CNS 37496).



Figura 4 – Contextos portuários posteriores ao terremoto e tsunami de 1755.

Os exemplos apresentados ilustram bem a necessidade de prosseguir e consolidar uma estratégia de salvaguarda arqueológica sistemática na frente ribeirinha de Lisboa. É igualmente necessário melhorar os procedimentos licenciamento, tanto ao nível municipal, como ao nível da tutela sobre os bens classificados, para que sejam previamente impostas as condicionantes adequadas.

O conhecimento crescente sobre as realidades patrimoniais preservadas no subsolo alagadiço desta faixa urbana devem igualmente contribuir para precisar e melhor planear os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos de intervenção e os

meios técnicos e humanos adequados². Por exemplo, a grande extensão e volume dos contextos a intervir, a presença constante do nível freático, a conservação excepcional de estruturas, artefactos e ecofactos em matéria orgânica e as necessidades

² Tema do o “Encontro sobre Boas Práticas em Arqueologia de meios húmidos” realizado pela Comissão de Arqueologia Profissional da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, no dia 6 de Junho de 2018. Na sequência deste Encontro a Comissão de Arqueologia Profissional constituiu um grupo de trabalho (integrando profissionais de reconhecida competência e experiência neste tipo de projectos) para elaboração de um documento de recomendações de boas-práticas em arqueologia de meios húmidos.

específicas de conservação destes bens implicam abordagens diferenciadas, teóricas e metodológicas. Estas dificuldades estendem-se à convivência entre a Arqueologia e a Obra (Sarrazola, 2017). As especificidades técnicas da construção em meio húmido dificultam a já difícil concertação de ritmos e métodos entre as duas actividades, impondo aos envolvidos um esforço adicional de colaboração.

Como foi referido, a presença da água permite, em condições excepcionais, a conservação de vestígios orgânicos, quer ecofactos (tão relevantes para o conhecimento do paleoambiente, economia e hábitos alimentares antigos), quer de artefactos (em osso, madeira, fibras vegetais, couro etc). Preserva igualmente em condições ideais estruturas construídas e restos de arquitectura naval (embarcações), em madeira. Por outro lado, estes contextos são especialmente importantes para o estudo da evolução da paisagem e do ambiente (veja-se o já referido projecto *Lisbon Stories*). Assim, é imperativo que as equipas de arqueologia integrem especialistas em arqueologia naval e subaquática, arqueologia portuária, paleociências (geoarqueologia, arqueobotânica e arqueozoologia, etc) e conservação e restauro. É também essencial o recurso à colaboração com unidades de investigação com trabalho nestas temáticas, de forma a potenciar devidamente todo o manancial informativo dos vestígios arqueológicos em presença.

A natureza, especificidade e volume da informação e espólio recolhido nestas intervenções são um factor de exigência acrescida para os processos de investigação subsequentes. É ainda mais difícil nestes casos garantir condições adequadas e financiamento para o estudo e publicação. Outro factor crítico reside na gestão do espólio. Se a situação dos espólios provenientes de trabalhos arqueológicos em meio terrestre é muitíssimo problemática, para o espólio proveniente de meios húmidos é ainda mais complexa, devido ao seu extraordinário volume, em alguns casos grande dimensão, mas principalmente devido às necessidades específicas da sua conservação preventiva. Esta situação vê-se em muito agravada com a incapacidade de respos-

ta do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática da Direcção-Geral do Património Cultural, único laboratório de conservação e restauro e reserva especializados no tratamento e depósito provisório deste tipo de espólio (Bugalhão, 2018).

Trata-se portanto de um caminho exigente e difícil de trilhar, mas que já demonstrou suficientemente os seus méritos aos poderes instituídos (administração central e local), promotores de obras e Arqueólogos e a toda a sociedade.

Junho de 2018

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino (1989) – Quinta Real da Praia e zona portuária de Belém. Centro Cultural de Belém. In *Concurso para o projecto*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 129-134.

ALMEIDA, Isabel Moitinho, ANDRADE, César, FREITAS, Maria Conceição, MORENO, João, CABRAL, Maria Cristina, CRAVELRO, Sandra, MARQUES, Fernando (2009 – Holocene paleoenvironmental evolution of the Lisbon downtown area as recorded in the Esteiro da Baixa sediments – first results. *Journal of Coastal Research*. SI 56, pp. 574-578.

ALVES, F.; RIETH, E.; RODRIGUES, P. (2001) – The Remains of a 14th century shipwreck at Corpo Santo, and of a shipyard at Praça do Município, Lisbon, Portugal. In ALVES, F., ed. – *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, (Trabalhos de Arqueologia; 18), pp. 405-426.

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Gonçalo; SILVA, Tiago (2017) – Navios de época Moderna em Lisboa: balanço e perspectivas de investigação. In CAESSA Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da, coords. – *I Encontro do Centro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação*. Lisboa: CAL/ Câmara Municipal de Lisboa, pp. 479-495.

BLOT, Maria Luísa (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos: Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal* (Trabalhos de Arqueologia, 28). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BLOT, Maria Luísa de B.H. Pinheiro (2014) – Arqueologia do meio aquático e a problemática portuária em arqueologia do meio húmido: Um elo de ligação entre dois territórios de investigação.

In MARTINS, Adolfo Silveira, ed., *O Tempo Resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 75-92.

BLOT, Maria Luísa Pinheiro; HENRIQUES, Rui (2011) – Arqueologia urbana e arqueologia do meio aquático. A problemática portuária como ‘ponte’ entre dois territórios de investigação. In BICHO, Nuno Ferreira, ed., *História, Teoria e Método da Arqueologia. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. 14 (Promontoria Monográfica, 14). Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pp. 127-140.

BUGALHÃO, Jacinta (2005) – Lisboa “Sempre” Ribeirinha. *Al-madan*, 13, II Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 151-154.

BUGALHÃO, Jacinta (2018) – A arqueologia náutica e subaquática em Portugal: passado, presente e futuro. *Anuário do Património (2016-2018)*, 3. Lisboa: Canto Redondo, pp. 176-183.

COSTA, Ana Maria, FREITAS, Maria Conceição, INÁCIO, Miguel, FATELA, Francisco, LOPES, Vera, ANDRADE, César, CACHÃO, Mário, MENDES, Patrícia Marques, SARRAZOLA, Alexandre, MACEDO, Marta, BETTENCOURT, José, CARVALHO, Rui, FREITAS, Teresa (2016) – Single Events and century-scale evolution of the northern margin of the Tagus river multidisciplinary approach to a natural and anthropic sediment record. *Estudos do Quaternário*, 14, pp. 92-104.

COSTA, Ana Maria; FREITAS, Maria Conceição; LOPES, Vera, ANDRADE, César; BUGALHÃO, Jacinta; BARROS, Pedro (2017) – Reconstrução paleoambiental da margem Norte do rio Tejo através da análise multiproxy de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados arqueológicos. In José Morais Arnaud e Andrea Martins (coord.) – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 765-780.

FERNANDES, Lúcia (1994) – Alguns dados acerca do Dique da Ribeira das Naus. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 253-259.

FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; BRAZÃO, Alexandre; CHOUZENOUX, Christelle; PINTO, Marco; SILVA, Tiago; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FREIRE, Jorge (2016) – Boa Vista 1 and Boa Vista 2: first data on two Early Modern ships discovered in Lisbon (Portugal). In NEGUERELA MARTÍNEZ, Iván; CASTILLO BELINCHÓN, Rocío; RECIO SÁNCHEZ, Patricia, coord. – *IKUWA V. Proceedings of the 5th International Congress on Underwater Archaeology – A heritage for mankind*. Cartagena: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, pp. 957-967.

FONSECA, Cristóvão; MIGUEZ, João; BETTENCOURT, José; QUILHÓ, Teresa; SIMÃO, Inês; MATEUS, Mariana; FREITAS, Teresa (2017) – Portas de madeira reutilizadas em cofragens de

época pombalina (Campo das Cebolas, Lisboa). In José Morais Arnaud e Andrea Martins (coord.) – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1873-1889.

INÁCIO, M., COSTA, A. M., FREITAS, M. C., FATELA, F., LOPES, V., ANDRADE, C., CACHÃO, M. (2016) – Evolução da margem estuarina do Tejo a escala multiseccular. *VI Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, LEG 2016, pp. 26-29.

MARQUES, João; SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor (1997) – Estrato romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2ª Série, n.º 6, pp. 166-167.

MARQUES, João; SANTOS, Vítor (2000) – Acompanhamento das Obras do Metropolitano de Lisboa: Intervenção Arqueológica na Avenida da Ribeira das Naus. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (20-23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus. (col. Monografias – Arqueologia), pp. 165-176.

MURALHA, João; LEITÃO, Manuela (1998) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica da Praça do Município (Lisboa) 1996-1997*. Lisboa: Museu da Cidade (policopiado). Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC, Processo S – 11381.

NASCIMENTO, Rui (2012) – Ribeira das Naus hoje: a perene relação de Lisboa com o Tejo. Dos estaleiros navais do Renascimento ao antigo Arsenal da Marinha. Subsídios da arqueologia. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (eds.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna* (Arqueoarte, 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, Vol. 2, pp. 627-632.

NEVES, César Augusto (2013) – Novos Dados Acerca do Dique da Ribeira das Naus (Lisboa): vestígios identificados em acompanhamento arqueológico. *Al-Madan Online*. IIª Série. 18. Tomo 1 (Julho), pp. 99-109.

NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo; BLOT, Maria Luísa (2012) – Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbano. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António, eds. – *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna* (Arqueoarte, 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, Vol. 2, pp. 613-626.

NEVES, César Augusto (2014) – Identificação de uma estrutura portuária no Terreiro do Paço (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural. 17, pp. 263-272.

- NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo (2014) – Lisboa pré-pombalina: vestígios do Terreiro do Paço no subsolo da Praça do Comércio. *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete de Estudos Olisiponenses. 3, pp. 52-65.
- PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2013b) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I, ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 747-754.
- PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In PINTO, Inês Vaz; ALMEIDA, Rui; MARTIN, Archer, eds. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10), pp. 167-171.
- PEREIRA, Ana Ramos; GOMES, João Araújo; TRINDADE, Jorge (2014) – Vestígios do tsunami de 1755 na zona de Belém ou o que esconde o novo Museu dos Coches. *Rossio. Estudos de Lisboa*, 3. Lisboa: Câmara Municipal / Gabinete de Estudos Olisiponenses, pp. 102-107.
- QUARESMA, José Carlos; SILVA, Rodrigo Banha da; BETTENCOURT, José; FONSECA, Cristóvão; SARRAZOLA, Alexandre; CARVALHO, Rui (2017) – As ânforas romanas da nova sede da EDP (Lisboa). In José Morais Arnaud e Andrea Martins (coord.) – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1305-1315.
- ROCHA, Artur (2015) – *A muralha de D. Dinis e a cidade de Lisboa: fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Lisboa: Banco de Portugal. Museu do Dinheiro, 2015, 59 p.
- ROCHA, Artur; REPREZAS, Jéssica; MIGUEZ, João; CORREIA, Joana (2013) – Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1011-1018.
- RODRIGUES, Paulo J. P.; VALE, Ana (2000) – Os navios de Lisboa. 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, *Actas, Vol. 8, "Terrenos" da Arqueologia da península Ibérica*. Porto: ADECAP, pp. 453-459.
- RODRIGUES, P.; ALVES, F.; RIETH, E.; CASTRO, F. (2001) – L'épave d'un navire de la deuxième moitié du XV^{ème} siècle / début du XVI^{ème} siècle, trouvée au Cais do Sodré (Lisbonne). Note préliminaire. In ALVES, F., ed. – *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia, 18, pp. 347-380.
- SANTOS, Ana dos (2015) – *A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, Maria João Arez (2006) – Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa) Contributo para a história da zona ribeirinha de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9: 2, pp. 369-399.
- SANTOS, Victor; MARQUES, João (2002) – Acompanhamento das obras do metropolitano de Lisboa: Intervenção arqueológica na Avenida da Ribeira das Naus. 3.º Encontro de Arqueologia Urbana – *Actas*, Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 165-176.
- SARRAZOLA, Alexandre (2013a) – Orla ribeirinha de Lisboa: contextos náuticos de Época Moderna (recentes descobertas), ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 1193-1196.
- SARRAZOLA, Alexandre (2013b) – A grande tempestade de 19 de novembro de 1724. Subsídio para uma abordagem narrativa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9, pp. 83-88.
- SARRAZOLA, Alexandre (2014a) – A Grade de Maré da Praça D. Luís I: subsídios para o conhecimento histórico da Lisboa Ribeirinha em Época Moderna. *Rossio: Estudos de Lisboa*, 3, pp. 46-51.
- SARRAZOLA, Alexandre (2014b) – O fundeadouro romano da actual Praça D. Luís I (Séculos I a.C. / VI d.C.). *Rossio: Estudos de Lisboa*, 3, pp. 34-46.
- SARRAZOLA, Alexandre (2017) – Acompanhamento arqueológico em Lisboa – lei, des(ordem) e procrastinação. In José Morais Arnaud e Andrea Martins (coord.) – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 249-257.
- SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José António; ALVES DE FREITAS, Teresa; TEIXEIRA, André; MACEDO, Marta Lacasta; PARREIRA, Jorge; NASCIMENTO, Rui; GARCIA, Catarina; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Gonçalo; COELHO, Inês; FREIRE, Jorge; CARVALHO, Patrícia; SILVA, Tiago (2013a) – “Notícia dos últimos achados arqueológicos na zona ribeirinha de Lisboa. Evidências de uma vocação marítima milenar”: *Al-Madan*, IIª série, n.º 18, pp. 171-172.
- SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André, (2013b) – Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar. *Revista Património*, 1. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, pp. 142-146.
- SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, A. (2014) – Lisboa, o Tejo e a Expansão Portuguesa: os mais recentes

achados arqueológicos da Lisboa Ribeirinha. In *O Tempo Resgatado ao Mar. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 111-116.

SARRAZOLA, Alexandre; PONCE, Mónica; FREITAS, Teresa; MACEDO, Marta, 2015 – A rampa dos escaleres à Real Cordoaria, Belém, Junqueira (SÉCULO XVIII). *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10, pp. 77-82. http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos/19-apontamentos-10-2015.

SILVA, Rodrigo Banha da; MIRANDA, Pedro; VIEIRA, Vasco Noronha; VICENTE, António Moreira; LOPES, Gonçalo; NOZES, Cristina (2012) – Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna 1* (Arquearte, 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 71-84.

SILVA, Manuel Fialho; ROCHA, Artur Jorge Ferreira (2016) – A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV. *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes* (Coleção estudos, 15). Lisboa: IEM, pp. 223-240.

SIMÃO, Inês; MIGUEZ, João; MACEDO, Marta; FREITAS, Teresa Alves de; FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José, 2017 – Da Ribeira Velha ao Campo das Cebolas. alguns dados sobre a evolução da frente ribeirinha de lisboa. In José Morais Arnaud e Andrea Martins (coord.) – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1901-1913.

TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias, 1998 – Uma notícia sobre o Dique de Ribeira das Naus. *Olisipo*, II Série, 10 (Outubro), pp. 96-100.

VALE, Ana; MARQUES, João António, 1999 – Escavações arqueológicas no Largo do Corpo Santo (Lisboa): estruturas do Palácio Corte-Real. *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha. Actas das Sessões*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 123-131.

O ESTALEIRO NAVAL DA ACTUAL PRAÇA DE D. LUÍS I. CONTRIBUTO ARQUEOLÓGICO PARA A OLISIPOGRAFIA E PARA A HISTÓRIA DA DIÁSPORA

Alexandre Sarrazola¹, José António Bettencourt², Teresa Alves de Freitas³,
Marta Lacasta Macedo⁴

¹ Era-Arqueologia, SA / geral@era-arqueologia.pt

² CHAM – Centro de História Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa / jbettencourt.cham@gmail.com

³ Era-Arqueologia, SA / geral@era-arqueologia.pt

⁴ Era-Arqueologia, SA / geral@era-arqueologia.pt

Resumo

Em Lisboa, capital por excelência da diáspora portuguesa e ibérica, as estruturas portuárias ocupavam, em época moderna, uma extensa faixa do amplo estuário do Tejo. Recentemente – em Março de 2012 – ocorreu a descoberta de uma grade de maré da segunda metade do século XVII/início do século XVIII (de que só se conhecem escassos paralelos no resto do território ocidental europeu) hipoteticamente associável à Ribeira da Junta do Comércio (c. 1670-1720).

A intervenção da foi executada por uma equipa interdisciplinar, integrando investigadores de arqueologia terrestre, náutica e subaquática, cientistas de paleobotânica e geomorfologia, com expressão assídua em eventos científicos e intensamente acompanhada pelos *media*.

Palavras-chave: Grade de maré, Século VII, Lisboa Ribeirinha.

Abstract

The construction of a car park near the river front of the Tagus River in Lisbon has enabled a spectacular discovery of a 17th century naval dockyard, with few known parallels in Western Europe.

The archaeological excavation, conducted by an interdisciplinary team of land, nautical and underwater archaeologists, paleobotanists, dendochronologists and geomorphologists, revealed a robust 300 square meter structure of three layers of timber frames, the third being composed of about 70 pieces of ship components, which were reutilized in the construction. The evidence recovered from the site – both material and botanical – attest to the pivotal role that Lisbon played in those days, a bustling metropolis where people and cargoes from distant places converged.

A major multidisciplinary project is being assembled as there are many questions that need to be answered. This poster will focus on the archaeological work and data assessed so far.

Keywords: Naval dockyard, 17th century, Lisbon river front.

A Era-Arqueologia tem vindo a realizar o acompanhamento permanente das obras de construção de vários empreendimentos na faixa ribeirinha de Lisboa. Por ora destacamos o Parque de Estacionamento da Praça Dom Luís I (Emparque) onde foi detectada uma grade de maré de rara e notável importância científica. A intervenção específica neste sítio foi efectuada em parceria entre a Era-Arqueologia S.A. e o Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, que garantiu a especialidade necessária ao registo de estruturas navais, pouco comuns até à data em contextos urbanos da cidade de Lisboa.

GRADE DE MARÉ DA PRAÇA DOM LUÍS I – SÉCULOS XVII/XVIII (PARQUE DE ESTACIONAMENTO / EMPARQUE)

Em Lisboa, capital por excelência da diáspora portuguesa e ibérica, as estruturas portuárias ocupavam, em época moderna, uma extensa faixa do amplo estuário do Tejo. Recentemente – em Março de 2012 - ocorreu a descoberta de uma grade de maré da segunda metade do século XVII / início do século XVIII (de que só se conhecem escassos paralelos no resto do território ocidental europeu) hipoteticamente associável à Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649.

A intervenção da foi executada por uma equipa interdisciplinar, integrando investigadores de arqueologia terrestre, náutica e subaquática, cientistas de paleobotânica e geomorfologia, com expressão assídua em eventos científicos e intensamente acompanhada pelos *media*.

O trabalho de investigação em curso assume, desde início, uma dupla componente de rigor científico e divulgação para um público generalizado.

A organização arquitectónica da *grade de maré* (de cerca de 300m² e três níveis de três centenas de barrotes ortogonais, numa pendente de meio metro orientada de Norte para Sul e 2,75% de inclinação) integra uma extensa quantidade de mais de setenta peças de navio reaproveitadas na sua

estruturação. As evidências materiais recolhidas em contexto arqueológico preservado – quer de âmbito artefactual, quer botânico – atestam a amplitude cultural, social, e económica da diáspora Portuguesa dos meados da Época Moderna, quando Lisboa assumia no mundo um papel de inequívoca importância.

Em suma, estamos face aos indispensáveis elementos materiais e documentais para entroncar uma desejável reconstituição da paisagem marítima de Lisboa, numa abordagem que se pretende que constitua um ponto de partida para uma investigação interdisciplinar e amplamente participada sobre a zona ribeirinha da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Norberto de (1944) – *Inventário de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

ARAÚJO, Norberto de (1993) – *Peregrinações em Lisboa*, XIII vol., Lisboa, Vega.

BARKER, Philip (1993) – *Techniques of Archaeological excavation*, Routledge, London.

BLOT, Maria Luísa (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*; Trabalhos de Arqueologia 28, Instituto Português de Arqueologia.

CALADO, Maria (1993) – *Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo*, Lisboa, Contexto.

CALADO, Rafael Matias (1986) – *Cinco séculos do azulejo em Portugal*, Lisboa, Edições Asa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1994) – *Plano Director Municipal*.

CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte.

CARANDINI, A. (1997) – *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica.

CASTILHO, Júlio de (1893) – *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-ovelho*, Lisboa, Imprensa Nacional.

CORDEIRO, Graça Índias; GARCIA, Joaquim (1993) – *Lisboa: Freguesia de S. Paulo*, Lisboa, Contexto.

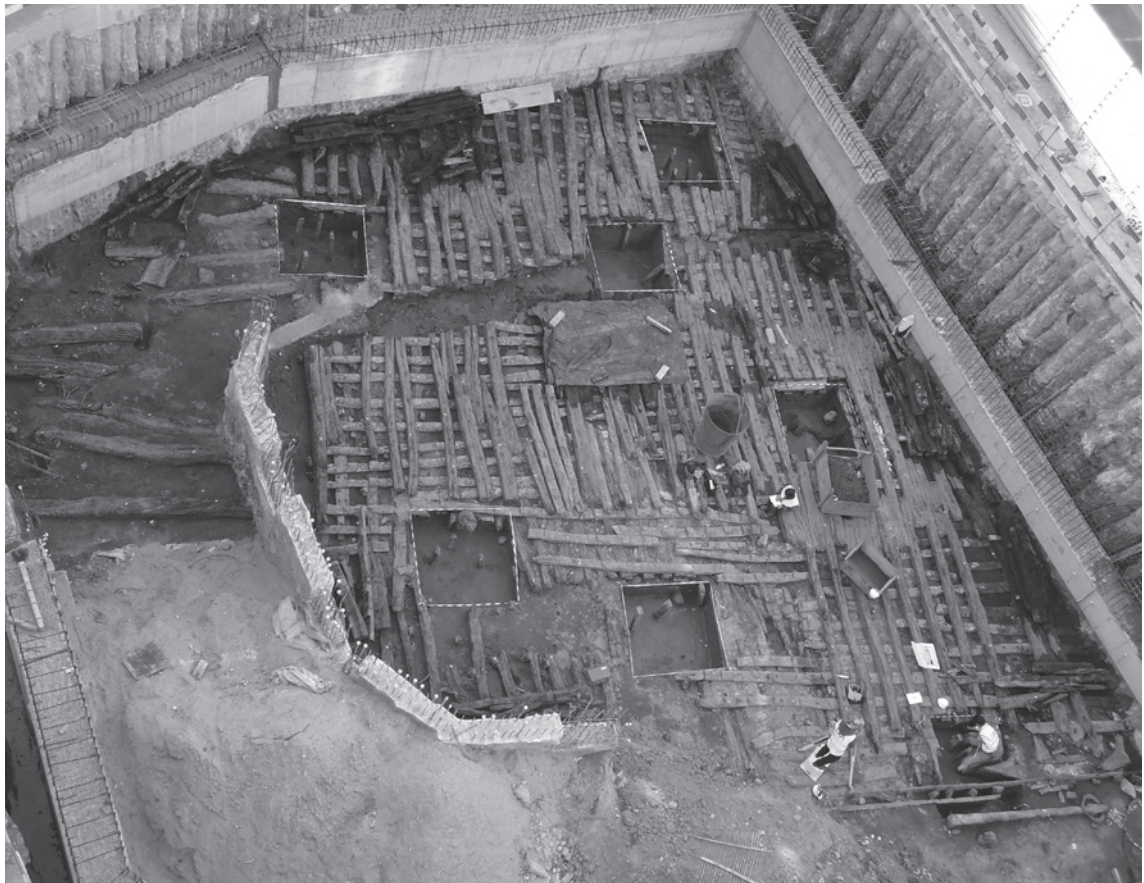


Figura 1 – Grade de Maré.

FRANÇA, José Augusto (1989) – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, vol. 12, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

HARRIS, Edward (1989) – *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press, London.

HENRIQUES, Paulo, Introd. (2004) – *Lisboa antes do Terramoto. Grande vista da cidade, entre 1700 & 1725*, Gótica.

MACEDO, Luis Pastor de (1955) – *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*, Vol. I, 2ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

MACEDO, Luis Pastor de (1960) – *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*, Vol. II, 2ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

MAGALHÃES, J. Romero; GARCIA, J. Carlos; FLORES, J. Manuel coord. (1997) – *Cartografia de Lisboa Séculos XVII a XX, Catálogo de Exposição, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*, Museu da Cidade.

MAIO, J.; SERRA, M.; CARVALHEIRA, J. (1991) – *Mercado 24 de Julho*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

MATOS, M. A. Pinto de, (1996) – *A casa das porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa, Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers.

MECO, José (1989) – *O azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa.

MEDEIROS, Carlos; PIÇARRA, Mariano (1994) – *Antigos lugares de vender: Feira da Ladra, Mercado da Ribeira*, Lisboa, Euro litho.

MOITA, Irisalva coord. (1994) – *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.

MURTEIRA, M. H. da Cunha (1994) – “Freguesia de S. Paulo” in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa.

PINTO, F. de P. Leite (1983) – *Anteambulação numa Mostra de Cartografia da Grande Lisboa*, separata do boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

PINTO, M.; CHANOCA, C.; MIGUEL, L. (2004) – *Mercado da Ribeira, Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos*, Lisboa, ERA – Arqueologia SA;

OLIVEIRA, Frei Nicolau de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Vega.

SANDÃO, Artur (1985) – *Faiança portuguesa, Século XVIII-XIX*, vol. 1 e 2, Lisboa, Livraria Civilização.

SANTOS, Reynaldo dos (1960) – *Faiança portuguesa, Século XVI-XVII*, Porto, Livraria Galaica.

SIMÕES, J. M. dos Santos; OLIVEIRA, Emílio Guerra de (1997) – *Azulejaria em Portugal no Século XVII*, Tomo I – Tipologia, 2ª. Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, J. M. dos Santos (1997) – *Azulejaria em Portugal no Século XVII*, Tomo II – Elenco, 2ª. Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, J. M. dos Santos (2001) – *Estudos de azulejaria*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SANTANA, Francisco (recolha e índices) – *Lisboa na 2ª. Metade do Século XVIII. Plantas e descrições das suas freguesias*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

VARANDA, Paulo (2001) – *Mercado da Ribeira*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

O DIQUE DA RIBEIRA DAS NAUS: CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL

Inês Mendes da Silva, Rui Carvalho do Nascimento, Tiago Nunes

Era-Arqueologia, SA / geral@era-arqueologia.pt

Resumo

Trabalhos arqueológicos realizados entre Agosto e Setembro de 2010, no âmbito da requalificação da Avenida da Ribeira das Naus, através da abertura de treze sondagens mecânicas em três sectores principais do antigo Arsenal da Marinha – Doca Seca e da Caldeirinha, elementos de referência – a Ocidente e a Oriente, respectivamente, deste complexo, bem como junto às rampas de construção naval, permitiram aquilatar o estado de conservação estrutural deste pólo arsenalista, digno sucessor da Ribeira das Naus, cujo estaleiro naval se constituiu como a principal indústria do Renascimento Português. Um foco especial é atribuído à primeira doca seca existente em Portugal que assistiu à transição das embarcações de madeira para o ferro e da vela para o vapor.

Palavras-chave: Arqueologia Industrial, Frente Ribeirinha de Lisboa, Arsenal da Marinha, Doca Seca, Tecnologia Naval.

Abstract

Archaeological work carried out between August and September 2010 as part of the redevelopment of the Avenida da Ribeira das Naus, by the opening of thirteen mechanic polls in three main sectors of the former Navy Yard – Doca Seca and Caldeirinha (reference elements) – to the West and East, respectively, of this complex as well as along the shipbuilding ramps, allowed the assessment regarding the state of conservation of this structural pole, worthy successor of the Ribeira das Naus, whose shipyard was the main Portuguese Renaissance industry. A special focus is assigned to the first dry dock that existed in Portugal and witnessed the transition from wooden boats to iron ones and from to sail to steam boats.

Keywords: Industrial Archaeology, Lisbon waterfront, Royal Navy Arsenal, Dockyard, Naval Technology.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Imagem perene da vocação marítima e comercial de Lisboa, a Ribeira das Naus constituía-se como um complexo estaleiro naval, em directa articulação com outros espaços portuários como os Armazéns da Guiné e a Casa da Índia. Um núcleo agitado por múltiplos mesteres, altamente especializados e que compreendia, no século XVI, mais de duzentos carpinteiros navais e uma centena de calafates, a que se juntavam outros artífices como cordoeiros, remolares ou ferreiros. Aqui se incluíam entrepostos de munições, armas, pólvora, bem com outros géneros, que se integravam assim num símbolo da aventura oceânica portuguesa.

Tais estaleiros navais, serão a primacial indústria do Renascimento Português, autêntica prioridade da Coroa, um pólo que promove o desenvolvimento e que se constituiu como um grande vector de atracção de populações.

No entanto, o forte abalo sísmico ocorrido a 1 de Novembro de 1755 provoca a transmutação de toda esta área, rapidamente reduzidas a ruínas estavam agora estruturas imponentes como o Paço da Ribeira, o Palácio Corte Real, a Patriarcal, a Torre do Relógio ou a Casa da Índia

Sob a responsabilidade de Eugénio dos Santos, *Executor de todas as Reais obras de Architectura da Corte, Arquitecto Supranumerário das obras do Paço da Ribeira de Lisboa, Arquitecto e Medidor da Marinha*, procede-se, a partir de 1759, à reconstrução da faixa referente à antiga Ribeira das Naus, criando-se o corpo principal do edifício (ocupará igualmente o espaço referente à Casa da Ópera) que a partir de 1774 viria a ser designado por *Arsenal da Marinha*, associando-se a estruturação de duas carreiras de construção de embarcações, armazéns e oficinas.

O vasto número de providências decretadas até 1761, demonstram bem a ambição colocada em apetrechar condignamente todo este complexo. Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, promove a edificação de um dique, encarregando Bartholomeu da Costa,

a mesma figura que havia fundido a estátua equestre de D. José I, da sua construção. Os trabalhos iniciam-se em Junho de 1788 e estarão concluídos em 1792.

A construção de um dique permite a existência da primeira doca seca em Portugal, destinada à reparação e armação de navios.

2. OS ANTECEDENTES DAS DOCAS SECAS

A criação de uma doca seca, apresenta-se como fundamental alternativa ao tradicional processo de virar de querena, que se resumia a acostar o navio a uma embarcação própria para o efeito, guardada com cabrestantes, permitindo incliná-lo, arrastando-se pelos mastros, até que as obras-vivas¹ fossem colocadas a descoberto.

Tal procedimento, no entanto possuía riscos associados, o local das operações tinha de ser abrigado, uma embarcação em tal situação estaria vulnerável a uma agitação marítima repentina. Igualmente necessário se tornava colmatar todas as aberturas, calafetando, de forma provisória, os componentes que ficariam submersos. Já para não mencionar que, geralmente, esta operação era realizada em dobro, caso fosse necessário proceder à inspecção ou reparação de ambos os bordos da embarcação, provocando assim a passagem dos aparelhos, barcaças de apoio, pranchas, de uma para a outra banda.

(Figuras 1, 2 e 3)

3. O DIQUE DA RIBEIRA DAS NAUS

Como já havíamos referido anteriormente, a conclusão dos trabalhos de construção do Dique da Ribeira das Naus deu-se em 1792, custando trezentos e cinquenta contos de réis.

O primeiro navio a aqui dar entrada foi a nau Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara,

¹ O termo *obras-vivas* refere-se à parte inferior do casco das embarcações que se encontra submergida em contraste com as *obras-mortas* que se constituem como as estruturas existentes no convés.



Figura 1 – Vista do rio Douro em 1791, sendo possível de identificar no segmento inferior da imagem, uma embarcação a virar de querena. Gravura de Manuel Marques de Aguiar.



Figura 2 – Navio virado de querena junto à Torre de Belém. Século XIX. Gravura de João Pedroso.



Figura 3 – Embarcação virada de querena, realizando-se a reparação das obras-vivas junto à quilha, na doca de Alcântara em Lisboa. Registo de 1920. Arquivo fotográfico do Museu de Marinha.

a 28 de Dezembro do mesmo ano, ali permanecendo por um período em torno de oito meses.

No entanto, em 1807, ultimada a intervenção na embarcação Martim de Freitas e a sua saída, a doca seca não receberá qualquer vaso durante quarenta e três anos.

Na realidade, desde a sua inauguração, que o supra referenciado dique se manteve como um motivo de inquietação persistente para a Administração da Marinha, em especial devido à fragilidade das portas de madeira, verificam-se várias entradas

de água, através das juntas dos blocos pétreos e deficiente união das comportas. São iniciadas reparações, sem grandes resultados, conduzindo a que vários militares e especialistas se debruçam sobre esta questão. Entretanto, lodo e areia vão obstruindo a doca seca.

De realçar, neste âmbito, toda a crise política que afectou a realidade portuguesa na sequência da transferência do governo da nação para o Rio de Janeiro e as consequências provocadas pelas invasões francesas.

Em 1845 é contratado um engenheiro holandês, Pieterszen, a fim de dirigir as operações de reparação do dique, instalando-se portas solidamente construídas e bomba de esgoto movida a vapor, recebendo a primeira embarcação, depois desta restauração, em 1850.

A partir da segunda metade do século XIX, o Arsenal da Marinha inicia a adaptação à construção de navios de ferro a vapor.

Sob a responsabilidade de João Evangelista d'Abreu, *Engenheiro encarregado do melhoramento das condições do Arsenal da Marinha*, elabora-se um relatório acerca da doca seca, nele se propondo o prolongamento do dique e a instalação de uma porta-batel.

Adquirida em Inglaterra, é montada em 1868, a supra referenciada porta-batel, introduzindo-se em 1877, sob a responsabilidade do engenheiro Vasconcelos Corrêa, aperfeiçoamentos que permitem a utilização do dique em qualquer tipo de maré.

Igualmente em 1877 é criado o Livro de Registo de Entrada e Saída de Navios no dique, onde se inclui o averbamento de todas as embarcações a utilizar a doca seca entre 23 de Janeiro de 1879 a 22 de Junho de 1939. Por aqui ficamos a saber que o submarino Espadarte se tratou da última embarcação a sair desta estrutura portuária.

Com o dealbar do século XX, o Arsenal da Marinha enfrenta problemas de natureza diversa, as instalações na margem norte do Tejo, no seio de Lisboa, não permitiam uma modernização viável, em virtude, de estas terem sido erguidas no âmbito da construção de embarcações em madeira.

A necessidade de expansão do espaço, para acomodar as novas estruturas e maquinaria necessária, de modo a responder às inovações da navegação marítima, encontrava-se impossibilitada pelas edificações existentes no seu entorno.

Deste modo, nos círculos do poder, inicia-se a reflexão quanto à necessidade de transferência do Arsenal para diferente localização, elegendo-se o Alfeite, na margem sul do Tejo, com o início hesitante da construção do novo entreposto naval no ano de 1917.

A partir de 1928, custeados pelas reparações de guerra devidas pela Alemanha, os trabalhos construtivos sofrem um novo impulso, tendo o moderno Arsenal sido inaugurado oficialmente em Maio de 1939.

Assim, a Nau de Pedra, como respeitosamente é apelidado o antigo Arsenal da Marinha, digno sucessor da Ribeira das Naus é extinta pelo Decreto nº 29.595 de 13 de Maio de 1939, juntamente com a Direcção das Construções Navais.

4. SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS NA ÁREA CORRESPONDENTE AO ANTIGO ARSENAL DA MARINHA

A intervenção foi efectuada, entre Agosto e Setembro de 2010, no âmbito da requalificação do Espaço Público da Ribeira das Naus, com a realização de treze sondagens mecânicas em três áreas principais – Doca Seca e Doca da Caldeirinha, elementos de referência – a Ocidente e a Oriente, respectivamente, do complexo arsenalista, bem como no espaço existente entre as referenciadas estruturas, nomeadamente na contiguidade das anteriores carreiras de construção naval, elementos que se encontravam ainda em utilização, aquando da inauguração do Arsenal do Alfeite, na oposta margem do Tejo, em 1939, e conseqüente encerramento deste entreposto militar, extinto pelo Decreto nº 29.595 de 13 de Maio do referenciado ano.

No enquadramento espacial em que se encontra situada a Doca Seca, foram realizadas três sondagens (1, 5 e 6), de forma a aquilatar o grau de preservação desta estrutura, nomeadamente os respectivos flancos e o sistema de encerramento do dique.

Assim, a sondagem 1 foi aberta a cerca de vinte e cinco metros da zona actualmente exposta da referenciada Doca Seca, permitindo a identificação desta mesma estrutura a cerca de trinta centímetros relativamente ao pavimento actual. (Figura 4)



Figura 4 – Flanco Oeste e Este da Doca Seca na área actualmente exposta. Orientação Sul – Norte.

Desta forma, foi possível identificar, em projecção vertical, o flanco Oeste da Doca Seca composto por silhares em calcário de secção rectangular dispostos em fiadas, cuja ligação entre os elementos pétreos foi realizada com argamassa hidráulica que endurece no contacto com a água.

Alcançando-se uma profundidade máxima em torno de 2,60 metros foi ainda possível vislumbrar os primeiros dois patamares existentes relativamente ao topo da estrutura, estando o primeiro dos supraditos patamares afectado pelo desenvolvimento de uma raiz advinda do espaço ajardinado actual.

No entanto, tal processo de bioturpação não prejudicou o excelente estado de conservação deste componente, bem como de todos os restantes elementos. (Figuras 5 e 6)

Estas paredes laterais, na imagem apresentadas, vão aumentando no sentido da extremidade superior da Doca Seca, de forma a facilitar toda a

circulação do pessoal especializado bem como o escoramento das embarcações que aqui entravam.

O topo desta realidade encontrava-se, em grande parte, coberto por argamassa extremamente compacta, de tonalidade rosada, indiciando poder-se tratar de um nível de preparação para o assentamento de uma realidade já inexistente. (Figura 7)

Na continuação dos trabalhos, procedeu-se à abertura de mais duas sondagens, pretendendo-se investigar os vestígios materiais de confinamento do dique.

A sondagem 6 permitiu revelar o limite Sul do espaço de encerramento relativo à comporta, identificando-se o flanco Este da Doca Seca numa projecção vertical de cerca de 2,10 metros, cujo aparelho era constituído por blocos robustos de calcário, apresentando duas cavidades certamente relacionadas com o sistema de fecho. (Figura 8)



Figura 5 – Primeiro patim da Doca Seca relativamente ao topo da estrutura. Orientação Oeste – Este.



Figura 6 – Correlação entre os dois patamares identificados na sondagem 1 e na área actualmente exposta.

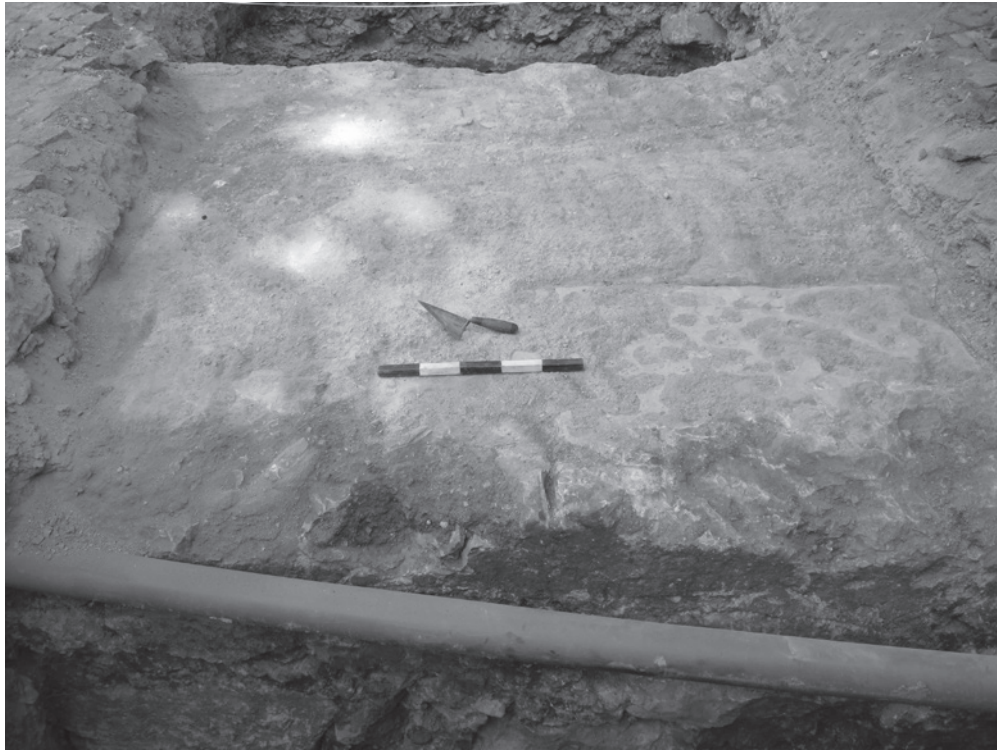


Figura 7 – Plano. Orientação Oeste – Este.



Figura 8 – Sondagem 6. Vista geral. Orientação Oeste – Este.



Figura 9 – Sondagem 6. Orientação – Norte-Sul.



Figura 10 – Alçado parcial, quadrante Norte. Orientação Este – Oeste.



Figura 11 – Alçado parcial, quadrante Sul. Orientação Este – Oeste.

Em plano, a mencionada realidade apresentava, no sentido Norte – Sul, uma calha ocada nos elementos pétreos, com uma largura em torno de cinquenta centímetros. (Figura 9)

A sondagem 5 foi implantada a Sul da sondagem 6, aqui confirmou-se a existência de uma possante estrutura formada por blocos calcários dispostos em fiadas, de secção quadrangular a rectangular, unidos por argamassa de tonalidade rosada, com marcados refestos em plano inclinado e vestígios de cimentação disseminados. (Figura 10)

Apenas se identificaram cerca de três metros de extensão, no sentido Norte – Sul, no entanto pela presença de negativos e de elementos metálicos (facilmente perceptíveis no campo superior da imagem anterior) poderemos sustentar se constituir como mais um sistema de confinamento relativamente à Doca Seca. (Figura 11)

O diagnóstico arqueológico realizado permitiu-nos verificar o excelente estado de conservação das realidades patrimoniais identificadas - nomeadamente Dique, Doca da Caldeirinha e áreas contíguas às carreiras de construção naval, obviamente afectadas por algumas intervenções para instalação de infraestruturas, que necessariamente remetem para intervenções esporádicas de conservação e restauro no futuro, aquando das fases posteriores de execução do actual projecto de reabilitação desta área fulcral para a história de Lisboa e do País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Norberto de (1993) – *Peregrinações em Lisboa*, Volume XII, 2ª edição, Lisboa, Vega.

A.V.V. (1994) – *Lisboa Subterrânea*. Catálogo da Exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributos para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal*, Trabalhos de Arqueologia nº 28, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

BUGALHÃO, Jacinta (2005) – *Lisboa sempre Ribeirinha, Al-madan*, 2ª série, Almada.

CARLA, Helena coord. (2004) – *Baixa Pombalina. 250 Anos em Imagens*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

CARVALHO, Gabriela (2005) – *A Baixa de Lisboa. Espaço de memória, local de encontro*, Lisboa, Edições INAPA.

CASTILHO, Júlio de (1893) – *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional.

LOUREIRO, Adolfo (1906) – *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Volume III, Parte II, Lisboa, Imprensa Nacional.

MARQUES JUNIOR, Henrique Vasco da Costa (1909) – *Arsenal da Marinha: Serões de Lisboa*, Lisboa, Livraria Ferreira.

NABAIS, José António; RAMOS, Paulo Oliveira (1985) – *Porto de Lisboa: subsídios para o estudo das obras, equipamentos e embarcações na perspectiva da arqueologia industrial*, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa.

NABAIS, José António ; Ramos, Paulo Oliveira (1987) – *100 Anos do Porto de Lisboa*, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa.

REIS, António Estácio (1988) – *O Dique da Ribeira das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha.

SANTA ANNA, José Joaquim (1825) – *Memória sobre o estado actual do Dique de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Régia.

VALE, J. Malheiro do (1988) – *Nau de Pedra*. Instituto Hidrográfico. Lisboa.

O LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO E A FRENTE RIBEIRINHA

Rodrigo Banha da Silva¹, Cristina Nozes², Pedro Miranda³

¹ CML/ DMC/ DPC/ CAL / rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

² CML/ DMC/ DPC/ CAL / cristina.nozes@cm-lisboa.pt

³ CML/ UCT/ UITCH / pedro.miranda@cm-lisboa.pt

Resumo

A intervenção arqueológica urbana do Largo do Chafariz de Dentro (Alfama, Lisboa) foi despoletada pelo projecto da Simtejo de reconversão do antigo sistema de esgotos domésticos e pluviais do núcleo histórico da cidade de Lisboa.

Destacam-se os resultados registados para o período compreendido entre a Idade Média, com a instalação da muralha fernandina (1373-75), e final da Época Moderna, quer pela relevância e monumentalidade das evidências estruturais, quer pela dinâmica que imprimem à diacronia ocupacional do sítio.

Palavras-chave: Chafariz de Dentro, Chafariz dos Paus/Aguada, Cerca Fernandina, Alfama, Arqueologia Moderna.

Abstract

The urban archaeological intervention of the Largo do Chafariz de Dentro (Alfama, Lisbon) it was triggered by Simtejo project to reconvert the old domestic sewage and rainwater system from the ancient historical core of the city of Lisbon.

Highlight the results recorded from the Middle Ages, with the installation of the “wall fernandina” (1373-75), and the end of the Modern Era, either by the relevance and monumentality of the structural evidences as by the dynamic it prints to the diachrony occupational of the place.

Keywords: Chafariz de Dentro, Chafariz dos Paus/Aguada, Cerca Fernandina, Alfama, Modern Archaeology.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A área do actual Largo do Chafariz de Dentro é geologicamente constituída por depósitos de cobertura aluvionares e, tanto a norte como a sul, delimitada por falhas geológicas que dão origem a várias ocorrências hidrominerais. Foi justamente o aproveitamento destas nascentes que motivou, na Idade Média, a construção do Chafariz d'El-Rei (1220) e do Chafariz de Dentro (com referência textual datada de 1285 – Silva, 1987, p. 103), este último originalmente designado como *dos Cavalos* segundo as fontes, ou porque as sua bicas em bronze tinham a forma de cabeças de cavalo, ou porque era preferencialmente utilizado para dar de beber e lavar os animais (Holanda, 1984, p. 24). O nome *de Dentro* refere-se à sua relação com a muralha fernandina, mandada construir por D. Fernando (1373-75) na sequência do cerco de Lisboa encetado por Henrique II de Castela (1373), que o situou intramuros. Frente ao chafariz, a estrutura defensiva foi erigida flanqueada por duas torres e dotada de uma porta que ficou conhecida como *Porta do Chafariz dos Cavalos ou de Dentro*.



Figura 2 – Excerto da gravura de Leiden (segunda metade do século XVI), onde se observam dois cavalos a beber água no Chafariz de Dentro.

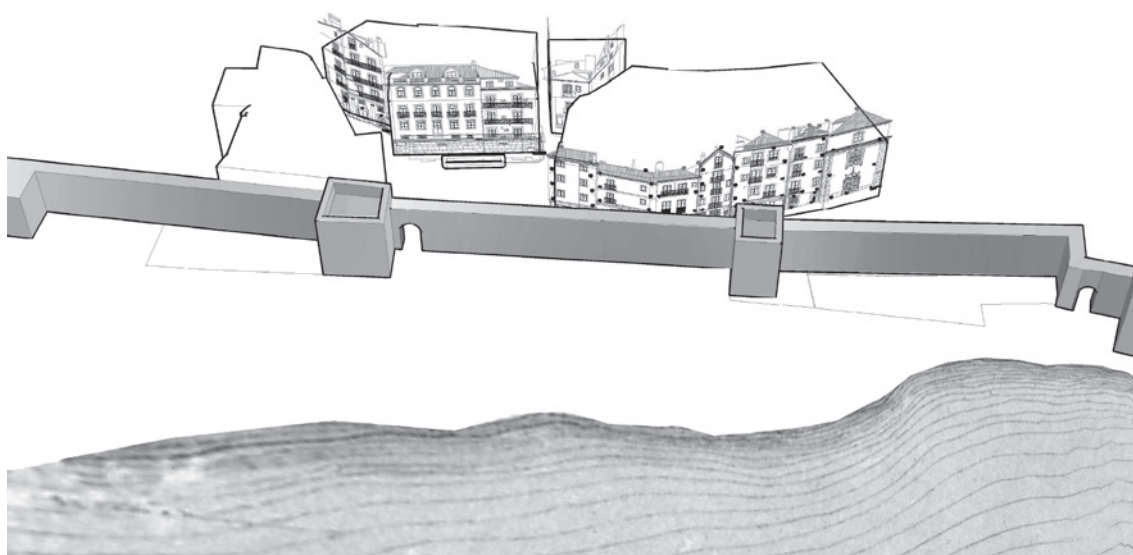


Figura 1 – Reconstituição da Cerca Fernandina e da linha do Tejo na malha urbana actual.

Já no reinado de D. João II (1481-1495), em plena época dos *Descobrimentos*, os chafarizes *d'El-Rei* e dos *Cavalos/Dentro* assumiram maior importância, sobretudo porque asseguravam a aguada às embarcações. Por essa razão e porque o enorme caudal, que era desperdiçado no rio, o permitia, foram objecto de obras de beneficiação que tiveram como objectivo o melhor aproveitamento do recurso e da sua distribuição.

Um século mais tarde, em 1595, Filipe I mandou examinar as principais fontes da cidade, trabalho executado pelo arquitecto Nicolau de Frias que, no que a este local concerne, informou: *"A fonte do chafariz dos cauallos nome adquirido por dous cauallos de Bronse que antigamente nelle estalão he de muito copiosa agoa de menos qualidade que a do chafariz del Rey, e comtudo bebem della, perdese muita quantidade sem nenhum proueito do pouo sendo a principal de que fazem todas as agoadas das armadas de V.Mde, deuese ordenar como na cidade a fonte principal que a maior parte da dita agoa ua ter a ella e saia em nove bicas, não tendo hoje mais de quatro, e o sobejo que cajr dellas ua a um tanque que estara fora no recanto da tore de baixo lugar muito escuso para lavarem cavalos que não he bem que os lauem omde bebem, e a outra parte já por baixo do cham sajr em quatro bicas no outro canto da tore acima para os agoadeiros e agoadas que conforme a traça se podem fazer com mais quietação e facilidade, porque não jmpede o lugar o curso ordinário da gente que passa por aquellas partes em grande quantidade, e os sobejos descaregarão noutro tanque para somente beberem cauallos, e com isto ficará a praça de dentro e a de fora com grandíssimo despejo, e levado o grande jmpedimento que causa ao seruiço da cidade os mastos attauessados por onde rolão as pipas das agoadas, e a multidão dos azemees que perpetuamente estão na tore onde oje sae a agoa com grande desordem ficando da outra parte em lugar remoto como tudo se mostra bem claro pela traça e conforme a ela, auendo V.Mde assi por seu seruiço deue mandar que se ponha por obra."* (Caetano, Soromenho, 1994, p. 75).

Este documento viabiliza informações preciosas

sobre um conjunto de transformações que poderão ter ocorrido aqui durante o período filipino, mas os desenhos que o acompanhavam desapareceram e as fontes cartográficas / iconográficas de que dispomos só testemunham a edificação do novo chafariz *"no outro canto da tore acima para os agoadeiros e agoadas"* e que passou a ser conhecido como *dos Paos* ou *da Aguada*.

Uma outra obra foi realizada no seguimento destes trabalhos mas na estrutura defensiva. Referimo-nos concretamente à abertura de um novo postigo que é descrito pelas fontes como a *"porta que se abriu às lavadeiras"* (Silva, 1987, p. 102), para facilitar o acesso ao *tanque das lavadeiras* que se localizava no Beco do Mexias. Há notícia de uma vistoria realizada pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1625, com o objectivo de reforçar a defesa das muralhas da cidade; desta resultou um conjunto de propostas, entre as quais se encontra *"o postigo grande dos dous do chafariz dos Caualos se tapara, e o piqueno ficara aberto e lhe porão portas"* (Oliveira, 1887, Tomo III, p. 170).

Ainda no período filipino foram efectuadas obras de reabilitação no Chafariz de Dentro (1622) e construído um novo chafariz (1625) à custa do real do povo, que ficou conhecido como o *Chafariz da Praia*. A área assumiu-se como um dos pontos fundamentais do abastecimento de água da Lisboa seiscentista.



Figura 3 – Excerto da planta de João Nunes Tinoco (1650), ainda com os dois postigos e com os Chafarizes dos Paos – *Aguada* e *da Praia*.



Figura 4 – Pormenor do Largo do Chafariz de Dentro, na *Grande Vista de Lisboa* de 1699/1700, onde só se afigura um vão no pano de muralha.

O grande terramoto de 1755 veio, também, imprimir importantes transformações na zona. Os chafarizes ficaram danificados e as derivações do Chafariz de Dentro, que abasteciam os outros dois, obstruídas com o entulho resultante dos estragos provocados pela catástrofe (Oliveira, 1908, Tomo XVI, pp. 199-201). É bem provável que o troço local de muralha tenha sido igualmente afectado porque foi parcialmente demolido em 1765, para *aformoseamento e boa serventia do local* (tendo sido a pedra reaproveitada na construção do novo edifício do *Terreiro do Trigo*) e, logo de seguida, em 1768, é solicitada, por decreto, a demolição do remanescente, incluindo o Chafariz dos Paos ou da Agua-da que se encontrava adossado. Pretendia-se com esta intervenção o alargamento do lado meridional da Rua dos Remédios, desde o Largo do Chafariz

de Dentro até à Rua Direita das Portas da Cruz, com o objectivo de facilitar o acesso à *Baixa* dos habitantes de São Vicente, obra que só foi concretizada em 1773 e por outra razão que se impôs, designadamente a de permitir a passagem do coche do Patriarca a São Vicente de Fora¹. Da muralha terá restado a torre poente fossilizada no edifício da Rua do Terreiro do Trigo, nº 2-4, que preserva a escadaria de acesso ao adarve.

Já no século XIX, entre 1868-69, outra grande obra que pretendeu solucionar a falta de água em Lisboa, a construção de um reservatório com sistema elevatório para captar o manancial de Alfama,

¹ Informação manuscrita de Irivalva Moita (Museu da Cidade), baseada em manuscrito anónimo não identificado pela olisipógrafa.

retirou funções ao Chafariz da Praia que acabou por ser demolido já no século XX. O Chafariz de Dentro manteve-se em funcionamento até que a Companhia das Águas de Lisboa decidiu pelo encerramento das suas bicas na década de 60 dessa centúria. A referida Estação Elevatória, que a partir de 1880 transformou-se num mero ponto de apoio da nova estação dos Barbadinhos, acabou por ser alvo de um projecto de reabilitação e de reconversão em 1998, que criou o Museu do Fado e promoveu os presentes arranjos paisagísticos. Esta iniciativa foi enquadrada por outra maior promovida pela Câmara Municipal de Lisboa – o Projecto Integrado do Largo do Chafariz de Dentro – que teve como objectivo a requalificação desta zona de Alfama.

2. AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS DA IDADE MÉDIA À ÉPOCA MODERNA

A intervenção arqueológica urbana (adiante IAU) foi despoletada pelo projecto da Simtejo de reconversão do sistema de esgotos domésticos e pluviais do núcleo histórico da cidade de Lisboa.

Como tantas vezes ocorre, todo o projecto foi concebido sem prévia avaliação do impacte patrimonial arqueológico e sem previsão das acções correspondentes.

Dois factores explicarão este facto: por um lado, porque numa lógica de agilização de processos, a encomenda do projecto foi feita pelo consórcio intermunicipal a um *atelier* privado onde a Arqueologia estava ausente, julgamos que não tanto por desconhecimento mas provavelmente porque a participação de mais um especialista acarretaria custos e diminuiria, deste modo, a competitividade da empresa; por outro, porque a Arqueologia continua a ser encarada, na generalidade, como parceiro e participante mas tão-somente quando as linhas gerais da obra estão já traçadas, dado que esta só pode ser licenciada e os meios convocados (alguns dos quais imprescindíveis à IAU) mediante projecto apreciado pela tutela do património e pelas Câmaras Municipais, facto que constitui um vício de forma evidente.

Ambas as circunstâncias se verificaram no Largo do Chafariz de Dentro. Efectivamente, a não consideração da componente patrimonial, em especial a presença no local de um troço de um monumento nacional (a «Cerca Fernandina de Lisboa»), aliás já antes assinalada no pavimento do Largo pelo projecto de arquitectura paisagística da autoria do Arq.º Santa Rita, implementado em 1997, levou a uma manifesta conflitualidade entre o desenho dos trajectos dos novos colectores e as pré-existências que se procurou ultrapassar através do aprofundamento do conhecimento arqueológico do sítio, conseguido com a boa articulação entre os arqueólogos (signatários) da equipa municipal e os colegas do extinto IPA, Ana Martins e José Correia, que aqui é justo destacar.

Pelas razões expostas, os trabalhos em muito excederam os prazos previstos para a obra, tendo-se desenvolvido a IAU ao longo de um ano (2007-08), parte importante do qual na tentativa de encontrar a solução menos impactante para o património em causa. Na mesma medida, a área da IAU acabou por abranger uma amplitude bem maior do que a inicialmente prevista, alcançando uma leitura bem mais rica e complexa.

Do ponto de vista metodológico, as áreas afectadas foram designadas como “Sondagens”, no caso das zonas escavadas arqueologicamente, ou como “troços”, quando a acção se referiu a trabalhos de acompanhamento arqueológico, apresentando o conjunto das unidades de escavação dimensões muito variáveis em função quer do espaço adstrito ao projecto, quer da execução do mesmo que, conforme já foi referido, decorreu em simultâneo com os trabalhos de arqueologia. A mesma flexibilidade teve de ser aplicada aos princípios metodológicos de escavação que observaram, preferencialmente, os pressupostos preconizados por P. Harris e Barker, mas estiveram sujeitos às mesmas condicionantes, bem como à natureza dos contextos identificados e às características freáticas da zona.

Destacam-se os resultados registados para o período compreendido entre a Idade Média, com a instalação da muralha fernandina (1373-75), e final

da Época Moderna, quer pela relevância e monumentalidade das evidências estruturais, quer pela dinâmica que imprimem à diacronia ocupacional do sítio.

No que concerne à estrutura defensiva, exumou-se cerca de 20 metros lineares do alicerce que ainda preservava vestígios pontuais do lance de

paramento em pedra aparelhada. Os trabalhos de escavação arqueológica desenvolvidos permitiram registar os diferentes momentos construtivos e os contextos estruturais a eles associados, desde a vala de fundação, aos restos da estrutura de cofragem para execução do alicerce e do andaime para edificação da superestrutura.

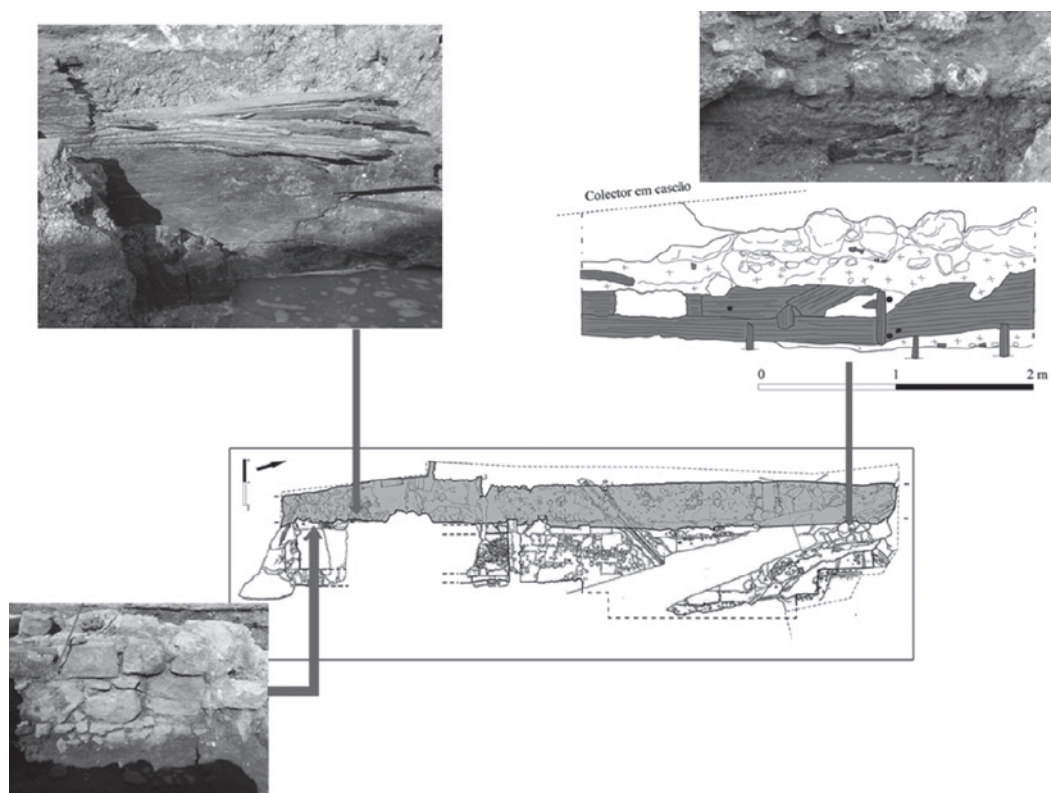


Figura 5 – Plano do troço exumado da Muralha Fernandina (1373-1375) a sombreado; pormenores da estrutura de cofragem e do lance de paramento em pedra aparelhada.

A muralha articulava-se com dois “ambientes” estratigráficos distintos, um junto ao paramento interno, outro que lhe era externo. O primeiro individualizava-se por realidades que apresentavam grande heterogeneidade de características geoarqueológicas e que registavam níveis em articulação com o início da superestrutura possivelmente datados do século XV, sobrepostos a outros que correspondiam aos momentos urbanos anteriores à edificação da cerca e que apresentavam uma pendente NE-SO, correspondente à colmatação da antiga bacia de encaixe do principal talvegue da zona de Alfama, a

Regueira. O segundo caracteriza-se por deposições de carácter lodo-arenoso, muito ricas em material cerâmico moderno, que descreviam uma pendente até à antiga margem do rio que atingia a cota negativa de 3,50m relativos no extremo Sul, correspondente a uma potência próxima dos 2,00m.

Sobre este último conjunto de unidades estratigráficas, encostado ao paramento externo da primitiva cerca, foi registado um conjunto estrutural que identificámos como as fundações do “Chafariz dos Paos” e que terá sido edificado entre finais do século XVI ou primeiros anos da centúria seguinte, cro-

nologia fundamentada na dinâmica estratigráfica e no actual estado de conhecimento dos artefactos associados, em especial os fabricos presentes de porcelana do reinado *Wanli*, dos exemplares de “*San Domingo Blue and White*”, do conjunto vítreo recuperado, dos escassos numismas e da notada ausência de “*faiança portuguesa*”, pese embora o risco deste tipo de argumento *in absentia*.

A instalação da referida estrutura hidráulica parece, pois, ter sido precedida de uma campanha de terraplanagem gerada num período de tempo curto, intervenção urbanística que terá sido realizada com recurso aos entulhos urbanos acumulados na zona exterior da muralha e que é testemunhada pela já referida sucessão de unidades estratigráficas que revelavam grande exuberância artefactual e que se caracterizavam pela alternância de intercalações de matriz maioritariamente arenosa, mal calibrada, com outras ricas em matéria orgânica.

O embasamento evidenciava um perfil reentran-

te e era constituído por blocos informes de pedra calcária e calco-arenito fixados por uma argamassa de coloração esbranquiçada, rica em cal; conservava, nas extremidades laterais, zonas aplanadas com rebarbas de argamassa que testemunhavam o assentamento dos elementos pétreos que constituíam a superestrutura. Este alicerce assentava e preenchia uma estrutura construída em madeira de pinho verde, que formava uma espécie de malha composta pelos toros dispostos paralelamente e sobrepostos por outros que os travavam na perpendicular com recurso a cavilhas de ferro. Em articulação foi registado um nível de pavimentação da envolvente, designadamente do espaço conquistado à frente ribeirinha, constituído por seixo miúdo, fragmentos cerâmicos e grande quantidade de elementos metálicos, designadamente, alfinetes de toucado e/ou de indumentária (?), envolvidos numa argamassa rica em cal e matéria ferrosa que lhe atribuíam uma consistência muito compacta e impermeável.

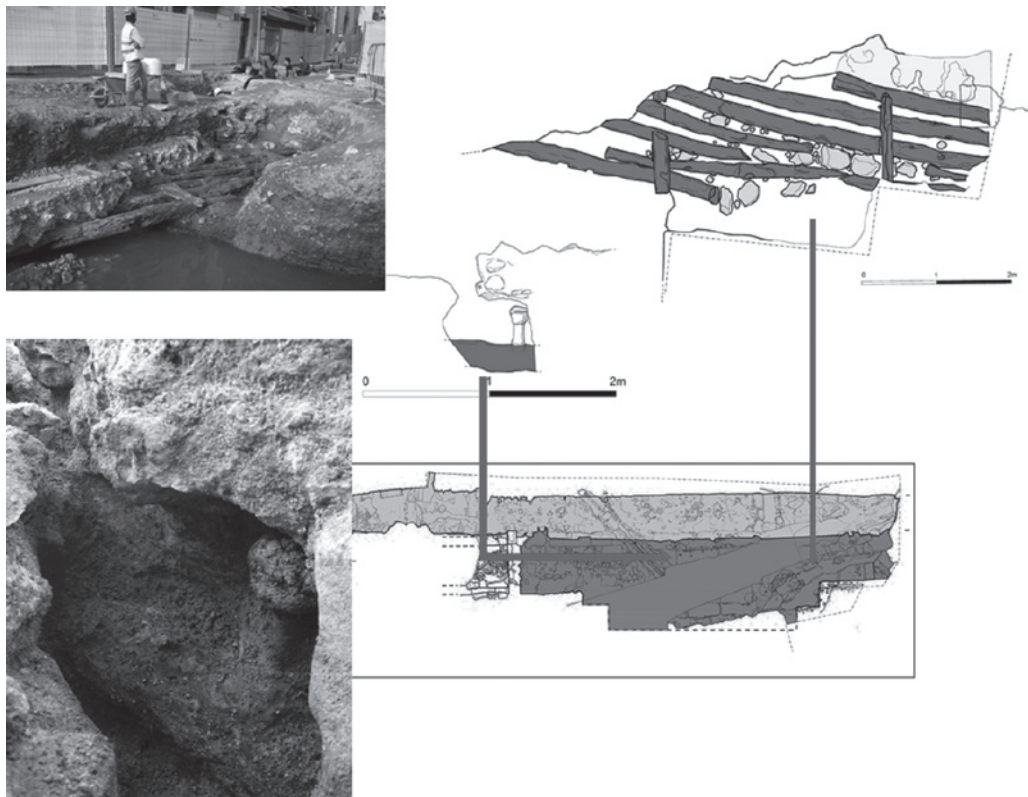


Figura 6 – Plano do alicerce do *Chafariz dos Paos* a sombreado mais escuro; pormenores da infraestrutura em madeira onde este assentava.

A construção do *Chafariz dos Paos* desativou uma estrutura de caneiro, executada em cantaria sobre os níveis registados intramuros em articulação com o arranque da superestrutura e que correspondem a formações posteriores à muralha trecentista, com os poucos elementos artefactuais recolhidos a sugerirem uma cronologia situada em torno dos séculos XV-XVI, designadamente, bordos de bilha moldurados e fundos de copo biansado correspondentes a tipos já conhecidos para Lisboa². Julgamos estar relacionado com as obras de beneficiação mandadas executar por D. João II que visavam, para além de outros melhoramentos, o aproveitamento/encanamento do manancial e a criação de novos pontos de abastecimento na praia.

Da mesma forma, os aterros processados fora da zona murada desactivaram uma estrutura de configuração rectangular construída contra a face exterior da muralha, no limite Sudoeste do troço exumado correspondente ao da área de intervenção permitida pela obra. Em alvenaria de pedra irregular, com uma largura mínima de 1,30m e uma profundidade confirmada de 1,70m, verificou-se ter sido edificada em momentos distintos, sequência representada pela distinta natureza das argamassas dos três muros, correspondendo o mais ocidental ao mais recente que só foi reconhecido no seu paramento interior. O carácter freático do local e a cota de obra imposta não permitiram a sua escavação integral mas é provável que já tenha sido construída

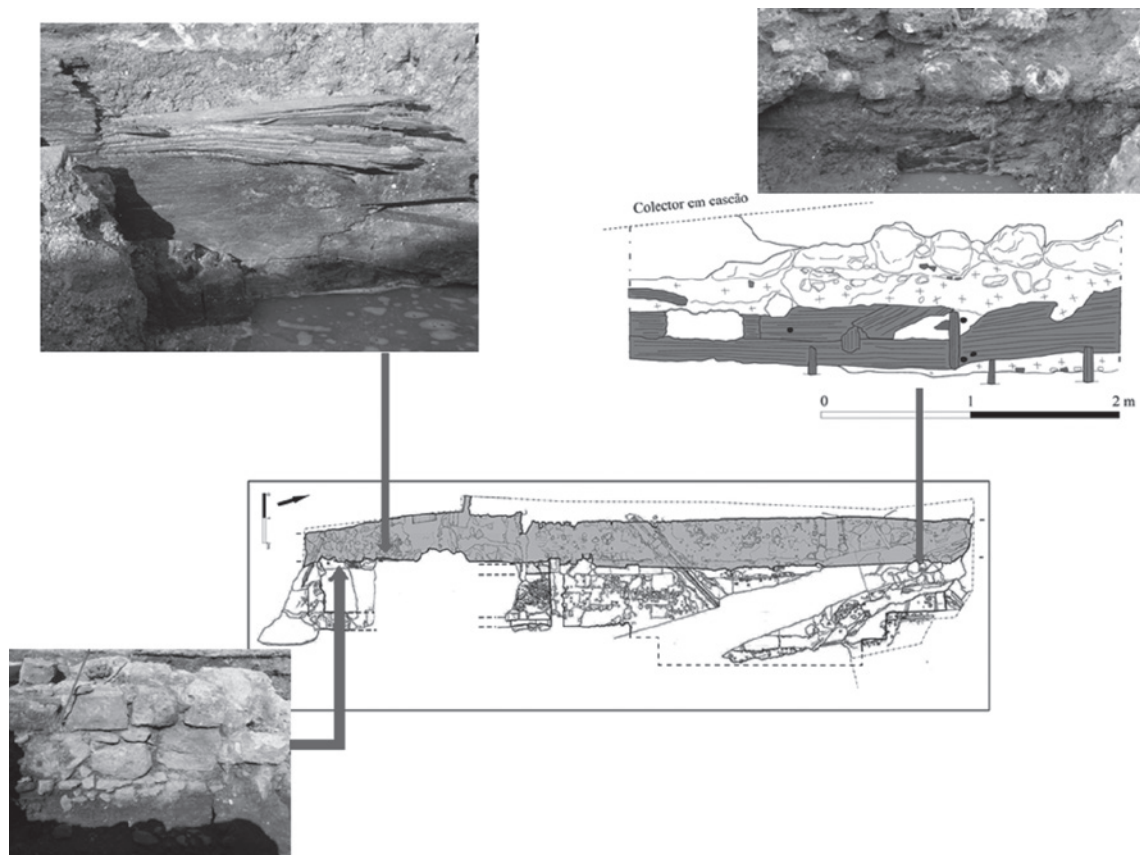


Figura 7 – Levantamento de pormenor dos restos estruturais do que julgamos ser a *Levada* construída no reinado de D. João II.

² De que se pode citar, como exemplo, os publicados por Alexandra Gaspar e Clementino Amaro (1997), oriundos da Travessa das Olarias (Mouraria), Lisboa.

no século XVI. Para este contexto em particular não foi encontrado qualquer registo documental que auxiliasse à sua interpretação e ainda que as suas características físicas pareçam sugerir uma estrutura de cubelo, a sua localização naquele troço em concreto, ladeado por duas torres próximas, levanta muitas dúvidas sobretudo porque a porta primitiva aparece representada na cartografia / iconografia antiga contígua à torre Sudoeste e a abertura do segundo postigo já é feita após a sua desactivação.

Por último, mas não menos importante, na extremidade ocidental do embasamento do *Chafariz dos Paos*, exatamente no local onde os limites das freguesias de São Miguel e Santo Estevão convergiram até à muito recente reforma administrativa das freguesias lisboetas de 2013, foi identificado um vão originalmente formado por uma estrutura de portal, testemunhado por uma das valas do respectivo umbral que se encontrava entulhada com parte dos restos resultantes da demolição e que incluíam

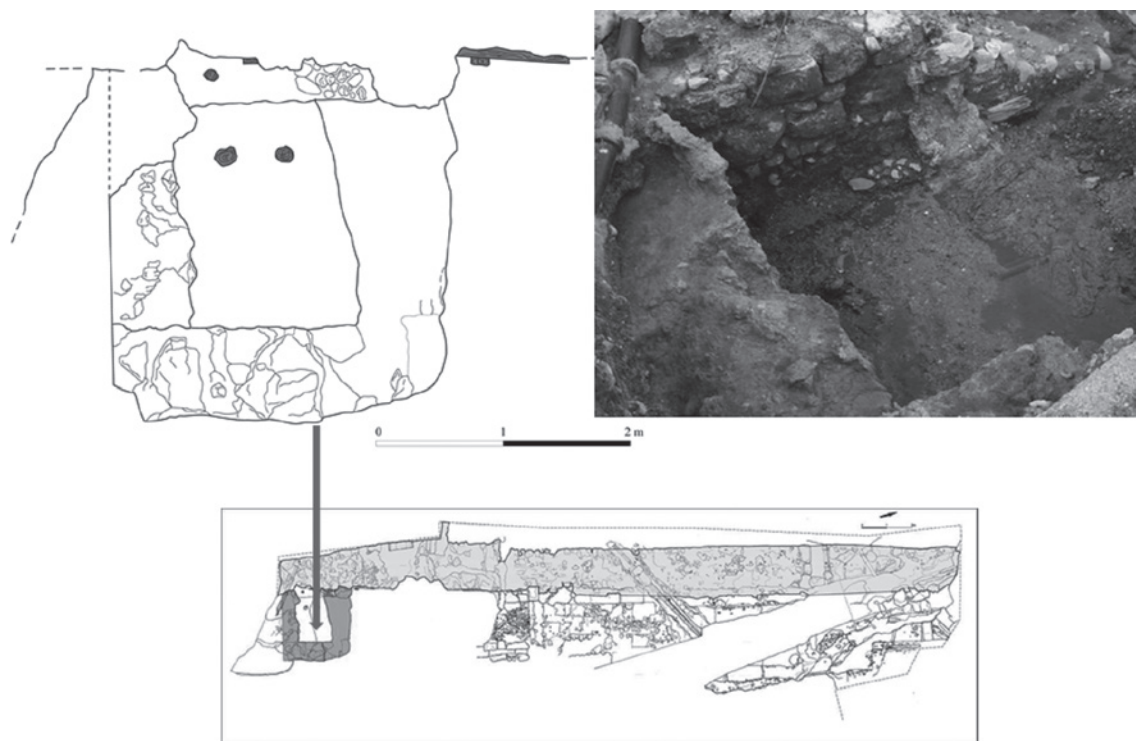


Figura 8 – Levantamento de pormenor da estrutura de configuração retangular adossada à face exterior da muralha.

elementos informes de calcário branco de média dimensão. A estrutura estava delimitada por duas áreas de soleira em degrau, apresentando a localizada a Sul um “entalhe” de encaixe e era pavimentada a seixo miúdo batido com restos cerâmicos. Tudo indica tratar-se do “postigo que se abriu às lavadeiras” e as evidências arqueológicas parecem confirmar a colocação da porta recomendada pela Câmara Municipal de Lisboa, na sequência da vistoria realizada às muralhas da cidade em 1625.

Os trabalhos de escavação arqueológica permitiram ainda individualizar duas campanhas de requalificação do espaço envolvente ao *Chafariz dos Paos*, ocorridas no período compreendido entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII. São testemunhadas por dois níveis sucessivos de pavimentação a empedrado de seixo, sendo que a primeira abrangeu a zona do postigo que foi revestida a seixo de menor dimensão e incluiu a construção de um maciço em alvenaria de pedra irregular

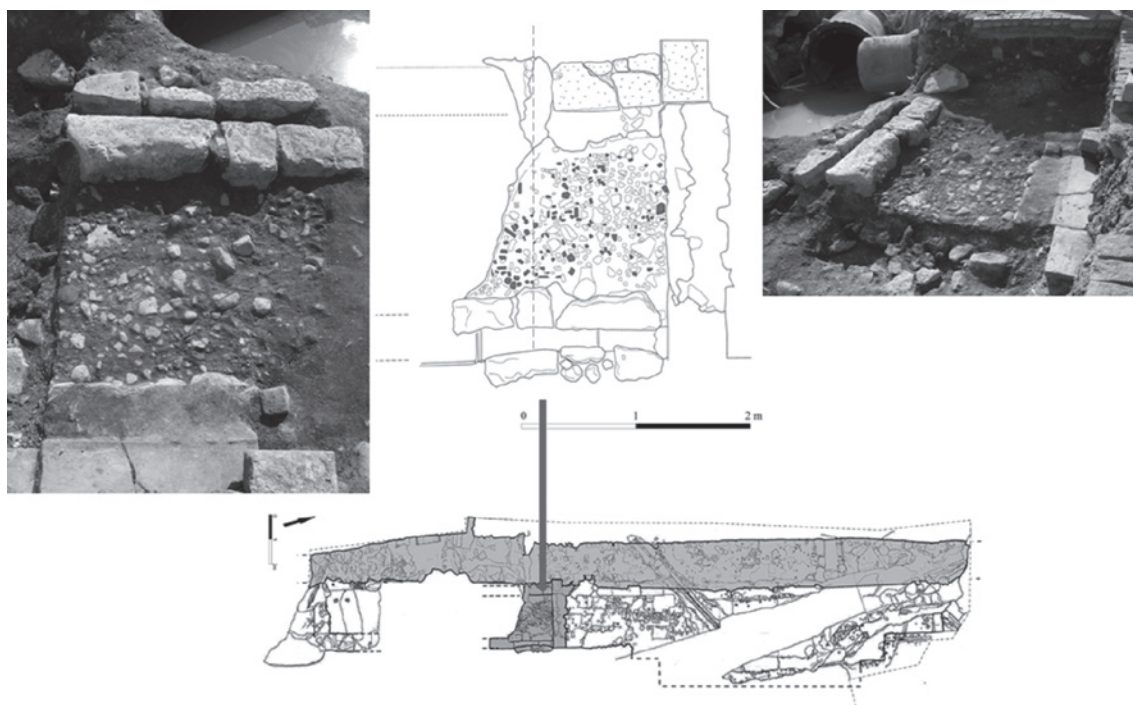


Figura 9 – Levantamento de pormenor do designado “Postigo das Lavadeiras”.

com ligante a argamassa de coloração alaranjada, parcialmente posto a descoberto e de funcionalidade desconhecida, que se desenvolvia a partir da face exterior do muro ocidental da já referida estrutura de configuração rectangular adossada à face exterior muralha.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção arqueológica do Largo do Chafariz de Dentro parece ser suficientemente ilustrativa do que é, ainda hoje, a prática arqueológica urbana na cidade de Lisboa: desenvolveu-se enquadrada por uma operação urbanística que, à semelhança de tantas outras, não considerou a componente patrimonial, em especial a presença no local de um troço de um monumento nacional (a «Cerca Fernandina de Lisboa»).

Esta situação, que constitui um vício de forma evidente, levou a uma manifesta conflitualidade entre a implementação do projeto no terreno e as pré-existências, que se procurou ultrapassar através

do aprofundamento do conhecimento arqueológico do sítio com o objetivo de encontrar a solução menos impactante para o património em causa que, ainda assim, foi afetado na sua integridade física.

Todavia e encarada numa perspetiva positiva, permitiu abranger uma amplitude bem maior do que a inicialmente prevista e alcançar uma leitura bem mais rica e complexa que se exemplifica com os resultados agora divulgados.

Importa realçar que tendo sido uma questão superada não é, de modo algum, a situação desejável. O ideal seria que a Arqueologia fosse parte considerada na fase que precede o desenvolvimento das operações urbanísticas, designadamente a fase de projecto, e que tornasse possível uma cabal avaliação do impacto patrimonial e uma eficaz aplicação das medidas de salvaguarda dos valores arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, J. S V. (1851) – *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos logares do termo*. Lisboa: Imprensa Silvíana, pp. 112-115.

BRANDÃO, J. (1990) – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1522*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 103-105.

CAETANO, J. de O.; SOROMENHO, M. (1994) – *Projectos hidráulicos na Lisboa Filipina*. Lisboa: Boletim Olisipo, II Série, nº1, pp. 65-70.

CALADO, M.; FERREIRA, V. (1992) – *Lisboa – freguesia de Santo Estevão (Alfama)*. Lisboa: Contexto Editora, pp. 27-40.

CASTELO-BRANCO, F. (1990) – *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 97-104.

CASTILHO, J. (1948) – *A Ribeira de Lisboa*. Volume 1, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 210-217.

GASPAR, A.; AMARO, C. (1997) – *Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. La Céramique Médiévale en Méditerranée. Actes du VIème Congrès de l’AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, pp. 337-339.

GOIS, D. (1988) – *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 49.

HOLANDA, F. (1984) – *Da fabrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 24.

LOPES, F. (1986) – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono Rei destes regnos*. Porto: Livraria Civilização, pp. 201-204.

OLIVEIRA, E. F. (1887) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Tomo III. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 170.

OLIVEIRA, E. F. (1908) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Tomo XVI. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 199-201.

MOITA, I. (1990) – *O Aqueduto das Águas Livres e Abastecimento de Água a Lisboa*. In *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 9-66.

SILVA, R.B. (2008) – *O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro: um contributo para o conhecimento da actividade oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico*. *Seminário de Arqueologia Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, V. (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Volume II, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 101-110.

A IMPORTAÇÃO DE MAJÓLICA EM LISBOA – O CASO DO LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO

Cláudia Rodrigues Manso¹, Vanessa Filipe²

¹ c.manso@hotmail.com

² vanessafilipe@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objectivo explorar três aspectos essenciais da majólica italiana exumada em escavações arqueológicas realizadas na Lisboa Ribeirinha, com particular enfoque em contextos datados do século XVI como é o caso do Largo do Chafariz de Dentro. Portanto, as três questões colocadas são: onde foram produzidas, como foram distribuídas e para quem foram fabricadas.

Palavras-chave: Majólica italiana, Lisboa Ribeirinha, Cerâmica importada, Século XVI.

Abstract

This paper proposes to explore three main aspects of polychrome maiolica that have been found in archaeological excavations in Lisbon waterfront, in contexts dated from the 16th century like Largo do Chafariz de Dentro. So, the three main questions are: where it was made, how it was distributed and for whom it was produced.

Keywords: Italian maiolica, Lisbon waterfront, Imported wares, 16th century.

1. O LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO – CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Na sequência do projecto urbano de renovação do sistema de tratamento de águas residuais da cidade de Lisboa foi realizada a intervenção arqueológica do Largo do Chafariz de Dentro entre os anos de 2007 e 2008 (SILVA *et al*, 2012, p. 71). A escavação arqueológica permitiu a identificação de um troço da Muralha Fernandina e vestígios de estruturas hidráulicas associadas ao Chafariz além de um universo objectual de relevo. Apesar dos artefactos serem reconhecidos como inéditos e “exóticos”, não nos iremos alongar neste assunto pois o seu estudo já se encontra desenvolvido no artigo “Largo do Chafariz de Dentro – Alfama em Época Moderna” (SILVA *et al*, 2012).

A nossa análise centra-se portanto no estudo aprofundado da cerâmica de importação italiana exumada nos depósitos de aterro quinzentistas recolhidos na intervenção arqueológica do Largo do Chafariz de Dentro.

2. A MAJÓLICA ITALIANA – A AQUISIÇÃO DE UM GOSTO RENASCENTISTA NA LISBOA RIBEIRINHA

O final do século XV, por volta de 1470, traz consigo não só uma nova forma de produzir mas também de encarar a cerâmica, como um objecto artístico. Ao longo da primeira metade do século XVI, as oficinas dedicadas à produção de majólica desenvolvem-se em paralelo com esta forma de arte, sobretudo no centro e norte de Itália (KINGERY, 1993: 28).

De facto, havia uma maior variedade decorativa, com cada centro produtor a desenvolver decorações próprias às quais viriam a ser mais comumente associados, do que a uma variedade formal. O foco da *maiolica* deveria ser o seu carácter decorativo, não a sua forma mas a história que transmite, seja esta simples ou complexa, como encontramos nas peças de *istoriato* de grandes oficinas como Faenza (onde teve origem), Caffaggiolo, Urbino e Casteldurante.

A abertura das rotas e contactos comerciais com a Península Ibérica, bem como o Médio e Próximo Oriente, influenciaram a produção de majólica arcaica, ainda no século XIV, com os oleiros a imitar peças e decorações. Superfícies densamente ornadas, enfatizando motivos geométricos, nós, arabescos, medalhões e rosetas eram muito apreciadas e utilizadas nas iniciais produções cerâmicas (HESS, 2004: 17).

Mas a grande popularidade da majólica renascentista face à majólica arcaica tardia, e sobretudo à proto-majólica e majólica arcaica, não se deve apenas às novas características decorativas desenvolvidas nas décadas de 70 e 80 do século XV, mas também ao salto tecnológico que permitia uma produção de melhor qualidade e quase em série, ao mesmo tempo que respondia a um novo gosto que apelava a um vivo cromatismo (CARTA, 2008: 132).

A introdução de estanho no preparado de esmalte foi uma inovação que permitiu aos oleiros criar não só um branco mais puro para aplicar a pintura mas também tornou os vidrados mais estáveis na cozedura (HESS, 1988: 3). Como normalmente os pigmentos aplicados tendiam a escorrer ou borrar, era aplicado este esmalte estanhífero na(s) superfície(s) a decorar enquanto o anteriormente utilizado esmalte de chumbo se aplicava na restante superfície.

A massificação da distribuição da majólica impulsionou a reprodução infinita de uma enorme variedade de peças cuja diversificação nasceu para responder a exigências de mercado, que exigiam produtos de boa qualidade a preços mais acessíveis (CARTA, 2008: 79).

Contrariamente às inovações verificadas na decoração, continuam a ser produzidas formas tardo-medievais ao longo dos séculos XV e XVI, como encontramos patente no nosso espólio. Nele não constam peças moldadas e altamente decoradas como as *crepine*, que surgem conjuntamente com uma variedade de peças moldadas, de superfícies irregulares e esculturais na segunda metade do século XVI (HESS, 1988: 8).

De extenso repertório decorativo, as peças oriundas das oficinas de Montelupo (Toscana) surgem em maior quantidade no nosso contexto.

O período mais prolífico de Montelupo desenvolve-se entre 1480 e 1540, quando conseguiu criar uma produção de qualidade média-alta, com um rico e diverso repertório decorativo, com um método que permitia repetir uma peça as vezes necessárias, mantendo sempre a qualidade (CARTA, 2008: 133). Este processo criou uma standardização morfológica, havendo sobretudo pratos planos de diferentes dimensões, pouco profundos, com ou sem aba, e escudelas baixas com aba, sem pé e base côncava que segue uma forma do século XV (CARTA, 2008: 140). Tal como acontece com as mais comuns decorações das oficinas do Montelupo Fiorentino, como iremos ver em seguida, também no Largo do Chafariz de Dentro encontramos todas estas formas.

Este sistema de produção aproxima-se de um modelo pseudocapitalista ou pré-industrial, que permitia um fabrico seriado sem comprometer a qualidade e mantendo os custos a num nível confortável (CARTA, 2008:136/137). Uma consequência mais directa desta abordagem remetia para o plano criativo, em que o oleiro se via tolhido e vergado pelas exigências do mercado.

A sua característica cerâmica polícroma encheu as rotas comerciais e trouxe-nos peças com decorações geométricas, vegetalistas e antropomórficas. No nosso caso, a paleta contém cores como amarelo, laranja, branco e diversos tons de verde e azul. A sua conjugação é variada, com peças que utilizam todas estas cores em simultâneo, enquanto outras fazem combinações de azul/laranja, azul/amarelo, verde/laranja e azul/laranja/amarelo. Inspirava-se nos motivos orientais, sobretudo na cerâmica de Iznik, que se adaptavam melhor ao novo conceito de natureza como perfeição, com cores luminosas que davam uma sensação espacial e de representação realista (CARTA, 2008: 132).

Entre o nosso espólio constam os mais típicos, e largamente repetidos, motivos decorativos das produções montelupinas de finais de século XV/inícios do XVI, como a decoração *a tambori e armi* (Estampa I, A), uma sequência de tambores intercalados com objectos bélicos, sobretudo espadas, e *a nastri*

spezzati (Estampa I, B), com duas bandas entrelaçadas e cortadas que rodeiam um tema central. Contudo, as que surgem em maior quantidade apresentam motivos de *ovali e rombi* (Estampa I, C-D), que consiste numa série de losangolos laranja envoltos por formas ovais azuis, e *fiori centrale*, essencialmente uma flôr estilizada de doze pétalas que pela sua forma geoétrica se assemelha a uma estrela. No caso desta, surgem-nos apenas em pratos (Estampa I, E-G), de forma tipicamente italiana, certamente pela maior facilidade na aplicação da pintura.

Já com a decoração *a ovali e rombi*, sobre cuja utilização do laranja se pensa ser uma imitação da cerâmica dourada valenciana e catalã (CARTA, 2008: 716), temos uma variedade morfológica ligeiramente maior, com pratos e taças. Entre estas queremos destacar uma peça em particular, uma *coppa d'amore* (Estampa I, D). Os *coppe d'amore*, ou *coppe amatorie*, eram taças muito comuns nos inícios do século XVI oferecidas como prendas de noivado. Eram decorados com bustos classicizados de mulheres bonitas ou homens heroicos, ou então com a própria imagem da(o) amada(o) acompanhado pelo nome ou frase amorosa.

Este tipo de peças são um bom exemplo da acessibilidade da majólica, mesmo com peças particulares e bastante decoradas. O grosso da majólica produzida não se destinava a exposição e a poderosos patronos e mecenas dos mestres oleiros, era acessível economicamente às restantes classes sociais mais baixas, para uso quotidiano (HESS, 1988: 8). Era utilizada à mesa, e verificam-se sobretudo formas abertas como pratos planos, com ou sem aba, pratos fundos, taças, tigelas de fundo côncavo – todas presentes no nosso contexto –, numa promoção de formas individuais que refectiam uma nova forma de encarar a alimentação e o acto da refeição, já que a loiça esmaltada não dava sabor à comida.

Na primeira metade do século XVI temos um dos motivos mais frequentes do nosso espólio: o *blu graffito*, que consiste em finos e pequenos elementos como néis, círculos, pequenos nós, etc., ao longo de bordos e abas. Estas peças surgem também na escavação do Terreiro do Trigo (GONZA-

LEZ, 2012: 850), que dista apenas alguns metros do Largo do Chafariz de Dentro. No nosso contexto apenas surge em pratos, com e sem aba, mas podia ser aplicada em várias outras peças (Estampa I, H-I; Estampa II, A-C). Infelizmente só temos fragmentos de bordos, e a única que apresenta fundo não tem esmalte. Assim não nos é possível saber que motivo central decoraria o fundo destes pratos, mas normalmente o *blu graffito* era acompanhado de decorações tipicamente italianas, desenvolvidas no decorrer do século XV e que a maior parte dos oleiros privilegiava, como brasões, figuras, troféus, bustos classicizados (HESS, 2004: 18), ou animais e formas geométricas (CARTA, 2004: 719).

Por esta altura, início do século XVI, apenas um outro centro produtor rivalizava nas suas exportações com Montelupo: a Líguria, da qual Génova era a principal oficina e porto. A qualidade da majólica ligur não conseguia competir com oficinas como as de Faenza, Urbino, Deruta, Pesaro e Gubbio, cujas produções eram em número mais limitado, revestidas de um alto valor estético e dirigidas a classes sociais elevadas, aristocráticas e nobres (CARTA, 2008: 103). Em contrapartida, o seu preço era acessível, de tal modo que nem os custos de transporte de longo curso impediram a sua muito maior e alargada difusão.

O repertório decorativo, e morfológico, ligur de século XVI era bastante diferente do montelupino, e tinha inspiração oriental, em grande parte da cerâmica procedente de Iznik (Turquia). Ao contrário do que sucede com a cerâmica proveniente de Montelupo, o espólio consiste essencialmente de delicadas taças com paredes finas e fundo em anel, completamente dissonantes das formas mais produzidas pelos diversos centros oleiros do Norte e Centro de Itália mas muito reminiscentes da porcelana chinesa.

O motivo tido como modelo é apelidado de *calligrafico*, que consiste num motivo vegetalista com volutas mais ou menos abstractas e estilizadas (CARTA, 2008: 105). No Largo do Chafariz de Dentro, e com paralelo nos materiais provenientes da intervenção no Terreiro do Trigo (GONZALEZ, 2012:

853), encontramos o *calligrafico a volute di tipo B* sobre azul *berettino* (Estampa III, B-D), de linhas curvas e simétricas com folhas e flores estilizadas de forma realista com pinceladas *chiaroscuro*. Além de Iznik, inspira-se na porcelana chinesa do período Shuen-te (1425-1445) e em algumas peças de reflexo metálico de Manises (CARTA, 2008: 694). Pelo contrário, o tradicional motivo *a quartieri* sobre azul *berettino* (Estampa III, A), também ele de inícios do século XVI, consistia de folhas e flores delimitados em painéis que rodeavam um motivo central, como uma flôr, um animal ou uma paisagem, era influenciado por exemplares de Deruta e Gubbio (ambas da região da Úmbria) decorados *a quartieri* policromo (CARTA, 2004: 691).

Entre o espólio recolhido temos um destes exemplares que serviu de influência às oficinas lígures. O prato com decoração *a quartieri* policromo, proveniente de Deruta (Estampa III, G), apresenta-se ornamentado no bordo, utilizando o amarelo, azul e laranja na sua paleta, e é possível que rodeasse um motivo central geométrico e abstracto, uma figuras antropomórfica ou um escudo heráldico, como era comum neste tipo de peças. Este *piatto da pompa* exprime a mudança na produção de peças com função utilitária para objectos meramente pictóricos, algo que também se faz através do *istoriato*. Esta nova forma de decorar a majólica vem romper com a união anterior entre forma, decoração e utilização, recorrendo nestes casos a formas maioritariamente abertas, côncavas e rasas, sem a presença de bordos, depressões e outros elementos que perturbem a pintura destas histórias.

A *maiolica* de séculos XV e XVI servia vários propósitos em diferentes estratos sociais, desde peças para uso comum a decorativas, e peças propagandísticas dos mais poderosos (HESS, 1988: 3). Inicialmente, a forma e vidro destes objectos seguia a sua função enquanto receptáculo, mas posteriormente a forma e a decoração tornaram-se preocupações estéticas que tiravam significado deles e para eles.

A partir de meados do século XVI houve um declive na produção cerâmica, o que implicou uma di-

minuição na qualidade das peças para tentar alcançar um maior número de pessoas. A diferença entre peças de grande qualidade, como as de *istoriato* e *piatti da pompa*, e as de média qualidade eram cada vez maiores. Muitas decorações deixaram de se fazer e outras perderam a vivacidade, e a diminuição das cores acabou por limitar a variedade cromática, que agora recorria ao manganês, um azul cobalto deslavado, e utilizava mais o laranja ocre e o amarelo antimónio em consequência do desaparecimento do vermelho (CARTA, 2008: 138/139).

Esta fase de decréscimo qualitativo da maiolica, uma vez que o comercial se manteve dada a quantidade que surge nos nossos contextos, está representado no Largo do Chafariz de Dentro sobretudo através das oficinas de Montelupo (mais predominante) e Líguria.

Na segunda metade do século XVI é então implementado nas oficinas montelupinas o *compendiario*, que consistia num motivo que usava poucas cores, sendo recorrentes as temáticas de *spirali arancio*, *a losanghe*, *a nodo orientale evoluto* e *a strisce policrome* (CARTA, 2008: 139/140). De todos estes apenas temos exemplo no contexto em estudo a *spirali arancio* (Estampa II, D-L), que consistia numa série de linhas arqueadas e curvadas nas extremidades em forma de espirais amarelas acompanhadas por linhas azuis ou verdes para criar a sensação de movimento.

Já da Líguria temos peças decoradas com *calligrafico a volute di tipo C* (Estampa III, E-F), em azul sobre azul *berettino*, muito semelhante ao *tipo B* mas de pinceladas finas sem chiaroscuro e dinastia Ming (CARTA, 2004: 697).

Os vidrados em azul *berettino* tiveram origem em Veneza (Veneto) como consequência das influências do Médio e Extremo Oriente (HESS, 1988: 6). Uma variação do azul *berettino* acabou por chegar e influenciar as produções de outras oficinas, como Faenza e as da Líguria (HESS, 1988: 6), das quais temos aqui exemplo.

Devemos mencionar que algumas peças continuam a deixar-nos dúvidas quanto à sua proveniência, precisamente devido à situação que acabámos

de expôr. As semelhanças formais e decorativas entre as oficinas lígures e venezianas dificultam a atribuição precisa de certas peças a determinada oficina, ou centro produtor para este efeito.

3. IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO

A prosperidade económica de Lisboa no século XVI foi resultado da expansão ultramarina. Consequentemente, a importância do rio Tejo como fonte de progresso reflecte-se na dinamização da frente ribeirinha através da construção de equipamentos necessários à actividade portuária. Neste âmbito, serão realizadas algumas obras no Largo do Chafariz de Dentro de forma a dar apoio aos navios que à praia chegavam, essencialmente no abastecimento de água potável (SILVA *et al*, 2012, p. 71).

Possivelmente, os vestígios cerâmicos atribuídos à centúria de quinhentos no decorrer da presente intervenção arqueológica atestam a realização de tais obras e por conseguinte a utilização de depósitos de aterro na regularização desta área. O elevado estado de fragmentação das peças cerâmicas em estudo favorece assim a ideia de um depósito de “lixos” utilizado para o supradito efeito.

Observando o repertório formal e estilístico oferecido pelo conjunto em análise, cronologicamente representativo do século XVI, identificou-se claramente a supremacia das produções cerâmicas policromas de Montelupo sobre as majólicas italianas produzidas noutros centros exportadores italianos durante este período histórico. Este facto relaciona-se não só com o poderio mercantil florentino sobre o comércio de cerâmica no Mediterrâneo e costa Atlântica, no qual se enquadra a cidade de Lisboa (CARTA, 2008: 30), mas também com a implementação de um sistema de produção em série permitindo a redução dos custos de produção tornando-se deste modo acessível aos bolsos de uma classe média proliferante na Lisboa quinhentista.

Estilisticamente homogêneas, as produções lígures apresentam-se, após as de Montelupo, quantitativamente significativas no espólio em análise. Este fenómeno expressa a evolução tardia das ola-

rias lígures face à produção cerâmica montelupina (BERTI, 2008: 118). O domínio comercial genovês aliado às exigências de mercado, pautadas por valores sócio-culturais e económicos, irá traduzir-se posteriormente nos finais do século XVI e século XVII numa produção cerâmica em série e subsequente consumo e demanda lisboeta por estes serviços de loiça esteticamente renascentistas, suplantando por fim as importações toscanas. No entanto, convém mencionar as imitações perfeitas elaboradas nos Países Baixos e em Espanha (JASPERS, 2008; SEVERINO RODRIGUES *et al*, 2012: 872) que não raras vezes enganam os investigadores e arqueólogos pela sua similar qualidade tecnológica e ornamental, a título de exemplo na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais (SEVERINO *et al*, 2012: 872).

A originalidade ornamental presente nos fragmentos cerâmicos provenientes de Faenza, Deruta e Veneza sugerem uma qualidade superior na execução das peças o que nos demonstra, em associação com a residual expressividade na colecção em análise, que estas peças seriam possivelmente mais caras que as demais. Outro argumento plausível será a comercialização e difusão destes produtos cerâmicos em circuitos provavelmente locais e não tanto internacionais, já que tanto florentinos como genovêses possuíam centros produtores de majólica italiana e detinham fortes políticas de exportação e distribuição trans-mediterrânica e atlântica.

Em linhas gerais, o estudo da presente colecção de majólica italiana exumada na intervenção arqueológica que decorreu no Largo do Chafariz de Dentro demonstrou que os principais centros de exportação de majólica italiana, na primeira metade do século XVI seria em primeiro lugar Montelupo, seguido das olarias na Ligúria e por fim das oficinas de Faenza, Deruta e Veneza.

Usufruindo estrategicamente da posição de relevo de Lisboa nos eixos comerciais marítimos entre o “velho” mundo e o “novo” mundo, mercadores de diversos sítios chegam à zona ribeirinha de Lisboa não só para abastecer os seus navios para as longas jornadas que se avizinhavam como também para corresponder às necessidades sócio-culturais

e materiais de uma sociedade local economicamente emergente.

A demanda por loiças visualmente apelativas, como as cerâmicas policromas italianas, ganham destaque nas mesas de uma burguesia proliferante em decréscimo das cerâmicas esmaltadas espanholas. Este aspecto vai de encontro ao gosto pela estética renascentista adoptado não só por famílias abastadas mas também por uma classe média com poder de compra. Acreditamos, contudo, que o seu valor derivava consoante as formas de produção e expressão decorativa, deste modo a decoração a “*blu graffito*” executada nas oficinas de Montelupo tão commumente identificada nos contextos arqueológicos lisboetas seria de fácil acesso a uma classe média enquanto um prato decorado com uma cena mítica ou histórica, o “*istoriato*”, seria apenas adquirido por encomenda para famílias abastadas.

Por último, o estudo da presente colecção revela dados sobre o espaço urbano, isto é, a expansão da cidade de Lisboa em direcção ao rio, em especial a importância do rio Tejo e das actividades económicas, sociais e culturais que aí se desenvolve promovendo a deslocação da colina para a Ribeira das famílias reais e nobres e das outras classe sociais que seguem esta movimentação urbana (CAETANO, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTI, Fausto. (2008) – *The ceramics Museum of Montelupo*. Firenze: Edizioni Polistampa.

CAETANO, C. (2004) – *A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.

CARTA, Raffaella (2008) – *Difusión e influencia de la producción de la cerámica italiana entre la Baja Edad Média y la primera Edad Moderna. El caso de Granada*. Editorial de la Universidad de Granada.

GONZALEZ, Cristina. (2012) – “Majólicas italianas do Terreiro do Trigo (Lisboa)” “Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna” in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna. Arquearte*. Lisboa: Europress. pp. 847-854.

HESS, Catherine (1988) – *Italian maiolica catalogue of the collections. The J. Paul Getty Museum*. Malibu, USA.

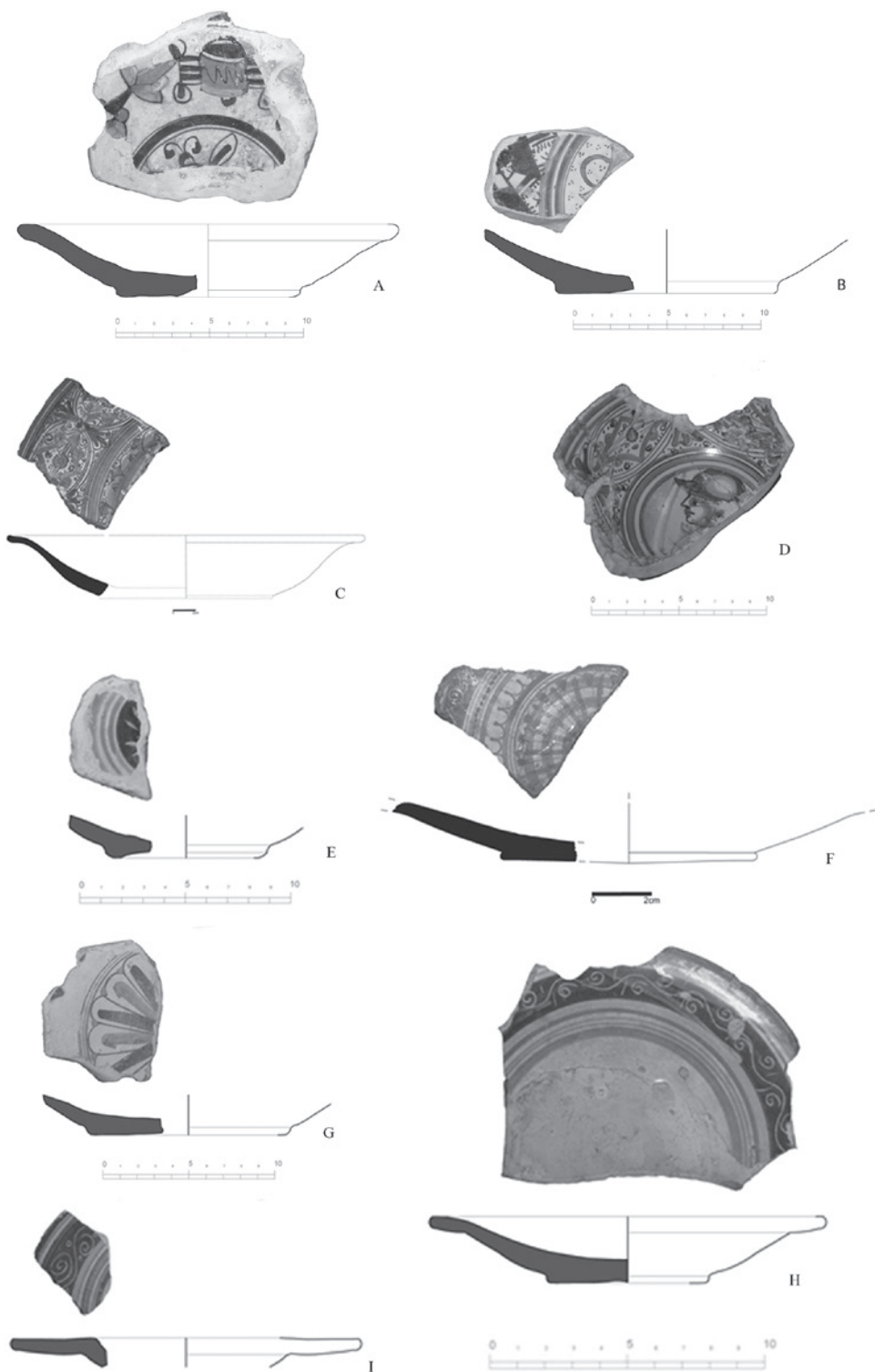
HESS, Catherine (2004) – *The Arts of Fire: Islamic influences on glass and ceramics of the Italian Renaissance*. J. Paul Getty Museum, Los Angeles, USA, 2004.

JASPERS, Nina Linde. (2013) – *Harlingen tin-glazed pottery*. Amsterdam: Terra Cota Incognita.

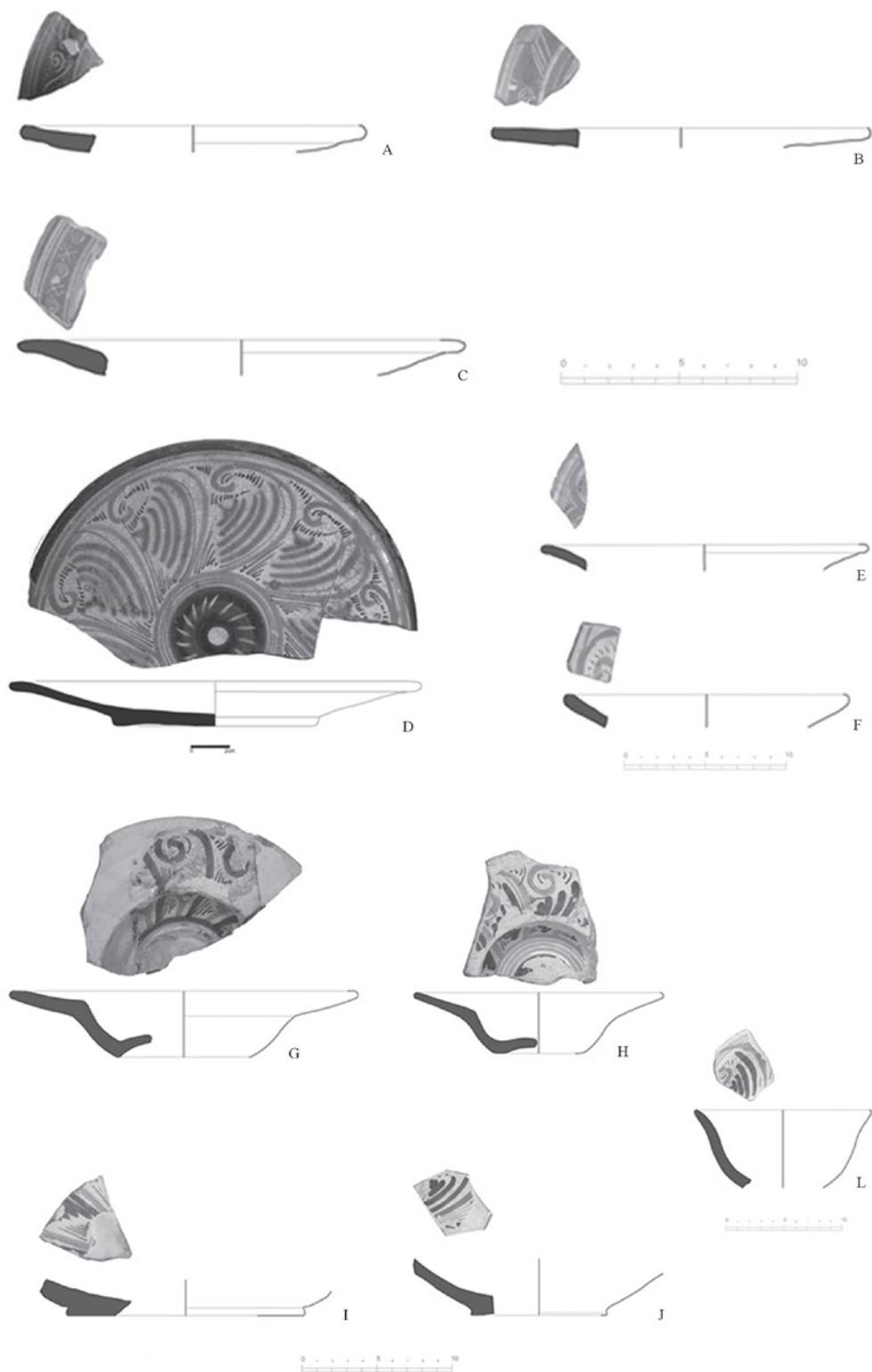
KINGERY, David W.(1993) – “Painterly maiolica of the Italian renaissance”, in *Technology and Culture*, vol. 43, nº1, pp. 28-48.

SEVERINO RODRIGUES, J. A.; BOLILA, Catarina; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, José Pedro; RIBEIRO, Inês; SIMÕES, Sara Teixeira. (2012) – “As cerâmicas modernas da Fortaleza de N. Sr.ª da Luz, em Cascais” “Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna” in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna. Arqueoarte*. Lisboa: Europress. pp. 865-876.

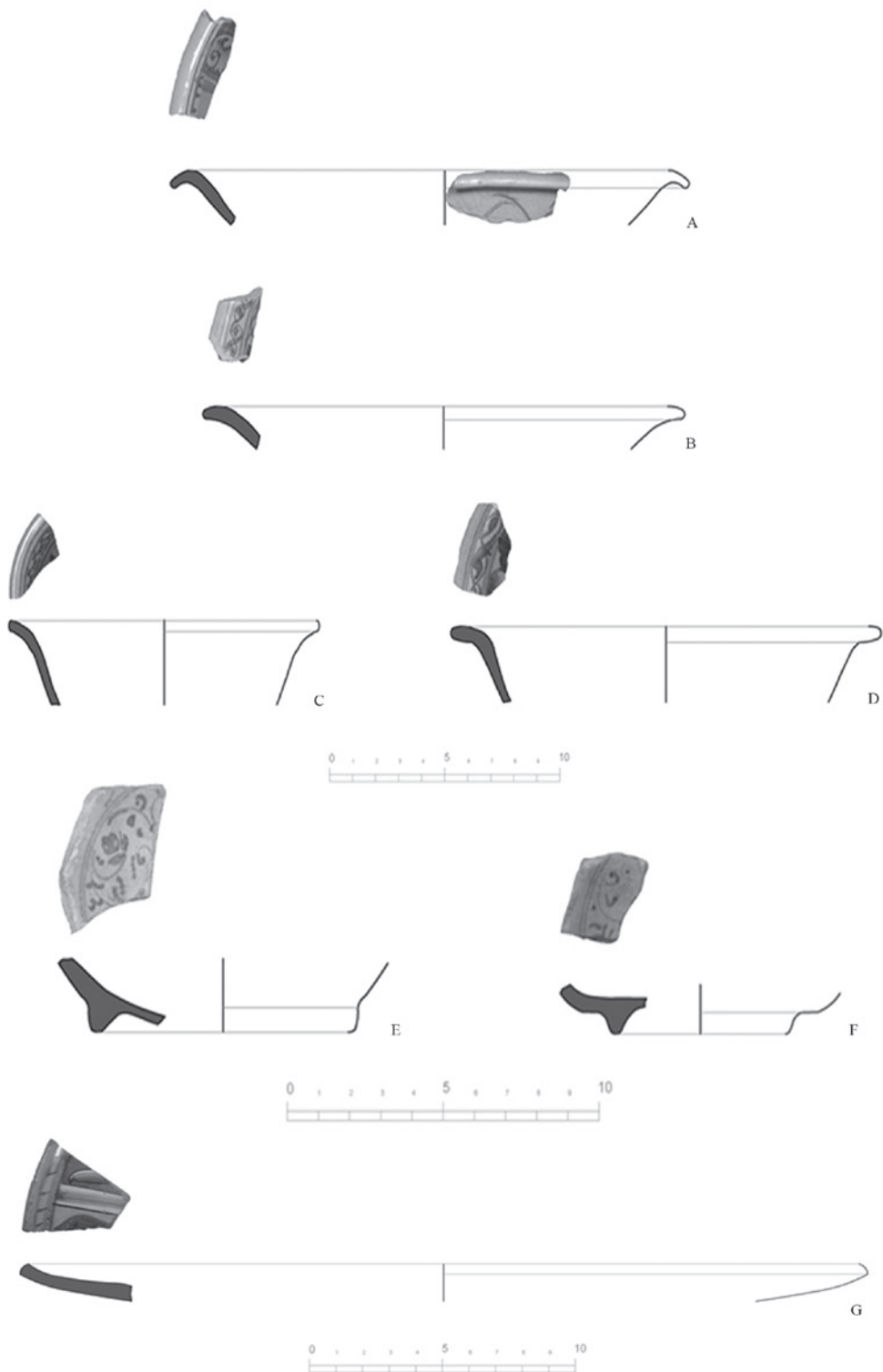
SILVA, Rodrigo Banha da; MIRANDA, Pedro; VIEIRA, Vasco Noronha; VICENTE, António Moreira; LOPES, Gonçalo C.; NOZES, Cristina. (2012) – “Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna” in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna. Arqueoarte*. Lisboa: Europress. pp. 71-84.



Estampa I – Temáticas decorativas das oficinas do Montelupo Fiorentino. A – a tambori e armi; B – a nastri spezzati; C e D – a ovali e rombi; E a G – a fiori centrale; H e I – a blu graffito.



Estampa II – Temáticas decorativas das oficinas do Montelupo Fiorentino. A a C – a *blu graffito*; D a L – a *spiral arancio*.



Estampa III – Temáticas decorativas da Liguria (A-F) e Deruta (G). A – a quartieri; B a D – calligráfico a volute di tipo B; E e F – calligráfico a volute di tipo C; G – prato a quartieri policromo.

FRAGMENTOS DE *CELADON* DE LONGQUAN DO LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO (ALFAMA)

Vasco Noronha Vieira

IAP – Universidade Nova de Lisboa / vav@sapo.pt

Resumo

O *Celadon* é uma produção cerâmica chinesa pouco conhecida em Portugal, e o conjunto aqui apresentado inclui os primeiros fragmentos identificados em contextos arqueológicos em Lisboa. Este artigo inclui igualmente um resumo das características evolutivas da produção destes materiais para uma melhor identificação e análise de possíveis fragmentos desta natureza.

Palavras-chave: Celadon, Lisboa, China, Grés; Importação, Séculos XVI/XVII.

Abstract

The *Celadon* is a Chinese ceramic production practically unknown in Portugal, and the collection presented in this study includes the first identified fragments found in archaeological contexts in Lisboa. This study also includes a summary of the evolutionary characteristics of this type of productions to facilitate a better recognition and analysis of possible pieces of this sort of ceramics.

Keywords: Celadon, Lisbon, China, Stoneware, Imports, XVI/XVII Centuries.

1. INTRODUÇÃO

O *Celadon* é um tipo de produção oriunda da China e refere-se a um conjunto de cerâmica caracterizado por pastas de grés, com coloração normalmente cinza, e um revestimento de vidrado verde, remanescente do jade cuja produção ter-se-á iniciado entre os séculos III e VI, embora tenha atingido uma maior perfeição técnica e auge comercial a partir do século VII, durante a Dinastia Tang, prolongando-se até à Dinastia Ming, embora hoje em dia ainda se produzam cerâmicas com estas características técnicas.

Trata-se de um tipo de produção que raramente se encontra em contexto arqueológico em Portugal, o que por consequência, provoca uma lacuna no estudo sobre estas importações orientais.

O conjunto aqui analisado consiste em três fragmentos oriundos do Largo do Chafariz de Dentro em Alfama, quando foi intervencionado entre 2007 e 2008, pelo Museu da Cidade, com direcção científica de Dr. Rodrigo Banha da Silva, Dra. Cristina Nozes e Dr. Pedro Miranda do gabinete da UPA (Unidade de Projecto de Alfama).

Esta intervenção arqueológica urbana foi motivada pelo projecto de instalação de uma estrutura de saneamento básico de águas residuais de Lisboa. Os resultados arqueológicos obtidos nesta intervenção encontram-se actualmente em estudo.

De um modo resumido, estes fragmentos provêm de um depósito de aterro que se encontrava sob uma estrutura do Século XVI – o *Chafariz dos Paos* (SILVA, MIRANDA, VIEIRA, VICENTE, LOPES, NOZES, 2011) de onde surgiu uma grande variedade de cerâmicas locais e de importação, como majólicas italianas e holandesas, produções espanholas, vidros venezianos, *stoneware* germânico, assim como porcelanas chinesas e fragmentos de *martabã*.

2. O CONCEITO DE CELADON

O conceito *Celadon* terá aparecido pela primeira vez na França no século XVII, e o nome deriva da personagem do pastor Celadon da obra literária france-

sa *L'Astrée* (1627) de Honoré d'Urfé, que usava fitas de um verde pálido. Outra teoria é que o conceito é uma alteração do nome do Sultão Saladin (Salah ad-Din), que em 1171 enviou quarenta peças de cerâmica para Nur ad-Din, o Sultão da Síria. Ainda há uma terceira teoria que afirma que o termo deriva do sânscrito *sila* e *dhara*, que significa “pedra” e “verde” respectivamente (MATOS, 1996: p. 46).

A qualidade da produção depende da espessura do vidrado e o tipo de pasta em que é aplicado. Apesar de apresentar uma variedade cromática no vidrado, as tonalidades mais conhecidas vão de um verde muito pálido até ao verde-escuro e intenso, justamente para imitar as tonalidades do jade.

A coloração deve-se a uma pequena quantidade de óxido de ferro (1 a 3%) e a uma cozedura redutora. O tom mais azulado ou esverdeado depende tanto da temperatura como do momento em que o processo redutor começou. O óxido de ferro tem a tendência para se tornar mais azulado quando cozido em ambiente redutor, e mais acastanhado ou amarelado em ambiente oxidante. Portanto, um *Celadon* com tonalidade azul ou verde foi produzido num ambiente redutor, e castanho ou amarelo sofreu algum grau de oxidação. A temperatura de cozedura é referida como sendo entre os 1180° e os 1280°. As peças mais verdes seriam cozidas nos valores mais elevados, entre os 1250 e os 1280° (MEDLEY, 1999: p. 147).

Originárias da China, estas produções estão associadas essencialmente aos centros oleiros da região de Longquan. É juntamente com a porcelana Ming, um dos mais bem conhecidos exemplos de produção cerâmica chinesa, e pode ser encontrada em países ao longo da rota da seda, cobrindo o Sul, Sudoeste e Oeste da Ásia, Médio Oriente, e costa Leste de África.

Na generalidade, os centros oleiros do Sul da China terão inventado e aperfeiçoado a técnica do *Celadon*. Os fornos de Longquan particularmente, terão tido uma reputação a nível internacional. Grandes quantidades de *Celadon* de Longquan foram exportadas para o Leste e Sudeste asiático, e para o Médio Oriente entre os séculos XIII a XV. Este tipo de

produção foi uma parte importante da economia de exportação da China por mais de 500 anos.

Os autores mais antigos referem-se a *Celadon* como porcelanas, um erro refutado pelo Capitão F. Brinkley, que afirma que os *Celadons* das dinastias Sung, Yuan e Ming são grés, revelando uma variação considerável em respeito á depuração e espessura da pasta, mas nunca possuindo a translucidez da porcelana. (COLE, 1922: p. 22) Em quase todos os casos e de acordo com o autor, é possível definir a cronologia de uma peça de celadon, ou pelo menos o seu local de produção – China, Japão, Coreia ou Sião.

3. ELEMENTOS EVOLUTIVOS PARA A IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE CELADONS

Para um melhor estudo e compreensão das peças deste conjunto, é fundamental uma análise evolucionária e cronológica das características de formais e decorativas desde os seus primórdios até à Dinastia Ming.

A cerâmica com vidrado, remanescente do *Celadon* terá começado no período das seis dinastias (220-580) (GODDIO et al, 2002: p. 86).

Os exemplos mais antigos de *Celadon* a que se pode denominar por *proto-Celadon* correspondem a estes períodos dinásticos (220-580), e normalmente possuem uma coloração mais acastanhada resultante de cozedura ainda imperfeita oxidante. Os exemplos mais primitivos foram recolhidos de sepulturas um pouco por toda a China. (GOMPERIZ, 1958: p. 2).

3.1. Dinastia Tang (618-907)

Durante a dinastia Tang dá-se um desenvolvimento na produção de peças vidradas, que passaram a ter um cuidado mais especial na sua concepção e elaboração. Distinguem-se das épocas anteriores devido ao cuidado dado às diferentes partes dos recipientes (pé, bojo, gargalo, boca), com vidrados que começaram a apresentar varias tonalidades. Começou-se assim a utilizar o cobalto e o chumbo

para dar uma tonalidade azul, óxido de ferro para a tonalidade verde ou amarelo-escuro e o antimónio para uma tonalidade amarelo-clara. (DAVID, 1966: p. 62) Já no século IX acrescentaram-se tons azulados ao verde oliva, prelúdio das produções Sung que se seguiriam (*idem*, p. 97). É a partir do momento em que se passa a incluir o chumbo e o cobalto na concepção do vidrado que se pode denominar estas produções verdadeiramente por *Celadon*.

As cerâmicas mais vistosas do período Tang são as que foram recuperadas de necrópoles de elites locais (AYERS, 1985: p. 28). A ideia que se tem para o uso do *Celadon* é que seriam peças de prestígio, o que não corresponde à realidade. De facto, tal como as outras peças em grés manufacturadas na China, o *Celadon* também tinha uma funcionalidade quotidiana, já que não havia a ideia do fabrico de cerâmica apenas com objectivo estético e decorativo pois as peças tinham uma função prática.

As principais formas produzidas neste período seriam potes, taças, tigelas e vasos com corpo globular e trípodes, que seriam peças pequenas, com pouca espessura de pasta e um vidrado mais espesso. São formas relacionadas com os rituais diários das comunidades, que consomem alimentos em recipientes individuais, e por isso, de pequena dimensão e espessura.

Os fornos mais antigos conhecidos e identificados encontram-se nas localidades de Lisui Lubukeng e Quiqyuan Huagtan (NK Koh, 2012), mas os mais produtivos seriam os de Kong-Hien e Ju, que não se limitavam a produzirem só este tipo de cerâmica. Desenvolviam novas formas e técnicas de fabrico que seriam ilimitadas de acordo com a importância da encomenda e o poder de compra do cliente que a encomendava. Kong-Hien, por exemplo, fabricava em simultâneo porcelanas brancas (DAVID, 1966: p. 64).

A produção expandiu-se por mar para o Próximo Oriente, facto confirmado por datações efectuadas com base em fragmentos encontrados em contextos de cronologia bem definida. Exemplo disso é o caso da cidade de Samara, onde em residências dos califas abássidas (836-932) foram descobertas

grandes quantidades de fragmentos de cerâmica e porcelana Tang, que vieram ajudar a datar as cerâmicas e os fornos encontrados na China neste período dinástico. (DAVID, 1966: p. 63)

Mercadores ocidentais levaram para o Oriente formas de origem helenística e persa, que iriam influenciar formalmente as produções de grés.

3.2. Dinastia Sung (960-1279)

Entre 960 e 1279 instala-se a dinastia Sung que fica marcada pelo que é unanimemente considerado o período de auge da produção de *Celadon*.

Dá-se um importante conjunto de desenvolvimentos nas técnicas de fabrico de cerâmica que também se fizeram sentir nos aspectos estéticos. As artes e letras floresceram sob o patrocínio de imperadores cultos e pacíficos, com gosto pelo colecionismo e talvez os maiores mecenas da arte chinesa. Estilisticamente o grés do período Sung, é tão inventivo e diferente que parece representar um outro mundo (AYERS, 1985: p. 46).

Passou a haver uma escolha mais cuidada do grés para a produção da pasta, com uma maior depuração.

A base das peças passou a ser também cobertas por algum tipo de revestimento, o que não acontecia com muita frequência no período anterior. Por isso, os procedimentos de cozedura também progrediram, com a utilização de apoios cónicos em argila refractária para sustentarem as peças.

A dinastia Sung dividiu-se em dois períodos geopolíticos, que se reflectem nas características da produção cerâmica.

Entre 960 e 1127 dominou o período conhecido como Sung do Norte.

Começa nesta altura a produção de Longquan, que se tornou o principal centro produtor, elaborando até à dinastia Qing (NK Koh, 2012).

O tipo de forno usado, que não variavam muito nestes centros oleiros, é o forno "dragão" – túneis longos abertos na encosta da colina. Podiam cozer vários milhares de peças de cada vez – mais económico e maiores quantidades para transporte (GODDIO et al, 2002: p. 86)

Em termos formais, continuam a predominar as taças e pratos pequenos, com diâmetros até 20 cm, forma tradicionalmente chinesa, de espessura fina, totalmente vidrados.

As pastas deste período Sung apresentam uma consistência forte, cada vez mais bem depurada, com aspecto quase de porcelana, e com coloração cinzenta ou cinzenta clara.

Os vidrados evoluíram desde as primeiras produções, que apesar de ainda reterem influências das produções Tang, de tom verde-claro transparente e fino, passaram para a característica tonalidade de verde oliva, mas também havia produções com verde acinzentado ou verde amarelado. O aspecto do vidrado passa a ser mais opaco, numa tentativa de reproduzir o brilho e opacidade do jade. (GODDIO et al, 2002: p. 86). Até então, algumas peças mostravam um craquelé na superfície, resultado de arrefecimento demasiado rápido, mas as produções de Sung do Norte mais tardias começaram a ostentar craquelé propositado como efeito estético, cujas linhas seguiam a forma das peças (MATOS, 1996: p. 46).

Os motivos decorativos deste período caracterizam-se pela presença de linhas curvas verticais e de pétalas de lótus estilizadas na parede exterior, e motivos florais incisos ou linhas em ziguezague no interior.

Estes elementos eram elaborados por incisão de forma cuidada, dando uma ilusão tridimensional aos motivos.

Entre 1127 e 1279, dá-se o período Sung do Sul, que é caracterizado por uma produção multifacetada que é considerada o auge da produção de *Celadons*, prolongando-se até ao período Yuan.

Os centros de Longquan e Fujian foram os mais produtivos neste período, embora as zonas de Hang-Chou e Chi-Chou produziram igualmente em grande quantidade. As peças provenientes de Longquan, eram mais cuidadas enquanto que as provenientes de Fujian eram mais bem elaboradas, mais destinadas a população em geral. (NK Koh, 2012).

A exportação continuou a ter um lugar de destaque neste período, onde continuaram a ser procu-

rados pelas suas características estéticas e míticas. Há relatos de exportação para a Ásia, África e Médio Oriente. No Egipto, foram encontrados fragmentos de uma produção oriunda dos fornos de Yueh, com revestimentos de cor verde-azulada bastante aperfeiçoados, com decorações gravadas ou impressas. Chão Ju-Khua, um cronista do período Sung, e membro da casa imperial, relata a exportação de cerâmica *Celadon* para o Bornéu e Filipinas nos inícios do século XIII (COLE, 1912: p. 20).

Influenciada pelos compradores muçulmanos que consumiam em grande quantidade as peças em *Celadon*, dá-se a introdução de novas formas. Começa-se a produzir jarros e pratos de maiores dimensões (30 a 40 cm de diâmetro). Era uma questão cultural e de hábitos, pois na China, as refeições são efectuadas em pratos e taças individuais, enquanto que na cultura muçulmana, a refeição é um ritual em comunidade, e utilizam pratos de maiores dimensões. Passa a haver uma maior variedade de formas, mas predominam ainda as peças de menor diâmetro e volume.

Os oleiros de Longquan introduziram uma nova composição de vidro, com uma viscosidade mais elevada, que não escorre, e tem um toque mais suave, o que veio contribuir para a qualidade estética das peças. Para aumentar a espessura do vidro foi desenvolvida uma técnica de cozedura múltipla e colocação de várias camadas de vidro. Na maior parte das peças, pode-se encontrar um vidro de altíssima qualidade, sem apresentar craquelé, embora haja excepções. A tonalidade verde suave e o verde ameixa tornaram-se nas cores mais populares.

As características decorativas de Sung do Sul consistem em formas incisivas sob o vidro formando linhas curvas, pétalas de lotus e peónias, dragões, peixes ou a fénix.

As linhas em ziguezague desaparecem nesta altura. E as pétalas estilizadas são separadas por pequenos S (NK Koh, 2012). A ideia de tridimensionalidade dada pelas incisões atinge o seu esplendor máximo com peças extremamente detalhadas. Exemplos podem ser encontrados no Museu Gui-

met em Paris ou em Portugal, no Museu da Fundação do Oriente.

Começam a ser aplicadas as primeiras decorações a molde, com formas zoomórficas, nomeadamente um conjunto de dois peixes, associados a felicidade e a uma vida pacífica e harmoniosa. Simbolizam igualmente abundância e plenitude, seja em termos de alimentação, saúde, e fertilidade. (CHEVALLIER et al, 1982: p. 515). É um motivo que vai prolongar-se ao longo de toda a produção de *Celadon*, até à dinastia Ming.

No Field Museum em Chicago, existe um prato deste período, com grandes dimensões, adornado ao centro com a representação aplicada em relevo de um dragão perseguindo uma pérola. É um indicativo de que os dragões eram usados como motivo decorativo em cerâmica antes das porcelanas. (COLE, 1912. p. 26). Outro exemplo de um prato deste tipo pode encontrar-se no Museu de Shanghai (www.arts.cultural-china.com).

Ao grés cinza, passou a ser adicionada uma argila vermelha chamada *zijin* que veio dar uma maior resistência e permitiu assim a concepção de peças mais finas e com maior qualidade (NK Koh, 2012).

3.3. Dinastia Yuan (1279-1368)

Em 1279, os Mongoís liderados por Gengis Kahn conquistaram a China, e com esse acontecimento, terminou a dinastia Sung. A presença Mongol não trouxe um estilo próprio de produção, e os seus métodos de expressão pode-se dizer que seriam *limitados* e foram forçados a adoptar não só o estilo de administração, mas também as cerâmicas dos povos conquistados (JENYNS, 1953: p. 18)

As formas deste período transitivo destacam-se por serem cada vez mais variadas, continuando a surgir muitas peças de pequeno volume (taças e pratos) em paralelo com as grandes formas para exportação. Os vidrados são mais suaves e com o toque vítreo, para acentuar o efeito de jade aperfeiçoado em finais de Sung do Sul (NK Koh, 2012).

Tal como aconteceu na transição entre os períodos Tang e Sung, também é preciso ter em consideração um período de transição entre as dinastias

Sung do Sul e Yuan, em que as peças produzidas ainda eram de grande qualidade, diminuindo ao pouco com o tempo.

As taças de bordo plano com a aplicação de peixes, e até outros animais são uma forma bastante comum a partir de meados do século XIII. A espessura do pé parece ser um indicativo cronológico para estas formas neste ciclo de transição, sendo de espessura mais fina em Yuan do que em Sung do Sul (NK Koh, 2012).

As peças para exportação eram mais largas e espessas, pois as famílias imperiais muçulmanas privilegiavam o uso dos *Celadons* verdes nos banquetes. Estas tinham a reputação de *transpirar*, mudar de cor, ou até mesmo quebrar-se na presença de venenos (VAINKER, 1991: p. 136) Foram largamente exportados para o Médio Oriente até os inícios do século XV, ou seja, até à dinastia Ming, onde deixaram de poder competir com as produções azul e branco de Jingdezhen, que nessa altura também já eram admiradas na China. O advento da produção de porcelana com decoração a cobalto veio provocar uma revolução. Por causa de uma cada vez maior procura das porcelanas, as formas de *Celadon* começam a perder a delicadeza característica das produções Sung.

Longquan continuava a dominar a produção, e a procura das peças maiores e mais difíceis de elaborar demonstram a qualidade dos oleiros desta região, em resposta à procura externa de *Celadon* (p. 48). A região ainda considerada uma referência e deu origem a que outros centros oleiros como Huiyang e Sacun na vila de Xin'na comessem a imitar as formas de Longquan (GODDIO et al, 2002. p. 86)

A partir do século XIV quando as influências Sung deixaram de se sentir, o período de maior exportação provocou algumas alterações nas produções, para responder de forma rápida e económica à procura. Os vidrados começaram a perder qualidade e passam a ser mais simplificados, com apenas uma camada fina por questões económicas. A coloração predominante passou a ser o verde amarelado e o verde acinzentado, e o aspecto e toque do jade desvanece aos poucos.

As pastas de Longquan continuam a ter qualidade, com coloração cinzenta clara ou branca.

O processo de cozedura sofreram uma alteração que se vai reflectir no aspecto final das peças. As bases cónicas foram substituídas por um disco de cerâmica refractária onde assentam as peças, o que faz com que no bordo e na base surja um anel de grés sem vidrado, com coloração avermelhada ou acastanhada, resultante do momento da cozedura do vidrado. A cor resulta do contacto directo da pasta sem vidrado às altas temperaturas necessárias para a cozedura do vidrado. Este factor é um elemento que pode ser utilizado com muita segurança na atribuição de cronologia, separando um período antes e após a mudança do processo de cozedura. Se as peças apresentam o anel avermelhado ou acastanhado, pertencem certamente ao período Yuan médio (século XIV) em diante, até à dinastia Ming.

Em termos de morfologia das formas, predominam os pratos de grande diâmetro e espessura, superiores a 40 cm, potes, jarros de grandes dimensões assim como jarros para vinho normalmente com tampa (MEDLEY, 1999. p. 148). Para responder à procura, e assim, para uma necessidade cada vez mais crescente de produção em massa e com maior rapidez, em Longquan passam a ser utilizados moldes para as peças mais simples, como jarros globulares, que eram feitos em duas metades que eram depois juntas, tal como os pratos de grandes dimensões. Estas peças eram cozidas sem qualquer cuidado em relação ao fundo. (GODDIO et al, 2002: p. 86)

A cozedura era feita sobre discos de cerâmica que era colocada em caixas igualmente de cerâmica refractária, sendo algumas dessas caixas massivas o suficiente para acomodar as peças cada vez maiores (MEDLEY, 1999: p. 148).

A decoração aplicada em relevo tornou-se bem mais acentuada neste período que em anteriores, com destaque para a introdução a partir de meados do século XIII do motivo do dragão entre nuvens, que vem substituir o motivo do dragão a perseguir uma pérola em chamas, que tinha uma forte simbologia no período Sung. (GODDIO et al, 2002: p. 85).

Exemplares dessas peças podem ser encontrados no Museu Topkapi Sarayi em Istambul (POSSELLE, 1999, nº 73 e 74) ou no Percival David Foundation (GOMPERIZ, 1958, nº 77). A preferência pela aplicação em molde na área central das peças está relacionado com o facto de este tipo de decoração demorar menos tempo a aplicar do que a decoração incisa que requeria uma maior precisão. Apesar disso, a incisão manteve-se como elemento decorativo, embora com uma notória perda de qualidade.

Surgem linhas paralelas no exterior junto ao bordo das taças, que começam igualmente a ser mais ovaloides e com um pé mais espesso (NK Koh, 2012).

3.4. Dinastia Ming (1368-1644)

É durante a dinastia Ming que o *Celadon* começa a sofrer um declínio tanto na quantidade produzida, como na qualidade das peças. O desenvolvimento em grande escala das produções de porcelana azul e branca é um sinal da mudança de gosto que ocorreu nesta altura (AYERS, 1985: p. 13).

As primeiras peças de *Celadon* trazidas da China para a Europa, no século XIV eram oferecidas como presentes entre as casas reais europeias, chegando à Europa através da Rota da Seda. Os primeiros europeus a comerciar directamente com a China foram os Portugueses, que chegaram a Guangzhou em 1517 (VAINKER, 1991: p. 143). Até ao Século XV, os *Celadons* eram grandemente exportados para o Médio Oriente, mas nessa altura deixaram de poder competir com as produções azul e branco de Jingdezhen, que também já eram admiradas no interior do território da China (*idem*. p. 136).

Muitos dos fornos encerraram com a falta de procura de produções de *Celadon*, mas os fornos de Longquan continuaram a produzir durante a dinastia Ming até ao fim da dinastia Qing, já no século XX.

Adaptando-se aos novos gostos internos, mas igualmente internacionais, começam a ser elaboradas peças com decoração semelhante a porcelana (GODDIO et al, 2002: p. 86), nomeadamente grandes motivos florais, com forte presença da flor de lotus e as peónias. Apesar da crescente procura de porcelana de Jingdezhen, o *Celadon* de Longquan

continua a ser requisitado a nível externo, embora a qualidade das peças esteja progressivamente a diminuir.

O Japão, na Coreia e na Tailândia também contribuem para o declínio da produção ao começarem a fabricar imitações que vão ter grande procura no Sudeste Asiático, embora a qualidade destas produções sejam inferiores, tanto a nível de pastas que apresentam uma depuração bastante menor, como de vidrados que não apresentam o qualquer qualidade de acabamento e uniformidade, mostrando muitas vezes escorrecias provenientes da má aplicação dos vidrados.

A grande maioria das peças exportadas para a Europa era pratos decorados com flores incisas sob o vidrado. Algumas eram guarnecidas com aplicações a molde, quase exclusivamente de peixes e com os dragões entre nuvens. Os pratos eram espessos e pesados, com pasta cinzenta clara ainda de grande qualidade. (JENYNS, 1953: p. 140).

As formas espessas substituem quase por completo as formas mais finas devido ao mercado das porcelanas, pois apenas as formas mais maciças de *Celadon* continuam a ser procuradas. No período inicial da dinastia Ming, que sofre ainda a influência decorativa e formal do período final de Yuan, são produzidos pratos de grandes dimensões apresentando alguma qualidade de vidrado, preenchidos com motivos florais moldados ou incisos no interior. As melhores peças ainda podiam ser revestidas com mais do que uma aplicação de vidrado. Já a partir do século XV, a qualidade das produções diminuiu acentuadamente, mas a produção não cessou.

Do século XV em diante, passa a haver um menor cuidado e qualidade de vidrado, que se torna tão fino que muitas vezes a translucidez revela a cor da pasta. É uma característica que se tornou típica das peças de *Celadon* Ming. Esta pouca espessura dos vidrados veio associar-se a outra característica, que, embora já existisse desde o período Sung, veio tornar-se mais comum nos *Celadons* Ming: o craquelé. Inicialmente surgiu como acidente de cozedura, mas os oleiros começaram a obtê-lo voluntariamente, juntando um ingrediente especial

ou provocando arrefecimentos bruscos (MATOS, 1996. p.46). Algumas das peças presentes no Museu Fundação do Oriente, ou um exemplar de um jarro que pode ser visto na Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves apresentam esta característica do vidrado com craquelé.

Outro aspecto que se veio a acentuar é a ausência de vidrado no pé anelar, com alguma escorrença demonstrativa da crescente falta de cuidado no acabamento das peças. Embora não seja uma característica infalível para classificar uma peça Ming em relação a uma peça do período Yuan, é um aspecto que ajuda a atribuir uma provável cronologia destas peças para este período, pois quanto menos cuidado for o acabamento do pé, mais provável que seja uma peça mais tardia da dinastia Ming.

As incisões e moldes aplicados sob o vidrado continuam a ser os motivos decorativos por excelência, mas a pouca espessura dos vidrados revelam a tonalidade da pasta, mais notoriamente nos locais da aplicação dos moldes que continuam a ser predominantemente peixes e dragões entre nvens. Nos fins do século XV a qualidade da decoração diminui, passando a ser mais esquemática e simples (GODDIO et al, 2002: p. 86), e os motivos incisos eram copiadas das produções de porcelana (VANKER, 1991: p. 136).

Outro aspecto importante para a classificação das peças *Celadon* do período Ming, é a existência de duas produções distintas com fins diferentes dentro do território chinês:

- Uma Produção Imperial exclusiva para consumo palaciano, mais bem feitas e com um maior cuidado de acabamento;
- Uma Produção Não-Imperial onde estão incluídas as características acima descritas, e que é a mais comum, pois eram as peças exportadas, e as para o consumo interno mais geral. Os grandes pratos com decorações incizas no centro são as formas mais características desta produção, com um pé mais espesso que em Yuan e bordos com recorte floral.

A datação do *Celadon* de Longquan não é particularmente fácil, apesar da existência de características inerentes a cada período. Pode dizer-se que as peças mais simples e de menor dimensão com ausência, ou escassa decoração, essencialmente incisa, com um acabamento mais cuidado, são mais antigas, e as peças mais maciças e volumosas, por vezes com decoração mais elaborada e cuidada, aplicação de moldes e com o pé com menor cuidado, mais espesso e sem vidrado, mais tardias.

Mas apesar de tudo, é preciso ter cautelas na atribuição de cronologias, pois as características mais comuns presentes em cada período, não lhes são exclusivas. É necessário ter em conta os períodos de transição entre cada dinastia, que transporta ainda muitas se não quase a totalidade das características do período precedente, e onde começam a surgir os primeiros sinais das características evolutivas presentes no período subsequente.

A mudança das formas das produções está directamente relacionado com o mercado de exportação, e com a diferença entre a cultura chinesa e muçulmana que consumiam cerâmicas de maior dimensão e espessura, relativamente às peças do mercado interno chinês, ou do Sudeste Asiático. As diferenças dos hábitos alimentares foram marcantes para a alteração formal dos *Celadons*. Do início do século VIII até ao final do século XV quando enfrentaram a competição dos Portugueses, os povos islâmicos do Médio Oriente mantiveram rotas terrestres e principalmente marítimas com o Oriente. O comércio árabe, salvo alguns períodos de interregno, manteve-se desde o período Tang, passando por Sung e Yuan até Ming (JENYNS, 1953: p. 22)

Durante mais de sete séculos, o *Celadon* foi o principal produto cerâmico de exportação para o Sul e Oeste Asiático, Este e Norte de África e até para a Espanha e Mediterrâneo. Só foi substituído no século XVI quando a porcelana azul e branca passaram a ser mais cobiçadas.

4. OS FRAGMENTOS DO LCD

Nº DE INVENTÁRIO – LCD/07/2186 (Figura 1) – Prato – Fragmento de fundo com parte do pé anelar, de secção semi-circular. Pasta dura, compacta e homogénea de cor cinzenta clara (Munsell: 10Y 7/8/2). bem depurada com escassos ENP's.

A superfície interna com vidrado uniforme brilhante de cor verde-escuro, pouco espesso, com gravura incisa sob o vidrado, formando parte de uma pétala de flor de Lotus, com linhas curvas de cor verde mais escuro. A superfície externa apresenta um vidrado brilhante, de cor verde escura em 2/3 da superfície. Na área mais próxima do centro do fundo do prato, ostenta ausência de vidrado, com uma cor castanha avermelhada (Munsell: 7.5YR 4/6) baça e rugosa. Na zona do pé anelar, o vidrado é mais transparente, revelando o cinzento da pasta.

Dimensões: 7,2 cm de comprimento e 7,2 cm de largura máxima formando um formato triangular. O diâmetro do pé anelar é de 27,5 cm.

PARALELOS: GODDIO et al, 2002: p. 198, fig. 251; <http://www.vermeer-griggs.com/> (Colecção Vermeer & Griggs); <http://www.npm.gov.tw> (National Palace Museum, Pequim); POSSELLE, 1999, nº 78 e 79.

CRONOLOGIA: Século XV ou Inícios XVI – Dinastia Ming.

Nº DE INVENTÁRIO – LCD/07/2187 (Figura 2) – Taça pequena ou prato pequeno – Fragmento de parede com ligeira curvatura. Pasta dura, compacta e homogénea, bem depurada de coloração cinzenta clara (Munsell: 10Y 8/8/2).

As superfícies internas e externas apresentam um vidrado brilhante, pouco espesso, uniforme de cor verde oliva, mostrando craquelé.

Dimensões: 1,6 cm de comprimento, espessura média de 4 mm.

CRONOLOGIA: Século XVI – Dinastia Ming.

Nº DE INVENTÁRIO – LCD/07/2188 (Figura 3) – Jarro ou pote – Fragmento de parte de fundo e parede de um jarro ou pote. Com pé anelar de secção

trapezoidal, e o negativo do disco que formava o fundo da peça, aplicada após a cozedura da pasta mas anterior à cozedura do vidrado. Apresenta uma pasta dura, compacta e homogénea, bem depurada com coloração cinzenta clara (Munsell: 10Y 8/8/2).

A superfície externa oferece um vidrado semi-brilhante de cor verde oliva em toda a área, excepto no pé anelar, onde tem uma coloração castanho avermelhado (Munsell: 5YR 4/8). Entre o pé e a parede há um pequeno ressalto com vidrado que resulta da escorrência da aplicação do mesmo, anterior à cozedura.

Possui três elementos decorativos aplicado a molde sobre a pasta, cobertos pelo vidrado. Parte da imagem do corpo ondulado com escamas de um dragão, ladeado por duas nuvens, também parcialmente preservadas.

A superfície interna apresenta igualmente o vidrado semi-brilhante de cor verde oliva.

Dimensões: Altura de 16,7 cm, diâmetro de pé com 13,5 cm e espessura média de parede de 1,2 cm.

PARALELOS: Para a decoração (em pratos): CASTRO, 1992: p. 176; GOMPERIZ, 1958: nº 77; MEDLEY, 1974; POSSELLE, 1999: nº 73 e 74;

Para a forma (martabam); IMPEY, 1992: p. 14;

Para o fundo e pé: GOMPERIZ, 1958, nº 88; MEDLEY, 1974: nº 70 e 72;

CRONOLOGIA: Primeira metade do Século XVI – Dinastia Ming

5. ANÁLISE

Examinando esta colecção, as três peças apresentam como característica comum uma pasta de cor cinzenta clara, característica dos fornos de Longquan, como já anteriormente mencionei. De resto, cada uma oferece um conjunto de particularidades distintas que merecem ser analisadas em detalhe:

O fragmento **LCD/07/2186** corresponde a um prato de grandes dimensões, com parede bastante espessa e um vidrado muito fino, como se pode observar no pé anelar, onde a coloração da pasta é bastante visível. Corresponde às características formais das produções elaboradas a partir da dinastia Yuan

essencialmente para exportação e consumo fora do território chinês. Trata-se de um prato com um diâmetro possivelmente próximo ou até mesmo superior a 40cm no bordo, a julgar pelo diâmetro do pé. O paralelo encontrado no espólio recolhido no naufrágio do Junco Lena Shoal (GODDIO et al, 2002: p. 198) apresenta umas dimensões semelhantes.

A decoração incisa é pouco legível e de fraca qualidade, com incisões pouco profundas. O vidro por sua vez apesar de pouco espesso, ainda retém um toque suave e bastante vítreo, o que é uma característica que ainda parece demonstrar a influência das produções de Yuan. Os paralelos que acima referi, têm em comum a forma e dimensão, assim como a decoração na área central de uma flor de Lotus, embora o elemento floral possa variar um pouco.

Na arte e cultura chinesa, a flor de Lotus aparece muitas vezes associada á figura feminina. Um prato em celadon com a flor de Lotus como motivo central, parece estar mais associado não á vertente sexual feminina, mas muito mais provavelmente a um símbolo de boa fortuna para o casamento e de fertilidade feminina.

Neste fragmento, consegue ver-se parte do fundo com a área central sem vidrado, resultante do processo de empilhamento durante a cozedura. Este aspecto é consistente com a mudança no método de cozedura que aconteceu no período Yuan e com os exemplos do National Palace Museum e da colecção Vermeer & Griggs, onde também se pode observar este aspecto que não se limita aos pratos, mas a todas as formas produzidas nestes período.

Os três exemplares referidos como paralelos, têm uma cronologia atribuída para o final da dinastia Yuan e inícios da dinastia Ming, ou seja, segunda metade do século XIV e inícios do século XV, cronologia que igualmente proponho para este fragmento, com base nestes paralelos estudados e nas características que descrevi, que se enquadram estilisticamente no período de transição entre as duas dinastias, pois apresenta um vidrado bastante fino, com decoração pouco cuidada, mas também ainda possui um vidrado com alguma qualidade, ao contrário do que se vai encontrar no período Ming pleno.

Em contexto europeu, este prato de grandes dimensões teria uma utilização meramente estética e decorativa e não uma função pratica.

O fragmento **LCD/07/2187** devido à sua reduzida dimensão, pouco se pode concluir, mas mesmo assim, permite algumas elações.

A pasta possui uma espessura menor em relação aos outros dois fragmentos, mas também porque pertence a uma peça de menores dimensões. O vidrado apresenta igualmente uma espessura muito reduzida mesmo tendo como elemento comparativo a espessura da pasta, apontando assim para uma cronologia Yuan ou Ming inicial, tal como o fragmento anterior. Mas a coloração e consistência da pasta é semelhante à pasta da peça LCD/07/2188, o que não só parece indicar que possam vir do mesmo centro oleiro, como terem uma cronologia semelhante.

Parece pertencer a uma pequena taça, ainda reminiscente das formas mais delgadas das produções iniciais que poderá ter tido uma utilização pratica, mas também uma utilização meramente decorativa e estética.

O fragmento **LCD/07/2188** corresponde a uma forma de grandes dimensões semelhante a um grande pote, ou jarro, mas devido à ausência da parte superior da peça, não é possível identificar com precisão a forma. Não encontrei paralelos entre as produções de celadon para esta forma, tendo em conta, o aspecto do elemento decorativo que apresenta, nomeadamente o dragão e as nuvens, aplicadas a molde. Os jarros e potes deste tipo de produção apresentam essencialmente decorações a molde, mas geométricas ou predominantemente fitomórficas (GOMPERIZ, 1958: nº 82 e 90).

Durante a dinastia Ming, as formas e as decorações em celadon começaram a imitar as porcelanas que possuíam uma maior popularidade entre os comerciantes estrangeiros. Esta peça parece reflectir essa realidade, sendo difícil encontrar outras semelhantes em celadon. Poderá ter sido uma peça feita por encomenda justamente para imitar uma forma da porcelana ou mesmo em martabã.

A qualidade do vidrado deste jarro/pote é no-

toriamente menor, comparando com os fragmentos anteriores, nomeadamente com o prato LCD/07/2186. Além da pouca espessura, já não apresenta o brilho do exemplo anterior, embora esta característica possa estar relacionada com processos pós-deposicionais, e com o contexto húmido da U.E [029]. Tem uma coloração mais suave, e no pé revela escorrências de vidrado, o que revela pouco cuidado no processo de acabamento. O pé anelar apresenta uma total ausência de vidrado, não só na superfície que assentou no disco de cerâmica, no forno, durante o processo de cozedura, mas igualmente em toda a superfície externa e interna do pé, revelador igualmente do pouco cuidado dado ao acabamento. Este tipo de pé encontra-se em exemplos de jarros e potes, embora formalmente diferentes deste, mas ajudam a indicar uma provável cronologia. Na superfície interna, encontra-se preservado o negativo do disco de grés que estava colocado no interior, como se pode encontrar num exemplar no Percival David Foundation (GOMPERIZ, 1958: nº 88; MEDLEY, 1974: nº 70 e 72).

Quanto à decoração, consiste na aplicação de um dragão rodeado por nuvens, sendo visíveis duas colocadas a um nível inferior do dragão, do qual apenas está presente parte do corpo ondulado, com escamas. Apesar de parcial, é possível fazer uma análise da forma de aplicação e da simbologia destes elementos. Iconograficamente, pode representar duas cenas ligeiramente distintas, importantes para a simbologia chinesa: ou o dragão entre nuvens ou o dragão perseguindo a pérola em chamas. Formalmente, consistem em moldes aplicados sobre a pasta, cobertos apenas com uma camada bastante fina de vidrado, revelando em praticamente toda a superfície das aplicações, a coloração cinzenta da pasta. Considerando que as decorações, neste tipo de formas, seriam aplicadas numa posição central na parede da peça, para melhor visibilidade e tendo em consideração proporções, quase que é possível propor uma dimensão total em termos de altura. Partindo do princípio, e tendo como base outros paralelos para esta decoração, nomeadamente em pratos, por cima do dragão deveriam

existir mais nuvens semelhantes, à mesma distancia. Tendo esse factor em consideração, e medindo a distância das nuvens presentes, em relação ao fundo, é possível que este jarro tivesse uma altura entre 35 a 45 cm de altura.

O dragão é a figura hierarquicamente mais alta na simbologia chinesa, sendo um dos quatro animais mais venerados. É o símbolo imperial por excelência, mas igualmente símbolo da protecção divina (WELCH, 2008: p. 124) A sua simbologia envolve as forças colectivas da Natureza, às quais se encontra associado. E as suas representações têm sempre como objectivo inspirarem respeito e veneração pela sua figura. Simbolizam igualmente a protecção divina, e a família imperial, mas mais concretamente a figura do Imperador.

Até à dinastia Sung do Norte, o dragão era representado a perseguir uma pérola em chamas ou uma jóia em chamas, que é por vezes explicado como sendo o Sol (WELCH, 2008: p. 125), símbolo budista representativo do conhecimento e sensatez.

Com a dinastia Sung do Sul a representação do dragão rodeado por nuvens veio substituir a iconografia anterior.

Para semelhante tipo de decoração encontrei paralelos, essencialmente em pratos de grandes dimensões, extremamente comuns em contextos de exportação, como os exemplos encontrados no Topkapi Sarayai Museum em Istambul (POSSELLE, 1999, nº 73 e 74 e CASTRO, 1992: p. 176); Percival David Foundation (GOMPERIZ, 1958: nº 77; MEDLEY, 1974).

A única peça que encontrei como paralelo e que apresenta uma forma extremamente semelhante ao desta, é um pote de martabã que pode ser encontrado na Casa-Museu Guerra Junqueiro, no Porto (IMPEY, 1992: p. 14), em que não só a forma se assemelha, mas é basicamente o único exemplo de produção chinesa em grés que detectei, apresentando uma decoração aplicada a molde de um dragão entre nuvens, sem ser em pratos (a forma mais comum para esta decoração com já expliquei) ou garrafas. A altura deste pote da Casa-Museu Guerra Junqueiro é de 45 cm, o que vai de encontro à pro-

posta para a possível altura do pote em celadon aqui analisado.

Considerando a grande possibilidade deste jarro ser uma peça produzida para exportação, a simbologia do dragão perde o seu significado, tornando-se meramente um aspecto estético para embelezar a peça. O significado positivo atribuído na China à figura do dragão, vem contrapor-se a uma conotação mais negativa nos contextos Europeus, desde período Medieval, onde são consideradas criaturas negativas, agressivas e associados a conflitos e guerra.

Considerando a forma, a baixa qualidade do vidrado, associado ao tipo de decoração aplicada e ao fraco acabamento do fundo e do pé, pode-se dizer que esta peça poderá já pertencer a um período em que a produção de celadon já entrava em declínio, com produções pouco cuidadas. Poderá assim, pertencer ao Século XVI, perfeitamente consistente com o contexto arqueológico em que se insere, ou seja um período mais tardio da dinastia Ming, onde a produção de celadon já não sofria as influências do período de transição da dinastia Yuan para Ming, e dominado pelas exportações de grandes peças de porcelana azul e branca.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do estudo deste conjunto de fragmentos recuperados do Largo do Chafariz de Dentro em Alfama está relacionada com a tentativa de preencher uma lacuna no estudo de celadons em contextos portugueses, onde se tem dado maior destaque a outros tipos de cerâmica provenientes do Oriente, nomeadamente a porcelana chinesa.

Com a chegada dos Portugueses à China em 1517, a maior percentagem de peças cerâmicas que foram importadas para o Império Português pertencia às produções de porcelana azul e branca, relegando para o segundo plano os celadons. Estas peças teriam um custo mais elevado no momento da sua aquisição, e por isso, apenas as elites teriam possibilidades financeira para os poder importar, ao invés das porcelanas, bastante mais comuns, populares e ao gosto Europeu, que poderiam ser

adquiridas pelos marinheiros que participavam nas empreitadas ao Oriente, embora as peças de maior dimensão continuassem a ser quase exclusivamente adquiridas pelas elites europeias. Era normal assim a aquisição de taças e pratos em porcelana, de menor valor, por parte dos marinheiros. Tal aspecto reflecte-se no espólio recuperado do Largo do Chafariz de Dentro, onde é extremamente superior o rácio porcelanas, em relação ao celadon ou até em relação a outro tipo de produção Oriental, como os martabans, utilizados no transporte de produtos importados, e não adquiridos com o efeito estético ou de prestígio *per si*, como acontecia com as peças de celadon. Varias dezenas de fragmentos de porcelana azul e branca foram recuperadas, em comparação com os três fragmentos de celadon aqui estudados.

Durante o Século XVI, a zona de Alfama, nomeadamente a zona ribeirinha, próximo dos limites da Cerca Fernandina, era uma área essencialmente habitada por pescadores e marinheiros. Era considerada uma zona de periferia da cidade de Lisboa. Mas igualmente existiam vários palácios e palacetes de habitação de elites e nobres, assim como conventos e mosteiros que ajudam a entender a presença deste tipo de cerâmica mais dispendiosa e rara.

Por exemplo, existia durante o Século XVI na zona ribeirinha entre Alfama e a Alfandega, edifícios nobres como a Casa dos Bicos, o palácio do Senhor de Belas, o palácio dos Duques de Aveiro, o palácio dos Condes de Coculim (actual edifício Sommer), ou o Palácio Vila Flor. Na área entre Alfama e a Sé, o Palácio do Marquês de Angeja. Entre a Sé e o Castelo de São Jorge, o Paço Real ou o Paço de Dona Leonor, sem mencionar o próprio Castelo e a sua área envolvente. Já em Alfama, e não muito longe do Largo do Chafariz de Dentro, o palácio do Conde de Penela. Mas igualmente existiam instituições religiosas, que adquiriam peças importadas de grande valor e importância, o que igualmente justificariam a presença dos fragmentos de celadon nos entulhos. Por exemplo, o convento dos Lóios, perto do Castelo de São Jorge, o convento do Salvador em Alfama,

o mosteiro de São Vicente de Fora ou o convento da Graça.¹

Os entulhos utilizados para a regularização dos níveis de areias e praia do lado externo da Cerca Fernandina, para a construção da estrutura do Século XVI, devido á sua composição de grande quantidade de cerâmica de importação, associada igualmente a grandes quantidades de cerâmica comum, podem resultar de lixeiras e entulhos de despejo dessas habitações nobres e edifícios religiosos das proximidades. Uma análise a composição sedimentar da U.E. [029], e comparar os resultados com estudos sedimentológicos de camadas cronologicamente análogas das proximidades desses edifícios poderão ajudar a esclarecer a origem do sedimento usado para essa regularização.

7. NOVOS ACHADOS

Após a elaboração deste estudo sobre os fragmentos encontrados no Largo do Chafariz de Dentro, surgiram novos fragmentos em contextos distintos entre si, que merecem ser mencionados como remate desta análise.

Na Rua das Escolas Gerais – Alfama², surgiu no contexto de uma fossa de despejos pós-terramoto um pequeno fragmento de formato triangular, em tudo semelhante as características do pote/jarro LCD/07/2188, com o mesmo tipo de pasta e vidro, e vestígios de decoração a molde de forma indeterminada (Fig. 5) A cronologia assim poderá ser semelhante, atribuindo-se ao Século XVI.

Um achado fortuito nas margens do Rio Tejo, junto ao Cais das Colunas revelou um fragmento que não apresenta qualquer decoração, e tem um vidro de cor verde clara, com alguns defeitos de acabamento, com uma pasta cinzenta clara (Fig. 4). Parece pertencer ao gargalo de um grande jarro

¹ Informação gentilmente cedida pelo Dr. Pedro Miranda do gabinete da UPA, e um dos responsáveis científicos da escavação do Largo do Chafariz de Dentro.

² Escavação dirigida por Dr. António Moreira Vicente entre Novembro 2011 e Fevereiro 2012.

(MEDLEY, 1999: p. 153; DAVID, 1966: Fig. 36). A cor e qualidade do vidro parecem apontar para uma cronologia mais recente, possivelmente século XVIII ou posterior.

BIBLIOGRAFIA

AYERS, J. (1985) – *Chinese Ceramics: The Koger Collection*, Londres: Sotheby.

BEURDELEY, C. (1982) – *La Ceramique Chinoise*, Fribourg: Office du Livre.

BOULAY, A. du (1984) – *Christie's Pictorial History of Chinese Ceramics*, Oxford: Phaidon.

CASTELO-BRANCO, F. (1969) – *Lisboa Seiscentista*, 3ª Edição, Lisboa.

CASTRO, N. de (1992) – *A Cerâmica e a Porcelana Chinesas, Volume 1: Do Neolítico à Dinastia Yuan – 1368*, Porto: Editora Civilização.

CASTRO, N. de (1992) – *A Cerâmica e a Porcelana Chinesas, Volume 2: Dinastia Ming – 1368-1644*, Porto: Editora Civilização.

CHEVALIER, J.; GHERBRANDT, A. (1982) – *Dicionário dos Símbolos* Lisboa: Editorial Teorema.

COLE, F.-C.(1912) – *Chinese Pottery in the Philippines*, Chicago.

DAVID, M. (1966) – *Cerâmicas e Porcelanas Chinesas*, Milão: Martins Fontes.

GODDIO, F.; CRICK, M.; LAM, P.; PIERSON, S.; SCOTT, R.; (2002) – *Lost at Sea: The strange route of the Lena Shoal Junk*, London: Periplus, London.

GOMPERIZ, G. St. G. M., (1958) – *Chinese Celadon Wares*, London: Faber and Faber.

HELI (1996) – *Chinese Ceramics*, San Francisco: Thames & Hudson.

HOBSON, R.L.; MORSE, E. S. (1914) – *Chinese, Korean and Japanese Potteries*, New York: Japan Society.

HOBSON, R. L.(1915) – *Chinese Pottery and Porcelain: An Account of the Potter's Art in China from Primitive Times to the Present Day, Vols 1 & 2*, London.

IMPEY, O. R. (1992) – *Cerâmica do Extremo Oriente . Casa-Museu Guerra Junqueiro*, Porto: Edições Câmara Municipal do Porto.

JENYNS, S. (1953) – *Ming Pottery and Porcelain*, Londres: Faber and Faber.

- LION-GOLDSCHMIDT, D.; MOREAU-GOBARD, J.-C.; (1960) – *Arts de Chine: Bronze, Jade, Sculpture, céramique*. Friburg: Office du Livre.
- LOCSIN, L. (1970) – *Oriental Ceramics discovered in the Philippines*, Toquio: Charles E. Tuttle.
- MATOS, M. A. De (1996) – *A Casa das Porcelanas: Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa: Instituto Português de Museus.
- MATOS, M. A. De; SALGADO, M. (2002) – *Porcelana Chinesa da Fundação Carmona e Costa*, Lisboa: Assírio e Alvim.
- MEDCALF, C. J. B. (1955) – *Introduction to Chinese Pottery and Porcelain*, Londres: The Cresset.
- MEDLEY, M. (1974) – *Yuan Porcelain and Stoneware*, Londres: Faber and Faber.
- MEDLEY, M. (1999) – *The Chinese Potter*, Londres: Phaidon.
- MENDONÇA, M. (2000) – *Tombo de Três Igrejas de Lisboa: S. Pedro de Alfama, S. João da Praça e Stª Marinha do Outeiro (Séculos XV e XVI)*, Lisboa: Edições Colibri.
- NK Koh (2012) – *Longquan Celadon* [Em Linha] Disponível em WWW: <<http://www.koh-antique.com>>.
- PAES, M.; RODRIGUES, M. da C. (1980) – Espólios Sepulcrais Timorenses., In, *Revista Leba – Estudos de pré-história e arqueologia*, N°3, pp. 47-57, Lisboa: Junta de Investigação científica do ultramar – secção de pré-história e arqueologia.
- POSSELLE, L. (1999) – *Topkapi à Versailles – Trésors de la Cour Ottomane*, Paris.
- RINALDI, M. (1989) – *Kraak porcelain – A moment in the history of trade*, London: Bamboo Publishing Ltd.
- SILVA, A. V. da (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Volumes 1 e 2, 2ª Edição, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R. B; MIRANDA, P.; VIEIRA, V. N.; VICENTE, A. M.; LOPES, G.; NOZES, C. (2011) – *Largo do Chafariz de Dentro em Época Moderna (Comunicação Apresentada ao Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011)* (Actas no Prelo) – [Em Linha] Disponível em WWW: <www.museudacidade.pt>.
- VAINKER, S. J. (1991) – *Chinese Pottery and Porcelain: From Prehistory to the Present*, London: British Museum Press, Londres.
- WELCH, P. B. (2008) – *Chinese Art: A Guide to Motifs and Visual Imagery*, Singapura: Tuttle Publishing..
- WILLIAMS, R. S. (coord) (1914) – *Chinese, Korean and Japanese Potteries, Descriptive catalogue of Loan Exhibition of selected examples*, New York: Japan Society.

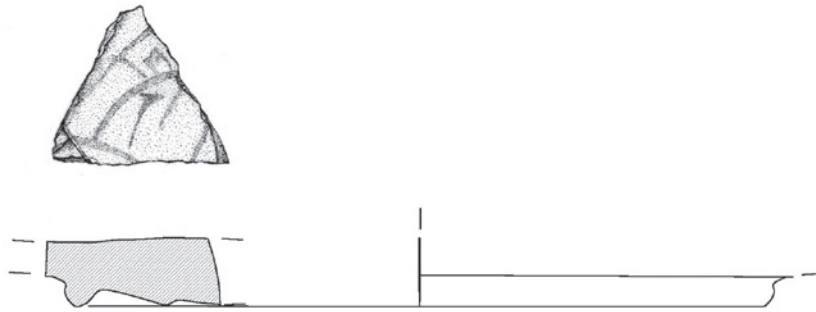


Fig.1-LCD/07/2186

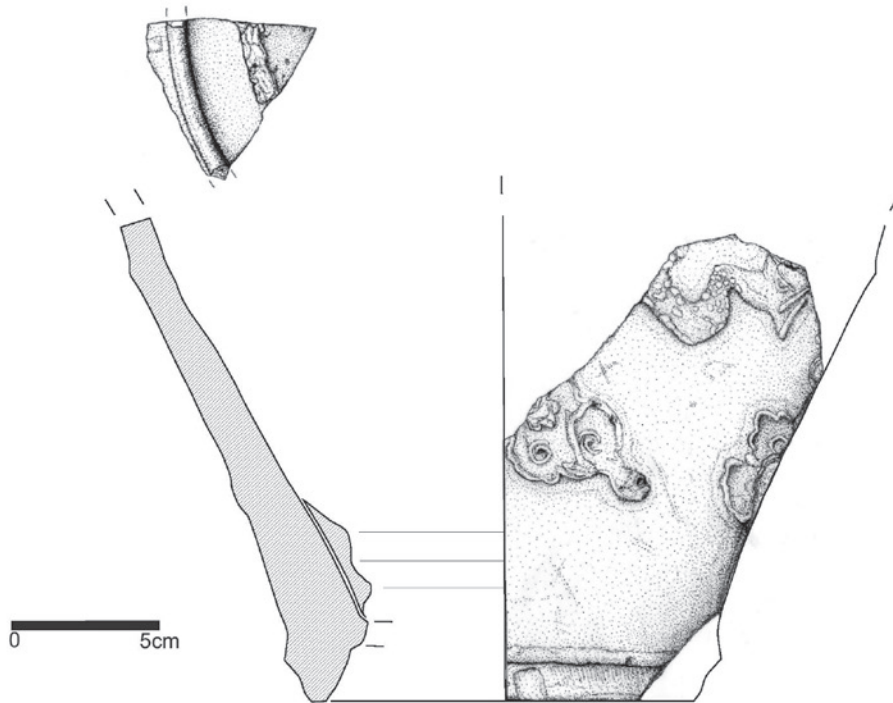


Fig.3-LCD/07/2188



Fig.2-LCD/07/2187

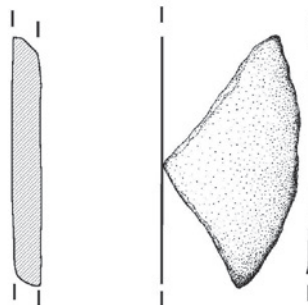


Fig.4

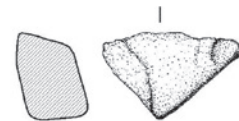


Fig.5

Figura 1 – Figs 1 a 3 – Fragmentos provenientes do Largo do Chafariz de Dentro – Alfama; Fig. 4 – Achado fortuito nas margens do Rio Tejo; Fig. 5 – Fragmento proveniente da Rua das Escolas Gerais – Alfama.



Figura 2 – Totalidade do conjunto estudado.

RIBEIRA DAS NAUS: APONTAMENTOS DA INTERVENÇÃO EFECTUADA EM 1995

João António Ferreira Marques¹, Gonçalo Adriano Simões Gonçalves Lopes²

¹ DGPC / jmarques@dgpc.pt

² Investigador / g.simoeslopes@gmail.com

Resumo

A intervenção que ocorreu em 1995, no âmbito das obras da Expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa, no local do antigo Arsenal de Marinha, na Avenida Ribeira das Naus, permitiu identificar algumas estruturas, nomeadamente uma eventual carreira de construção naval e exumar materiais atribuídos aos séculos XV-XVII, de que se destaca um fragmento de majólica de grande raridade no contexto português.

Palavras-chave: Ribeira das Naus, Construção naval moderna, Majólica.

Abstract

The intervention that took place in 1995, at the site of the former Navy Yard, in Ribeira Avenida das Naus, as part of work of the expansion of the underground network of the Metropolitano de Lisboa, made possible to identify structures, such as one eventual shipbuilding row and exume materials assigned between the 15th and 17th centuries, especially one majolica fragment of great rarity in the Portuguese context.

Keywords: Navy Yard, Modern shipbuilding, Majolica.

A execução do Plano de Expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa nos anos noventa do século XX, levou à execução de um conjunto de intervenções na área da baixa e zona ribeirinha da cidade de Lisboa.

Uma dessas intervenções ocorreu em 1995, no designado Pátio da Marinha, local do antigo Arsenal de Marinha, defronte ao qual se desenvolveu o aterro de meados do século XX da atual Avenida Ribeira das Naus, importante área do interface ribeirinho da cidade com o rio Tejo. O projeto preconizado para o local consistiu principalmente na construção e escavação de um poço de grandes dimensões, com cerca de 22 m de diâmetro, de apoio, à construção do túnel da linha de metropolitano de ligação à Estação Ferroviária do Cais do Sodré.

Trata-se de uma área da cidade de particular importância onde, pelo menos desde finais da Idade Média, se concentrava a construção naval e que mais tarde foi reordenada em função das viagens marítimas com a construção, em 1498, do Paço da Ribeira, (reinado de D. Manuel I), ao qual terá sido acrescentado, a partir de 1581, o Torreão Filipino, (reinado de D. Filipe I), destruído pelo terramoto de 1755.



Figura 1 – Localização da intervenção no extracto da Folha 4 da Carta do Concelho de Lisboa à escala 1/10 000 de 1973 do SCE.

O acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação do poço procurou observar e reconstituir a sucessão estratigráfica do local tendo-se efetuado vários cortes de forma a obter perfis (Marques e Santos, 1997, p. 167). Foram identificados vá-

rios estratos, destacando-se as camadas 4 e 5 com materiais atribuídos aos séculos XV- XVII, e a camada 14, com cerâmicas romanas (Marques et al. 1997), de onde se recolheram 468 fragmentos, sendo de salientar que entre as camadas 9 e 13 o espólio era escasso, quase desapareceu por completo. Ao todo foram exumados 7037 fragmentos e inventariadas 184 peças, provenientes sobretudo das referidas camadas 4 e 5 (Marques e Santos, 1997, p. 168).

Durante os trabalhos foi igualmente identificada uma interessante estrutura (Estrutura II) com uma orientação norte-sul que ocupava todo o eixo do poço e que era constituída por dois muros paralelos, em alvenaria de pedra irregular agregada por argilas ou argamassas pobres de cor amarela com um embasamento em argamassa muito espessa e sólida formando uma espécie de calha que assentava sobre a camada 5 (Marques e Santos, 1997, p. 174). Esta foi interpretada como uma caleira ou estrutura constituinte de uma carreira de construção naval que se datou do período moderno (quinhenista ou posterior).



Figura 2 – Vista geral da área da intervenção e perspectiva da eventual carreira de construção naval.



Figura 3 – Trabalhos de registo da estrutura.

Destes trabalhos arqueológicos recolheu-se a peça (N.º inventário MRS/95-9, proveniente da camada 5) que se aborda seguidamente e que constitui um objecto de grande raridade no contexto português, não porque as cerâmicas de importação italianas sejam escassas, mas devido à especificidade e simbolismo da sua decoração.

Trata-se de um prato de grandes dimensões, esmaltado a branco, com as armas reais portuguesas no centro, envolvidas por uma coroa de louros. Não possui outro motivo decorativo para além do referido, que foi pintado a azul, vermelho, amarelo e verde.

O seu tamanho invulgar (excede os 30 cm de diâmetro) sugere uma peça de servir à mesa e não de uso individual conforme a maioria dos exemplares encontrados em Portugal, de dimensões mais modestas.



Figura 4 – Corte este-oeste da estrutura.

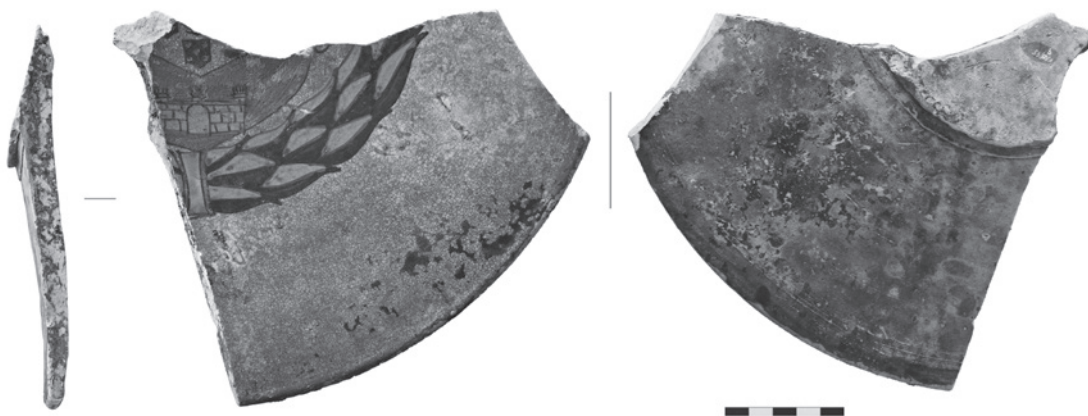


Figura 5 – Três vistas do prato brasonado (MRS/95-9).

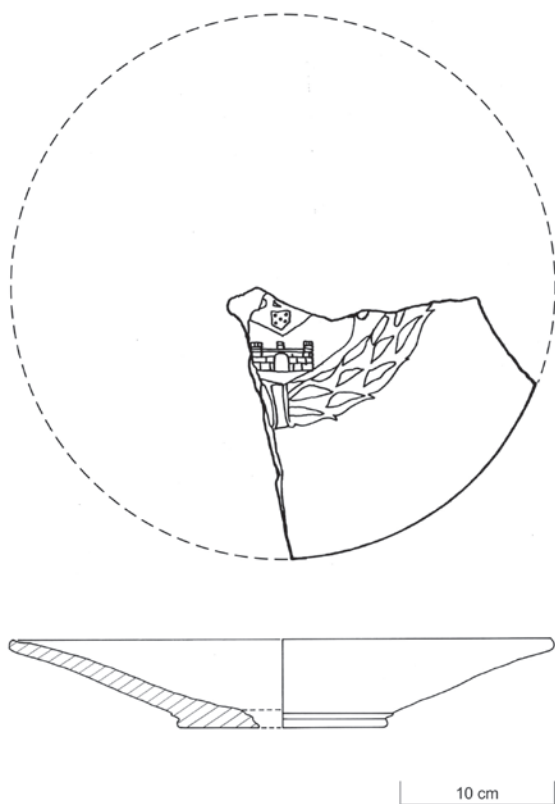


Figura 6 – Desenho do prato (MRS/95-9), com o corte e vista da superfície interna.

A morfologia do pé, em bolacha com uma pequena moldura, acusa uma origem segura nas oficinas de Montelupo e a decoração a *stemma* (heráldica) é igualmente comum em peças desta proveniência,

nomeadamente os brasões da família Medici, frequentemente reproduzidas em cerâmica para exportação.

Do brasão resta a extremidade inferior do escudo que permite classificá-lo do tipo “clássico” ou de ponta em ogiva, bastante usado até ao reinado de D. Manuel, perdendo a importância a partir dos reinados de D. João III e D. Sebastião, em favor do escudo de ponta redonda. Outro aspecto heráldico a ter em conta que é o facto de na orla do escudo haver um castelo “dominado”. Esta característica é bastante rara nos brasões reais portugueses, podendo-se encontrar nas armas da cidade de Ceuta e, amiúde, em algumas variantes monetárias de vinténs e cruzados de D. João III. Por uma questão de lógica e disponibilidade de modelos, é bastante possível que o escudo representado neste prato tenha sido copiado de uma destas moedas de D. João III, permitindo avançar uma cronologia próxima do segundo quartel do século XVI.

Por outro lado, apesar de se tratar de um tipo de decoração muito concreta, a rudeza da sua execução desmente a existência de um encomendante específico, sugerindo mais uma forma de cativar o mercado português dos inícios de Quinhentos, cada vez mais permeável à importação de majólicas italianas, em detrimento de outros centros produtores como Valência ou Teruel.

Em Portugal as majólicas italianas eram conhe-

cidas por “louça de Pisa”, frequentemente referida em inventários e testamentos a partir dos inícios do século XVI como o da infanta D. Beatriz, duquesa de Beja e mãe de D. Manuel. Neste documento, a duquesa lega em testamento ao mosteiro da Conceição de Beja numerosos recipientes com esta designação. Obviamente as cerâmicas não eram produzidas em Pisa, mas em outros pontos da Toscana, sobretudo nos arredores de Florença (Montelupo), Umbria (Deruta), Emilia-Romagna (Faenza), ou Urbino. No entanto, as majólicas fabricadas no aro de Florença foram as mais amplamente exportadas para o resto da Europa, Portugal incluído, tendo como principal porto de expedição a cidade de Pisa.

BIBLIOGRAFIA

MARQUES, João A.; SANTOS, Vítor M., (1997) – Acompanhamento das obras do Metropolitano de Lisboa. Intervenção arqueológica na Avenida Ribeira das Naus. *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada, pp.165-176.

MARQUES, João A.; SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor M., (1997) – Estrato Romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Al-Madan*. Almada. II.ª série, n.º 6, pp. 166-167.

CARTA, Rafaella (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra: Catálogo*. Granada – s.n.

GOMES, Alberto (1996) – *Moedas portuguesas e do território português antes da fundação da Nacionalidade*. 2.ª edição, Lisboa – Ed. do autor, p. 197, 203.

SALGADO, Anastásia Mestrinho; Salgado, Abílio José (1988) – *O testamento da infanta D. Beatriz (duquesa de Beja)*. S.l. – Associação dos Municípios do distrito de Beja.

VESTÍGIOS DA PRODUÇÃO DE CERÂMICA NO LADO OCIDENTAL DE LISBOA DURANTE OS SÉCULOS XVII E XVIII – DADOS DE UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RUA DE BUENOS AIRES, N^o 10, LISBOA

Guilherme Cardoso¹, Nuno Neto², Luísa Batalha³, Paulo Rebelo², Raquel Santos²

¹ Assembleia Distrital de Lisboa / gijpcardoso@gmail.com

² Neoépica Lda. / neoepica@gmail.com

³ Arqueóloga / luisabatalha2@gmail.com

Resumo

Aborda-se neste artigo um conjunto de rejeitados de produção de azulejos e de louça fosca vermelha que foi utilizada na produção do vidro para olaria de faiança na cidade de Lisboa durante os séculos XVII e inícios do XVIII.

Palavras-chave: Faiança, Azulejos, Louça fosca, Rejeitados.

Abstract

In this paper we present a series of rejected tiles and red earthenware fragments which were used for faience glazing in the city of Lisbon during the 17th and early 18th centuries.*

Keywords: Earthenware, Tiles, Matte dishes, Rejected.

* Agradecemos à Dr.ª Maria Empis a tradução.

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados na sequência da reabilitação e ampliação do nº 10 da Rua de Buenos Aires em Lisboa, pela empresa de Arqueologia Neoépica, Lda, mereceram até ao momento duas publicações sobre o assunto (Batalha *et alii*, 2012; *idem*, 2014); nas quais se referem a escavação e estudos parciais das produções e dos métodos de fabrico de faiança.

No decurso da intervenção, entre outros vestígios contemporâneos ao edifício existente, identificaram-se três fossas de forma oval, alongada, escavadas no substrato geológico, que terão funcionado como áreas de extracção de argila para a produção de faiança. À época do seu funcionamento, as posturas camarárias exigiam que, após a sua abertura, estas “galerias” fossem fechadas, sendo as mesmas utilizadas pelos oleiros como lixeiras, onde eram depositados essencialmente os recipientes defeituosos, pelo que, todas as peças que apresentamos provêm das referidas bolsas.

2. AS PRODUÇÕES

Encontram-se já publicados em actas de congressos da especialidade, dois artigos sobre os achados da rua de Buenos Aires, nos quais se privilegia o estudo das produções de faiança, ficando por descrever a cerâmica fosca vermelha e os azulejos.

A quase totalidade das seis centenas de fragmentos de louça fosca identificados, apresenta um granulado fino, aglutinado às paredes interiores dos recipientes e que seria utilizado na mistura do esmalte de vidragem, facto confirmado por uma análise efectuada no antigo laboratório do Instituto de Tecnologia Nuclear (Batalha *et alii*, 2012, 394, fig. 11). Esta técnica de tratamento dos óxidos de chumbo, misturados com areia siliciosa e a sua inserção em recipientes de cerâmica fosca posteriormente levados ao forno para cozer a mistura, foi igualmente registada por Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado, no caso da olaria do Mandarin Chinês, onde se recolheram diversos recipientes cobertos do referido

granulado, conjuntamente a produções dos séculos XI e XII (Bugalhão e Folgado, 2001, 119, fig. 10).

Salvas raras excepções, a quase totalidade dos fragmentos pertence a caçoulas e painéis, o que é justificado através da utilização a que se destinavam, dado que a aplicação do vidro foi posteriormente usado de forma intensiva para a esmaltagem das faianças.

Fragmentos deformados e colados entre si, bem como parte do composto granulado, fino, transformado em vidro no bordo de algumas peças de louça fosca, confirmam que estas peças eram colocadas no interior do forno de cocção, sujeitas a elevadas temperaturas, levando a que as mesmas se fundissem, sendo o resultado final uma amálgama de objectos sem funcionalidade.

Por outro lado, a não separação de rejeitados entre faianças e azulejos, leva-nos a concluir que as duas produções podiam fazer-se nas mesmas olarias. Isto, pelo tipo de barro branco ser o mesmo aplicado nas duas produções, tal como os esmaltes de vidragem.

Na actualidade, nas oficinas tradicionais, continua a existir uma tendência para se fazerem ambas as produções, faianças e azulejos, embora conheçamos alguns ateliês que se dedicam unicamente à produção de azulejo. A justificação é simples: os serventes que se dedicam a modelar os ladrilhos e a vidrá-los, conseguem produzir grandes quantidades, enquanto os pintores de azulejos necessitam de mais tempo para o desenho das produções manuais. Assim, no compasso de espera, é habitual os serventes produzirem outras variedades de peças, evitando os tempos mortos.

3. AZULEJOS

Quanto à análise dos azulejos, observámos que os fragmentos de ladrilhos em chacota, defeituosos, eram em número elevado, pesando mais de 200 kg, provindo quase na sua totalidade da fossa 0. Em comparação, o número de fragmentos de azulejos já vidrados é bem mais modesto. O mesmo caso se verificou para as produções de Alenquer, onde foi

usada a técnica das duas cozeduras: a primeira para cozer a argila e uma segunda para vidrar a peça, evitando assim a grande perda de vidro com uma só cozedura (Cardoso *et alii*, 2016, 57 e 58).

Verifica-se que as pastas utilizadas na produção dos azulejos são as mesmas do fabrico das faianças, apresentando variação cromática entre o branco amarelado (Munsell 2.5Y8/3) e o rosa claro (Munsell 5YR8/4), enquanto nas peças em chacota se registam algumas pastas vermelhas (Munsell 2.5YR5-6/8). Observamos ainda que grande quantidade de faiança foi rejeitada, dado que a cor das pastas afectava a qualidade dos vidrados, certamente, devido à mistura de argila branca com vermelha. É nítida uma proveniência de argilas de barreiros constituídos por bolsas de barro branco, em contacto com outras de barro vermelho, fenómeno tão característico dos locais de extracção de barro da região de Lisboa.

As pastas apresentam fractura irregular, granulosa, fina, por vezes com aspecto foliáceo, raros vacúolos devido a deficiente amassadura.

Os azulejos, de pasta mais clara, não apresentam quartzo, salvo raras excepções e a mica é rara e muito fina, sendo habituais os nódulos redondos ou laminares de óxido de ferro vermelho, muito duro. Por sua vez, as mais rosadas contêm minúsculos grãos de quartzo que lhe conferem um aspecto vítreo.

Quanto ao vidrado, os azulejos apresentam o característico vidrado estanífero, ostentando um brilho lustroso proveniente da adição de uma pequena percentagem de óxido plumbífero.

A maioria das peças analisadas ofereceu superfícies com abundantes deposições de calcário, devido ao meio que as envolveu desde que ali foram depositadas.

Os motivos pintados podem ser policromados ou apenas a azul e branco, ambos característicos do século XVII ou inícios do XVIII. Para facilitar a sua descrição, seguimos a tipologia (da gramática decorativa) apresentada por Santos Simões, no *Corpus da Azulejaria Portuguesa*, Tomo I, de 1971.

Recolheram-se bordaduras de guarnição de tapetes, do tipo B-2 (fig. 3, nº 1) e B-15 (fig. 3, nºs 2 e 3).

A última encontra-se datada entre 1634 e 1670.

Existem fragmentos de frisos de guarnição de tapetes, tipos: F-2 (fig. 3, nº 2), F-8 (fig. 3, nº 5), F-14 (fig. 3, nº 6) e F-30 (fig. 3, nº 7.). Existem tipos de frisos semelhantes a F-28 e F-43.

Para as barras de guarnição de tapetes temos os tipos: B-19 (fig. 3, nº 8), com produção por volta de 1634, B-20 (fig. 3, nº 9), B-33/34 (fig. 3, nºs 3 10) e B-38 (fig. 3, nº 11), este datável da 2ª metade do século XVII.

No caso das cercaduras de guarnição de tapetes, temos dois modelos muito comuns C-67 e C-71.

Entre os padrões de módulos temos o tipo P-26, que copia modelo de Talavera (Espanha). Aparece também uma variante muito comum, o P-101 (fig. 3, nº 12), datável entre 1637 e 1660; o P-132, com a maçaroca só em azul (fig. 3, nº 13); o padrão tardio P-356 (fig. 3, nº 14), produzido por volta de 1670; o tipo P-370 (fig. 3, nº 15), datável entre o 2º e o 3º quartel do século XVII. Entre os módulos maiores temos os 6x6, P-604/609 (fig. 3, nºs 16-19), datável entre 1630 e 1700, e o constituído por 12x12 azulejos, tipo P-999 (fig. 3, nºs 20-24), datados entre 1622 e o 3º quartel do século XVII.

3.1. Louça com vidrado plumbífero

Por se tratarem de lixos domésticos, poucos são os fragmentos de louça de barro vermelho que apresentam vidrado. Apenas observámos três tipos de peças: potes, potinhos e alguidares. Os vidrados transparentes ou translúcidos mostram tonalidades de cor de mel ou verdes.

4. LOUÇA FOSCA¹

Os fragmentos de louça fosca são constituídos fundamentalmente por çaçoulas, painéis, potes, ta-

¹ Utilizamos para as cerâmicas de barro vermelho ou branco, quando não vidrada, o termo de "louça fosca" ou "cerâmica fosca" por ser assim conhecida pelos oleiros tradicionais (FERNANDES, 1999, p. 337); CARNEIRO, 1989, 7). O termo "cerâmica comum", que outros arqueólogos empregam para definir a "cerâmica fosca", de barro vermelho ou branco, é utilizado por nós exclusivamente nos estudos de cerâmica do período Romano.

lhas, bilhas, cântaros, púcaras, fogareiros, alguidares e vasos de casa, fabricados com barro vermelho e recuperados nas bolsas de rejeitados. Em louça fosca branca, somente se recuperaram fragmentos das alfaias usadas na produção da louça vidrada, como trempes, caixas de vidragem e cravilhos (Batalha *et alii*, 2014).

4.1. Caçoulas ou tachos

Trata-se de um conjunto de formas que se tornam difíceis de definir quanto à sua utilização diária. Neste caso, ao que parece, a boca, larga, era ideal para a secagem da areia siliciosa no forno, a fim de ser usada no fabrico do vidro para aplicação na faiança e nos azulejos.

As caçoulas ou tachos apresentam habitualmente um lábio espessado, secção circular, seguido de uma canelura e duas pegas triangulares arrancando do bordo (fig. 6, n.ºs 1-5).

As caçoulas n.ºs 1 e 2 (fig. 6), apresentam paralelos em Setúbal, em contextos do século XVI, posteriores a 1531, (Tavares da Silva *et alii*, 2005/07, p. 89, fig. 15, n.º 4), e no poço do Vale de Alcântara, nos finais do século XVII inícios do XVIII (Batalha e Cardoso, 2013, Est. 11, 74). Ainda em Setúbal, as peças com os n.ºs 3-5 (fig. 6), encontram paralelos, em níveis dos finais do século XVI inícios do XVII (Soares *et alii*, 2010, p. 176, fig. 16, n.º 1), bem como em camadas associadas ao sismo de 1531, num nível de regularização do século XVIII (Tavares da Silva *et alii*, 2005/07, p. 89, fig. 15, nos 5-6). Em Cascais, também apareceram em contextos do final do século XVI, inícios do XVII, sob a forma de frigideira e caçoulas (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 195, n.ºs 31, 32 e 33). Podemos observar estes modelos em peças exumadas no poço do Vale de Alcântara, datadas de finais do século XVII e início do XVIII (Batalha e Cardoso, 2013, Est. 11, 83)

Quanto à forma de caçoula de bordo perlado, com canelura vincada abaixo do lábio e pegas horizontais (fig. 6, n.ºs 6-10), é um modelo comum em cronologias de finais do século XVI (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 195, n.º 30), aparecendo no Convento Dominicano da Serra de Montejunto até aos

meados do século XVIII (Cardoso, 2009, n.º 67). Esta forma com asas verticais foi registada em contentores de fogo ou fogareiros, usados em Cascais durante o final do século XVI - XVII (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 196, n.º 36 e 37). Apareceram também no Poço do Vale de Alcântara, datadas entre os finais do século XVII inícios do XVIII (Batalha e Cardoso, 2013, Est. 11, 81).

Para a caçoula de bordo canelado (fig. 6, n.º 11) temos paralelos em Setúbal, onde foram recolhidas em níveis dos finais do século XVI inícios do XVII (Soares *et alii*, 2010, p. 176, fig. 16, n.º 3).

4.2. Painelas

Painela de sumicha ou painelas de lábio curto, sem colo e corpo esférico (fig. 7, n.ºs 1 e 2), serviam para fazer arroze à lareira bem como compotas (Ribeiro, 1984, p. 48-50, fig. 20). Trata-se de uma forma arcaica, muitas vezes confundida com a púcara. No antigo Convento Dominicano da Serra de Montejunto, foi recolhido um significativo conjunto de fragmentos desta forma de painela, certamente usado para a confecção de compotas (Cardoso 2009, n.ºs 94-103).

As painelas com bordo em aba e colo troncocónico (fig. 7, n.ºs 4-7 e 10) são formas de cariz arcaico. Em Cascais foram identificadas em contextos a partir dos séculos XIV – XV, apresentando caneluras no colo (Cardoso e Rodrigues, 1991, p. 575, n.ºs 5-8), perdurando durante o 2º e o 3º quartel de quinhentos (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 195 e 201, n.ºs 16 e 17). Ainda dentro da evolução das painelas com este colo, aba curta, descaída, temos como paralelo, um exemplar proveniente do Palácio Pragana, Almada, datado por Armando Sabrosa da centúria de quinhentos (Sabrosa, 1994, p. 39, n.º 6), o mesmo se verificando para Palmela (Fernandes e Carvalho, 2003, p. 233, n.ºs 24-26). Em Setúbal apareceram em níveis dos finais do século XVI inícios do XVII (Soares *et alii*, 2010, p. 176, fig. 16, n.º 4). Um bom paralelo para esta forma encontra-se num exemplar recolhido no antigo convento de N.ª Sr.ª da Piedade, em Cascais, e que, exumado num estrato de lixeira, oferece uma cronologia do primeiro quartel

do século XVII (Cardoso e Rodrigues, 2002, n.º 6).

Em Lisboa, na área da antiga quinta de Vila Pouca, encontraram-se no meio das terras que entulharam um poço, vários fragmentos de painéis deste tipo e que foram datados dos finais do século XVII inícios do XVIII (Batalha e Cardoso, 2013, Est. 10, 68-73).

Proveniente do antigo Convento Dominicano da Serra de Montejunto, é um conjunto de fragmentos desta forma de painél que se pode datar entre 1721 e 1765 (Cardoso, 2009, p. 53 e 81, n.ºs 73-77).

Também noutras zonas da capital é abundante este tipo de painél que A. D. Diogo e L. Trindade recolheram em estratos que datam da época e posteriores ao terramoto de 1755 (Trindade e Diogo, 1997, p. 67, n.ºs 4-8; 2003, p. 287, n.ºs 1-3 e 25). No entanto, existe um caso em que têm dúvidas quanto à datação, visto os materiais terem sido recolhidos em contextos datados “...entre os séculos XVI e meados do XVIII. Infelizmente a grande maioria dos fragmentos foi recolhido, já descontextualizado, nos entulhos de obra...” (Diogo e Trindade, 2003, p. 205, n.ºs 27 e 28).

4.3. Atanores

Trata-se de uma forma bojuda, bordo triangular e colo praticamente inexistente. São habitualmente consideradas painéis, mas na realidade trata-se de atanores (fig. 7, n.ºs 8 e 9), ou potes para água (Ribeiro, 1984, p. 39 e 40, fig. 11; Sequeira, 1933, 11). Coexistem habitualmente com as painéis de bordo em aba curta, pelo que as datamos do mesmo período.

4.4. Potes

O pequeno fragmento de bordo de pote, canelado, de cerâmica fosca (fig. 7, nº 12) pode aparecer também vidrado a verde, exteriormente e a melado no seu interior. Foscos e vidrados recolheram-se em Cascais, em estratos da segunda metade do século XVI e durante os inícios do século XVII (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 196, nº 76; idem, 2002, n.ºs 30 e o 36), bem como no poço dos Paços do

Concelho de Torres Vedras, em camadas datadas igualmente do século XVII (Luna e Cardoso, 2006, p. 100, n.ºs 41 e 42).

4.5. Alguidares

Ambos os fragmentos recolhidos são de reduzidas dimensões, apresentando um pequeno bordo em aba (fig. 7, n.ºs 13 e 14). A datação para este tipo de peças é bastante lata, fabricando-se ainda hoje em vários centros oleiros nacionais.

5. CONCLUSÕES

Confirma-se mais uma vez que os fragmentos de peças cerâmicas recolhidos nas fossas da Rua de Buenos Aires são constituídos por rejeitados de produção ou alfaias (louça fosca), utilizados nas olarias que fabricavam azulejos e faianças.

Note-se, que a louça fosca, ao contrário do que se pensava, tem um largo espectro cronológico, embora no grosso do conjunto não fugisse muito às datações propostas para os azulejos e faianças, ou seja, o século XVII inícios do XVIII. É comum este tipo de fossas na cidade de Lisboa mas, até ao momento, a sua análise não tem tido grande divulgação nos meios científicos. Cabe-nos aqui registar, que nos inícios dos anos 90 do século passado, conjuntamente com Severino Rodrigues, observámos uma lixeira de rejeitados de cerâmica de uma olaria do século XX, na Rua dos Jerónimos, em Lisboa, numa antiga pedreira, frente ao campo de futebol do Belenenses.

BIBLIOGRAFIA

BATALHA, Luísa; CAMPÔA, Andreia; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel (2012) – «Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, nº 10, Lisboa». André Teixeira e José António Bettencourt (coord.), Velhos e Novos Mundos Estudos de Arqueologia Moderna – Old And New Worlds Studies on Early Modern Archaeology, *ArqueoArte*, nº 1, vol. 2, Lisboa, pp. 951-962.

BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme (2013) – «Poço seicentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa)». *EMERITA*

- *Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1, Oeiras, pp. 113-140.
- BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel (2014) – «Portuguese faience found at Buenos Aires Street 10 pits – Lisbon (17th – 18th centuries)». *Actas do 1º Congresso Internacional de Faiança Portuguesa no Mundo*, Lisboa. No prelo.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001) – «O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira». *Arqueologia Medieval*, 7, Campo Arqueológico de Mértola, p. 111-145.
- CARDOSO, Guilherme (2009) – Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejunto, Cadaval), *Actas do 1º Encontro de Cultura e Património do Cadaval*, pp. 43-82, Câmara Municipal do Cadaval, Cadaval.
- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João; ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – «Sondagens arqueológicas no palácio dos Condes da Guarda». Carvalho, A., e Santos, C. (coord.) *A casa dos azulejos de Cascais de palácio dos Condes da Guarda a Paços do Concelho*, Cascais, pp. 200-241.
- CARDOSO, Guilherme; GOMES, José Fernandes; RODRIGUES, Severino; BATALHA, Luísa (2016) – «Produção oleira renascentista na bacia hidrográfica do baixo Tejo: A produção de cerâmicas vidradas em Alenquer». *Al-madan online*, II Série, 20, Tomo 2, Almada, pp. 54-63.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991) – «Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais». *Actas do Congresso A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Lisboa 12-22 Novembro 1987, Mértola, pp. 575-585.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) – «Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVIII e XIX encontradas em Cascais». *Arqueologia Medieval*, nº 6, Porto, pp. 193-212.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2002) – «Conjunto de Peças de Cerâmica do Século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais». *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*, Almada, pp. 269-288.
- CARNEIRO, Eugénio Lapa (1989) – *Encrespado técnica de decoração cerâmica*, Fichas de Olaria, 3, Museu de Olaria, Barcelos.
- DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (1995) – «Duas intervenções arqueológicas em Lisboa (Rua da Madalena e Rua do Ouro)». *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2, pp. 63-74.
- DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (2003) – «Cerâmicas de barros vermelhos da intervenção arqueológica na Calçada de São Lourenço, nºs 17/19, em Lisboa». ABRAÇOS, Hélder, e DIOGO, João Manuel (coord.), *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, pp. 203-213.
- FERNANDES, Isabel C. F.; CARVALHO, A. Rafael (2003) – «A loiça seiscentista do convento de S. Francisco de Alferrara (Palmela)». ABRAÇOS, Hélder, e DIOGO, João Manuel (coord.), *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, pp. 231-252.
- FERNANDES, Isabel Maria (1999) – «La loza negra en Portugal: algunos apuntes», *Estudis arqueològics i arqueomètrics – 4t Congrés europeu sobre ceràmica antiga*, Andorra, pp. 331-341.
- LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme (2006) – «Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras». *Actas do 3º Seminário do Património da Região do Oeste*, Cadaval, 26, 27 e 28 de Novembro de 2004. Cadaval, pp. 99-112.
- MECO, José (1989) – *O Azulejo em Portugal*. Lisboa.
- RIBEIRO, Margarida (1984) – «Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI». *Cadernos de Etnologia*, 1, Montemor-o-Novo.
- SABROSA, Armando (1994) – «Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana». *Al-madan*, II Série, 3, Almada, pp. 38-44.
- SEQUEIRA, G. de Matos (1933) – *Depois do terramoto subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Vol. IV, Lisboa.
- SIMÕES, J. M. dos Santos (1971) – *Corpus da Azulejaria Portuguesa: Azulejo em Portugal do século XVII*, Tomo I – Tipologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SOARES, Joaquina; DUARTE, Susana; TAVARES DA SILVA, Carlos (2005/07) – «Sismos e arqueologia urbana intervenção arqueológica na Rua Augusto Cardoso, nº. 69, Setúbal». *Musa*, 2, Setúbal, pp. 83-102.
- TAVARES DA SILVA Carlos; SOARES, Joaquina; COELHO-SOARES, Antónia; DUARTE, Susana; GODINHO, Ricardo Miguel (2010) – «Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Francisco Augusto Flamengo», nºs. 10-12. *Musa*, 3, Setúbal, pp. 165-178.
- TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias (1997) – «Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, n.º 18 (Lisboa)». *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3, pp. 67-80
- TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias (2003) – «Cerâmicas de barros vermelhos de entulhos do terramoto de 1755 provenientes da sondagem 14 da Rua dos Correiros, em Lisboa». ABRAÇOS, Hélder, e DIOGO, João Manuel (coord.), *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, pp. 285-293.

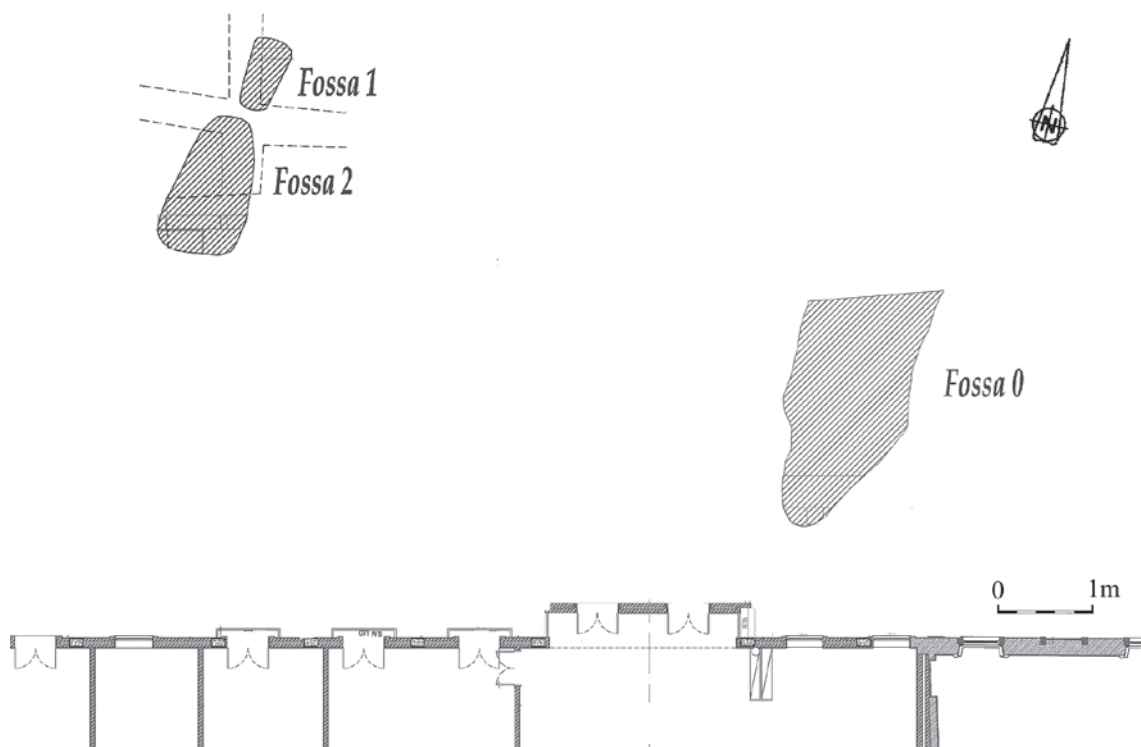


Figura 1 – Planta de localização das fossas de rejeitados, identificadas no jardim do antigo edifício do “Palacete dos Viscondes dos Olivais”.

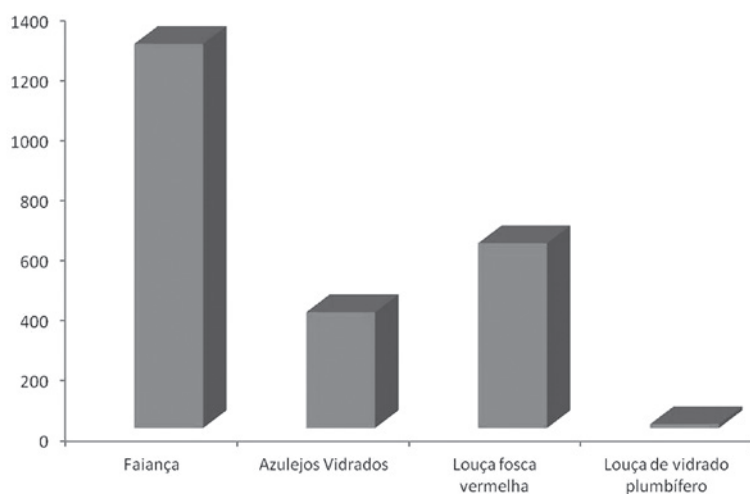


Figura 2 – Gráfico de quantidades de fragmentos de refugio.

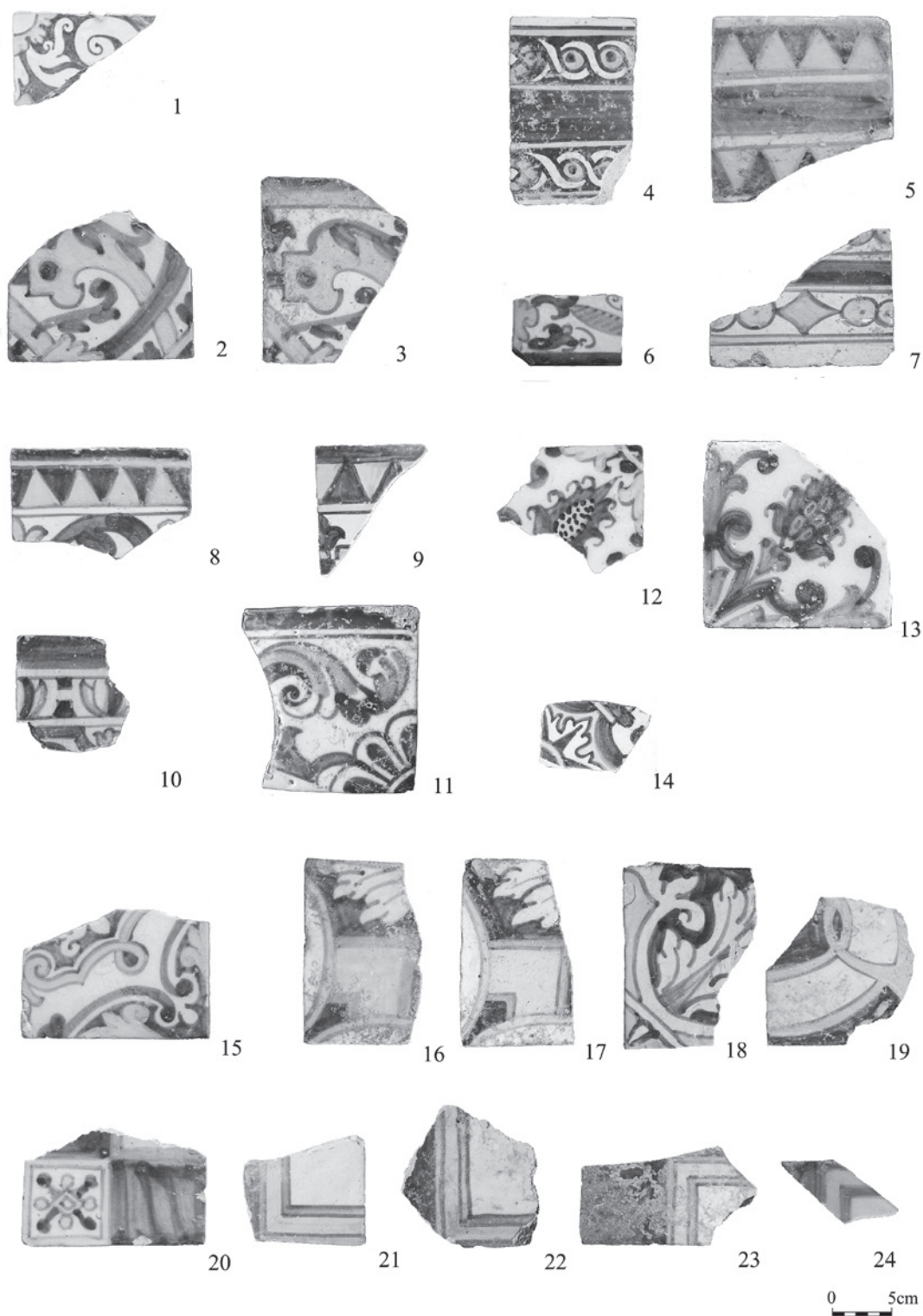


Figura 3 – Fragmentos de refugo de azulejos policromado recolhidos nas bolsas de rejeitados.

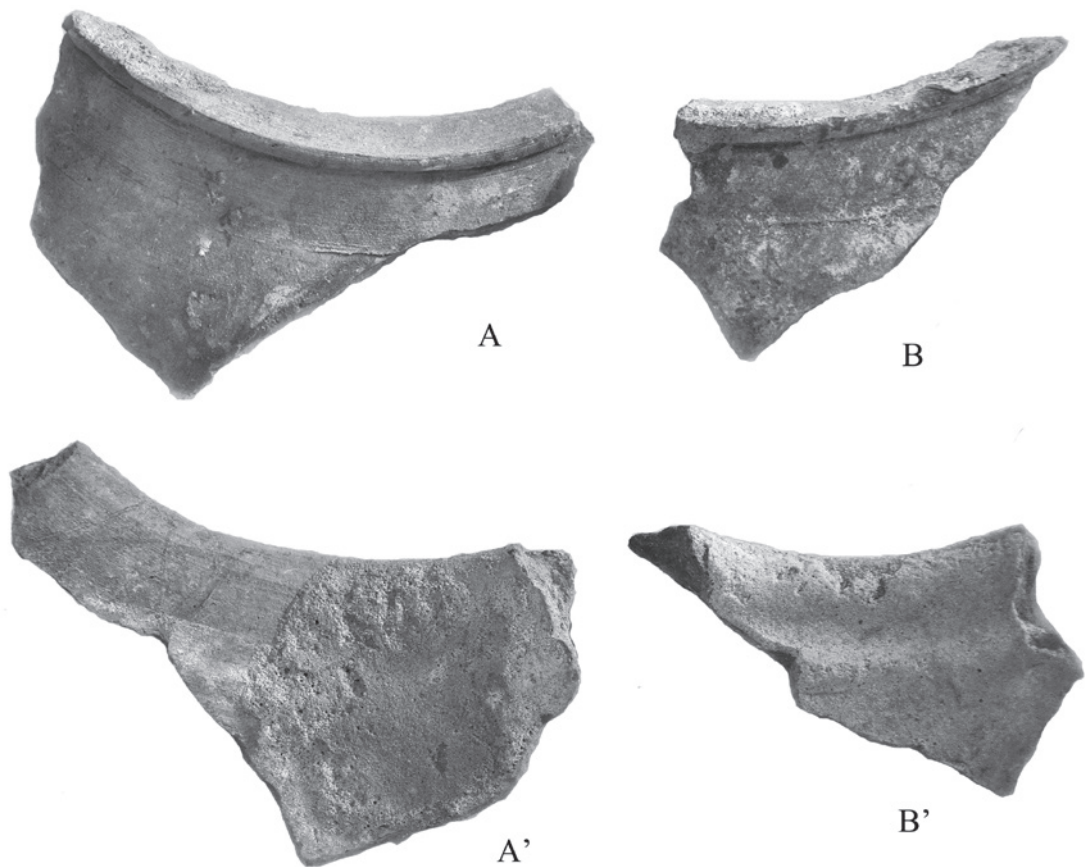


Figura 4 – Fragmentos de painéis de bordo em aba curta (A e B), com vestígios de um granulado fino colado às paredes internas (A' e B').

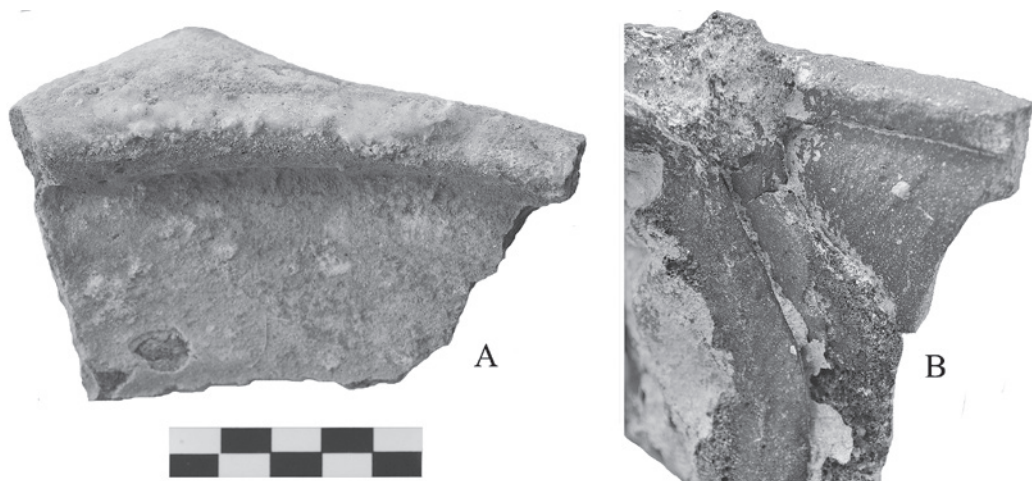


Figura 5 – A, fragmento de caçoula com vestígios de um granulado fino colado à parede interna que junto ao bordo já se encontra vitrificado. B, fragmentos de caçoulas sobreaquecidas o que provocou a fusão das suas paredes.

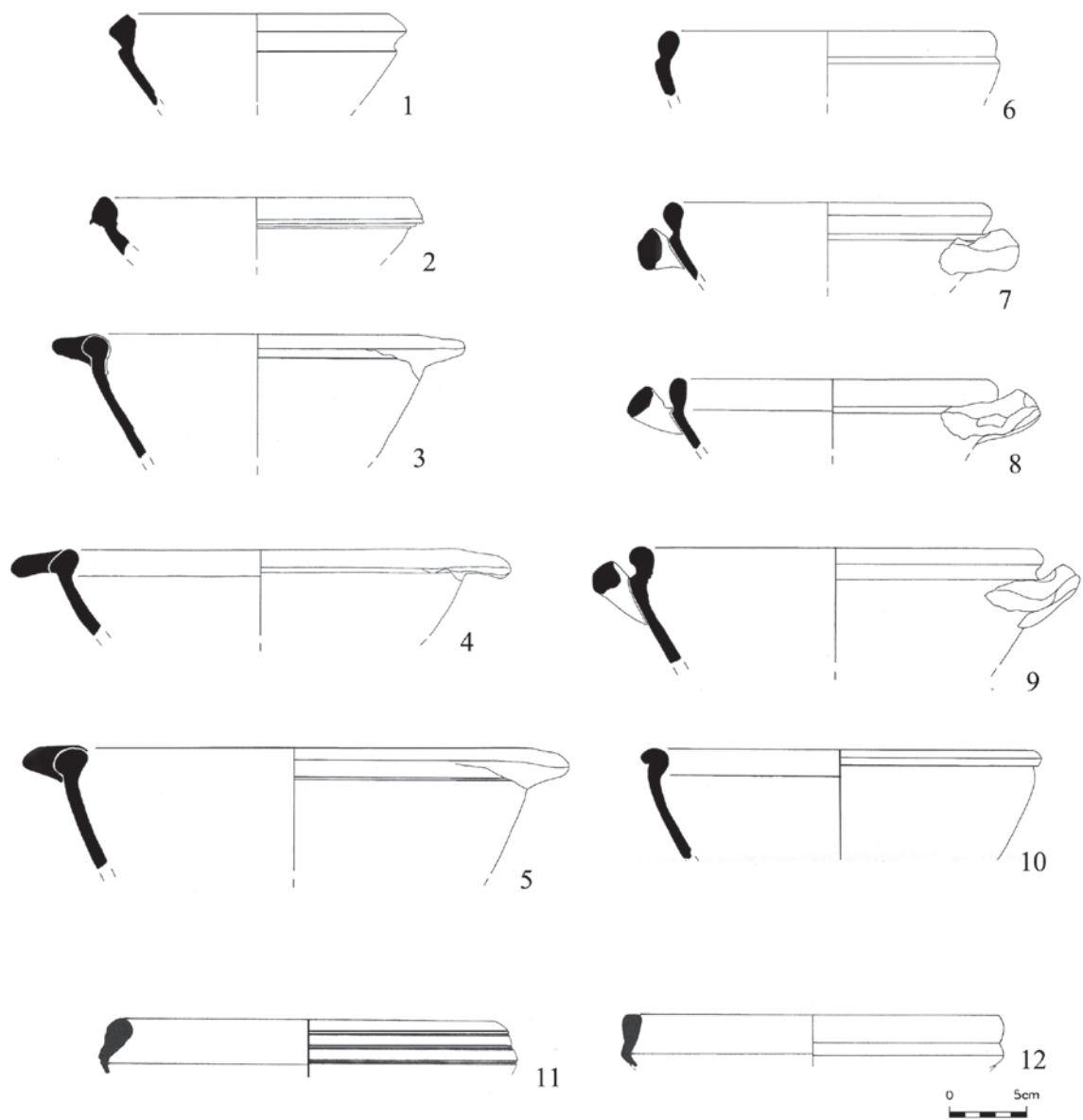


Figura 6 – Fragmentos de louça fosca de pasta vermelha. Caçoulas ou tachos.

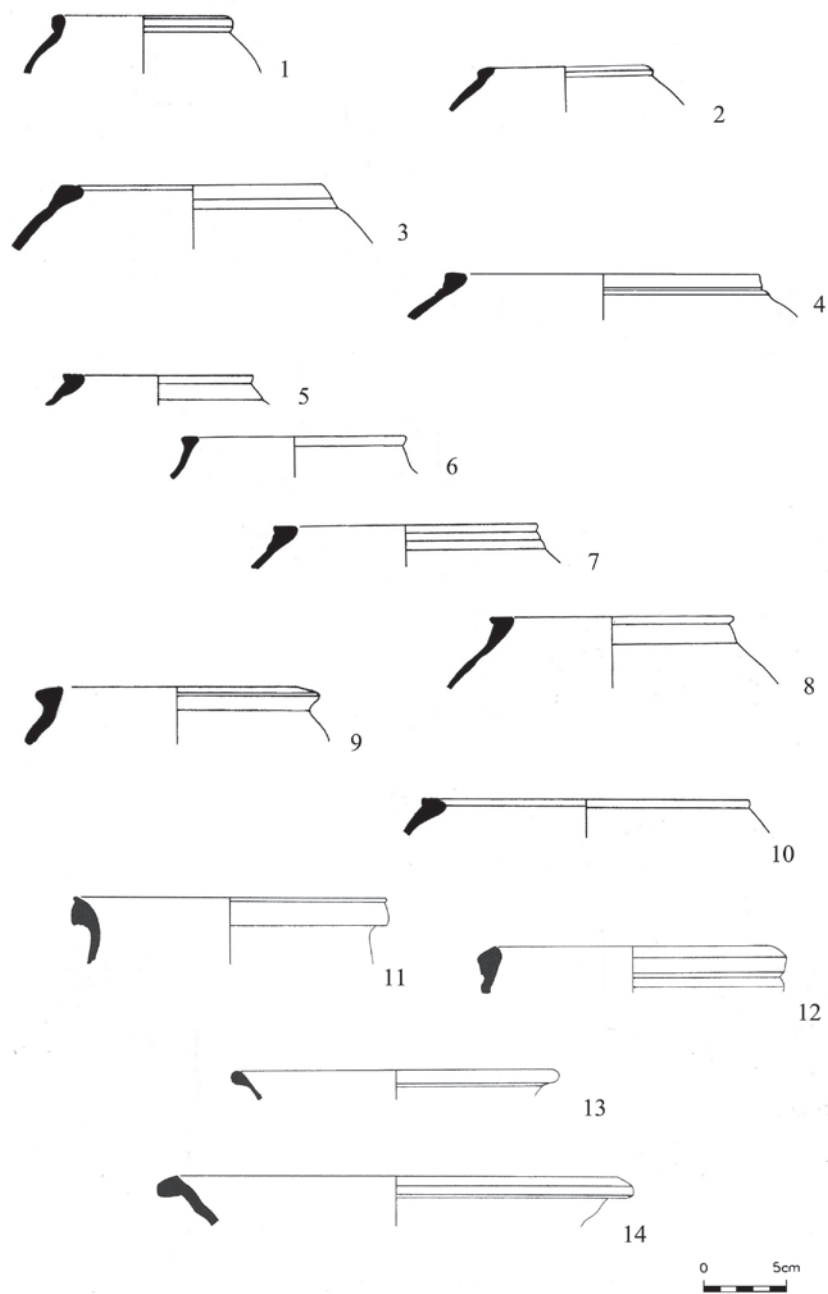


Figura 7 – Fragmentos de louça fosca de pasta vermelha. 1 e 2, panelas de sumicha; 3 e 4, atanores; 5-10, panelas; 11 e 12, potes; 13 e 14, alguidares.

NOVOS DADOS SOBRE POTES ORIENTAIS NA LISBOA RIBEIRINHA

Sara Teixeira Simões

Artigo entregue para publicação em Junho de 2013

Resumo

Este artigo terá como principal objectivo dar a conhecer um conjunto artefactual recolhido em intervenções arqueológicas na zona ribeirinha de Lisboa. Trata-se de um conjunto de contentores de possível origem asiática, cuja importação para a Portugal deverá ser compreendida no contexto das novas lógicas de circulação e nas novas dinâmicas económicas da Expansão.

Palavras-chave: Contentores, Centros de produção asiáticos, Época Moderna, Contactos comerciais e culturais.

Abstract

The main purpose of this paper is to present a collection of artifacts recovered in varied archaeological contexts from the Lisbon riverside area. The artifacts are a set of containers with a possible Asian origin, whose importation into Portugal must be understood in the context of the new maritime trade routes and new logics of commercial circulation.

Keywords: Containers, Asian pottery production centers, Early-Modern Age, Commercial and cultural contacts.

1. INTRODUÇÃO

Após a descoberta do caminho marítimo para a Índia, em 1498, quando, no ano de 1511, os portugueses se instalaram em Malaca, abriram-se as rotas para o Extremo Oriente e Insulíndia (Lobato, 2000, p.25), passando a assegurar ligações directas entre a Índia e a China. Abriu-se a navegação à costa do Coromandel, ao Golfo de Bengala, às costas da Birmânia, nomeadamente o Reino do Pegu, ao Sião, ao Camboja, às Ilhas Molucas e à Indonésia (Magalhães, 1998, p.74). Garantiram, assim, o acesso directo aos portos onde se aglutinavam os produtos provenientes de áreas marítimas, bem como dos locais de produção do interior.

A partir do século XVI Lisboa viveu um período de forte crescimento populacional e de volume de mercadorias que entravam e saíam do seu porto. Na sequência do aumento do comércio ultramarino, foi para a zona ribeirinha da cidade que se deslocou o núcleo do poder económico e político. Alvo de um programa de obras públicas, aí se instalaram as grandes estruturas comerciais, tornando-se esta área debruçada sobre a margem do Tejo, a zona de grande dinâmica económica e social de Lisboa.

E se foi possível assistir à transformação do mapa-mundo num espaço de ligação constante entre as diferentes áreas continentais, foi sobretudo pelas novas dinâmicas estabelecidas ao nível comercial, nomeadamente entre a Europa e a Ásia. Neste contexto, os vestígios materiais constituem importantes testemunhos das lógicas de circulação e, consequentemente, das transformações que ocorreram nas sociedades.

Neste artigo iremos apresentar um conjunto de potes de produção oriental, exumados em contextos arqueológicos da área ribeirinha de Lisboa.

Constituem, por ora, achados esporádicos e um conjunto numericamente reduzido. Contudo, embora surjam, aparentemente, de forma pontual e pouco sabemos ainda sobre estas peças, elas constituem uma realidade dos contextos ribeirinhos modernos. De facto, com o avanço dos trabalhos arqueológicos e o crescente interesse sobre a ar-

queologia de época moderna, temos vindo a constatar uma maior presença de potes de produção oriental nos contextos lisboetas.

Assim, pretende-se ao longo destas páginas, dar a conhecer algumas das peças que se podem incluir num conjunto designado genericamente de “potes orientais”.

2. O CONJUNTO ARTEFACTUAL

O espólio que aqui tratamos constitui um conjunto bastante heterogéneo, caracterizando-se por uma difícil identificação, em parte por poucos exemplares terem sido ainda dados à estampa. Por um lado, a própria designação de “potes orientais” abarca um conjunto bastante distinto a nível formal, decorativo, técnico e de materiais de fabrico. Por outro, compreendem peças produzidas num espaço geográfico e cronológico bastante alargado, acerca do qual ainda dispomos de dados e informações reduzidos.

O conjunto em análise foi exumado em 6 intervenções arqueológicas, a maioria das quais, intervenções de emergência. Dão-se a conhecer ainda dois fragmentos provenientes de uma recolha de superfície (Figura 1).

2.1. Intervenção arqueológica no Mandarim Chinês

Na 1ª fase da intervenção arqueológica realizada no Mandarim Chinês (Rua Augusta nº 137 a 145 e Rua dos Sapateiros nº 82 a 86) levada a cabo entre Outubro de 1992 e Janeiro de 1993 pelo Departamento de Arqueologia do IPPAR, foram recolhidos 41 fragmentos pertencentes a um pote cujos paralelos formais indicam tratar-se de produções chinesas, tailandesas e do Sião (Figura 2).

Trata-se de um contentor de forma ovóide, com 45 cm de altura, bordo extrovertido e colo baixo. Conserva ainda 2 das 4 asas horizontais e de secção oval, aplicadas na zona superior do bojo e apresenta fundo plano, bastante irregular. Foi fabricado numa pasta de cor avermelhada, muito compacta e homogénea. As superfícies externas apresentam vestígios de vidro amarelo leitoso, muito baço, parecendo



Figura 1 – Localização das intervenções arqueológicas de onde provém o conjunto artefactual apresentado: 1 – Mandarin Chinês; 2 – Largo do Chafariz de Dentro; 3 – Rua da Madalena; 4 – Rua do Jardim do Regedor; 5 – Largo dos Trigueiros; 6 – Recolhas de superfície, Ribeira das Naus; 7 – Largo do Terreiro do Trigo.

aguada. Na zona superior do bojo apresenta um conjunto de 1 canelura e 5 incisões. A peça foi sujeita a cozedura em ambiente redutor e arrefecimento em ambiente oxidante.

Não foi recolhido *in situ*, embora integre um conjunto de espólio proveniente de duas antigas vias modernas, a antiga Rua das Esteiras e a Rua ou Beco dos Cabriteiros, remetendo-nos para datações desde o século XVII até à Época do Terramoto de 1755.



Figura 2 – Pote oriental proveniente da intervenção arqueológica realizada no Mandarin Chinês, Rua Augusta, Lisboa.

Na colecção do Museu Municipal de Peniche (Simões, 2009, Estampa 42), foi identificado um pote semelhante a nível formal, ainda que apresentando um vidrado castanho-esverdeado, brilhante. Recolhido na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e pertencente à colecção museológica da Câmara Municipal de Cascais, foi identificado um fragmento de pote (correspondendo a bordo, colo, início do bojo e quatro asas) também com paralelismo formal (Simões, 2009, Estampa 43). Não existe registo de proveniência de nenhum dos exemplares.

É, contudo, em colecções recuperadas em sítio de naufrágio associados a contextos de navegação transoceânica ou inter-asiática que se regista o maior número de peças semelhantes e que nos oferecem cronologias mais precisas.

De referir, o galeão português *São João*, naufragado em 1552 na costa sul de Natal (Maggs, 1984, fig.11); o navio *São Bento*, naufragado em 1554 na costa Pondoland (Auret, Maggs, 1982, fig.36), possivelmente vindo da China; o naufrágio na Ilha

Phu Quoc, Vietname (Blake, Flecker, 1994, fig.16), onde foi recuperada uma peça de provável produção tailandesa (fornos de Mae Nam Noi, província de Singburi), com uma cronologia bastante lata, situada entre os séculos XIV e XVIII; ou o naufrágio de uma embarcação portuguesa do século XVI, ao largo das Ilhas Seycheles (Blake, Green, 1986, fig.15), sendo a Tailândia o local de origem atribuído. Também no navio da V.O.C. *Risdam*, que naufragou na Malásia em 1727 (Green, 1986, fig.16) existem paralelos associados a produções do norte e centro da Tailândia, com uma cronologia de produção que aponta para o século XVI e no *San Diego*, exemplares identificados como produções de Bang Rachan, província de Singburi, Sião, século XVII.

2.2. Intervenção arqueológica no Largo do Chafariz de Dentro

Em 2007 e 2008, a renovação do sistema de tratamento de águas residuais de Lisboa ditou a necessidade de levar a cabo uma intervenção arqueológica no Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama, pela equipa do Museu da Cidade.

Em contextos quinhentistas e de inícios do século XVII, integrados num conjunto de produções do Extremo Oriente dentro do qual se identificou um número significativo de porcelanas da dinastia Ming e três fragmentos de celadon da China (Silva, Miranda, Vieira, Vicente, Lopes, Nozes, 2012, p.75), foram recolhidos 18 fragmentos de bojo. As pastas e vidrados remetem-nos para peças de produção oriental, embora não nos seja possível enquadrá-los numa forma tipológica, nem atribuir-lhe um centro produtor ou local de origem.

Contudo, neste conjunto (Simões, 2009) foi possível distinguir elementos que nos permitem identificar alguns fragmentos como pertencentes a potes martabã, designadamente, um arranque de asa, horizontal e aplicada, bem como dois fragmentos com decorações constituídas por aplicações plásticas, correspondendo a caneluras verticais (Figura 3).

Como habitual nestas produções, as pastas são bastante compactas e caracterizam-se pelas tonalidades cinzentas, onde é possível distinguir elemen-

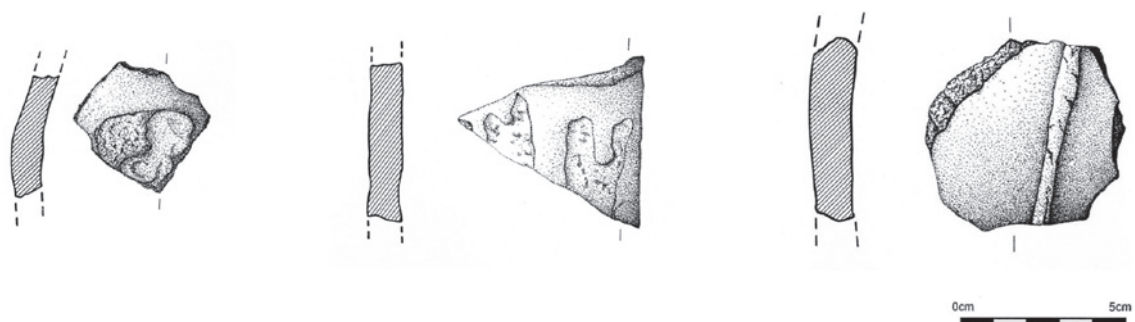


Figura 3 – Fragmentos de possíveis potes martabã da intervenção arqueológica do Largo do Chafariz de Dentro, Alfama (LCD/08, Inv.15, LCD/07, Inv.3, LCD/08, Inv.16).

tos não-plásticos como óxidos de ferro e elementos quartzosos. São grés siliciosos, muito resistentes e impermeabilizantes.

2.3. Intervenção arqueológica na Rua da Madalena

Dois outros fragmentos de martabã, um correspondendo a fragmento de parede (Figura 4) e outro contendo parte do bordo, bojo e arranque de asa (Figura 5), foram recuperados na intervenção arqueológica realizada em 2012 nos nº 25 e 31 da Rua da Madalena, na Baixa Pombalina.

Os fragmentos foram exumados em contextos de construção pombalina do edificado, remetendo-nos para cronologias enquadráveis na 2ª metade do século XVIII.



Figura 4 – Fragmento de pote martabã proveniente da intervenção arqueológica da Rua da Madalena, Baixa Pombalina, Lisboa.

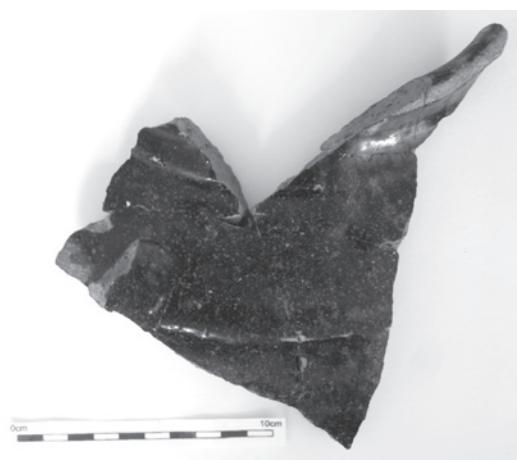
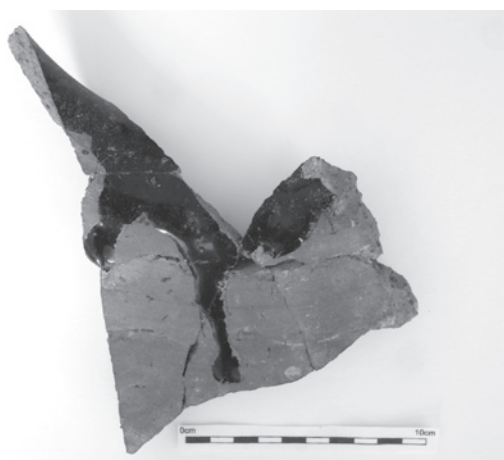


Figura 5 – Fragmento de pote martabã proveniente da intervenção arqueológica da Rua da Madalena, Baixa Pombalina, Lisboa.

Foram fabricados com uma argila cinzenta rosada, muito compacta, homogénea, bem depurada, apresentando estrias de modelação ao torno. As peças terão sido sujeitas a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. O fragmento de parede apresenta em ambas as superfícies uma camada vítrea castanha. Na superfície exterior apresenta sobre esta primeira camada, escorrências de vidrado, bastante espessas. Dada a enorme concentração de vidrado, estas mesmas escorrências apresentam uma tonalidade castanha bastante escura.

Outra característica destes contentores são os vidrados castanhos e negros, quando aplicados em maior quantidade. É habitual a existência de escorrências resultantes da aplicação do vidrado, orientado do topo para a base da peça. Por esta razão, pensamos que os fragmentos recolhidos na Rua da Madalena possam corresponder à mesma peça.

O fragmento de bojo apresenta na superfície exterior um vidrado castanho, bastante espesso, sendo que a grande concentração de vidrado lhe

oferece uma tonalidade quase negra. As superfícies internas apresentam escorrências de vidrado, bastante espesso.

2.4. Acompanhamento arqueológico na Rua do Jardim do Regedor

Também durante o acompanhamento arqueológico realizado em 2011 nos nº 10 a 30 da Rua do Jardim do Regedor, freguesia de Santa Maria Maior (antiga freguesia de Santa Justa) em Lisboa, foram recolhidos alguns fragmentos de martabã. Os exemplares foram recolhidos em unidades estratigráficas correspondentes a entulhos, nos quais se identificaram materiais do século XVI e XVII.

Foram exumados 2 fragmentos correspondendo a bojo e 1 correspondendo a bojo e asa, horizontal e aplicada, sendo possível reconhecer a marca da pressão exercida pelo oleiro ao aplicar a asa (Figura 6). Abaixo deste elemento, apresenta ainda um conjunto de quatro caneluras, característico dos potes martabã.



Figura 6 – Fragmento de pote martabã proveniente do acompanhamento arqueológico na Rua do Jardim do Regedor, Baixa Pombalina, Lisboa.

Os dados arqueológicos e as peças pertencentes a colecções museológicas indicam que estes contentores terão chegado a Portugal sobretudo num período situado entre meados do século XVI e meados do século XVII.

A nível formal, técnico e decorativo, encontramos paralelos nas colecções do Museu Nacional de Arte Antiga (Simões, 2012, fig.1; Simões, 2009, Estampa 40), do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (Simões, 2012, fig.8) e da Câmara Municipal de Cascais (Simões, 2009, Estampa 44), sendo que nenhum destes exemplares oferece dados de contextualização.

Habitualmente, a produção de potes martabã é associada ao Sudeste Asiático, mais concretamente ao Porto de Martabão, na Birmânia (actual Myanmar, Reino do Pegu) e à Tailândia.

Foram identificados diversos paralelos formais em conjuntos exumados em naufrágios, nomeadamente na já referida *Nossa Senhora dos Mártires* (Simões, 2012, fig.7, fig.10, 11, 12), nos destroços do *Witte Leew*, naufragado no ano de 1613 (Pijl-Ketel, 1982, pp.226-227) e no *San Diego* (Dupizat, 1994, pp.234-235), com prováveis origens no Pegu ou zonas mais setentrionais.

2.5. Intervenção arqueológica no Largo dos Trigueiros

Entre 2010 e 2011, durante as *Obras de extensão das instalações da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, Largo dos Trigueiros – Lisboa* foram levados a cabo trabalhos de escavação arqueológica no Largo dos Trigueiros (Pátio do Linheiro, nº 10) localizado no bairro histórico da Mouraria.

No decorrer dos trabalhos, a cargo da empresa *Neoépica*, foram recolhidos 4 fragmentos de bojo e um fragmento de asa (Figura 7), sendo que as suas características nos levam a pensar pertencerem a um mesmo pote.

Todos os exemplares foram fabricados numa pasta branca-amarelada, compacta, bem depurada, com poucos elementos não-plásticos, verificando-se a presença de alguns óxidos de ferro de pequenas dimensões.



Figura 7 – Fragmentos de pote oriental provenientes da intervenção arqueológica no Largo dos Trigueiros, Mouraria, Lisboa.

As superfícies exteriores apresentam um vidro melado, aderente e brilhante, aplicado em camadas vítreas pouco espessas.

O fragmento de asa, corresponde a um tipo de asas em *carranca*, aplicadas, feitas a molde e que nos remetem para representações chinesas de *Cão de Fo*. Este tipo de asa revela-se bastante frágil, com pouca capacidade de suporte de peso, muito possivelmente, desempenhando funções decorativas.

Se os exemplares exumados nas intervenções arqueológicas realizadas no Mandarin Chinês, Largo do Chafariz de Dentro, Rua da Madalena ou Rua do Jardim do Regedor apresentam características formais que nos permitem reconhecê-los como contentores, cuja principal função seria utilitária, os fragmentos recolhidos no Largo dos Trigueiros parecem enquadrar-se num conjunto de peças cujas funções seriam decorativas.

Seriam objectos adquiridos por um determinado grupo sócio-económico? E poderá ser esta uma explicação para a disparidade registada relativamente ao número de exemplares que surgem em contextos arqueológicos e aqueles que estão presentes, sobretudo, em colecções museológicas?

Os fragmentos de bojo do Largo dos Trigueiros apresentam decorações incisas, feitas após a aplicação do vidrado. Embora sejam fragmentos de reduzidas dimensões, é possível identificar a representação de um dragão (corpo e escamas), nuvens

e motivos geométricos. Estas temáticas decorativas identificadas nos exemplares do Largo dos Trigueiros, encontram paralelos em representações datadas da Dinastia Ming (China, 1368-1644), mais concretamente do Reinado de Wanli (1573-1619).

Conhecem-se apenas paralelos formais em contextos museológicos, nomeadamente a colecção existente no Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa (Simões, 2009, Estampa 33, 36, 37 e 38), sendo de referir a importância deste conjunto, na medida em que constituem os primeiros exemplares identificados em contextos arqueológicos portugueses.

Quanto aos contextos de exumação, os fragmentos foram recolhidos em unidades estratigráficas que revelaram contextos artefactuais dos finais do século XVI – século XVII, num conjunto onde se destacam as cerâmicas comuns, as faianças portuguesas e as peças de importação, como as majólicas italianas ou as porcelanas chinesas.

2.6. Intervenção arqueológica no Largo do Terreiro do Trigo

Em 2010, durante a escavação arqueológica conduzida pela empresa *Crivarque* na Rua do Terreiro do Trigo, associada ao acompanhamento de obra da SIMTEJO “Sistema de intercepção do Largo do Chafariz de Dentro à estação elevatória da Estação Fluvial, 2ª fase”, foi recolhido um fragmento de bojo e asa de pote martabã (Figura 8).

As superfícies estão revestidas a vidro negro, bastante espesso. O fragmento pertence a um exemplar fabricado numa pasta de cor branca-amarelada, compacta e com vacuólos. A asa é horizontal e aplicada.

A peça foi recolhida durante a escavação mecânica da área CVM-RTT, onde foram identificados níveis de aterro datáveis do século XVI.

2.7. Recolhas de superfície, Rio Tejo

Junto ao Tejo, na zona da Ribeira das Naus, foram recolhidos dois fragmentos de cerâmica: um fragmento de fundo, possivelmente de martabã, e um fragmento de parede de pote dito *tradescant* (Figura 9). Este último fragmento encontrava-se bas-

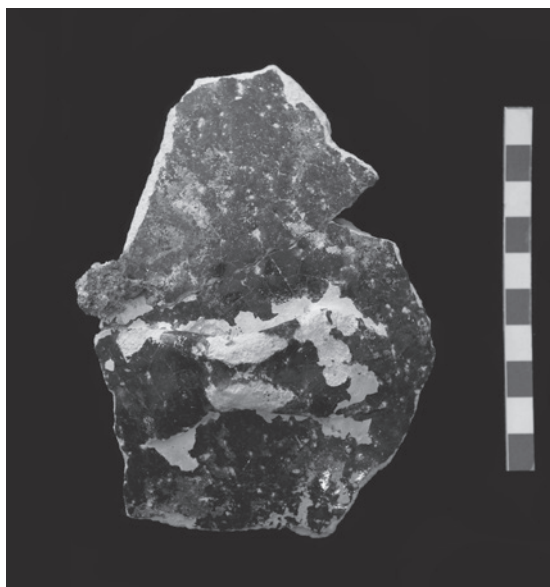


Figura 8 – Fragmento de possível pote oriental proveniente da intervenção arqueológica na Rua do Terreiro do Trigo, Alfama, Lisboa.



Figura 9 – Fragmento de pote tradescant, recolha de superfície, Ribeira das Naus, Lisboa.

tante rolado, apresentando vestígios de decoração com motivos vegetalistas em relevo e revestido a verde e amarelo.

Os *tradescant* caracterizam-se pelas superfícies exteriores completamente decoradas e revestidas por vidro amarelo plumbífero, verde e beringela. São decorações em relevo, com temáticas que nos remetem para tradições chinesas, como painéis de

lótus, cabeças de ruyi, motivos espiriformes constituídos por folhagens a cercar peónias em flor e motivos zoomórficos.

São produções frequentemente associadas a contextos de naufrágios datáveis de finais do século XVI e inícios do século XVII.

Conhecem-se alguns paralelos provenientes de naufrágios de finais do século XVI e inícios do século XVII, nomeadamente na *Nossa Senhora dos Mártires* (Coelho, 2008, pp.78-81), *Nossa Senhora da Luz* (Bettencourt, 2008, pp.127-128) e *San Diego* (Dupoizat, 1994, pp.244-245).

3. SÍNTESE FINAL

Os vestígios de contentores atribuíveis a oficinas e centros produtores asiáticos surgem ainda em número reduzido nos contextos arqueológicos portugueses. Talvez a sua importação fosse mais frequente do que os dados actuais nos parecem indicar, contudo, por se tratar de espólio de origem exógena e ainda pouco divulgado, nem sempre terá recebido grande foco no decorrer das intervenções.

Pensamos que a sua chegada a Portugal não seria uma realidade tão evidente como a de outras cerâmicas orientais, como as porcelanas chinesas. No entanto, no decurso das últimas intervenções, a identificação de potes orientais tem-se vindo a tornar mais frequente nos contextos arqueológicos lisboetas.

Foi em 1998, com a identificação da presumível nau da Índia *Nossa Senhora dos Mártires*, que o estudo destas produções ganhou alguma visibilidade em Portugal. Até essa data, as colecções conhecidas pertenciam a museus de arte, a antiquários e coleccionadores, levando à elaboração de um quadro de conhecimento acerca destas peças bastante frágil, pouco fiável e não ilustrativo das realidades quotidianas em que deverão ser inseridos, interpretados e compreendidos.

Produzidas em regiões dos Oceanos Pacífico e Índico, terão chegado à Europa por via marítima a partir do século XVI. São objectos produzidos em áreas geográficas sobre as quais o conhecimento chega ainda de forma bastante lacunar e escas-

sa, pelo que se torna tarefa difícil a de atribuir a cada peça um centro produtor ou local de origem.

Do mesmo modo, desconhecemos a evolução tipológica destas produções no decorrer dos diferentes séculos, embora saibamos que a produção de contentores como os martabãs continue a existir actualmente. São peças que denotam uma grande previvência formal, com características similares às que registamos nos contextos arqueológicos de época moderna, produzidas através das mesmas técnicas e que continuam a chegar a Portugal, nomeadamente através do mercado de antiguidades.

Por outro lado, as cronologias que temos referem-se sobretudo a datações de naufrágio ou utilização nos contextos europeus. Quanto aos centros produtores e cronologias de fabrico, não temos dados suficientes que nos permitam atribuir cronologias e origens finamente comprovadas.

Os dados de contexto que obtivemos, como referido ao longo do texto, correspondem na sua maioria a cronologias situadas entre meados do século XVI e meados do século XVII, período mais intenso de contacto comerciais, prolongando-se, em alguns casos, até ao século XVIII. Os paralelos formais identificados apontam, sobretudo, para um período balizado entre o século XV e XVII.

Tratando-se de um estudo ainda recente, são muitas as questões que permanecem por responder. As fontes coevas, como sejam os relatos de viagens, as listas alfandegárias ou os manifestos de carga, constituem importantes instrumentos na procura de resposta a essas questões, sendo, contudo, limitados.

Alguns desses relatos de viagens, referem-se à utilização de martabãs e jarras vidradas como contentores de armazenamento de líquidos, conservas e outros víveres durante as viagens ultramarinas, mas que volume representaria o transporte destes contentores nas cargas das naus que navegavam para Portugal? Segundo alguns relatos de viajantes, os grandes potes trazidos dos portos asiáticos correspondiam a objectos pessoais da tripulação, memórias das andanças ultramarinas.

E que funções desempenhavam nos quotidianos dos habitantes da cidade? Quem adquiria e

utilizava estas peças? Qual o seu valor económico e simbólico? Eram elementos de prestígio e distinção social, ou acessíveis à maioria da população? Acreditamos que muitos destes objectos continuariam a desempenhar funções utilitárias nos contextos portugueses, outros porém, pela sua profusão decorativa e características técnicas pouco eficazes se destinados ao armazenamento, terão desempenhado sobretudo funções decorativas e simbólicas. Será importante, em investigações futuras, identificar de forma mais precisa como se expõem estas produções nos contextos de exumação, nomeadamente nos espaços domésticos.

Reflexo dos encontros culturais que marcaram o período de expansão marítima a partir do século XVI, a resposta às questões aqui levantadas dependerá de uma continuação do estudo destas produções, não só nos contextos arqueológicos portugueses e europeus, como nos seus locais de origem, portos e centros oleiros asiáticos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colegas que nos têm vindo a disponibilizar o espólio para estudo.

BIBLIOGRAFIA

AURET, C., MAGGS, T. (1982) – The Great Ship São Bento: remains from a mid-sixteenth century Portuguese wreck on the Pondoland coast. In *Annals of the Natal Museum*. Vol. 25 (1).

BETTENCOURT, J. A. (2008) – A *Nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da Carreira da Índia e da Escala dos Açores: uma abordagem histórico-arqueológica*. Texto policopiado.

BLAKE, W., FLECKER, M. (1994) – A preliminary survey of a South-East Asian wreck,

Phu Quoc Island, Vietnam. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 23, Number 2. London and New York: Council for Nautical Archaeology.

BLAKE, W., GREEN, J. (1986) – A mid-XVI century Portuguese wreck in the Seychelles. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 15, Number 1. London and New York: Council for Nautical Archaeology.

COELHO, I. D. P. (2008) – *A cerâmica oriental na Carreira da*

Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível nau Nossa Senhora dos Mártires. Texto policopiado.

DUPOIZAT, M. (1994) – Les jarres asiatiques en grès. In *San Diego. Un trésor sur la mer*. Paris: Réunion des Musées Nationaux.

GONZALEZ, C. (2012) – Os novos espaços da cidade moderna: uma aproximação a Ribeira de Lisboa através de uma intervenção no Largo do Terreiro do Trigo. *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Volume I. Lisboa. Centro de História de Além-Mar.

GONZALEZ, C. (2012) – Majólicas italianas do Terreiro do Trigo (Lisboa). *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Volume I. Lisboa. Centro de História de Além-Mar.

GREEN, J. N. (1986) – The Survey of the VOC *fluit Risdam (1727)*, Malaysia. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 15, Number 2. London and New York: Council for Nautical Archaeology.

LOBATO, MANUEL (2000) – Malaca. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. De Macau à Periferia*. 1º Volume, Tomo II. Direcção de A. H. de Oliveira Marques. Fundação Oriente.

MAGALHÃES, J. R. (1998) – *Portugueses no Mundo do Século XVI, espaços e produtos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

MAGGS, T. (1984) – The Great Galleon São João: remains from a mid-sixteenth century wreck on the Natal South Coast. *Annals of the Natal Museum*. Vol. 26 (1).

Nossa Senhora dos Mártires. A última viagem (1998). Lisboa: Pavilhão de Portugal, Expo'98, Editorial Verbo.

SILVA, R. B., GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos, Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa.

SILVA, R. B., MIRANDA, P., VIEIRA, V. N., VICENTE, A. M., LOPES, G. C., NOZES, C. (2012) – Largo do Chafariz de Dentro – Alfama em época moderna. *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Volume I. Lisboa. Centro de História de Além-Mar.

SIMÕES, S. (2009) – *Os potes martabã – contributo para o seu conhecimento*. Texto policopiado. Mestrado em Arqueologia. FCSH-UNL.

SIMÕES, S. (2012) – Os potes “martabã”: um conceito em discussão. *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Volume II. Lisboa. Centro de História de Além-Mar.

SIMÕES, S. (2015) – A brief study concerning martaban jars, “Maritime Contacts of the Past: Deciphering connections amongst communities”, in *Maritime Archaeology*, Volume I, Delta Book World, New Delhi.

A HISTÓRIA DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE LISBOA CONTADA POR PEÇAS

Joana Bento Torres

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa / jtorres@fcsh.unl.pt

Resumo

O convento de São Francisco de Lisboa assumiu, desde a sua fundação, um papel de importância crescente na vida desta cidade, tanto na esfera religiosa e política como na económica e social. Este trabalho pretende analisar com maior detalhe o quotidiano desta instituição religiosa, à luz de um conjunto cerâmico proveniente de uma cisterna deste convento, convertida posteriormente em lixeira. A partir do estudo de mais de 4000 fragmentos de cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa, far-se-á uma aproximação às suas funcionalidades e utilizações neste ambiente conventual. Nesta reconstrução histórica, os objectos arqueológicos serão continuamente acompanhados por documentação coeva, contribuindo de igual forma para um quadro mais completo da vida conventual em Portugal, no período moderno.

Palavras-chave: Arquitectura conventual, Cerâmica vidrada, Faiança, Porcelana Chinesa, Consumos alimentares.

Abstract

The convent of São Francisco de Lisboa [Saint Francis of Lisbon] took, since its foundation, an increasingly important role in the religious and politic sphere, but also in the social and economic aspects of this town's life. This study intends to analyse with further detail the daily life in this religious institution, having as a starting point an assemblage of ceramics recovered from one of the convent's cisterns, later transformed into a dumpsite. From the analysis of more than 4000 fragments of glazed ceramic, Portuguese faience and Chinese porcelain, we will try an approach to its functions and uses in this particular environment. In this historical reconstruction, the archaeological objects will be continuously complemented by contemporary documentation, contributing for a more complete depiction of the convent life in the early modern Portugal.

Keywords: Conventual Architecture, Glazed pottery, Faiança, Chinese porcelain, Food consumption.

O trabalho que agora se apresenta é uma parte da dissertação de mestrado da mesma autora, intitulada “*Quotidianos no convento de S. Francisco de Lisboa: uma análise da porcelana chinesa, faiança portuguesa e cerâmica vidrada*”. O objectivo desta tese era, a partir dos vestígios arqueológicos recuperados numa das cisternas do convento de S. Francisco de Lisboa, conseguir apreender um pouco mais de como se vivia durante a Idade Moderna naquele espaço. Dependendo do tipo de objectos recuperados, maior ou menor foi o detalhe conseguido na análise do quotidiano que se pretendia. Para tentar compensar vazios de informação, houve a necessidade de adoptar uma metodologia abrangente, tentando-se conjugar documentação histórica, iconográfica e cartográfica.

Segundo Frei Manuel da Esperança, este convento teria sido fundado em 1217, por acção de Frei Zacarias e patrocínio da rainha D. Urraca (Calado, 2000, p. 15). Inicialmente localizado na parte extramuros da cidade de Lisboa, numa zona planáltica (Ribeiro, 1994, p. 63), que possibilitava, por um lado, uma boa acessibilidade àquele espaço, e, por outro, um destacamento na paisagem suficiente para um controlo visual sobre a mesma cidade. Com o passar

dos séculos, esta estrutura conventual consolidou-se política e economicamente, o que lhe valeu um fortalecimento construtivo. O que outrora havia começado como uma pequena casa de religiosos relegados para uma zona periférica da cidade, alterava-se no despontar do Renascimento em Lisboa. O rápido crescimento urbano da zona ocidental da cidade, acompanhado pelas políticas régias de planeamento urbano de D. Manuel I enquadrou este convento numa zona central e nevralgica de Lisboa. Efectivamente, estando integrado na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, sabemos pelos estudos de António B. Coelho (1986) que esta era a segunda mais populosa de Lisboa em meados do século XVI.

1. O CONVENTO DE S. FRANCISCO

Poucas são as notícias dadas acerca dos seus primeiros três séculos de existência. Sabemos pela *Historia Seraphica* de Frei Manuel da Esperança (1656, p. 188), que em 1272 teria sido construído um “*claustrum, capella e [sala do?] capitulum*”, por patrocínio do tesoureiro do rei João Moniz. Já no século XVI, a partir de documentação coeva, detectada de forma pontual na colecção do Corpo Cronológico,



Figura 1 – Vista da cidade de Lisboa, in *Civitates Orbis Terrarum*, 1598, G. Braunio.

do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Durante a primeira década do século XVI, constrói-se um segundo claustro, e com ele toda uma série de estruturas, como o campanário do relógio, dois dormitórios (em cada um dos andares do claustro), como o refeitório e cozinha (Torres, 2011, p. 23). Durante estas obras que aqui se operaram procedeu-se à colocação de um forro em madeira e “paneado” nos telhados das varandas, que teriam “por bayxo das abas seu cordam por Remate ou sua moldura de Rotollos e diamantes a que melhor parecer”¹. Já as celas e o corredor do dormitório de baixo teriam um forro de madeira e de esteiras, e um chão de soalho. As suas portas e janelas deveriam ser feitas à imagem do dormitório de cima, já existente, e cada cela deveria ter um leito, uma mesa um escritório e um “escabelo” (leia-se arca).

Esta documentação diz-nos ainda que os dois claustros estariam a cotas de chão diferentes, havendo por isso a necessidade de construir umas escadas, que iam do claustro “grande” para o segundo claustro. Assim, no primeiro claustro ou “claustro grande” concentrar-se-iam a casa do capítulo e capelas; e no segundo claustro, os dormitórios, refeitório, cozinha e campanário do relógio.

Com uma ausência de documentação seiscentista que aborde aspectos construtivos do convento de S. Francisco, voltamos a encontrar impressos e manuscritos mais descritivos já para a primeira metade do século XVIII. Nos primeiros anos de 1700, contamos com o texto de um anónimo que descreve os mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa². A propósito do convento de S. Francisco diz-nos que próxima à porta da sacristia ficava a capela do santuário; num dos claustros existiam cinco capelas, a par da casa do Capítulo; num outro claustro encontravam-se outras cinco capelas, com paredes azulejadas e os tectos cobertos de pinturas; num terceiro claustro, localizado num ponto mais elevado,

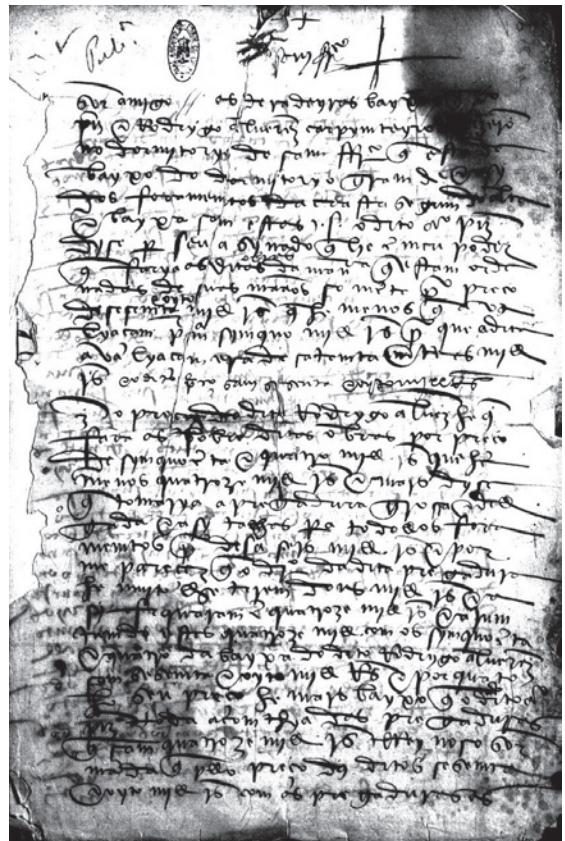


Figura 2 – Documento do Corpo Cronológico (1, 25, 105), 1520, ANTT.

pois ficava no andar da Portaria, encontravam-se seis capelas e um corredor comprido azulejado e com pinturas no tecto que tinha no final a capela da Senhora da Soledade. A casa da Portaria tinha a capela do Anjo S. Miguel pertencente à Irmandade das Almas; e existiam ainda mais três capelas: no Noviciado, na Enfermaria e na zona do coro. A livraria localizava-se junto à portaria, mas mais elevada. Os seus dormitórios são descritos como modestos, mas albergando mais de cem religiosos (Torres, 2011, pp. 24-26).

Em 1728 temos conhecimento da existência do Hospício da Terra Santa, documentada pelos livros de despesa desta estrutura conventual, que vão até 1731. Este elemento aponta para que o quotidiano deste convento e da sua comunidade fosse segmentado, organizando-se em “células” mais pequenas, antes de chegar à supervisão do guardião e do síndico do convento. Assim, espaços como a

¹ Transcrição de ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Mç 25, Documento 105. (Torres, 2011, p. 149).

² *História dos Mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*, tomo 1, cap. 2, pp. 57-99.

enfermaria, o Hospício da Terra Santa ou a Portaria dos Pobres, parecem ter tido os seus próprios livros de receita e despesa, que depois deviam ser verificados e integrados nas despesas gerais da Casa.

Também em 1741, um relato de um incêndio que deflagrou na Igreja e se alastrou ao restante convento dá algumas pistas acerca da disposição de zonas do convento, enquanto traça as aflições e peripécias porque passaram os frades. Aí, encontramos no primeiro claustro ou “claustro grande” a casa do capítulo e capelas; no segundo claustro os dormitórios, noviciado, enfermaria (que ou teria dois andares, ou aproveitava um desnível do terreno, ficando da parte do claustro no rés-do-chão, e no lado de fora num primeiro andar, o que justificava aí a existência de uma varanda); e no terceiro claustro as capelas, perto do qual se encontrava a portaria e livraria.

O conjunto mais coeso e completo que possuímos para reconstituir os espaços e consumos do convento de S. Francisco é já da segunda metade do século XVIII, por via de uma série de inventários³ feitos pela Casa. Estes inventários eram realizados de dois em dois anos, aproximadamente, e destinavam-se a materializar o número de pessoas que integravam aquele convento, e as despesas que os mesmos faziam, durante o mandato do Provincial eleito no Capítulo. Nos anos de 1760 e 1761, podemos observar que segundo Frei Inácio de Santa Rosa, porteiro dos pobres, foram encomendadas para a Portaria dos Pobres as seguintes obras de remodelação: uma dispensa para guardar os provimentos para os pobres, uma cela (quarto) para o porteiro, um refeitório para os pobres, uma cozinha com fogão, casa para lenha, dispensa para talhas de azeite, dois oratórios, casa para hortalça, um alpendre e pinturas. Nestes mesmos anos, declara o enfermeiro Frei António, que se haviam feito duas celas novas na enfermaria. Teriam ainda mandado concertar o palheiro e o “tanque da cerca” (Torres, 2011, pp. 26-27).

³ Inventário do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa desde o Capítulo celebrado em 4 de Junho de 1760 para a Congregação que se ha de celebrar em 19 de Dezembro de 1761 no sobre dito Convento (Torres, 2011).

Colocando em comparação todos os dados acima referidos, podemos concluir que: no século XVI existiam dois claustros no convento de S. Francisco, tendo o primeiro a casa do capítulo e um número considerável de capelas, ora para oração ora para sepultamento (cuja descrição só aparece em pormenor no início do século XVIII). O segundo claustro concentrava dois dormitórios (um por cima do outro), o refeitório, a cozinha e o campanário do relógio. Podemos ainda inferir o acrescentamento de um terceiro andar, em que sabemos localizar-se o dormitório dos músicos da Patriarcal, já no século XVIII⁴. Este claustro terá ainda integrado, pelo menos no século XVIII, o noviciado, que estava ao lado do “dormitório de baixo”. Provavelmente, a enfermaria localizava-se perto do segundo claustro, dada a indicação documental, de estar próxima de um dos dormitórios. O terceiro claustro existia já nos primeiros anos do século XVIII, pelo que pode ter sido construído entre os séculos XVI e XVII. Este congregava capelas, e tinha nas suas imediações a portaria e a livraria, pré-existentes ao mesmo.

Esta ampliação espacial ocorria a par de um ligeiro aumento no número de frades desta comunidade religiosa e utilizadores do convento. Segundo Cristóvão de Oliveira (1987, p. 70), no ano de 1551, o convento de S. Francisco contava já com 120 frades, e dez servidores. Em 1620, Nicolau de Oliveira (1987, p. 127) aponta para a presença de 130 religiosos no convento. Estes números parecem não se alterar até meados do século XVIII, verificando-se em 1758 entre 115 e 130 frades (Clemente, 2005, p. 151). A partir da segunda metade da mesma centúria, encontramos algumas listagens bienais com o número de habitantes do convento, sendo apontado um total de 160 moradores. Nesta contabilização incluem-se outros funcionários ao serviço do convento que não apenas os frades franciscanos, sem que saibamos concretamente as suas funções

⁴ “que os muzicos da patriarcal que tinhão o seu dumaticilio no terceiro e superior do dormitorio”, in *Relação do Notável Incêndio de fogo que se ateou no Real Convento de S. Francisco da Cidade, a 30 de Novembro de 1741* (Torres, 2011, p. 27).

e identidade. Essa informação apenas nos chega de forma parcial com os livros de despesa do Hospício da Terra Santa do século XVIII e em que é assumida a contratação de pessoal para desempenhar funções de cozinheiro/a, lavadeira, hortelão e até barbeiro (Torres, 2011, p. 35).

2. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

A recolha dos materiais arqueológicos aqui analisados foi feita aquando de uma intervenção de emergência em 1993, despoletada durante o acompanhamento das obras de remodelação do actual Museu do Chiado⁵. Com a descoberta de uma cisterna entulhada até à superfície, optou-se por fazer a recolha de todo o material arqueológico, a par do registo integral da estrutura, uma vez que se procederia posteriormente à sua destruição.

As características desta cisterna, com paredes de alvenaria, fundo lajeado e abóbada de tijolo (Amaro, Lourenço & Ramalho, 1995, p. 38) parecem alinhar-se com a possibilidade desta se tratar de uma construção dos inícios de Quinhentos, período em que ocorreram grande parte das obras de ampliação do convento. Lembremos a este propósito que, algumas das técnicas construtivas mais características durante o reinado de D. Manuel I era a utilização de pedra e cal, combinada com coberturas em abóbada de tijolo (Carita, 1999, pp. 157-160). É possível que a desactivação desta mesma cisterna se tenha dado entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, altura em que passou a servir como local de despejo, pela presença de fragmentos descartados de faiança portuguesa logo do primeiro terço de seiscentos (Torres, 2011, p. 73). Esta cisterna terá sido utilizada como lixeira até meados do século XVIII.

Para o estudo das cerâmicas houve a necessidade de definir de forma clara a terminologia a utilizar,

⁵ Para mais informações sobre este trabalho veja-se *Trabalhos arqueológicos no convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa*, processo nº S-16837; e Amaro, Lourenço & Ramalho, 1995, pp. 37-42.

optando-se pela utilização de termos coevos à época. A adopção deste método serve, por um lado, para tentar estabelecer uma correspondência entre o objecto arqueológico e a nomenclatura que aparece nas fontes coevas e, por outro, para evitar o anacronismo de conceitos. Na criação desta tipologia optou-se por fazer uma separação inicial por tipo de material cerâmico: cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa. Os termos utilizados foram maioritariamente escolhidos a partir do *Vocabulário Português & Latino* de Bluteau, pois é este que se melhor este enquadra na cronologia atribuída às peças que aparecem neste trabalho⁶ (Torres, 2011, pp. 39-44). Sempre que necessário foi usada nomenclatura actual para suprir quaisquer ausências⁷.

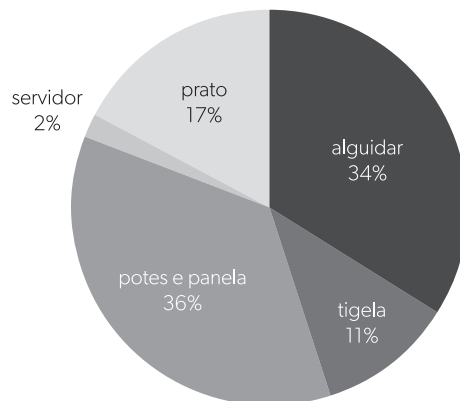


Figura 3 – Cerâmica vidrada: percentagem por forma.

O grupo de cerâmica vidrada apresenta objectos com um revestimento a vidro plumbífero, numa ou em ambas as superfícies, por vezes antecedido pela aplicação de um engobe ou vidro de tom mais claro. O seu leque formal é relativamente reduzido, encontrando-se objectos utilizados para

⁶ A obra deste autor é bastante útil para compreensão do vocabulário utilizado na segunda metade do século XVII, pois considera-se que o autor terá iniciado esta sua obra a partir de 1680. Murakawa, 2006.

⁷ O facto de não ter encontrado um “termo coevo” para definir um determinado tipo formal pode advir de duas situações: primeiro, pode não existir uma diferenciação na época de duas formas que para os investigadores actuais sejam distintas; segundo, o número limitado de fontes consultadas.

conservar ou armazenar (potes e jarros), para preparação e/ou consumo de alimentos (alguidares, panelas, pratos, escudelas, tigelas e jarros)⁸ e para usos sanitários (servidores). De assinalar que dois terços do conjunto se concentram nos potes/panelas e alguidares (de pequenos a grandes). Estamos por isso perante louça de uso quotidiano, com vidrados geralmente simples, sem recurso a elementos decorativos, jogando unicamente com os diferentes tons do vidrado que variavam entre o verde, castanho e amarelo. Deste modo, supomos que estes objectos se encontrariam principalmente em torno da zona da cozinha, à excepção dos servidores.

Um dos tipos cerâmicos mais comuns neste grupo era o dos potes e panelas, qua se associavam à conserva de compotas e caldas de fruta. As pinturas de Josefa de Óbidos (1630-1684) são a este título bastante sugestivas, como aliás as obras de outros pintores de naturezas-mortas, como Francisco Zurbarán, Juan van der Hamen y León ou Tomás Hiepes. Aqui se encontram representados recipientes cerâmicos, a par de outros de madeira, verga ou cortiça, muitas vezes recheados de bolos, marmeladas e doces tradicionais à época. A associação formal entre os objectos arqueológicos e os objectos do quotidiano representados nestas pinturas é praticamente imediata. Aí verificamos potes muitos similares aos do convento de S. Francisco de Lisboa, utilizados na conserva geralmente de fruta, mel ou frutos secos, que depois se tapavam com um pano fixado por um pequeno cordel⁹.

Este cenário parece ser confirmado por outras fontes quinhentistas e seiscentistas, que reforçam a associação destes dois elementos (Torres, 2011, p. 85). A título de exemplo, no *Inventário dos bens de D. Teodósio I*, de 1564, encontram-se avaliadas muitas conservas em caldas de açúcar e mel, dos mais variados frutos (Torres, 2018, p. 334). Todas elas

⁸ Incluímos também os pratos, escudelas, tigelas e jarros na categoria de preparação de alimentos, pois, pelo reduzido número encontrado, era possível a sua utilização na logística da cozinha.

⁹ Este colocar-se-ia facilmente devido às características linhas incisas em relevo na zona do bordo.

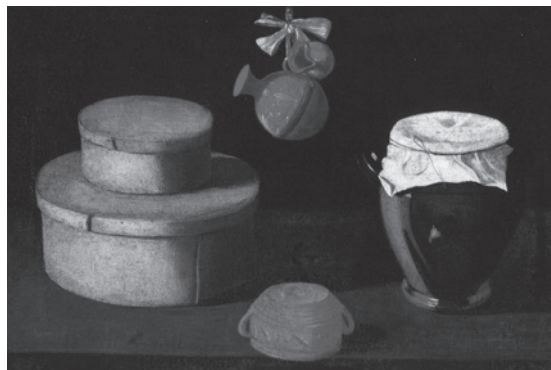


Figura 4 – Caixa com potes, 1660, Josefa de Óbidos (© MNAA, Portugal).

armazenadas em caixas, redomas, potes e panelas vidradas.

A faiança portuguesa, cerâmica com revestimento da superfície a vidrado estanífero com branco, sobre o qual assenta ou não decoração pintada (Sebastian, 2011, p. 58), congrega mais de 80% do espólio presente na cisterna do convento. Dentro deste grande grupo foi e tomando como premissa as temáticas decorativas adoptadas em correlação com a sua função, constituíram-se quatro subgrupos: a faiança branca, sem qualquer apontamento decorativo; a faiança com simples linhas circulares (listada); a que apresenta insígnias religiosas (conventual)¹⁰; e a de profusos padrões e temáticas decorativas¹¹ (decorada).

Em qualquer um destes subgrupos, e apesar da maior variedade formal que surge, mais de 90% dos objectos se concentram entre os pratos e as tigelas: a faiança branca reúne 91% (este índice aumenta para 96% se contabilizarmos os covilhetes); na faiança conventual 97%; na faiança listada 98%; e na faiança decorada 92%. Estes dados apontam-nos

¹⁰ De entre a louça conventual, devemos destacar a presença significativa da sigla S.F. [*São Francisco*], directamente relacionada com a sigla F. [*Francisco*] e S. [*São*], devendo estas ser encomendas do próprio convento.

¹¹ De toda a variedade que nos surge neste conjunto, destacamos: as rendas, as contas, os rectângulos concêntricos com espirais no seu interior, os semicírculos concêntricos, as representações antropomórficas e zoomórficas, a heráldica e as insígnias conventuais.



Figura 5 – Natureza-morta com doces e cerâmica, 1627, Juan van der Hamen y León (© National Gallery of Art, EUA).



Figura 6 – São Hugo no refeitório dos Cartuxos, 1630-5, Francisco de Zurbarán (© Museo de Bellas Artes de Sevilla, Espanha).

para uma conclusão imediata, que é a de que este tipo de cerâmica tinha como principal função “servir à mesa”, um servir que se queria de algum modo equitativo entre todos os frades daquele convento. Estes comiam comumente na “faiança branca”, que apresenta conjuntos individuais de pratos, tigelas, covilhetes (estes já só a partir do século XVIII) e salseiras. Estes eram objectos geralmente individuais, ou seja, à mesa, cada frade teria o seu prato ou a sua tigela para o conduto (o segundo para refeições com mais caldo), a sua salseira para temperos (Fernandes, 1998), e eventualmente o seu covilhete para doces.

Apesar do carácter individual destes recipientes, nos séculos XVII e XVIII não há uma preocupação, pelo menos em ambientes conventuais, em fazer marcas de posse, mas antes marcas distintas. Estas surgem esporadicamente em forma de símbolo ou letra (inicial de nome), tendo apenas como propósito a sua identificação¹².

Parece-nos que apesar de terem a mesma funcionalidade, “faiança conventual”, “faiança listada” e “faiança decorada” podiam ter finalidades distintas. Por um lado, o número de fragmentos é muito inferior ao de “faiança branca”. Por outro lado, o surgimento de siglas e inscrições sugere que estas pudessem ser encomendas feitas por altura de um acontecimento mais importante, como por exemplo os capítulos da Província¹³, festividades do calendário litúrgico, ou mesmo para dar uso nalgum espaço conventual em particular. Assim se explica por exemplo que no caso da “faiança decorada” haja uma maior variedade formal. Neste conjunto encontramos por exemplo uma travessa com respectivo teste, alguns jarros, pratos fundos e grandes tigelas que podiam auxiliar no serviço da mesa, mas também bacias para os cuidados de higiene, as

mangas de farmácia para soluções medicamentosas à disposição na enfermaria e botica do convento, os castiçais para iluminar celas particulares ou espaços comuns, como as capelas, e os boiões para guardar pequenos objectos, essências ou mezinhas.

Este tipo de louça era, para lá de útil, feito para ser visto, podendo os seus motivos decorativos ser não só esteticamente apreciados como ainda transportar consigo uma “mensagem” ou carga simbólica. Isto quer dizer que, neste conjunto é possível que a maior parte das peças tenha sido a Casa a adquirir; podendo contudo existir peças, possivelmente de melhor qualidade, como as que têm elementos de heráldica, representações antropomórficas e zoomórficas, que se tratassem de uma aquisição/oferta, de posse pessoal e para uso individual.

Finalmente, no que respeita à porcelana chinesa, os fragmentos aqui detectados constituem uma amostragem muito pequena, mas bastante significativa do tipo de consumo que parece ter existido neste convento deste tipo de objectos. A grande afluência deste produto durante o século XVI, especialmente a partir de 1554, ano em que as relações oficiais entre China e Portugal foram restabelecidas (Antunes, 1998). Com o aumento da distribuição, aumentou também a produção, que levou a uma natural diversificação qualitativa das peças. Esta reflectia-se directamente no seu preço, tornando estes objectos acessíveis a mais estratos socioeconómicos. Dado o seu elevado nível de fragmentação, nem sempre foi possível encontrar paralelos que permitem

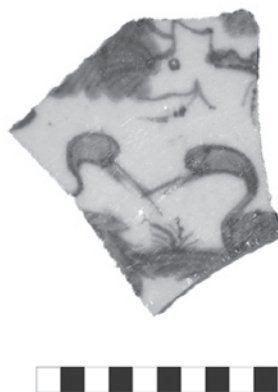


Figura 7 – Porcelana Chinesa (CSF/Lx.93/140), Longqing.

¹² A marcação que surge em algumas peças neste período cronológico e nestes contextos conventuais pode ser apenas a expressão casual de frades ou freiras, ou o gosto pessoal que podiam ter em comer num determinado objecto, sem que esta tivesse de implicar necessariamente uma posse individual.

¹³ A peça CSF/Lx.93/185+186 parece indicar a data de 1738 relacionando-a com a palavra *Capítulo* (Torres, 2011, p. 87).

a definição de uma cronologia clara. De qualquer forma, encontrámos paralelos, principalmente pela análise das temáticas decorativas (Torres, 2011, pp. 79-80), nas produções da dinastia *Ming*, para o período entre o reinado *Zhengde* (1506-1521), *Jiajing* (1521-1566), *Longqing* (1566-1573), e *Wanli* (1573-1619). Apenas dois fragmentos de fundo de prato apresentavam marcas de oleiro. Um apresentava o caracter (míng), não se conseguindo ler o que identificaria o reinado devido à fractura da peça. Surgem ainda os caracteres (zhi) ao qual se segue o (zào), uma associação relativamente rara e que apenas encontrámos em marcas do reinado de *Longqing*. O outro fragmento apresenta um dito ou verso da tradição chinesa clássica¹⁴.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cerâmicas vidradas do convento de S. Francisco de Lisboa são atribuíveis ao terceiro quartel do século XVI prolongando-se pelo século XVII. As datações mais recuadas basearam-se na comparação com paralelos tipológicos encontrados no Beco dos Inválidos em Cascais ou na Rua do Salgueiro, em Palmela (Carvalho & Fernandes, 2002). Os paralelos multiplicam-se com a chegada de seiscientos, encontrando-se exemplares semelhantes no convento de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais (Cardoso & Rodrigues, 2002), ou nos Paços do Concelho de Torres Vedras (Luna & Cardoso, 2006), em Portugal; mas também em contextos forâneos, nomeadamente no Brasil, como no convento da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência (Rio de Janeiro), ou a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta (Espírito Santo)¹⁵.

No que respeita à faiança e à sua datação, vários foram os paralelos encontrados, concentrando-se a maior parte ao longo do século XVII, ainda que recuando ao último quartel do XVI e estendendo-se à

¹⁴ A autora agradece à Doutora Helena Lopes (University of Oxford, Reino Unido) a sua preciosa ajuda na leitura dos caracteres chineses.

¹⁵ Catálogo de Coleções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN).

primeira metade do século XVIII. Os fragmentos de faiança decorada estão essencialmente no século XVII, podendo recuar aos finais do século XVI. Ao mesmo tempo, a presença de determinada faiança



Figura 8 – Cerâmica vidrada (CSF/Lx.93/77), séc. XVII.

conventual, nomeadamente a existência de covilhetes, estende-nos o espectro cronológico até à primeira metade do século XVIII. A análise macroscópica das pastas e vidrados da faiança aponta para o predomínio do centro de produção de Lisboa, ainda que pareçam estar representados os centros de Coimbra e Vila Nova, com um e dois exemplares respectivamente (Torres, 2011, pp. 64-65). Esta situação justifica-se pela facilidade logística na compra de cerâmica na cidade, fosse ela comum, vidrada ou esmaltada. Lembremo-nos que a própria freguesia dos Mártires tinha já uma importante tradição oleira desde a segunda metade do século XVI (Sebastian, 2011).

A porcelana aqui identificada baliza a sua produção no século XVI, mas dificilmente conseguimos apurar a durabilidade da sua utilização. Neste contexto conventual, o reduzido número de exemplares e a boa qualidade de parte destes, leva-nos a acreditar que muito provavelmente, eram de posse particular, seja por terem sido trazidas aquando da integração do frade no convento, seja por aquisição ou oferta já estando neste. O seu manuseamento seria feito com maior cuidado, não só pelo seu valor

venal, mas principalmente pelo seu valor estético (ao qual poderia acrescer um valor emocional no caso de se tratar de uma peça oferecida ou adquirida a título individual). Este factor fazia com que estas porcelanas tivessem normalmente um maior tempo de vida útil quando comparadas com os outros tipos de cerâmica. Logo, não é insensato avançar com a hipótese destas peças provirem de um contexto de consumo do século XVII (apesar de serem uma produção quinhentista).

Um dos nossos objectivos era relacionar os fragmentos detectados com o espaço conventual. No caso da cerâmica vidrada, os potes e panelas estariam arrumados com as suas conservas na despensa associada à cozinha e refeitório do convento. Já os pratos, tigelas e jarros de cerâmica vidrada estendiam-se entre o espaço da cozinha e do refeitório, concentrando-se na preparação dos alimentos. Os alguidares estão em espaços ligados à cozinha, na preparação dos alimentos, mas tam-

bém nas actividades relacionadas com cuidados de “higiene”, como a lavagem de louça ou roupa. Muitos dos alguidares, sendo de pequenas e médias dimensões podiam ainda servir de bacias para higiene pessoal (lavagem de pés, mãos, cabeça ou barba), podendo estar nas celas de cada frade ou em zonas comuns, como perto do refeitório, para lavagem de mãos antes das refeições. Os pratos, tigelas, covilhetes e salseiras de faiança estão exclusivamente ligados ao serviço de mesa do refeitório, ainda que certas peças de melhor qualidade (fosse de faiança decorada como de porcelana), pudessem distribuir-se por vários espaços comuns do convento (como a igreja, sala do capítulo, capelas...), pois o seu valor estético suplanta o utilitário.

Como já fizemos notar anteriormente, a maior parte da cerâmica aqui referida teria sido adquirida pelo convento, para uso de toda a comunidade religiosa. Apesar da ausência de livros de contas ou inventários anteriores a setecentos, podemos verificar



Figura 9 – O Fogo, 1570, Joachim Beuckelaer (© The National Gallery, Reino Unido).

que nos inventários deste convento, para a segunda metade do século XVIII, várias são as encomendas pedidas pelo responsável do refeitório de pratos, pratos grandes, pires, tigelas e alguidares de louça, a par dos “copos de cristal” (Torres, 2011, p. 89). Este conjunto material congrega assim peças de uso comum e quotidiano, não se verificando objectos de luxo, nem na cerâmica vidrada, como na faiança portuguesa ou na porcelana chinesa. Em todo o caso, a posse individual de porcelana e faiança decorada de alta qualidade poderia ocorrer esporadicamente, pertencendo nestes casos a elementos de um estrato socioeconómico médio a elevado, aos quais geralmente se associavam funções de maior responsabilidade no convento.

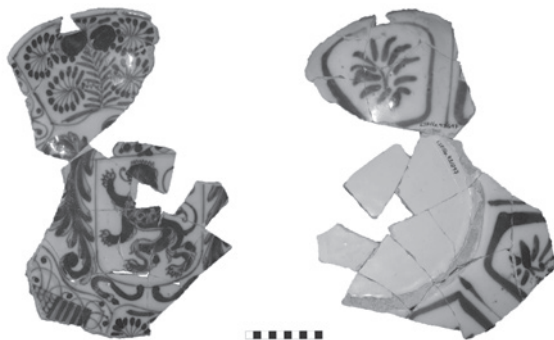


Figura10 – Faiança Portuguesa (CSF/Lx.93/297), 1ª met. séc. XVII.

Finalmente, uma breve referência ao tipo de alimentação praticado neste convento não é fácil de aferir pela falta de dados históricos e arqueológicos e históricos. O abastecimento de alimentos conjugava a auto-sustentabilidade com a compra de produtos fora do convento. O convento tentava assim assegurar a manutenção de uma horta, dentro da cerca conventual¹⁶, para a qual empregava um hortelão, do qual há nota de pagamento pelo menos no século XVIII (Torres, 2011, p. 91). Em paralelo, poderia dar-se a criação de alguns animais domésticos, como as aves de capoeira, para as quais há uma

¹⁶ A venda de uma parte da cerca para que duque D. Jaime pudesse ampliar a sua própria horta, mostra que esta terá sofrido um relativo encurtamento nesta altura. Castilho, 1937, p. 170.

menção documental em 1741, e que justificaria, por exemplo, o índice reduzido de carne de aves nas despesas do Hospício da Terra Santa (Torres, 2011, p. 92). Tendo em conta estes registos de despesa, detectamos a proeminência do pão, cuja compra surge sempre em primeiro lugar na lista. Este era a base da refeição, absorvendo o caldo em que as carnes e legumes eram cozinhados. Seguindo os dados fornecidos por estes livros de despesa da primeira metade de setecentos, destaca-se o grande consumo de carne de vaca e de carneiro, a par do peixe fresco. Os vegetais mais recorrentes são o arroz, o feijão-frade, a cebola e os alhos. O azeite, o vinagre, o sal e os ovos são também repetidamente comprados. Acresce o consumo de fruta fresca, sem muitos mais pormenores, e fruta em calda¹⁷. Em ocasiões especiais, alimentos igualmente excepcionais eram adicionados, como os confeitos (Torres, 2011, p. 92). As refeições eram acompanhadas por água e/ou o vinho.

Por último, este estudo tentou estabelecer uma transição entre os objectos que outrora existiram, e os fragmentos que hoje recuperamos em contextos arqueológicos. Para tal, procurou-se ir para lá do estabelecimento de funcionalidades, identificando o contexto do consumo destes bens/objectos, que, quando apoiados em documentação nos providenciam informação geralmente inédita na caracterização de hábitos alimentares e quotidianos.

FONTES

ANTT, OFM, Província de Portugal, Província, Lv. 3, *Hospício da Terra Santa*.

ANTT, OFM, Província de Portugal, S. Francisco de Lisboa, Lv. 11, *Inventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa*.

História dos Mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa, de autor anónimo, tomo 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1946.

¹⁷ A ausência deste produto nas despesas do Hospício da Terra Santa pode explicar-se pelo fabrico próprio das conservas.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C.; LOURENÇO, F. e RAMALHO, M. (1995) – «As Intervenções Arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade», in *OBRAÇOM. Museu do Chiado: histórias vistas e contadas*. Lisboa: IPM, pp. 37-42.

CALADO, M. (2000) – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (2002) – «Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais», in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: C.M., pp. 269-288.

CLEMENTE, M. (pref.) (2005) – *Memórias de uma cidade destruída*. Lisboa: Aletheia Editores.

CARVALHO, A. Rafael e FERNANDES, Isabel Cristina (1995) – «Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela», in *Actas das 2.ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 211-255.

CASIMIRO, T. (2011) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*. Lisboa: FCSH [Texto Policopiado].

CASTILHO, Júlio (1974) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. VIII. Lisboa: s.n.

COELHO, A. Borges (1986) – *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*. Lisboa: Caminho.

ESPERANÇA, Manuel da (1656-1666) – *Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, vol. 1-2. Lisboa: Officina Craesbeeckiana.

LUNA, I. e CARDOSO, G. (2006) – «Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras», in *Actas do III Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval: C.M., Associação Património Histórico, pp. 99-112.

OLIVEIRA, C. R. (1987) – *Lisboa em 1551. Sumário*. Lisboa: Livros Horizonte.

OLIVEIRA, F. Nicolau de (1991) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega.

RIBEIRO, O. (1994) – *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos.*, vol V. Lisboa: FCG.

SEBASTIAN, L. (2011) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI- XVIII)*. Lisboa: FCSH [Texto Policopiado].

TORRES, J. B. (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Lisboa: FCSH [Texto Policopiado].

TORRES, J. B. (2018) – «Comer como um duque: a alimentação da Casa de Bragança no século XVI», in *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta da China, pp. 331-336

Trabalhos arqueológicos no convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa [01.06.1993-31.08.1993]. Relatório aprovado e disponível à consulta na Biblioteca do IGESPAR.

SITES

BLUTEAU, Raphael – Vocabulario Portuguez & Latino... [Em linha]. [Consult. 28 Ago. 2014]. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

Catálogo de Coleções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN). [Em linha]. [Consult. 1 Jun. 2011]. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm

A ARQUEOLOGIA DO INTERFACE NOS MEIOS HÚMIDOS DA CIDADE DE LISBOA: UM BALANÇO

José Bettencourt¹, Cristóvão Fonseca², Inês Pinto Coelho³, Gonçalo Lopes², Patrícia Carvalho³, Tiago Silva²

¹ CHAM e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

² CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Bolseiro de Doutoramento da FCT

³ CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Resumo

As zonas ribeirinhas têm características especiais. São ao mesmo tempo o início e o fim, o acesso ao mar para quem está de partida e o acesso a terra para quem está de chegada. Esta simples posição condicionou significativamente a ocupação humana daquele espaço, tornado porto, onde se concentram ainda hoje estruturas específicas e onde se movem gentes diferentes, locais e de fora, envolvidas em actividades comerciais, militares ou de exploração de recursos aquáticos.

Neste artigo faz-se um balanço sobre a evolução da paisagem ribeirinha de Lisboa a partir dos contextos arqueológicos descobertos naquele espaço, abordam-se as evidências associadas ao comércio e à navegação e, por último, os restos dos navios que frequentaram o seu porto. Em homenagem a Maria Luísa Blot, fonte de inspiração permanente para os autores.

Palavras-chave: Lisboa, Arqueologia ribeirinha, Navios, Porto, Comércio.

Abstract

The waterfront areas have special features. They are at the same time the beginning and the end, the way to the sea for those who are leaving and the way to land for those who are arriving. This simple position has conditioned the human occupation of that space, which become a port, where specific structures are still centered today and where different people, both local and foreign, are involved in different activities: commercial, military or in the exploration of aquatic resources.

In this paper, a review is made regarding the evolution of the riverside landscape of Lisbon from the archaeological contexts discovered on that space, the evidence associated with trade and navigation and, finally, the remains of the ships that have visited its port. In honor of Maria Luisa Blot, permanent inspiration for the authors.

Keywords: Lisbon, Waterfront archaeology, Ships, Port, Trade.

1. INTRODUÇÃO

As zonas ribeirinhas têm características especiais. São ao mesmo tempo o início e o fim, o acesso ao mar para quem está de partida e o acesso a terra para quem está de chegada. Esta simples posição condicionou significativamente a ocupação humana daquele espaço, tornado porto, onde se concentram ainda hoje estruturas específicas e onde se movem gentes diferentes, locais e de fora, envolvidas em actividades comerciais, militares ou de exploração de recursos aquáticos.

Esta dimensão, espacial e humana, é sobretudo visível nas cidades portuárias, como mostrou a investigação de Maria Luísa Pinheiro Blot (2003). Os portos estiveram muitas vezes na origem das cidades, foram o seu centro; num país litoral, estudar a sua estrutura é contribuir decisivamente para compreender a nossa história.

Os estudos portuários têm larga tradição, nomeadamente em Portugal, tocando áreas como a história, a geografia ou a geologia (Amorim *et al.*, 2002; Polónia, 2008; Polónia, 2010). Em Portugal, o estudo arqueológico dos portos é mais recente, tendo os trabalhos de Maria Luísa Pinheiro Blot lançado a temática. A sua tese de mestrado enquadra as problemáticas e apresenta um guia para várias zonas do país (Blot, 2003). O estudo de Maria Luísa alarga-se depois à dimensão anatómica das estruturas ribeirinhas (Blot e Henriques, 2011), numa fase em que estas análises ainda eram raras, abrindo caminho à investigação desenvolvida na última década em Lisboa. Este artigo discute as várias problemáticas de investigação que podem e têm sido analisadas a partir dos dados obtidos nesta área (Figura 1)¹.

¹ Este artigo retoma outras sínteses já publicadas anteriormente (Bettencourt *et al.*, 2017; Bettencourt *et al.*, 2018).

2. A EVOLUÇÃO DA FRENTE DE RIO E A ESTRUTURAÇÃO DE UM PORTO

Estudos multidisciplinares mostram que a paisagem ribeirinha de Lisboa se encontra há muito em mutação devido a processos naturais e antrópicos. Sondagens geológicas efectuadas na baixa de Lisboa, por exemplo, documentam que o enchimento do esteiro da baixa, iniciado à cerca 8700 BP, apresenta uma sequência estratigráfica com pelo menos 40 m, numa primeira fase de origem natural, até aos +/- 10 m, quando a alteração na paisagem começa a ser dominada por acção antrópica (Almeida, 2004). As alterações de origem antrópica estão especialmente bem documentadas em cartografia e documentação escrita durante as épocas Moderna e Contemporânea (Durão, 2012).

Nas últimas décadas, uma abordagem interdisciplinar em várias intervenções, de geologia e arqueologia, permitiu obter novos dados sobre a evolução da frente de rio em épocas históricas. O espaço ocupado pela nova sede da EDP, em Santos, é um bom exemplo. A escavação reconheceu três realidades cronológicas distintas: a Fábrica de Gás da Boavista, que laborou entre a década de 1840 e os primeiros decénios da centúria seguinte; o aterro da Boavista, uma das maiores obras públicas de oitocentos a nível nacional; e os vestígios associados à frente fluvial da antiga praia da Boavista, nos quais se englobam os dois navios da Boa Vista, assim como materiais relacionados com actividades portuárias, de ancoragem ou desembarque (Sarrazola *et al.*, 2014; Fonseca *et al.*, 2016a; Bettencourt *et al.*, 2017).

Os vestígios mais antigos, anteriores ao aterro da Boavista, surgiam em quatro unidades sedimentares identificadas numa sondagem geológica (EDP1). Esta revelou que a Unidade 1 foi depositada em ambiente subtidal de baixa energia até ao século XVII; a Unidade 2 a uma alteração abrupta neste padrão de sedimentação, de mais alta energia, relacionada provavelmente com uma tempestade extrema que ocorreu em 1724 e/ou com o *tsunami* de 1755; e as Unidades 3 e 4 a um retorno às condi-



Figura 1 – Localização dos sítios referidos no texto, sobre cartografia actual de Lisboa.

ções estuarinas subtidais, marcada por um aumento de energia devido a uma menor profundidade da coluna de água (Costa *et al.*, 2016).

A investigação dos materiais localizados durante a intervenção mostra um claro aumento da assinatura antrópica nestes depósitos sobretudo a partir do século XVI, em zona submersa até ao aterro oitocentista da Boa Vista como vimos, sugerindo que estes materiais estão relacionados com actividades portuárias, constituindo uma evidência directa da utilização crescente daquele espaço. Estes vestígios são variados, incluindo além dos dois navios,

várias âncoras em ferro e numerosas cerâmicas e vidros com diversas cronologias e proveniências, desde a época Romana ao século XVIII (Quaresma *et al.*, 2017; Bettencourt *et al.*, 2018).

Abordagens semelhantes foram efectuadas em sondagens obtidas na Praça D. Luís I, na Ribeira das Naus e no Jardim do Tabaco. Estes estudos permitiram compreender a evolução paleoambiental da margem do Tejo, concluindo que se verificam dois fenómenos diferentes: a sedimentação natural e com maior influência marinha inicia-se a partir da Idade do Ferro e forma-se no nível subtidal; a sedi-

mentação com maior influência fluvial e antrópica surge nos contextos intertidais (Costa *et al.*, 2017).

São também múltiplos os vestígios materiais que documentam a crescente estruturação da frente ribeirinha da cidade de Lisboa, durante uma longa diacronia, mas com particular enfoque durante toda a época moderna. Estes contextos são diversos, mas podem ser divididos em dois grandes grupos. Por um lado, temos estruturas de suporte e os aterros que ganharam espaço ao rio. Por outro, temos os vestígios de estruturas portuárias ou de embarcações que frequentaram o porto de Lisboa.

O estudo sistemático dos aterros da zona ribeirinha de Lisboa, tema de outras áreas de investigação (Durão, 2012), está ainda por fazer, embora estes sejam frequentes a nível parcelar, tendo surgido em quase todas as intervenções efectuadas. A sua materialização incluiu muitas vezes a construção de cofragens em madeira (Blot e Henriques, 2011), a possível reutilização de navios como base (Bettencourt *et al.*, 2017) e depósitos heterogéneos, com blocos, cascalho e objectos diversos, muitas vezes em bom estado de conservação. São exemplo a colecção de cerâmica escavada num aterro da primeira metade do século XVI do Corpo Santo (Vale, 2015) ou os aterros dos séculos XVI e XVII do Campo as Cebolas (Simão *et al.*, 2017). Falta no entanto entender as dinâmicas de formação destes aterros, que em teoria podem resultar quer de depósitos contemporâneos quer da acumulação sucessiva ao longo do tempo de dejectos urbanos.

As infra-estruturas portuárias – desembarcadouros, cais, rampas, molhes e estaleiros – encontram-se materializadas em múltiplas soluções adaptadas às características do terreno e à natureza funcional das mesmas. Os vestígios mais antigos que poderão ser associáveis a um contexto portuário foram identificados durante a construção do Hotel Eurostars Museum, nos antigos Armazéns Sommer. Aqui, atingindo níveis freáticos, os trabalhos arqueológicos permitiram identificar estruturas da Idade do Ferro construídas sobre depósitos aluvionares: um sólido paredão que protegia e delimitava a área urbana da margem, uma rampa de acesso ao rio e em

redor uma zona de ensecadeira, que em alturas de maré baixa poderia ampliar a extensão da rampa. Estes vestígios poderão enquadrar-se na denominada Idade do Ferro Orientalizante (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 243-244; Arruda, 2008, p. 15).

Existem também alguns contextos arqueológicos de época romana que contribuem para o reconhecimento do interface aquático da cidade romana de *Olisipo*, tais como os vestígios identificados no Pátio do Ministério da Marinha (Marques e Santos, 2000), junto à Avenida da Ribeira das Naus, na Praça do Município (Quaresma *et al.*, 2017), na nova sede do Banco de Portugal (Rocha *et al.*, 2013), na Praça D. Luís I, interpretado como um contexto com funções portuárias – fundeadouro ou desembarcadouro (Parreira e Macedo 2013; Parreira e Macedo 2016; Fonseca *et al.*, 2013) – e na nova sede da EDP, em Santos (Quaresma *et al.*, 2017).

Todos estes sítios correspondem a depósitos acumulados em ambientes intertidais ou subtidais, mas é também importante o reconhecimento de estruturas construídas perto da linha de costa, nomeadamente as que estão associadas à exploração dos recursos marinhos, como são os conjuntos de cetárias do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Bugalhão, 2001) ou da Casa dos Bicos (Amaro e Cardoso, 2017), entre outros (para uma síntese ver: Fabião, 2009).

Já em época moderna, os vestígios directos de infra-estruturas portuárias multiplicam-se. Várias fontes históricas indicam a existência de numerosos desembarcadouros naturais, na praia, ou em cais em pedra e madeira, em zonas regularizadas, localizadas sobretudo entre a Ribeira das Portas do Mar (actual Campo das Cebolas), a Oriente, e Belém, a Ocidente (Gomes, 2014, p. 81). As suas evidências têm surgido frequentemente durante o acompanhamento arqueológico de obras na zona ribeirinha, documentando várias técnicas de construção, em pedra e madeira, sobretudo dos séculos XVIII e XIX.

As estruturas em pedra são por vezes imponentes. Na área ocupada pela Ribeira das Naus e pelo Arsenal da Marinha até ao século XX, foram recentemente colocados a descoberto, em várias inter-

venções, os vestígios da Doca Seca e da Doca das Caldeirinhas (Nascimento, 2013). No Campo das Cebolas foram identificados vários cais em pedra, com alicerces em estacaria de madeira (Simão *et al.*, 2017, pp. 1901-1914)², solução também registada no Cais da Moeda e no Cais do Forte de São Paulo, identificado na Praça D. Luís I, por exemplo (Gomes, 2014, pp. 6-37), ou no Terreiro do Paço, onde foi reconhecido um cais e um paredão com funções portuárias, construídos em meados do século XVII e utilizados até ao terramoto de 1755 (Neves *et al.*, 2013). Os vestígios da Doca do Sacramento, construídos em Alcântara em meados do século XVII foram igualmente registados durante o acompanhamento da construção do novo Hospital da CUF (Rosa *et al.*, no prelo).

As estruturas em madeira são menos comuns, mas no Boqueirão do Duro foi descoberto recentemente um complexo, com um possível cais palafítico e várias zonas de armazenamento de madeiras em pré-forma e outras desmanteladas de embarcações, algumas surgindo reutilizadas nas próprias estruturas portuárias (Macedo *et al.*, 2017, pp. 1915-1924). Refiram-se também duas estruturas localizadas mais a ocidente. Na antiga Praia do Restelo (Belém/Junqueira) foram identificados restos da Rampa dos Escaleres Reais da Cordoaria Nacional construída no último quartel do século XVIII, em funcionamento até meados da centúria seguinte como “Carreira de Estaleiro”, para varar embarcações (Ponce *et al.*, 2017). Em Alcântara, a área Hospital da CUF revelou um possível molhe/ quebra-mar construído na praia, com enrocamento em pedra suportado por uma estrutura em madeira (Rosa *et al.*, no prelo).

As estruturas para a construção, reparação e logística naval também ocupavam uma vasta zona ribeirinha de Lisboa. Entre os séculos XIII e XV, as Terrenas Régias ocupariam um espaço situado entre a

² Uma segunda fase de intervenção no sítio revelou mais cais em pedra e um paredão, com cronologias que vão do século XVI ao XIX, e uma estrutura em madeira, possível cais (comunicação pessoal de Catarina Garcia).

actual Praça do Município e parte da Rua do Arsenal (Silva, 2017, p. 288-289 e 366), mas D. Manuel promulgou em 1515 uma provisão régia, na qual reservava as áreas ribeirinhas, desde a praia de Cata-que-farás até Santos, às actividades de estaleiro. O espaço dedicado às construções régias apenas foi vedado mais tarde, a partir de 1546 (Costa, 1994, p. 38), mas foi dominado numa fase inicial pela Ribeira das Naus, onde se construíam e reparavam desde pequenos navios até às grandes naus da Carreira da Índia (Costa, 1997). As evidências mais directas de construção naval nesta área, cuja fase oitocentista inclui a doca seca (Dique do Arsenal) e a Doca da Caldeirinha já referidos, correspondem a madeiras para navios pré-trabalhadas, que se encontravam armazenadas na actual Praça do Município. Estas nunca chegaram a ser utilizadas, apresentando uma cronologia que poderá remontar nalguns casos à Idade Média, aos séculos XIII – XIV, de acordo com as datações por Carbono 14 (Alves *et al.*, 2001; Alves, 2002), mas esta hipótese parece pouco provável se considerarmos a grande dimensão de algumas peças, mais adequadas ao que se esperaria de uma construção de navios de grande porte, de Época Moderna.

As evidências de outras estruturas relacionadas com a construção e reparação naval existentes em Lisboa correspondem a duas grades em plano inclinado descobertas na zona ocidental, a primeira no Largo Vitorino Damásio (Santos, 2006), a segunda registada recentemente na Praça D. Luís I, com uma cronologia que deverá estar situada na segunda metade do século XVII ou inícios do XVIII (Sarrazola *et al.*, 2013, pp. 141-146; Sarrazola *et al.*, 2014, pp. 111-116).

3. COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

A arqueologia das zonas de interface também documenta actividades mercantis e a navegação desde pelo menos a época romana.

No Pátio do Ministério da Marinha, junto à Avenida da Ribeira das Naus, uma intervenção arqueológica realizada em 1995 permitiu detectar uma

unidade estratigráfica associada ao antigo leito do Tejo numa uma cota absoluta de -3,25 m, com materiais cerâmicos onde se destaca pelo seu número o material anfórico (Dressel 14, Dressel 7-11, Keay XVI, Dressel 20, africana) e *terra sigillata* africana (Marques e Santos, 2000).

Em 1997, na Praça do Município, foi identificado um nível de cascalheira (cujo topo se situava à cota absoluta de -0,50 m) onde foram recolhidas cerâmicas, entre as quais *terra sigillata* sudgálica e africana, cerâmica africana de cozinha e abundante material anfórico com os tipos Maña C2b, Dressel 1 do Tirreno, Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 51C, Haltern 70, Dressel 7/11, Dressel 20, Keay XVI e ânforas africanas inclassificáveis (Quaresma *et al.*, 2017).

A intervenção arqueológica realizada mais recentemente no Banco de Portugal permitiu a recolha de um conjunto bastante mais vasto de materiais arqueológicos romanos, onde se destacam mais uma vez as ânforas lusitanas, embora surjam também produções béticas: Dressel 14, Dressel 20, Almagro 51C, Lusitana 3, Almagro 50 e Keay XVI. Refira-se ainda uma considerável presença de *terra sigillata*, mais de metade africana, mas também hispânica e sudgálica, e cerâmica africana de cozinha (Rocha *et al.*, 2013; Santos, 2015).

Na Praça D. Luís I foi identificado um contexto com funções portuárias (fundeadouro ou desembarcadouro), abaixo do nível médio do mar (entre as cotas -3,6 e 3,85m), onde se registaram materiais exclusivamente de época romana com cronologias entre o século I a.C. e o século V. Reconhecem-se várias produções, entre *terra sigillata* sudgálica, hispânica, africana D, paredes finas e cerâmica comum, sendo o conjunto anfórico predominante, com as formas Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 51C, Almagro 50, Dressel 1, Haltern 70, Dressel 20, Keay XVI, Gauloise 4, Africanas II ou III e os tipos 4.2.1.1 e 8.2.1.1 de Ramón Torres (Parreira e Macedo 2013; Parreira e Macedo 2016).

Os trabalhos de arqueologia realizados em Santos durante a construção na sede da EDP revelaram uma sequência arqueológica com uma cronologia entre as épocas romana e contemporânea. Os ma-

teriais romanos foram recolhidos em níveis associados ao fundo estuarino e correspondem quase exclusivamente a ânforas. Registou-se uma concentração na zona oeste, a uma cota -3.85 ao nível médio do mar, destacando-se uma ânfora Dressel 14 quase completa. Refira-se ainda a presença das formas Dressel 1A, Lusitana 3, Almagro 51C, Dressel 20, Keay XVI, Africana IIA e IIIB (Quaresma *et al.*, 2017).

As evidências directas de contactos comerciais na época moderna incluem vários contextos descobertos durante a construção na nova sede da EDP em zona de fundeadouro/desembarcadouro, ainda em estudo. Entre estes encontram-se pratos e escudelas em loiça esmaltada a branco sem decoração ou com decoração a azul (Azul Linear) e botijas, possivelmente provenientes de oficinas andaluzas dos séculos XVI e XVII, cerâmica vermelha da região de Aveiro e um conjunto muito coerente de majólicas italianas. Este grupo, que poderá corresponder a parte de uma carga perdida durante uma manobra portuária mal sucedida, inclui vários pratos em majólica marmoreada (*maioliche marmorizzate*) e majólica grafitada policroma (*graffita policroma a punta*). A utilização portuária daquele espaço nos séculos XVII e XVIII legou variados fragmentos de faiança portuguesa ou numerosos cachimbos, neerlandeses e ingleses, grés renano com decoração incisa, moldada e pintada a azul-cobalto de *Westerwald*, garrafas de vidro britânicas do século XVIII ou porcelanas chinesas.

4. NAVIOS

A zona ribeirinha revelou também vários restos dos navios que frequentaram o seu porto. O vestígio naval mais antigo identificado em Lisboa corresponde a uma peça de um navio de época romana recuperada durante os trabalhos de escavação arqueológica na Praça D. Luís I. A peça encontrava-se num contexto portuário, onde se registaram materiais que datam entre o século I a.C. e o século V, acima descritos. As medidas, a morfologia e o sistema de fixação sugerem que fez parte da estrutura de um

navio da antiguidade clássica³, podendo corresponder a uma peça longitudinal, tábua de forro ou quilha (Fonseca *et al.*, 2013).

Os outros vestígios são de época Moderna, incluindo dois navios de tradição ibero-atlântica. O primeiro corresponde ao pequeno troço da popa de uma embarcação de pequeno porte, descoberto no Corpo Santo com uma cronologia entre finais do século XV e a primeira metade do século XVI (Alves *et al.*, 2001; Bettencourt *et al.*, 2017). O melhor preservado é o navio do Cais Sodré, datado por radiocarbono da segunda metade do século XV ou dos inícios do XVI (Rodrigues *et al.*, 2001; Rodrigues, 2002; Castro *et al.*, 2011, pp. 241-242).

Para épocas mais recentes, de finais do século XVII ou inícios do XVIII, há a referir os dois navios da Boa Vista, descobertos durante a construção na nova sede da EDP, que apresentam várias técnicas nunca antes documentadas em Portugal. No navio Boa Vista 1, de médio porte, destacam-se várias características comuns à construção naval mediterrânica, como a utilização de uma quilha compósita com troços ligados por encosto topo a topo e a presença de escarvas de dente. De maior dimensão, a estrutura do navio Boa Vista 2 é muito distinta e embora apresente técnicas muito comuns na época não encontra paralelos claros noutros casos conhecidos em Portugal. Ambos têm características que indiciam uma protecção para águas quentes, nomeadamente a utilização de um sobrecostado nas obras vivas (Bettencourt *et al.*, 2017).

O registo arqueológico de embarcações fluviais também tem sido documentado em vários sítios, nas escavações do Campo das Cebolas, no Boqueirão do Duro e em Alcântara, ainda numa fase inicial da investigação (Macedo *et al.*, 2017; Bettencourt *et al.*, 2017).

De referir igualmente várias peças de navios

³ O sistema de fixação tem paralelos, quanto ao padrão, em navios da fase final da época romana, entre os séculos IV e VII, no entanto, a grande dimensão das mechas poderá remeter para a problemática da construção naval romana adaptada ao Atlântico, para a qual não são conhecidos contextos até à actualidade (Fonseca *et al.*, 2013, p. 1187).

desmantelados reaproveitadas em estruturas ribeirinhas, nomeadamente na grade de maré da Praça D. Luís I, na Avenida D. Carlos I, em cofragens relacionadas com o aterro da frente do rio (Blot e Henriques, 2011, p. 138) ou no Boqueirão do Duro (Macedo *et al.*, 2017). O seu estudo exaustivo poderá contribuir para caracterizar os navios que aportavam a Lisboa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arqueologia das zonas ribeirinhas constitui uma oportunidade para entender a estruturação das cidades portuárias, necessariamente interdisciplinar, porque interessa a áreas como a história, a geologia ou a paleoecologia, por exemplo.

Os vestígios de ancoradouros/ desembarcadouros permitem estudar as dinâmicas da navegação desde a época romana, constituindo uma evidência directa da cultura material que circulou no porto de Lisboa.

Os navios, estruturados ou em elementos isolados, constituem uma fonte importante para o estudo da construção naval de época moderna, documentando a sua evolução, até à data, desde pelo menos o século XVI.

Em conjunto, constituem marcadores da evolução da paisagem ribeirinha, mostrando estratégias distintas de construção da frente-mar e o desenvolvimento de uma paisagem cultural marítima, com múltiplas dimensões, que apenas começou a ser revelada pela arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Isabel Moitinho de (2004) – Caracterização geológica do esteiro da Baixa, *Monumentos: Revista semestral de edifícios e monumentos*, Nº. 21, pp. 152-157.

ALVES, Francisco; RIETH, Éric; RODRIGUES, Paulo (2001) – The Remains of a 14th century shipwreck at Corpo Santo, and of a shipyard at Praça do Município, Lisbon, Portugal. In ALVES, Francisco (ed.) – *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Trabalhos de Arqueologia, 18. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 405-426.

ALVES, João (2002) – *Approche archéologique d'un chantier naval médiéval. La découverte des vestiges d'architecture navale de la Praça do Município, Lisbonne (Portugal)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Université de Paris I – Sorbonne.

AMARO, Clementino; CARDOSO, Guilherme (2017) – A alimentação em Lisboa na época romana através das ânforas da Casa dos Bicos. In SENNA MARTÍNEZ, João Carlos; MARTINS, Ana Cristina; MELO, Ana Ávila de; CAESSA, Ana; MARQUES, António; CAMEIRA, Isabel (eds.) – *Diz-me o que comes... a alimentação antes e depois da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Direcção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural / Centro de Arqueologia de Lisboa; Sociedade de Geografia de Lisboa / Secção de Arqueologia, pp. 55-65.

AMORIM, Inês, POLÓNIA, Amélia e OSSWALD, H. (2002) – *O Litoral em Perspectiva Histórica (séculos XVI a XVIII): Um ponto da situação historiográfica*, *Actas*, Porto, FLUP/IHM-UP.

ARRUDA, Ana Maria (2008) – Fenícios e púnicos em Portugal: problemas e perspectivas, in VITA, J. P.; ZAMORA, J. Á. (eds.): *Nuevas perspectivas II: la arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica* (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 18). Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, pp. 13-23.

BETTENCOURT, José; COELHO, Inês Pinto; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Gonçalo; CARVALHO, Patrícia e SILVA, Tiago (2018) – “Entrar e sair de Lisboa na Época Moderna: uma perspectiva a partir da arqueologia marítima”. *Actas do 2.º Seminário “Meios, Vias e Trajetos: Entrar e sair de Lisboa”*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 136-151.

BETTENCOURT, José; FONSECA, Cristóvão; SILVA, Tiago; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês Pinto; LOPES, Gonçalo (2017) – Navios de Época Moderna em Lisboa: Balanço e Perspectivas de Investigação. In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da (coords.) – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma Cidade em Escavação*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 479-495.

BLOT, Maria Luísa (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Trabalhos de Arqueologia, nº 28. Lisboa: IPA.

BLOT, Maria Luísa; HENRIQUES, Rui (2011) – Arqueologia Urbana e Arqueologia do Meio Aquático. A problemática portuária como “ponte” entre dois territórios de investigação. In BICHO, Nuno (ed.) – *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular: História, Teoria e Método da Arqueologia (Promontoria Monográfica 14)*. Faro: Centro de Estudos de Património. Departamento de História, Arqueologia e Património / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pp. 127-140.

BUGALHÃO, Jacinta (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Núcleo Arqueológico dos Correeiros. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BUGALHÃO, Jacinta (2005) – Lisboa “Sempre” Ribeirinha. In *Al-Madan*, II série, nº13. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 151-154.

CASTRO, Luís Filipe; YAMAFUNE, Kotaro; EGINTON, Coral; DERRYBERRY, Thomas (2011) – The Cais do Sodré Shipwreck, *International Journal of Nautical Archaeology*: 40 (2), pp. 328-343.

COSTA, Ana M.; FREITAS, M. Conceição; LOPES, Vera; ANDRADE, César; BUGALHÃO, Jacinta; BARROS, Pedro (2017) – Reconstrução paleoambiental da margem norte do rio Tejo através da análise *multiproxy* de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados arqueológicos. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 765-780.

COSTA, Ana Maria; FREITAS, Maria Conceição; INÁCIO, Miguel; FATELA, Francisco; LOPES, Vera; ANDRADE, César; CACHÃO, Mário; MENDES, Patrícia Marques; SARRAZOLA, Alexandre; MACEDO, Marta; BETTENCOURT, José; CARVALHO, Rui; FREITAS, Teresa (2016) – Single Events and century-scale evolution of the northern margin of the Tagus river multidisciplinary approach to a natural and anthropic sediment record. *Estudos do Quaternário 14*, pp. 92-104.

COSTA, Leonor Freire (1997) – *Naus e Galeões da Ribeira de Lisboa. A Construção Naval no século XVI para a Rota do Cabo*. Cascais: Patrimónia Histórica.

COSTA, Leonor Freire (1994) – Carpinteiros e Calafates da Ribeira das Naus. Um Olhar sobre a Lisboa de Quinhentos, *Penélope. Fazer e Desfazer História*, 13.

DURÃO, Vítor (2012) – Análise Urbana de Territórios Construídos. Os Aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa, Portugal. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 12 (1), pp. 17-30.

- FABIÃO, Carlos (2009) – Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, Oeiras, pp. 555-594.
- FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; BRAZÃO, Alexandre; CHOUZENOUX, Christelle; PINTO, Marco; SILVA, Tiago; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês Pinto; FREIRE, Jorge (2016a) – Boa Vista 1 and Boa Vista 2: first data on two Early Modern ships discovered in Lisbon (Portugal). In NEGUERUELA MARTÍNEZ, Ivan; CASTILLO BELINCHÓN, Rocío; RECIO SÁNCHEZ, Pablo (eds.) – *Proceedings of the 5th International Congress on Underwater Archaeology. A heritage for mankind*. Cartagena: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, pp. 957-967.
- FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; QUILHÓ, Teresa (2013) – “Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa)”. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1185-1191.
- FONSECA, Cristóvão; MIGUEZ, João; BETTENCOURT, José; QUILHÓ, Teresa; SIMÃO, Inês; MATEUS, Mariana; FREITAS, Teresa (2017) – Portas de madeira reutilizadas em cofragens de época Pombalina (Campo das Cebolas, Lisboa). In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1873-1889.
- FONSECA, Cristóvão; QUILHÓ, Teresa; BETTENCOURT, José (2016b) – A ship’s timber from D. Luís I Square (Lisbon, Portugal): rare evidence of a Roman ship in the Portuguese coast? In NEGUERUELA MARTÍNEZ, Ivan; CASTILLO BELINCHÓN, Rocío; RECIO SÁNCHEZ, Pablo (eds.) – *Proceedings of the 5th International Congress on Underwater Archaeology. A heritage for mankind*. Cartagena: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, pp. 659-660.
- GOMES, Alexandra (2014) – *Os Caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MACEDO, Marta; SILVA, Inês Mendes da; LOPES, Gonçalo Correia; BETTENCOURT, José (2017) – A Dimensão Marítima do Boqueirão do Duro (Santos, Lisboa) nos Séculos XVIII e XIX: Primeiros Resultados Arqueológicos. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1915-1924.
- MARQUES, João; SANTOS, Vítor (2000) – Acompanhamento das Obras do Metropolitano de Lisboa: Intervenção Arqueológica na Avenida da Ribeira das Naus. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (20 – 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus. (col. Monografias – Arqueologia), pp. 165-176.
- NASCIMENTO, Rui (2013) – Ribeira das Naus hoje: a perene relação de Lisboa com o Tejo : dos estaleiros navais do Renascimento ao antigo Arsenal da Marinha: subsídios da arqueologia. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coords.) – *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, p. 627-632.
- NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo; BLOT, Maria Luísa (2013) – Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio (Lisboa): identificação de vestígios arqueológicos de natureza portuária num subsolo urbana. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coords.) – *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, p. 613-626.
- PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In Congresso de 150 Anos Associação dos Arqueólogos Portugueses. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 747-754.
- PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In PINTO, Inês Vaz; ALMEIDA, Rui; MARTIN, Archer (eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, n.º 10), pp. 167 -171.
- POLÓNIA, Amélia (2008) – “The Northwestern Portuguese Seaport System in the Early Modern Age”. In BERGHOLM, Tapio, FISCHER, Lewis R., TONIZZI, Elisabetta (coord.) – *Making Global and Local Connections: Historical Perspectives on Ports, Research in Maritime History series No. 35*. Newfoundland, pp. 113-136.
- POLÓNIA, Amélia (2010) – European Seaports in the Early Modern Age: concepts, methodology and models of analysis. *Cahiers de la Méditerranée*, 80, pp. 17-39.
- PONCE, Mónica; MACEDO, Marta Lacasta; SARRAZOLA, Alexandre e FREITAS, Teresa Alves de (2017) – A rampa dos escaletes reais da Cordoaria Nacional: primeiros sinais do fim do império. In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel e SILVA, Rodrigo Banha da (coords.) – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma Cidade em Escavação*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 423-429.
- QUARESMA, José Carlos; SILVA, Rodrigo Banha da; BETTENCOURT, José; FONSECA, Cristóvão; SARRAZOLA, Alexandre; CARVALHO, Rui (2017) – As ânforas romanas da Nova Sede da EDP (Lisboa). In ARNAUD, J.; MARTINS, A. (coords.) – *Arqueologia Urbana*

logia em Portugal. 2017 – Estado da Questão. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1305-1315.

RIBEIRO, Ricardo Ávila; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; ROCHA, Miguel (2017) – Dados preliminares de uma Intervenção arqueológica nos antigos Armazéns Sommer (2014-2015). Três mil anos de História da cidade de Lisboa. In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da (coords.) – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma Cidade em Escavação*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 222-245.

ROCHA, Artur; REPREZAS, Jéssica; MIGUEZ, João; CORREIA, Joana (2013) – Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1011-1018.

RODRIGUES, Paulo (2002) – Étude de la charpente transversale du navire de Cais do Sodré de la 2^{ème} moitié du XV^e siècle / début du XVI^e. Tese de Mestrado apresentada na Université de Paris I – Sorbonne: Université de Paris I – Sorbonne.

RODRIGUES, Paulo; ALVES, Francisco; RIETH, Éric; CASTRO, Filipe (2001) – L'épave d'un navire de la deuxième moitié du XV^{ème} siècle / début du XVI^{ème} siècle, trouvée au Cais do Sodré (Lisbonne). Note préliminaire. In ALVES, Francisco (ed.) – *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Trabalhos de Arqueologia, 18. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 347-380.

ROSA, Ana; RAMOS, Rui; SILVA, Tiago; BETTENCOURT, José; SILVA, Inês; FREITAS, Teresa (no prelo) – Novos dados para o conhecimento das actividades portuárias no eixo ribeirinho de Lisboa (séculos XVII-XIX): síntese dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos durante a construção do Hospital CUF Tejo. *Actas do II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML.

SANTOS, Maria João (2006) – O Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa: contributo para a história da zona ribeirinha de Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9: 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 369-399.

SANTOS, Ana dos (2015) – A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa) (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André (2013) – Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar. *RP – Revista Património*, nº 1. Lisboa: DGPC, pp. 141-146.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André (2014) – Lisboa, o Tejo e a Expansão Portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da Lisboa Ribeirinha. In *O Tempo Resgatado ao Mar. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 111-116.

SILVA, Manuel Fialho (2017) – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

SIMÃO, Inês; MIGUEZ, João; MACEDO, Marta; FREITAS, Teresa; FONSECA, Cristóvão e BETTENCOURT, José (2017) – “Da Ribeira Velha ao Campo das Cebolas. Alguns dados sobre a evolução da frente ribeirinha de Lisboa”, in ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coords.) – *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1901-1913.

VALE, Ana (2015) – A intervenção arqueológica no Largo do Corpo Santo e a Ribeira de Lisboa no século XVI. In Teixeira, André; Villada Paredes, Fernando; Silva, Rodrigo Banha da (coord.) – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos cidades – história de duas cidades*. Ciudad Autónoma de Ceuta / Consejería de Educación y Cultura / Câmara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural, pp. 162-165.

ARTIGOS

O POVOADO CALCOLÍTICO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA) NOTAS SOBRE AS CAMPANHAS DE ESCAVAÇÃO DE 2017 E 2018

Andrea Martins¹, César Neves², José Morais Arnaud³, Mariana Diniz⁴

¹ UNIARQ – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / FCT / Associação dos Arqueólogos Portugueses / andrea.arte@gmail.com

² Associação dos Arqueólogos Portugueses / UNIARQ – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / c.augustoneves@gmail.com

³ Associação dos Arqueólogos Portugueses / jemarnaud@gmail.com

⁴ UNIARQ – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / m.diniz@fl.ul.pt

Resumo

Em 2016 a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) e investigadores da UNIARQ – FLUL iniciaram um projecto de investigação para o povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal) intitulado “Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – VN3000”, tendo realizado, em 2017 e 2018, as duas primeiras campanhas de campo. Nestes dois primeiros anos foram realizadas actividades muito diversas, desde acções de Arqueologia Pública, recolhas de memória oral e apresentações científicas, em contexto nacional e internacional, bem como trabalhos de campo que consistiram no reconhecimento de estruturas pétreas e novas sondagens em locais específicos.

Neste artigo serão apresentados resultados dos trabalhos de campo realizados nos dois primeiros anos do projecto, nomeadamente as novas áreas intervencionadas.

Este trabalho corresponderá, também, à primeira publicação, com contextos de proveniência fidedignos, de datações absolutas desde icónico povoado calcolítico, 66 anos depois da primeira tentativa levada a cabo por Afonso do Paço.

Palavras-chave: Vila Nova de São Pedro, Calcolítico, Estruturas, Datações absolutas.

Abstract

In 2016, the Association of Portuguese Archaeologists (AAP) and UNIARQ – FLUL started a research project “Vila Nova de São Pedro, again in the 3rd millennium – VN3000”, for the Chalcolithic settlement of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), with the aim of valorizing, through scientific knowledge, an archaeological site with a great prominence in the historiographic development of the Portuguese archaeology.

In the first years of the project, a very diverse number of activities were carried out: Public Archaeology; collection of oral memory from former workers of VN3000; scientific presentations; archaeological fieldwork that consist in the identification and record of the existing structures and test pits in specific places.

In this paper will be presented the main results of the fieldwork (2017 and 2018 campaigns), specifically in the new excavation areas that introduce several issues never approached before.

This work will also be the first publication of radiocarbon dates for this iconic Chalcolithic settlement, 66 years after the first attempt by Afonso do Paço.

Keywords: Vila Nova de São Pedro, Chalcolithic, Domestic features, Absolute dates.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo corresponde à apresentação dos trabalhos de campo realizados nos dois primeiros anos do projecto **Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – VN3000**, que se encontra estruturado em diversas linhas de acção (Arnaud *et al*, 2017; Diniz *et al.*, 2017). Este projecto da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de responsabilidade científica dos signatários, aprovado pela Direcção Geral do Património Cultural – (DGPC), conta com o apoio do Município da Azambuja e da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa.

Os resultados aqui apresentados são uma compilação e discussão dos dados entregues à tutela, sob a forma de relatórios anuais do Projecto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), documentos estes já aprovados.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL E ÁREAS ENVOLVENTES: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E GEOLOGIA

O sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro (VN30) localiza-se na parte nordeste do concelho de Azambuja, a cerca de 55 km a Norte de Lisboa, junto à localidade do mesmo nome, integrada na União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa (Figuras 1 e 2).

Localizado numa área planáltica a c.100m de altitude numa implantação claramente estratégica, com a toponímia a designar esta área como “Cabeço do Castelo”.

O sítio situa-se num promontório destacado na paisagem, definido a Ocidente pela ribeira de Almoester, a Norte e Este por uma linha de água, de menor expressão, que oferece condições naturais de defesa, com excepção do acesso Sul, pelo qual se faz, actualmente, o acesso ao sítio arqueológico.

Através do levantamento topográfico de por-

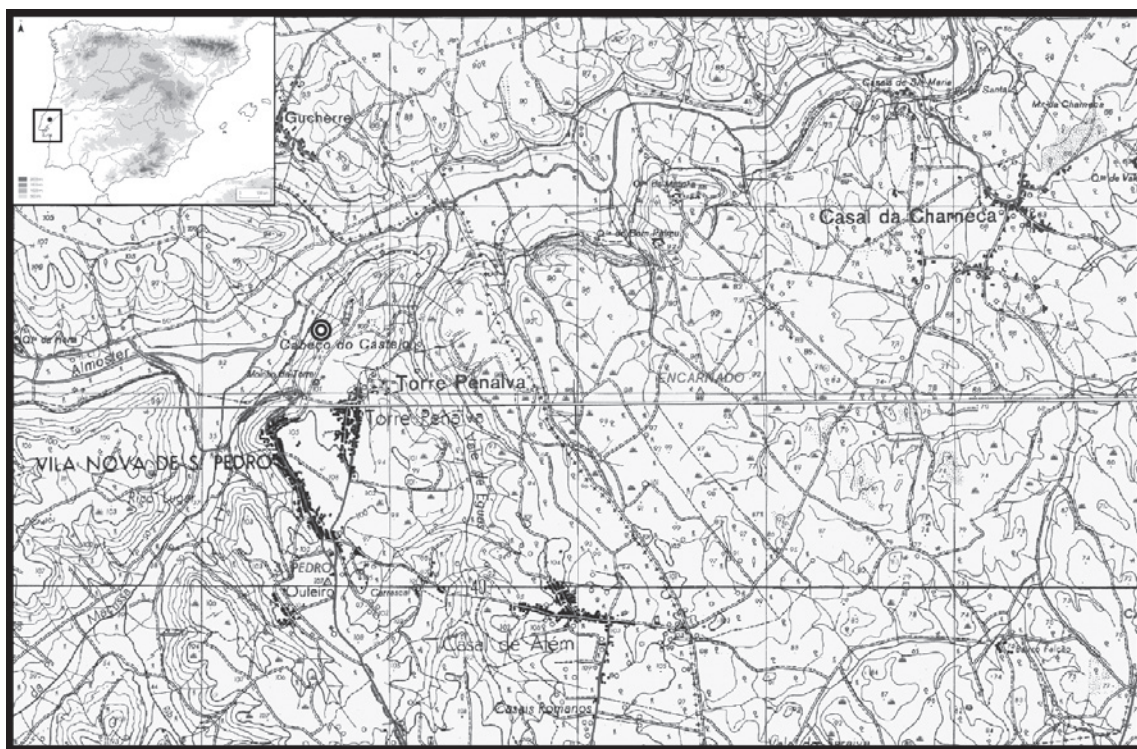


Figura 1 – Localização do sítio de Vila Nova de São Pedro na Carta Militar de Portugal (1:25.000), Folha n.º 352 (excerto e adaptado).



Figura 2 – Povoado de Vila Nova de São Pedro.

menor é possível, pela primeira vez, visualizar a implantação do povoado¹, circunscrito a Norte e Este por bancadas calcárias que limitariam a progressão no terreno, e que terão funcionado também como elementos defensivos (Figura 3). Esta localização num *plateau* elevado possibilita, igualmente, excelentes condições de visibilidade em todas as direcções, tendo, na linha do horizonte, a Norte o

¹ Esta planta topográfica da área de Vila Nova de São Pedro representa com elevada precisão e detalhe a morfologia da área envolvente povoado. A informação geográfica apresentada foi levantada com recurso a LIDAR aéreo e fotogrametria de curta distância, adquiridos por drone, em parceria com as empresas AtlanticLand e FlyGIS. As nuvens de pontos e modelações 3D obtidas, sobre as quais se criou esta planta topográfica, correspondem a um detalhado e preciso registo topográfico tridimensional da área, à data do levantamento. Além de serem, segundo o estado da arte, os métodos mais precisos e realistas para o registo do património, são uma excelente base para os trabalhos arqueológicos e permitem ainda, por comparação com dados futuros, fazer uma análise muito detalhada da evolução do estado de conservação deste sítio arqueológico.

maciço da Serra de Aires e Candeeiros e, a Oeste, e como elemento dominante no território, a Serra de Montejunto.

Segundo Suzanne Daveau, a ribeira de Almoester seria, ainda no Sub-boreal, à data da ocupação de Vila Nova de São Pedro, e por efeito da transgressão flandriana, uma via de comunicação por excelência, pela qual se chegaria ao paleoestuário do Tejo (e vice-versa), lugar de captação de recursos de distinta natureza, fundamentais ao quotidiano socioeconómico destas comunidades (1980, p. 32-35). No entanto, não foram até ao momento realizadas, na ribeira de Almoester, análises que permitam, como em outras áreas (e.g., Cabral *et al.*, 2016; Stevenson e Passmore, 2007), reconstituições detalhadas da evolução holocénica deste vale, lacuna de informação que se procurará corrigir em trabalhos futuros.

Em termos geológicos, o substrato é constituído por calcários do Miocénico – Pontiano. A área específica onde se implanta o sítio corresponde aos

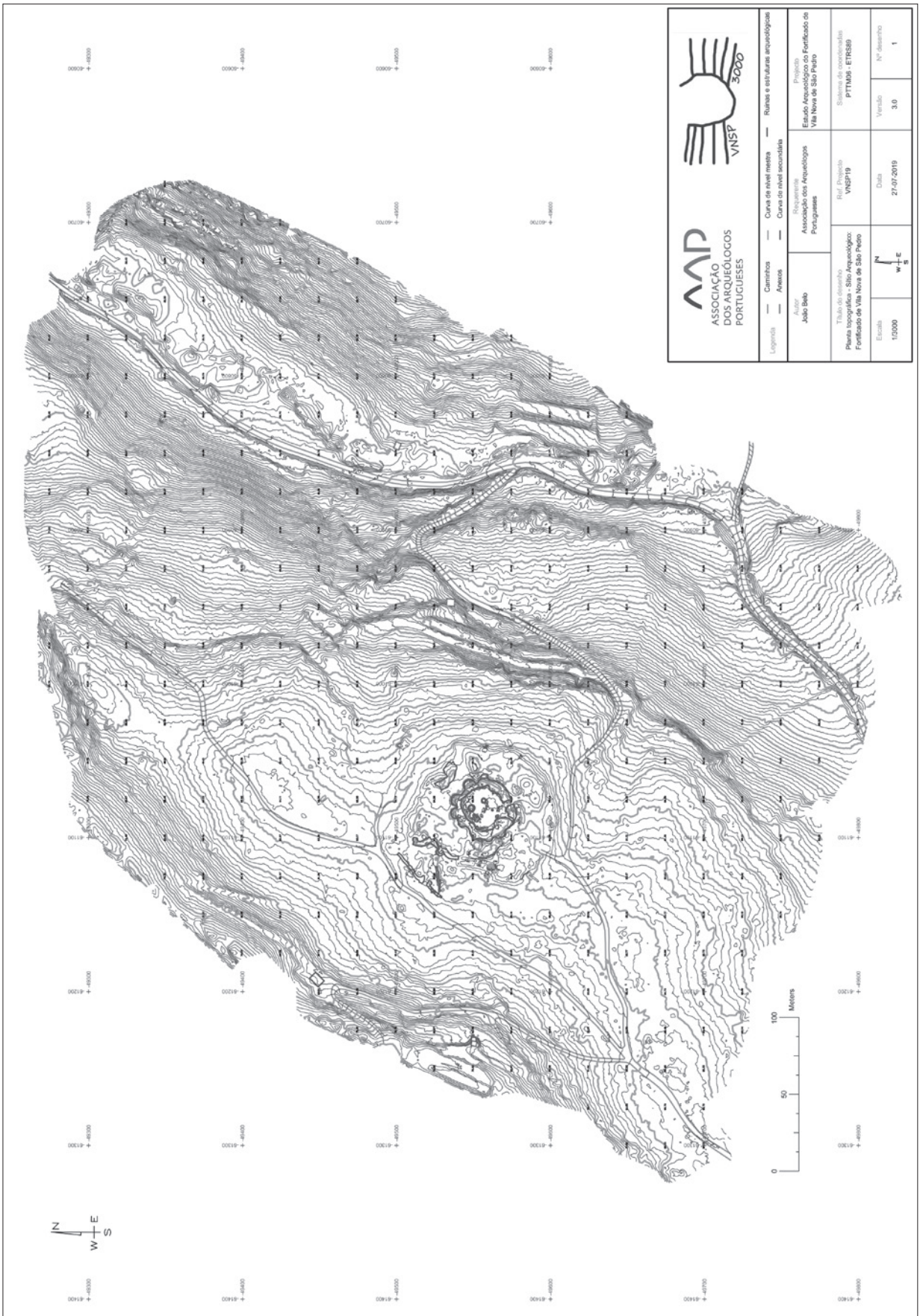




Figura 3 – Planta topográfica da área onde se implanta o povoado de Vila Nova de São Pedro (Levantamento efectuado pelo projecto VNSP3000).

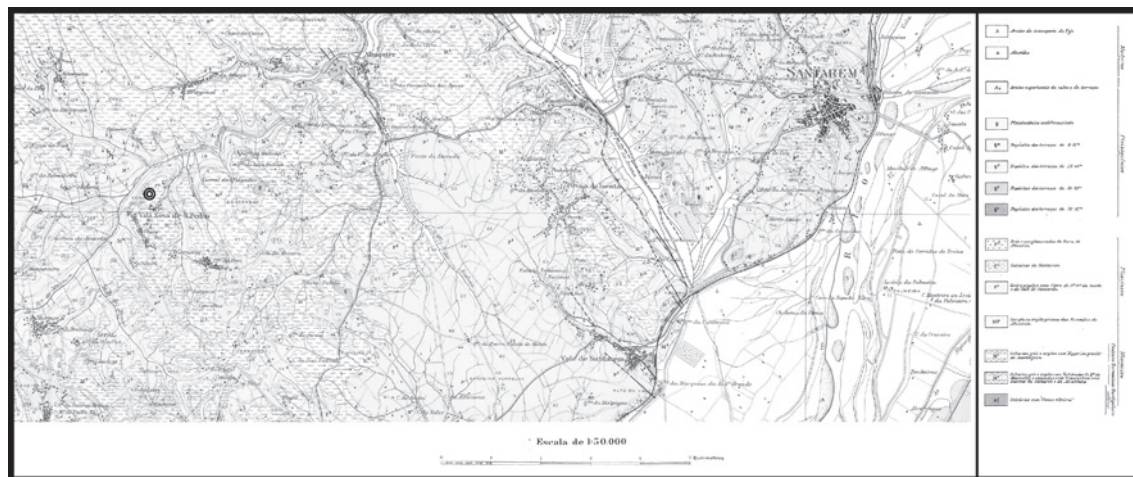


Figura 4 – Localização do povoado de Vila Nova de São Pedro na Carta Geológica de Portugal – 31-A 1:50 000.

calcários, grés e argilas com *Hipparion gracile* de Azambujeira, mais especificamente aos Calcários de Almoester, com moluscos terrestres e moluscos de água doce (Zbyszewski, 1953). Além dos calcários de bancada, surgem “calcários macios ou tufos que se deixam cortar com maior facilidade” (*Idem*, 1953, p.14), numa característica que pode ter sido decisiva na implantação e desenvolvimento do povoado. (Figura 4).

Lapiás e Algares

Durante a escavação da Sondagem 1, Área 3, verificou-se que a rocha de base correspondia a uma bancada de calcário, integrada nos “calcários de Almoester” (Barbosa, 1995), na qual se formaram lapiás, hoje bastante fragmentados. Neste local, foi também identificada uma entrada de algar, percebendo-se, pela primeira vez, que o morro onde se implanta o povoado pré-histórico corresponde a um pequeno sistema cársico que, para além da parte fóssil do topo, apresenta várias entradas e exurgências activas na base da formação carbonatada. No caso de VNSP, uma dessas exurgências corresponde à “nascente”, na vertente Este e

ainda utilizada actualmente, podendo observar-se, no seu corte, a passagem gradual para uma fácies mais argilosa, que serve de base ao nível de escoamento freático.

A presença das exurgências activas durante todo o ano implica que exista necessariamente um reservatório/sala de média ou grande dimensão, onde a água se encontra armazenada, sala que fará parte de uma rede de galerias mais ou menos extensas. Apesar das entradas se encontrarem actualmente colmatadas, a identificação do algar na Sondagem 1, da Área 3, leva-nos a supor a existência de um nível cársico mais antigo a cotas superiores, actualmente abandonado, e uma rede de galerias freáticas, com escoamento activo para SE, à qual provavelmente também está associada a denominada “cisterna” existente no interior do reduto central do povoado.

Estas hipóteses, construídas a partir de observações de terreno e debate com os investigadores e colaboradores do projecto VNSP3000 Nuno Pimentel, Patrícia Jordão, Pedro Souto e Filipa Rodrigues, deverão ser testadas em futuros trabalhos de campo.

3. CONDIÇÃO DO SÍTIO INTERVENCIONADO ANTES DO INÍCIO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Em 2017, aquando do início dos trabalhos de terreno, toda a área conhecida correspondente ao sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro encontrava-se coberta por densa vegetação (carrascos), que impossibilitava a visualização integral das estruturas arqueológicas colocadas à vista durante longas campanhas de escavação (Figura 5). Observaram-se também algumas estruturas danificadas por acções intrusivas humanas, ou como resultado de bioturbação vegetal e animal.

No sítio, entre a 1ª e 2ª linha de muralhas, reconheceram-se, de imediato, pequenas elevações no terreno que corresponderão aos montes de crivagem ou despejos de terra formados durante as campanhas dirigidas por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço. De igual modo, na parte exterior do reduto central e junto às muralhas, surgem profundas depressões, que correspondem às áreas

sucessivamente escavadas por A. Paço, para visualizar toda a extensão de muralha. Em algumas áreas do povoado, observa-se à superfície a presença de acumulações de fragmentos cerâmicos (geralmente bojos lisos) e de fauna, que resultarão da estratégia selectiva de recolha de materiais preconizada e justificada por A. Paço (Paço, 1943, p.21). Tal como hoje, a gestão e armazenamento de espólio era uma questão complexa, sendo o “descarte” aqui efectuado como medida imediata, impedindo o conhecimento de uma parte significativa da realidade arqueológica.

Foram também identificadas, e registadas fotograficamente, as áreas do povoado alvo de restauro e consolidação, em 1983, por Humberto Oliveira e O. Veiga Ferreira (Oliveira e Ferreira, 1990). Estes locais, devidamente sinalizados na publicação existente, continuam bem visíveis, assim como os diversos moroiços ou acumulações de pedras colocados a Sudeste, na parte exterior do talude que corresponderá à continuação para Este da segunda linha de muralha.



Figura 5 – Imagem aérea do povoado de Vila Nova de São Pedro em Abril de 2017 – antes da limpeza e desmatação (imagem: João Pimenta).

4. METODOLOGIA DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Em 2017, ao serem reiniciados os trabalhos de campo, num sítio arqueológico de grande dimensão e tão intervencionado como VNSP, foram atribuídas designações a diferentes áreas:

- **Área 1** – área escavada por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay compreendendo o reduto central e o espaço entre a primeira e a segunda linha de muralha;
- **Área 2** – área entre a segunda e a terceira linha de muralha onde foram realizadas as últimas sondagens, em 1985/86, por Victor S. Gonçalves;
- **Área 3** – sondagens realizadas no âmbito do projecto VNSP3000, em áreas exteriores à segunda linha de muralha e em zonas não intervencionadas anteriormente.

A designação das linhas de muralha já identificadas: primeira linha – reduto central; segunda linha – muralha intermédia; terceira linha – muralha exterior, não pressupõe qualquer atribuição cronológica a estas estruturas.

Cada sondagem enquadra-se na respectiva área com numeração sequencial, podendo ter numeração alfa-numérica caso ocorram alargamentos, ou seja necessário subdividir a sondagem face a realidades arqueológicas específicas.

Limpeza de mato

Nos trabalhos de limpeza do terreno, coberto em algumas áreas por densos carrascos, foram utilizados meios mecânicos, manobrados por profissionais devidamente creditados, bem como meios manuais, em trabalhos mais pormenorizados, como a limpeza das estruturas arqueológicas.

Escavação e Registo

O processo de escavação da sondagem arqueológica realizada seguiu os princípios genéricos da escavação em Área Aberta, ou Barker-Harris, seguindo as unidades estratigráficas (U.E.) naturais, o que pressupõe a escavação de depósitos, estruturas ou interfaces arqueológicas, seguindo uma ordem

inversa ao seu processo de formação (Harris, 1991).

A cada unidade estratigráfica foi atribuído um número sequencial, tendo em conta a área e quadrícula onde se encontra. Todas as unidades estratigráficas foram registadas através do preenchimento de uma ficha de U.E. pré-definida.

Os materiais arqueológicos recolhidos foram individualizados em sacos e identificados por áreas de escavação, quadrícula, U.E., coordenadas tridimensionais e categoria artefactual (cerâmica, pedra lascada, pedra polida, pedra afeioada, fauna, metalurgia, assim como outros elementos diferenciadores, que permitam melhor contextualizar a estrutura ou o depósito em escavação). A cada saco foi atribuído um número sequencial, inscrito e registado na respectiva ficha de registo de unidade estratigráfica e de material arqueológico.

Todas as unidades estratigráficas foram registadas graficamente, tendo sido também realizado o seu registo fotográfico, topográfico e respectiva geo-referenciação. A informação recolhida durante a intervenção ficou documentada em caderno de campo, que será depositado no Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Tratamento preliminar de materiais

Concluídos os trabalhos de terreno, foi já em gabinete, informatizada toda a documentação de campo, tendo-se realizado um estudo preliminar da fauna e dos materiais arqueológicos recolhidos.

Os materiais arqueológicos foram inventariados seguindo determinados critérios de descrição do espólio, tendo em conta as suas diversas categorias, estando guardados no depósito de materiais da Associação dos Arqueólogos Portugueses e Museu Arqueológico do Carmo. Os inventários de materiais fazem parte dos anexos do relatório entregue anualmente à tutela.

5. CAMPANHA DE 2017

Os trabalhos de campo realizados no âmbito do Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA), para 2017 tinham como principais objectivos:

- limpeza e desmatção da área central do povoado e dos troços de linhas de muralhas perceptíveis. Estes trabalhos seriam o menos intrusivo possível, tendo como objectivo apenas a remoção dos elementos vegetais de maiores dimensões, bem como recolha de lixo existente na área;
- identificação a partir da revisão da bibliografia publicada e dos primeiros dados de campo, de áreas de maior potencial arqueológico, para abertura de sondagens de diagnóstico, tendo em vista a caracterização da complexa estratigrafia do sítio e o desenvolvimento de um programa de datações absolutas.

5.1. Equipa, calendarização e meios utilizados

A direcção dos trabalhos arqueológicos foi programada em regime de co-responsabilidade por Andrea Martins, Mariana Diniz, César Neves e José Morais Arnaud, tendo esta equipa participado, em simultâneo, em todos os trabalhos de campo realizados.

A restante equipa de campo foi constituída pelos arqueólogos Nireide Tavares, Rafael Lima e Hugo Morais, bem como pelos alunos de licenciatura em Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Adriana Jesus, Filipa Dimas, João Silva, Marco Tomé, Melissa Portelina, Tomé Costa e Pedro Brum da Silveira (História da Arte). A equipa foi reforçada pelo Sr. Carlos Vicente e Sr. Paulo, que tiveram responsabilidades específicas na limpeza e desmatção das áreas intervencionadas, devidamente coordenados e acompanhados por um dos arqueólogos responsáveis.

A implantação georreferenciada da sondagem arqueológica ficou a cargo do topógrafo da Câmara Municipal da Azambuja. No final da 1ª campanha, foram feitas imagens de fotografia aérea a cargo de Pedro Souto (Crivarque, Lda.).

Os trabalhos decorreram entre os dias 3 e 21 de Julho de 2017, num total de três semanas, 15 dias de trabalho efectivo, com as primeiras duas semanas mais focadas nos trabalhos de limpeza do sítio arqueológico. A partir do dia 10 de Julho iniciaram-se os trabalhos de escavação da Sondagem 1, Área 3, mantendo-se em simultâneo as acções de limpe-

za e desmatção do reduto central da fortificação.

Na sondagem arqueológica, atendendo à natureza da sua intervenção, os trabalhos de campo implicaram o uso de material adequado a uma escavação manual e registo gráfico dos perfis e plantas, quer sob a forma de desenho, quer de fotografia. As imagens aéreas foram captadas através de drone. Procedeu-se à crivagem a seco de todos os sedimentos em crivo com malha de 0,3 cm. Parte do sedimento foi recolhido para futura flutuação e crivagem em laboratório.

5.2. Limpeza e desmatção do sítio arqueológico

No início dos trabalhos de campo o sítio arqueológico encontrava-se coberto por uma exuberante e muito densa vegetação, constituída principalmente por carrascos, que impossibilitavam a visualização das áreas anteriormente escavadas e das linhas de muralhas. Com esta cobertura vegetal tornava-se praticamente impossível reconhecer e localizar o sítio arqueológico a partir da estrada de acesso, vinda das povoações Vila Nova de São Pedro/Torre Penalva.

Além de impossibilitar a correcta visualização das estruturas, a acção das raízes dos carrascos é visivelmente nociva para as estruturas pétreas, levando à sua desagregação e desmonte progressivo. Por estas razões tornava-se imperativo limpar este sítio arqueológico, possibilitando o acesso, visualização e compreensão das estruturas existentes, procurando, em simultâneo, contrariar o papel destrutivo destes arbustos (Figura 6).

No final desta acção de limpeza, que decorreu continuamente durante as três semanas, foi possível visualizar as estruturas que compõem o reduto central, e parcialmente a segunda linha de muralhas (Figura 7). Esta desmatção mostrou-se particularmente difícil na segunda linha de muralhas, pois devido à existência de muitas pedras (a própria muralha) os meios mecânicos não são adequados sendo o corte dos carrascos totalmente manual. No final da campanha de 2017 ficou assim por limpar toda a área a Norte e Este, na zona em torno da segunda linha de muralhas.



Figura 6 – Trabalhos de desmatação da área do reduto central.



Figura 7 – Imagem aérea do povoado de Vila Nova de São Pedro em julho de 2017 – depois da limpeza e desmatação (imagem – Pedro Souto).

5.3. Sondagem 1, Área 3

Foi implantada uma sondagem de 4x6m na vertente Este do sítio arqueológico, numa zona que poderia corresponder à área da segunda linha de muralha. O objectivo desta sondagem, implantada sobre o talude, era a compreensão do desenvolvimento das estruturas nesta vertente que, tendo em conta a bibliografia existente, não teria sido significativamente intervencionada durante as campanhas do Afonso do Paço.

A escavação iniciou-se no dia 10 de Julho, tendo terminado no dia 21 de Julho, correspondendo a 10 dias úteis de escavação (Figura 8). No final dos trabalhos, a área intervencionada ficou coberta com manta geo-têxtil.

5.3.1. Sequência estratigráfica:

A sequência estratigráfica identificada em 2017 foi a seguinte:

[301] – Depósito – Sedimento de matriz areno-argilosa, de coloração castanha e semi-compacto. Apresenta bastantes elementos vegetais

(raízes), bem como material pétreo de calcário de pequena e média dimensão. Na área Este da sondagem (plataforma inferior do talude), apresenta bastantes raízes de grande dimensão e uma maior concentração de blocos pétreos. Surgem alguns materiais arqueológicos: cerâmica comum muito fragmentada e alguma fauna mamalógica. Cobre a [304] e [305].

[302] – Possível estrutura pétreo formada por diversos blocos pétreos de calcário de média e grande dimensão, localizados a meio da vertente, de disposição horizontal e paralelos ao talude.

[303] – Possível estrutura pétreo formada por alguns blocos pétreos de média dimensão, dispostos numa posição semi-circular, a meio da vertente. Encosta à [302].

Após a definição dos elementos pétreos verificamos que se trata de apenas uma estrutura, sendo a [302] e a [303] apenas uma unidade estratigráfica – [303=302].



Figura 8 – Aspecto dos trabalhos de escavação da sondagem 1 da área 3.

[304] – Depósito – Sedimento de matriz areno-siltosa, de coloração castanho-amarelada, semi-compacto, com alguns elementos pétreos de pequena dimensão e poucos elementos vegetais. Localiza-se na plataforma de topo da sondagem – Oeste, desenvolvendo-se pela vertente do talude. Surgem bastantes materiais arqueológicos: cerâmica comum lisa, indústria lítica (ponta de seta, lascas, lamela), fragmento de machado de pedra polida, fragmento de “ídolo de cornos”, queijeiras, fragmentos de cerâmica com decoração de folha de acácia e abundante fauna mamalógica (muito fragmentada), e alguma fauna malacológica.

Esta UE não foi integralmente escavada. Encosta à [302] e [305] e cobre a [306].

[305] – Depósito – Sedimento de matriz humosa-arenosa, muito orgânica, de coloração castanho-escura, solta, com algumas zonas mais semi-compactas, com abundantes elementos pétreos de calcário de pequena e média dimensão e bastantes elementos vegetais (raízes). Localiza-se na plataforma inferior da sondagem Este, após o talude de vertente. Surgem bastantes materiais arqueológicos: cerâmica comum lisa, cerâmica campaniforme, queijeiras, um fragmento de peso de tear, indústria lítica (lâmina e restos talhe), abundante fauna mamalógica e malacológica.

Na base da vertente – plataforma inferior, surgiram grandes blocos pétreos de calcário, que se encontravam imbrincados uns nos outros e colmatavam a entrada de um pequeno algar. Surge a bancada calcária [307] a Norte e a Sul, e na zona central foi identificado uma abertura natural, cuja entrada tem à superfície 40 cm de largura por 70 cm de comprimento, mostrando ter cerca de 2m de profundidade. O sedimento que envolvia os blocos pétreos que colmatavam a entrada do algar foi integralmente recolhido. A [305] não foi totalmente escavada. Cobre a [307] e encosta à [302] e [304].

[306] – Depósito – Unidade estratigráfica iden-

tificada na plataforma superior da sondagem – topo Oeste, caracterizada pela coloração distinta da [304], surgindo assim um sedimento castanho-escuro. Não se iniciou a escavação desta unidade.

Coberta pela [304].

[307] – Substrato geológico – bancada calcária. Identificado na plataforma inferior – Este – da sondagem.

6. A CAMPANHA DE 2018

No que diz respeito aos trabalhos de campo preconizados no âmbito do PATA, para 2018, os principais objectivos foram os seguintes:

- limpeza e desmatação da área entre a 2ª e a 3ª linha de muralhas. Estes trabalhos seriam o menos intrusivo possível, tendo como objectivo a remoção dos elementos vegetais que cobrem as realidades arqueológicas;
- após a avaliação e revisão da informação publicada, juntamente com as observações recolhidas com a limpeza, poderiam ser projectadas novas sondagens de diagnóstico, em pontos seleccionados;
- continuar a escavação da Sondagem 1, Área 3, alargando a mesma para Este e Oeste.

6.1. Equipa, calendarização e meios utilizados

A direcção dos trabalhos arqueológicos foi programada em regime de co-responsabilidade por Andrea Martins, Mariana Diniz, César Neves e José Morais Arnaud.

A restante equipa de campo foi constituída pelos arqueólogos e alunos de Mestrado em Arqueologia Cátia Delicado, Cátia Neto, Daniel Carvalho, Jaime Carvalho, Manuel Navas, Rafael Lima e Salomé Ribeiro, bem como pelos alunos de licenciatura de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa Ana Francisco, Artur Mateus, David Lago, Diogo Varandas, Filipa Dimas, Frederico Agosto, João

Gomes, João Silva, Marco Tomé, Rodrigo Dias, e Rute Moreira. A equipa foi reforçada pelo sr. Carlos Vicente, que teve responsabilidades específicas na limpeza e desmatção das áreas intervencionadas, devidamente coordenado e acompanhado por um dos arqueólogos responsáveis.

Os trabalhos decorreram entre os dias 2 e 27 de Julho de 2018, quatro semanas, num total de 20 dias de trabalho efectivo. Na primeira semana as acções focaram-se nos trabalhos de limpeza do sítio arqueológico e na continuação da Sondagem 1, Área 3. A partir do dia 9 de Julho iniciaram-se os trabalhos de escavação da Sondagem 1, Área 1, mantendo-se em simultâneo 3 áreas de intervenção: Sondagem 1, Área 1; Sondagem 1, Área 3; limpeza da área entre a 2ª e 3ª linha de muralhas;

Tal como na campanha de 2017, foram utilizados meios mecânicos e manuais na limpeza do terreno (Figura 9) e, nas sondagens arqueológicas, utilizou-se o material adequado para escavação manual.

Relativamente ao registo dos perfis e plantas, este ocorreu quer sob a forma de desenho, quer de fotografia, bem como a sua georreferenciação (realizada por Pedro Souto – Crivarque). As imagens aéreas foram captadas através de drone.

Procedeu-se à crivagem dos sedimentos resultantes das Unidades Estratigráficas superficiais e/ou remexidas em crivo seco, com malha de 0,3 cm. Parte do sedimento resultante da escavação de todas as Unidades Estratigráficas foi guardado para futura flutuação e crivagem em laboratório.

6.2. Limpeza e desmatção do sítio arqueológico

No início dos trabalhos de campo de 2018 o povoado de Vila Nova de São Pedro encontrava-se coberto por uma exuberante e muito densa vegetação nas áreas ainda não desmatadas, sendo que no reduto central e área até à segunda linha de muralhas, a vegetação mais forte (os carrascos), estava mais re-



Figura 9 – Trabalhos de limpeza e desmatção mecânica e manual na área exterior à segunda linha de muralha.

duzida em resultado dos trabalhos de desmatação de 2017. A existência de uma densa concentração de carrascos na parte exterior da 2ª linha continuava a impossibilitar o reconhecimento do sítio arqueológico desde a estrada de acesso, bem como a visualização de outras estruturas.

Nesta campanha os trabalhos centraram-se na desmatação da área exterior à segunda linha de muralha, a Norte, Este e Noroeste, área densamente coberta por carrascos e arbustos de médio porte. Esta desmatação apenas foi possível graças ao apoio dos Bombeiros Sapadores da Azambuja, que manualmente cortaram os arbustos de maiores dimensões, acção que a maquinaria não conseguia realizar. Posteriormente, em áreas específicas, foi usada uma escarificadora, seguida de remoção manual da matéria vegetal pela equipa de arqueologia. Foram retiradas 6 toneladas de carrascos e vegetação, devidamente recolhidas e processadas pelos funcionários da Câmara Municipal da Azambuja.

No final desta acção de limpeza, que decorreu continuamente durante as quatro semanas, foi possível visualizar e registar estruturas que não eram perceptíveis há várias décadas, nomeadamente a terceira linha de muralha e a área da escavação das campanhas de 1985 e 1986, bem como outras estruturas pétreas nunca ilustradas (Figura 10).

6.2.1. Estruturas identificadas

a) A terceira linha de muralha

Junto ao limite Norte, paralela ao caminho de terra batida que circunda parte do povoado, foi colocada à vista a terceira linha de muralha, formada por blocos calcários de grande dimensão, afeiçoados, sendo o interior preenchido por blocos, igualmente em calcário, de pequena e média dimensão, estando apenas visível, sobre o sedimento, uma fiada de pedras. Esta estrutura tem, neste troço, uma configuração genericamente linear, com cerca de



Figura 10 – Imagem aérea do povoado de Vila Nova de São Pedro no final de Julho de 2018, visualizando-se em primeiro plano a terceira linha de muralha.



Figura 11 – Terceira linha de muralha localizada a Norte – aspecto dos trabalhos de limpeza manual.

75m de comprimento, e 1,50m de largura média (Figura 11).

Identificada por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, em 1943, apenas foi alvo de limpeza, descobrindo-se um traçado de 72m de extensão, formada por blocos de calcário de grande dimensão, com largura de 1,70m (Jalhay e Paço, 1945). No entanto, é cartografada, pela primeira vez, muito esquematicamente numa planta de 1951 (Paço e Costa Arthur, 1952), e posteriormente no levantamento de H. Savory, feito em 1959, mas apenas publicado em 1970 (Savory, 1970), de forma muito esquemática e sem o rigor empregue na restante planta da fortificação. Muito provavelmente, em 1959, a área limpa em 1943 já estaria novamente coberta por densa vegetação, sendo praticamente impercetível no campo o percurso desta estrutura. Curiosamente, em 1949, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos

Nacionais efectuou um levantamento topográfico da área do povoado, estando cartografada a 3ª linha de muralha. No entanto, esta planta não foi utilizada por A. Paço ou por outros investigadores.

Verificamos que esta estrutura (3ª linha de muralha) está num estado de conservação razoável, tendo sido, aquando das campanhas de A. Paço, retirado sedimento junto das duas faces, para uma melhor definição das mesmas, formando pequenas valas laterais, mas que não foi atingido o substrato geológico. Um pequeno troço surge bastante danificado ou removido, podendo corresponder a uma das áreas de sondagens feitas em 1950, na 14ª campanha de Afonso do Paço, em colaboração com George e Vera Leisner cujo objectivo era “procurar o cemitério” de Vila Nova de São Pedro (Paço, 1954).

b) As estruturas identificadas na escavação de 1985-86

A Norte da 2ª linha de muralha foi também identificada, após a remoção da densa vegetação, a área intervencionada nas campanhas de 1985 e 1986 por Victor S. Gonçalves, cujas estruturas e respectivo levantamento topográfico não se encontram publicadas. Segundo as descrições do investigador e observando as poucas imagens publicadas (Gonçalves 1987; 1993; 1994), foi intervencionada uma área entre a 2ª e 3ª linhas de muralha, onde se identificaram dispositivos complementares, nomeadamente muros de compartimentação de espaço (Gonçalves, 1994: 49), não sendo referidos os materiais recolhidos ou áreas de escavação.

Com a desmatação e limpeza realizadas em 2018 foi possível identificar vestígios da área de escavação daquele arqueólogo, iniciando-se perto da face exterior da 2ª linha de muralha, seguindo um muro disposto obliquamente até à 3ª linha de muralha. Observa-se, assim, no terreno este grande muro de orientação Sudeste-Noroeste, que parece ligar as duas linhas de muralha, bem como alguns outros pequenos troços de muros perpendiculares (Figura 12). Tendo em conta os trabalhos realizados – apenas limpeza e desmatação – não foi possível

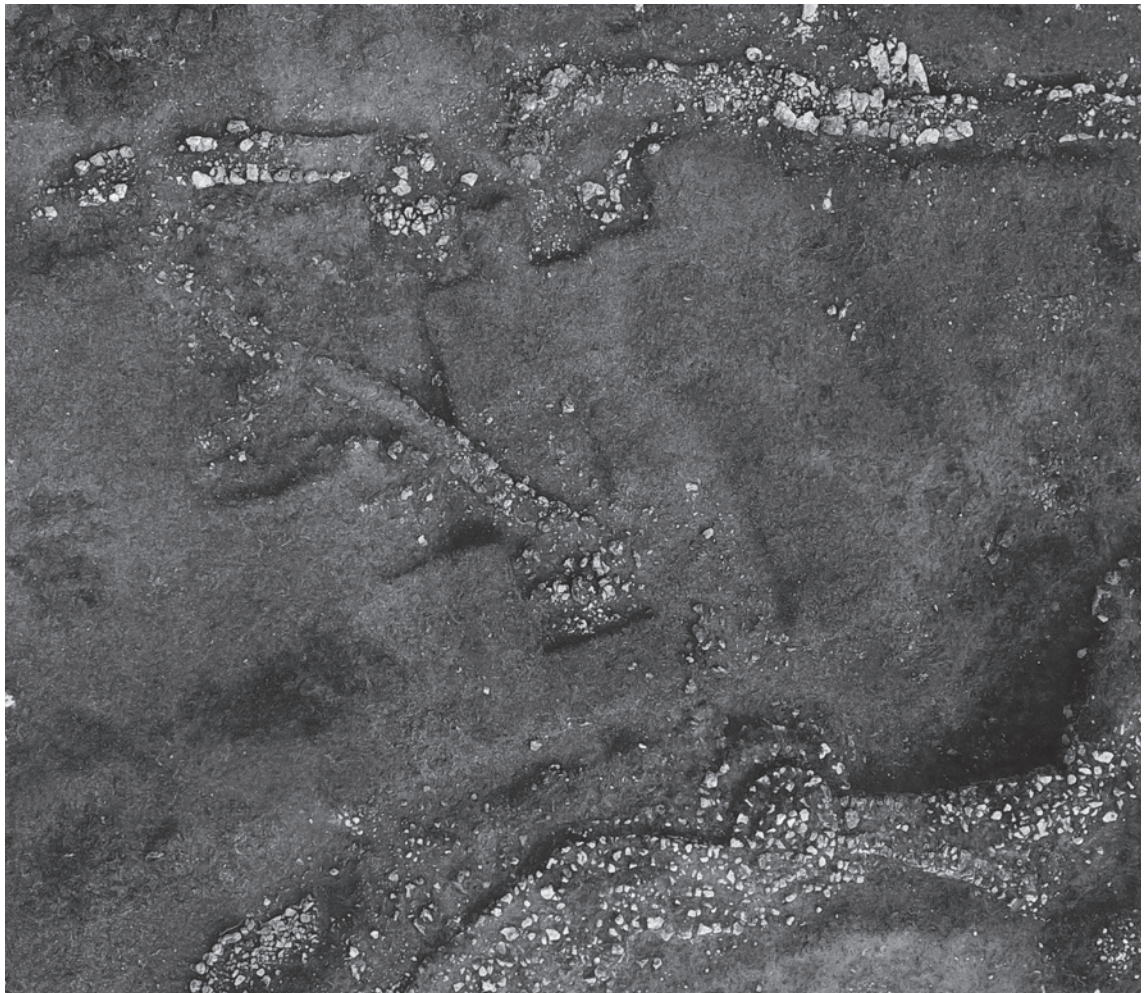


Figura 12 – Área intervencionada em 1985/86, visualizando-se estruturas pétreas, entre as linhas de muralha.

verificar se a área tinha sido intervencionada até ao substrato geológico.

c) Outras estruturas pétreas

Os trabalhos de desmatção com meios mecânicos desenvolveram-se também na área a Oeste da 2ª linha de muralha, tendo sido identificadas estruturas não cartografadas ou apenas referidas anteriormente, como um possível bastião ou torre na área do actual acesso ao sítio, ou alinhamentos de grandes blocos pétreos ligados à segunda linha de muralha e com orientação Este-Oeste.

A Este do reduto central, numa área da plataforma superior, ou seja, interior à 2ª linha de muralha, foi identificada uma estrutura de formato semi-

-circular que corresponderá a uma descrição feita por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay na publicação relativa aos trabalhos da campanha de 1941 (Paço e Jalhay, 1942), mas apenas representada esquematicamente na planta de 1951 (Paço e Costa Arthur, 1952). Esta robusta estrutura, hoje muito desmantelada nalgumas áreas, é formada por blocos pétreos de média e pequena dimensão, e apesar da ausência aparente de continuidade para outros troços muralhados, pode estar relacionada com a segunda linha de muralha (Figuras 13 e 14). No futuro, importará desenvolver trabalhos de escavação neste espaço em particular, na procura de aferir o real estado de conservação, dimensão, orientação e restante traçado.

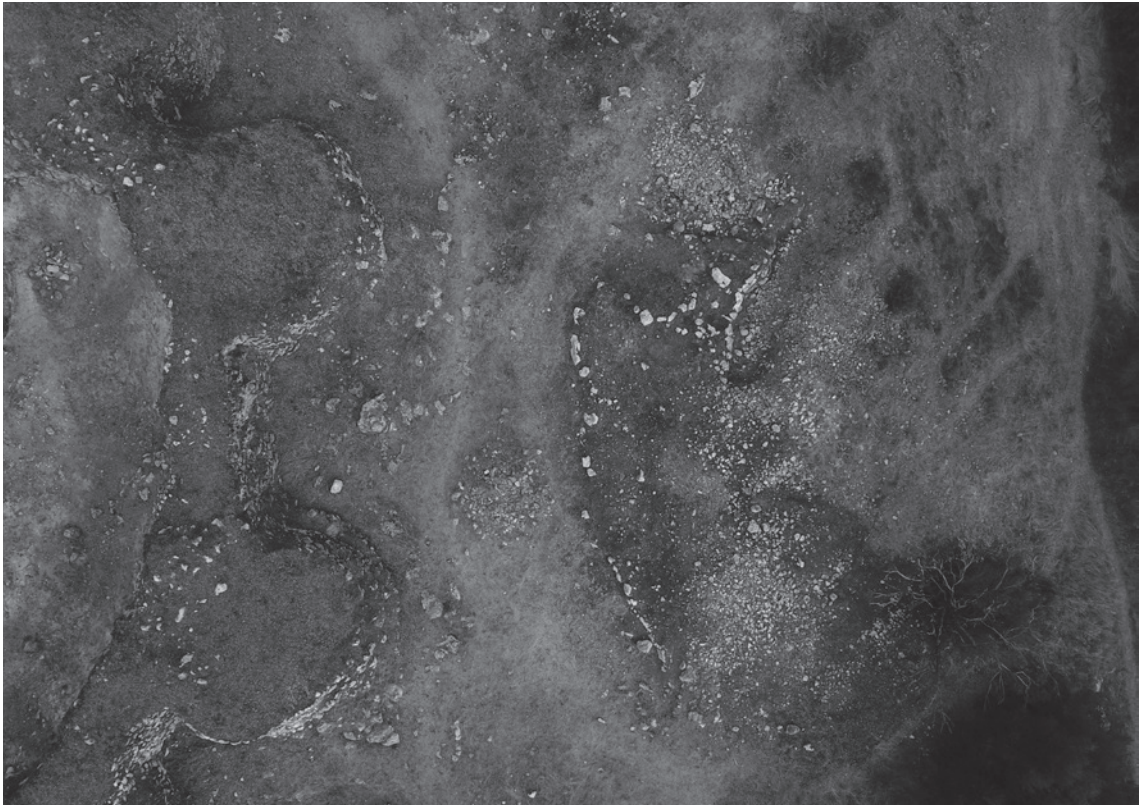


Figura 13 – Estrutura localizada a Oeste do reduto central de configuração semi-circular.



Figura 14 – Face externa da estrutura semi-circular identificada após os trabalhos de limpeza e desmatamento.

6.3. Sondagem 1, Área 3

A Sondagem 1 da Área 3 foi iniciada na campanha de 2017, tendo sido em 2018 ampliada para Este e Oeste, numa extensão de mais 24m². Face aos contextos identificados e à quantidade de materiais arqueológicos optou-se pela utilização de quadrículas alfanuméricas, possibilitando assim um maior controle espacial dos contextos arqueológicos. Foram assim implantadas as quadrículas K6, K5, J6 e J5 na plataforma inferior, e as quadrículas K10 e J10, na plataforma superior, a Oeste, tendo cada quadrícula 2x2m. Em 2017, tinha sido iniciada a escavação das quadrículas K9, K8, K7, J9, J8 e J7.

O alargamento da sondagem na plataforma inferior, a Este, teve como objectivo a caracterização do nível identificado [305], bem como a verificação da possibilidade da existência de outra entrada de algar. Verificou-se que nesta área apenas existe a entrada de algar identificada em 2017, encerrada pelos blocos pétreos que constituíam a [305], unidade que cobre directamente o substrato geológico – lapiás – não tendo sido identificada qualquer

tipo de estrutura antrópica preservada. Face a estes resultados, e estando esta unidade caracterizada, considerou-se, por agora, a intervenção terminada nesta plataforma inferior. Este sedimento corresponde assim a um nível de ocupação terminal do sítio arqueológico, directamente sobre o substrato geológico, estando os materiais arqueológicos, nomeadamente a fauna mamalógica, bem preservados, devido a condicionantes pedogénicas.

Relativamente ao algar iniciaram-se os trabalhos de desobstrução espeleológica, não estando ainda concluídos (Figuras 15 e 16).

Na plataforma superior à vertente/talude continuou-se a escavação iniciada em 2017, tendo-se alargado a sondagem mais 8m² para Oeste, com o objectivo de definição da [306], identificada no final da campanha de 2017. A escavação desta área superior foi bastante breve, tendo-se apenas escavado as quadrículas K10 e J10 até ao nível da [306]. A estratigrafia identificada é semelhante à restante área, com uma camada superficial [301] que cobre a [304], que por sua vez cobre a [306]. Ao definirmos



Figura 15 – Escavação na plataforma inferior da Sondagem 1 da Área 3.



Figura 16 – Área 3 – sondagem 1 – plataforma inferior visualizando-se a bancada de lapiás.

o topo da [306] verificou-se a existência de um alinhamento de blocos pétreos de pequena e média dimensão, com orientação Norte-Sul, caracterizado como uma possível estrutura – [309].

Assim, no final da campanha de 2018, a Sondagem 1 da Área 3 ficou dada por terminada na plataforma inferior, não se tendo intervencionado no talude e apenas alargado a plataforma superior a Oeste (Figura 17).

6.3.1. Sequência estratigráfica:

As unidades estratigráficas [301], [302], [303], [304], [305], [306] e [307] encontram-se descritas na campanha de 2017, pelo que no presente capítulo apenas se apresentam as UE identificadas em 2018.

[305] – Este depósito foi totalmente escavado nas quadrículas K6, K5, J6 e J5. Cobre a [307] e [308].

[308] – Depósito – sedimento de desagregação do substrato geológico (calcário – em forma de lapiás) caracterizado como *terra rossa*, localizado nos interstícios do lapiás. Sedimento de matriz argilosa e siltosa, de granulometria média, solto e não plástico, com abundantes elementos pétreos calcários de pequena e média dimensão. Surge nas quadrículas J5 e K5, tendo sido recolhido material arqueológico: cerâmica comum, indústria lítica e fauna mamalógica. Foi integralmente escavado.

[309] – Estrutura (?) – Alinhamento de blocos pétreos de média dimensão, com orientação Norte-Sul, localizados ao centro das quadrículas J9, J10, K9 e K10. Não foi escavado, tendo-se apenas iniciado a sua definição.

6.4. Sondagem 1, Área 1

Esta campanha marca o início da limpeza/escavação de uma nova área (Área 1), tendo sido implanta-



Vila Nova de São Pedro
 Área 3 - Campanha 2018
 Sondagem 1
 Plano - [301] / [304] / - Topo - [302] / [306] / 308
 18/7/2018

Figura 17 – Área 3 – sondagem 1 – plano final na campanha de 2018.

2ª linha de muralha, a Oeste do “Reduto Central” (Figura 18). Nesta campanha, procurou-se avaliar o estado de conservação das estruturas aí existentes, efectuando limpeza e registo das mesmas, com o objectivo de avaliar o grau de impacto das intervenções arqueológicas anteriores e da degradação, por exposição das mesmas.

A Sondagem 1 procura, assim, compreender como se desenvolve um pano de muralha que aqui se localiza (2ª linha), bem como a existência de um possível fosso, que Afonso do Paço já havia referido numa das suas publicações (Paço, 1943) e que no âmbito deste projecto já havia sido discutido (Arnaud *et al.*, 2014). Nesta área, sobre a 2ª linha de muralha, encontra-se depositada uma grande acumulação de sedimento que poderia corresponder ao sedimento original que cobria o sítio arqueológico ou a uma das áreas de crivo e despejo de terras de Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, questão que só a escavação permitia esclarecer.

Os trabalhos nesta sondagem iniciaram-se no dia 9 de Julho de 2018, tendo terminado no dia 25 de Julho, num total de 12 dias úteis. As estruturas identificadas foram, no final da intervenção, cobertas com manta geotêxtil (Figura 19).

6.4.1. Sequência estratigráfica

A sequência estratigráfica identificada na campanha de 2018 é a seguinte:

[101] – Foi considerada [101] a totalidade do sedimento, em “monte” que se encontrava por cima da 2ª linha de muralha [103]. Com cerca de 1m de potência, contém sedimento de matriz arenosa, de cor castanha-acinzentada semi-compacta, intercalada com numerosos blocos de calcário de pequena e média dimensão. Apresenta materiais arqueológicos calcolíticos. Os trabalhos na [101] corresponderam a um acerto do talude existente.

[102] – Derrube da 101 – Encostada e a cobrir parte da [103], encontra-se o derrube da [101]. De sedimento arenoso, solto, fino e de cora-



Figura 18 – Área 1 – sondagem 1 – trabalhos na campanha de 2018.

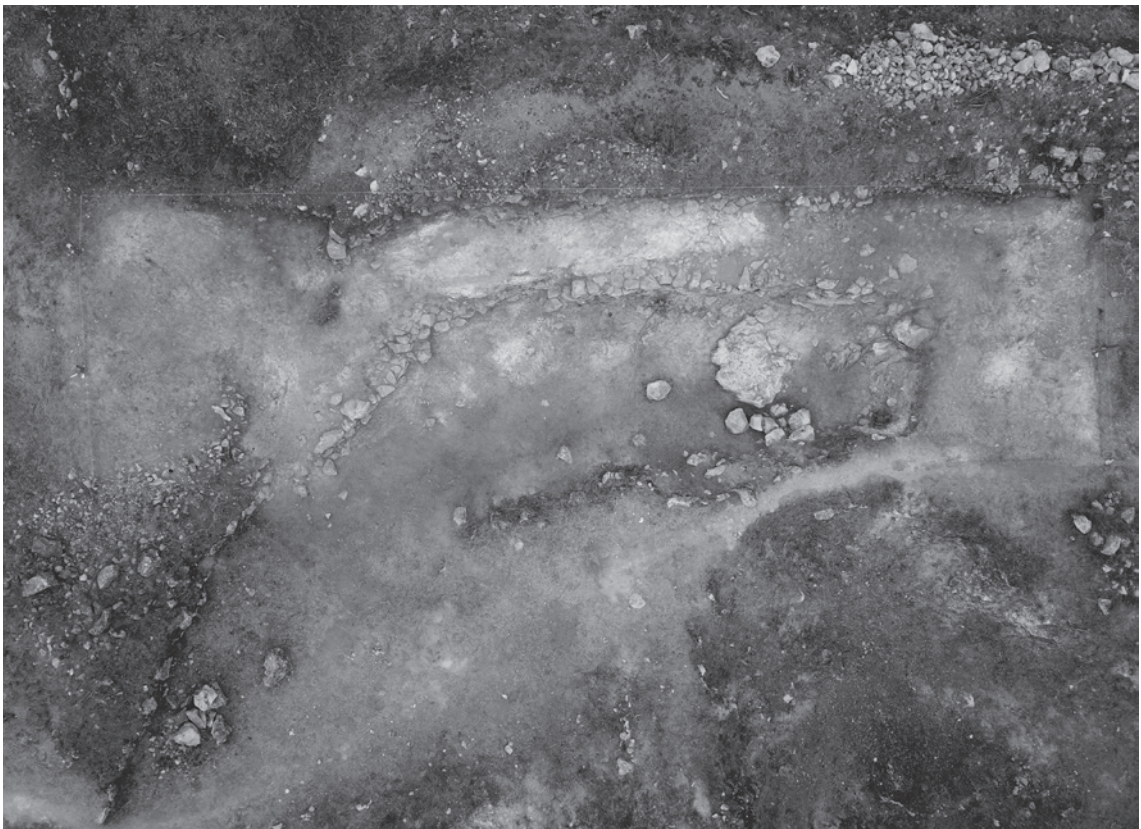


Figura 19 – Área 1 – sondagem 1 – vista do final da campanha de 2018.

ção castanho-acinzentada, é composta por muitos elementos pétreos de calcário de pequena e média dimensão. Contém um número significativo de materiais arqueológicos pré-históricos, onde se destaca a cerâmica face à indústria lítica. O estado de conservação oscila entre o “muito fragmentado” e o “excelente estado de conservação”. Regista uma forte presença de fauna mamalógica. Integra escassos elementos de origem recente, como elementos de plástico, vidro, cartuchos ou cerâmica vidrada.

[103] – Estrutura – Muralha (prolongamento da 2ª linha?) – Estrutura pétreo, que poderá corresponder a uma porção da muralha, neste caso a 2ª. Formada, na face interior, por diversos blocos pétreos de calcário, de média e grande dimensão, de disposição horizontal e paralelos entre

si, ligados por sedimento e possível argamassa. São reconhecidas seis fiadas de blocos. Em algumas zonas, encontra-se muita danificada. Estava parcialmente à vista no início dos trabalhos, aparecendo em levantamentos cartográficos de 1951 e 1953. Assenta sobre a [106] e parece fazer parte da [109]. Na Sondagem 1, apresenta cerca de 12m de comprimento, 90cm de altura e uma espessura reconhecida de c. 1.70cm. Nesta área, o substrato geológico parece ter sido afeiçoado para lhe serem adossados, utilizando argamassa, os blocos pétreos que o revestem. Apesar de ter algumas áreas em mau estado de conservação (pelo facto de estar exposta há mais de 60 anos (presença de raízes entre os blocos pétreos), é uma estrutura passível de ser consolidada, e integrar um projecto de musealização e requalificação do sítio. (Figuras 20 e 21)



Figura 20 – Área 1 – sondagem 1 – estrutura [103], visualizando-se o aparelho construtivo.

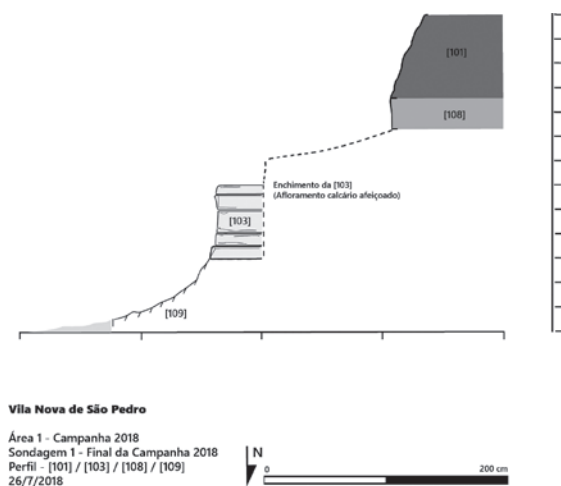


Figura 21 – Área 1 – sondagem 1 – perfil Este-Oeste.

[104] – Depósito – Sedimento areno-argiloso, semi-compacto, de coloração castanho-clara, apresentando numerosos elementos pétreos (calcário) de pequena dimensão, assim como elementos de bioturbação de origem vegetal (raízes). Em certas zonas, cobre directamente a [103] e, noutras, cobre a [108]. Situa-se na área Norte da Sondagem e apresenta uma potência máxima de 15cm. Contém um número elevado de materiais arqueológicos: cerâmica comum lisa e decorada, fragmentos de ídolos de cornos, indústria lítica (núcleos, resto de talhe, pontas de seta, lascas, lamelas), e abundante fauna mamalógica.

Esta UE não foi integralmente escavada. Encosta à [102] e [105] e cobre a [106].

[105] – Sedimento que, no início da intervenção, já se encontrava na base da Sondagem 1. Foi parcialmente removido (devido a pequenas limpezas), encontrando-se ainda por escavar. Parece fazer parte do que ainda resta, nesta zona, do preenchimento da [109], embora possa corresponder a testemunhos recentes pertencentes às escavações de Afonso do Paço.

[106] – Substrato geológico – calcário.

[107] – Equivalente à [104]? – Como foi detectada na área Sul da Sondagem e como, até ver, não tem ligação directa com a [104], foi-lhe atribuída uma U.E. autónoma. Apresenta as mesmas características da [104]. Assenta sobre a [110].

[108] – Camada de argamassa, sob a [104]; com uma potência de cerca de 20cm, esta UE corresponde a um nível de argamassa, depositada sob a [101] e, noutras áreas, sob a [104]. Parece assentar directamente sobre o substrato geológico. Não foi totalmente escavada, estando programada a finalização da sua escavação na próxima campanha. Não revelou qualquer artefacto arqueológico. Foram recolhidas amostras para análise química dos componentes.

[109] – Estrutura negativa – “Fosso” – Grande estrutura escavada no calcário e que, embora ainda não se conhecendo os seus limites, deverá estar presente na maioria do espaço da Sondagem 1. Dentro da Sondagem, os seus limites Oeste e Sul encontram-se limitados pela Muralha, a [103]. Esta realidade terá sido já escavada nas intervenções dirigidas por Afonso do Paço, excepto na área Norte da Sondagem. Quando se iniciou a escavação da Sondagem 1, esta realidade estaria preenchida pela [102], [108] e, possivelmente, [105]. Por agora, a atribuição da sua funcionalidade é ainda discutível. No entanto, a existência de uma realidade estruturada [103], com o aparelho pétreo a limitar a estrutura negativa [109], remete para uma ocupação em que a [109] ficasse, possivelmente, à vista. Desconhece-se se foi preenchido durante a ocupação Calcolítica de VNSP, ou se este preenchimento ocorreu após o seu abandono.

[110] – Equivalente à [108]? – Tal como se verificou com a [107], a [110] como foi detectada na área Sul da Sondagem e como, até ver, não tem ligação directa com a [108], foi-lhe atribuída uma U.E. autónoma. Apresenta as mesmas características da [108].

7. VN3000 – ESTRUTURAS, MATERIAIS E CRONOLOGIA (CAMPANHAS 2017 E 2018)

Os resultados obtidos e as interpretações, agora produzidas, estão ainda longe de serem conclusivas, uma vez que as duas sondagens ainda não foram terminadas, ficando a sua interpretação estratigráfica por esclarecer na totalidade. Podem, no entanto, face aos contextos arqueológicos intervenionados e à cultura material associada, ser tecidas algumas considerações.

A Sondagem 1, Área 1, foi iniciada apenas em 2018, estando diversas unidades estratigráficas em fase de escavação, facto que impossibilita uma visão mais abrangente e definitiva do universo artefactual recolhido. Por outro lado, o facto de se estar perante unidades que poderão ser de formação antrópica recente (contemporâneas das escavações de Afonso do Paço), obriga a algumas cautelas na avaliação dos elementos artefactuais identificados, bem como a sua relação com o contexto onde foram recolhidos. Na sua maioria, os materiais arqueológicos identificados foram recolhidos nas UE [101], [102] e [104].

Na cerâmica, elemento mais presente no conjunto, destacam-se os recipientes de produção manual, de forma aberta (maioritariamente taças e pratos) e sem decoração. Os poucos elementos decorados, remetem para o “mundo Campaniforme” (nas U.E. [101], [102] e [104]), embora também se verifiquem fragmentos decorados a incisão ou com caneluras, paralelas ao bordo. Ainda na cerâmica, verifica-se a presença significativa de fragmentos de “ídolos de cornos”, só na [104], assim como de pesos de tear. A presença de nódulos de argila é frequente e transversal a todos os níveis intervenionados.

Na indústria lítica, a pedra lascada é o conjunto mais significativo, maioritariamente em sílex (com raras excepções em quartzo hialino e quartzito). Neste particular, destaca-se a presença de restos de talhe e alguns núcleos que produziram, essencialmente, lamelas, estas presentes no registo. No campo da utensilagem, estão presentes as pontas de seta, lâminas retocadas e lâmina ovoide. Surgem alguns elementos de pedra afeiçãoada e polida,

geralmente em quartzito e anfibolito. Destaca-se a presença de percutores ou de fragmentos incaracterísticos, possíveis elementos de mó, devido ao seu elevado grau de fragmentação.

Surgem ainda abundantes fragmentos de fauna mamalógica e alguma fauna malacológica.

Relativamente às estruturas registadas destaca-se a definição do método construtivo do que poderá ser a face interna da segunda linha de muralha, através do afeiçãoamento do substrato geológico para preparação de superfície vertical onde foi adossado o muro, formado por fiadas regulares de elementos pétreos unidos por um tipo de argamassa ainda não caracterizado. Este afeiçãoamento e desbaste do substrato geológico, bastante brando nesta área, estará também relacionado com o próprio fosso que se encontra nesta área, entre 2ª linha de muralha e o reduto central. A definição do limite e morfologia desta estrutura negativa encontra-se condicionada pela banquetta deixada pelas escavações de A. Paço, bem como pelos sedimentos que se foram acumulando ao longo de várias décadas após a intervenção, nomeadamente na área mais a Norte, local onde A. Paço caracterizou um “ritual de fundação” do povoado. Este investigador refere mesmo a existência de um “fosso” com 2,60m na área mais profunda, onde observou uma sequência estratigráfica constituída por deposições de argamassas, barro compacto amassado, fauna mamalógica – destacando-se o crânio de um grande bovídeo e um recipiente cerâmico de grandes dimensões que continha fragmentos de fauna no interior, coberto por deposições de elementos pétreos e outros materiais arqueológicos (Paço, 1942).

A configuração e relação deste fosso com a segunda linha de muralha, bem como a definição da face externa desta, apenas serão esclarecidas com a continuação dos trabalhos arqueológicos neste sector.

Na Área 3, a sondagem iniciada em 2017 também não se encontra na totalidade concluída, tendo-se, no entanto, dado por terminada a escavação na plataforma inferior. Como foi referido, a implantação desta sondagem neste local específico

tinha como objectivo procurar identificar contextos arqueológicos e estruturas na vertente Nordeste, possivelmente conectadas com uma segunda linha de muralha. A escavação do talude e da plataforma superior ainda não está terminada, sendo perceptível que se trata de uma estrutura de nivelamento e criação de plataforma artificial, sobre a qual estarão depositados e nivelados sedimentos recentes.

A escavação da plataforma inferior revelou um nível arqueológico bem definido do ponto de vista sedimentar e que corresponde às fases de ocupação terminal do sítio arqueológico, formado principalmente por uma única UE [305], caracterizada por um sedimento muito orgânico, sobreposto directamente à bancada de lapiás. Este horizonte pedológico de reduzida potência apresenta bio-turbação (raízes) e a própria geologia faz com que os materiais arqueológicos fiquem depositados (e preservados) nas fissuras do substrato. Não foram caracterizadas estruturas antrópicas, existindo no entanto abundante material arqueológico: cerâmica manual lisa (formas abertas e fechadas, taças, pratos de bordo espessado) (Figuras 22, 23, 24 e 25), cerâmica manual decorada (decoração “cru-cífera” e campaniforme) (Figura 26), indústria lítica maioritariamente em sílex (além de restos de talhe, lamelas e lascas, destacam-se os utensílios retoca-

dos como as pontas de seta, foliáceos e furadores) (Figura 27), fragmentos de ídolos de cornos, vários fragmentos de placas/pesos de tear e fragmentos de queijeiras (Figura 28).

Surgem abundantes fragmentos de fauna mamalógica e alguma fauna malacológica em excelente estado de conservação. A análise preliminar efectuada por Cleia Detry à fauna mamalógica permitiu a identificação de *bos sp*, cabra, veado, coelho (abundante), lince e castor.

O algar identificado encontrava-se coberto pela [305], visualizando-se no interior deste, sedimento, que terá sido aí depositado num momento anterior ou contemporâneo da colmatação da entrada por elementos pétreos solidamente fincados nesta abertura. Nesta camada, que cobre o substrato geológico e a entrada do algar foram recolhidos fragmentos de cerâmica campaniforme. Durante os trabalhos de desobstrução espeleológica já realizados não foram identificados materiais arqueológicos, estando os trabalhos ainda em fase de execução.

Desta unidade foram efectuadas três datações por C14, sobre fauna mamalógica (*Cervus elaphus*, *Sus sp.* e *Bos sp.*), cujos resultados permitem situar este nível nos meados/3º quartel do 3º milénio incorporando algum material também, do 2º quartel do 2º milénio cal BC. (Figura 29).

Datações absolutas – Vila Nova de São Pedro – Sondagem 1 (Área 3)								
Sítio	Contexto	Ref. Lab.	Amostra	Data BP	δ13C (‰)	δ15N (‰)	2 σ cal BC (95,4%)	Bibliografia
Vila Nova de S. Pedro	[305]	Beta - 512586	<i>Cervus ela.</i>	3900±30	-20,00	3,7	2470-2297	<i>Este trabalho</i>
Vila Nova de S. Pedro	[305]	Beta - 512587	<i>Sus sp.</i>	3390±30	-22,2	5,3	1751-1619	<i>Este trabalho</i>
Vila Nova de S. Pedro	[305]	Beta - 512588	<i>Bos sp.</i>	4000±30	-21,3	5,3	2577-2468	<i>Este trabalho</i>

Tabela 1 – Datações absolutas – Vila Nova de São Pedro – VNSP3000.

Estas três datações correspondem assim às primeiras datações publicadas, de um contexto arqueológico de VNSP, provenientes de uma intervenção autorizada pela DGPC e realizadas no âmbito de um projecto de investigação. Outras datações foram

apresentadas publicamente (e.g. UISPP 2014), porém não se encontram publicadas.

Na realidade, Vila Nova de São Pedro foi um quase protagonista na história das datações radiométricas em Portugal, tendo Afonso do Paço, em 1953,

enviado amostras de ossos para Harvard, laboratório pioneiro no ainda recente método. Porém, outros sítios foram preferidos, as amostras de VNSP foram devolvidas, tendo sido trazidas por Humberto Delgado (em 1956 ou 1957), na altura adido militar junto da Embaixada de Portugal, em Washington (Paço, 1957).

66 anos depois desta primeira tentativa, são agora publicadas as três datas que corroboram os materiais arqueológicos identificados neste nível de ocupação terminal do sítio arqueológico – Calcolítico pleno/final, onde foram identificadas cerâmicas campaniformes. A data mais recente (Beta-512587), enquadrável no Bronze Pleno, insere-se igualmente na já conhecida ocupação deste período, ocupação esta esporádica e não permanente do povoado, atendendo aos vestígios escassos desta cronologia.

A presença de fauna intrusiva (Bronze Final), numa unidade estratigráfica esmagadoramente constituída por elementos artefactuais do Calcolítico pleno/final revela que também aqui o complexo processo de formação destes depósitos sedimentares que se definem, macroscopicamente e em terreno, como *unidades estratigráficas* coerentes, são constituídos por materiais – sedimentos, artefactos, ecofactos – integrados em diferentes momentos, na sequência estratigráfica dos sítios.

8. PROBLEMÁTICAS EM ABERTO E TRABALHOS FUTUROS

Estas duas primeiras campanhas do projecto VNSP3000 mostraram que são inúmeros os desafios que um sítio como Vila Nova de São Pedro suscita. Várias décadas de escavação intensiva e outras tantas de abandono científico no terreno, levam a que, exceptuando alguns trabalhos de síntese (Arnaud, 2005; Arnaud e Gonçalves, 1990; 1995), a informação esteja demasiado fragmentada e dispersa (nomeadamente em trabalhos de âmbito académico sobre problemáticas específicas), fazendo com que o puzzle tenha ainda muitas peças soltas. Além da abordagem a um povoado calcolítico, é imperativo e obrigatório ter-se presente a intervenção contem-

porânea, fazendo, tal como em qualquer escavação arqueológica, a remoção da primeira camada, que neste caso é a longa intervenção de Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e colaboradores. Identificar o que foi feito e refeito, à luz de conhecimento actual e com recurso a diversos indícios, leva a que este projecto seja transdisciplinar entre ciências e entre períodos históricos.

Permitir a compreensão e fruição do sítio arqueológico a todos os que o queiram conhecer é um dos objectivos do projecto, tendo sido dados os primeiros passos com a limpeza e desmatação da área. Esta acção tem também uma função de protecção e preservação das estruturas arqueológicas, numa fase em que se iniciam os estudos para futuros trabalhos de conservação e restauro.

A persecução dos trabalhos arqueológicos, nomeadamente com a continuação das sondagens já iniciadas, permitirá responder a questões concretas, como a arquitectura do povoado, métodos construtivos, fases de ocupação e configurações contemporâneas.

9. APOIO INSTITUCIONAL DO PROJECTO VNSP 3000 E AGRADECIMENTOS

Este projecto, não financiado pela DGPC, é, no entanto, possível graças ao apoio de várias instituições e pessoas:

- Associação dos Arqueólogos Portugueses – entidade privada promotora deste projecto, desde a primeira campanha de Afonso do Paço – presidente da Secção de Pré-História – em 1937, apoiando do ponto de vista financeiro e logístico os trabalhos de campo e de gabinete, sendo também a fiel depositária dos materiais arqueológicos;
- UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pelos recursos humanos, apoio logístico e financeiro (datações absolutas obtidas em 2019 e participação em congressos internacionais);
- União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa pelo apoio

logístico e financeiro nas campanhas de campo e nas acções de Arqueologia Pública, destacando, o seu actual presidente – José Avelino – pelo apoio incondicional e amigo;

- Câmara Municipal da Azambuja pelo apoio logístico e administrativo nas campanhas de campo, bem como na disponibilização de transporte para visita de estudo de estudantes da FLUL, a VNSP, através do seu Presidente Luís Manuel Sousa, vereador António José Matos e historiador Nuno Nobre;
- Equipa de Sapadores Bombeiros da Azambuja, cuja presença na campanha de 2018 foi fundamental para a definição das estruturas existentes e limpeza do sítio;
- Centro de Dia de Manique do Intendente;
- Cleia Detry, pela identificação taxonómica e primeiro inventário da fauna recolhida;
- Patrícia Jordão, pelo apoio na caracterização geológica de VNSP;
- À família Furtado, proprietários do terreno;
- Aos habitantes de Vila Nova de São Pedro, pela generosa partilha das suas memórias e por não duvidarem da importância imensa dos trabalhos arqueológicos;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAUD, José Morais (2005) – Vila Nova de São Pedro revisitada. In: Arnaud, J.M. e Fernandes, C.V., eds. *Construindo a Memória – As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.141-164.

ARNAUD, José Morais e GONÇALVES, João Ludgero (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S., Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 1a parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 1. Lisboa, p.25-48.

ARNAUD, José Morais e GONCALVES, João Ludgero (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S., Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 2a parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 2. Lisboa, p.11-40.

ARNAUD, José Morais; DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (2017) – Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – Um projecto para o futuro, *Arqueologia & História – Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 66-67, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 7-17

BARBOSA, B. (1995) – *Alostratigrafia e Litostratigrafia das Unidades Continentais da Bacia Terciária do Tejo. Relações com o eustatismo e a tectónica* (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa.

CABRAL, M.C., LORD, A.R., DAMBECK; R., KUNST, Michael (2016) – Ostracod evidence for the Neolithic environment of Rio Sizandro, Portugal: Part 2. *Palaeobio Palaeoenv* 96: 541. <https://doi.org/10.1007/s12549-016-0240-5>

DAVEAU, Suzanne (1980) – Espaço e tempo: Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio*. Lisboa. 2, p.28-35.

DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea; NEVES, César; ARNAUD, José Morais (2017) – Vila Nova de São Pedro (Azambuja), no 3º milénio, um sítio calcolítico no ocidente peninsular – contributos para um debate. Arnaud, J. e Martins, A. (Coord.) – *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão – Textos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp.591-604

GONÇALVES, Victor Santos (1987) – Trabalhos de campo. Distrito de Lisboa – Azambuja: Castelo de Vila Nova de São Pedro: 1985/86. *Informação Arqueológica*, Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia, nº8, p.41-43.

GONÇALVES, Victor Santos (1993) – O castelo de Vila Nova de S. Pedro. In GONÇALVES, V. (ed.) *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1, p.230-232.

GONÇALVES, Victor Santos (1994) – O castelo de Vila Nova de S. Pedro. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Electa, p.49-51.

HARRIS, Edward C. (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Editorial Crítica, Barcelona.

JALHAY, Eugénio; PAÇO, Afonso (1945) – El Castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Espanola de Antropologia, Etnografia y Prehistoria*. 20. Madrid.

OLIVEIRA, Humberto Nuno; FERREIRA, Octávio da Veiga (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Revista de Arqueologia – Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 1, p.49-58.

PAÇO, Afonso; JALHAY, Eugénio (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro. Notas sobre a 3a, 4a e 5a campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1041. *Brotéria*, Vol. 34 – Junho, p. 635-663.

PAÇO, Afonso (1942) – Uma vasilha de barro de grandes dimensões do “castro” de Vila Nova de S. Pedro. *Congresso do Mundo Português: Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. 1, p.132-143.

PAÇO, Afonso (1943) – A Póvoa Eneolítica de Vila Nova de S. Pedro – Notas sobre a 6ª Campanha – 1942, *Brotéria*, Vol. XXXVII, fasc. 1, Julho 1943, 27p.

PAÇO, Afonso; ARTHUR, Maria Lourdes Costa (1952) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. I – 15ª campanha de escavações (1951). *Brotéria*, Vol. 54(3) – Março, Lisboa. p. 6-25

PAÇO, Afonso (1954) – Castro de Vila de S. Pedro: VI – Campanhas arqueológicas de 1943 a 1959 (n.º 7 a n.º 14). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 3, p. 31-80.

PAÇO, Afonso (1957) – Castro de Vila Nova de S. Pedro IX: Forno de Cozer Cerâmica. Sep. de *Revista de Guimarães*. Guimarães. 67.

SAVORY, H. N. (1970) – A section through the innermost rampart of the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarem (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. 1. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.133-148.

STEVENSON, T., & PASSMORE, D. G. (2007). Estuarine–fluvial floodplain formation in the Holocene Lower Tagus valley (Central Portugal) and implications for Quaternary fluvial system evolution. *Quaternary Science Reviews*, 26, 2937–2957.

ZBYSZEWSKI, Georges (1953) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000 – Notícia explicativa da Folha 31-A Santarém*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 16p.

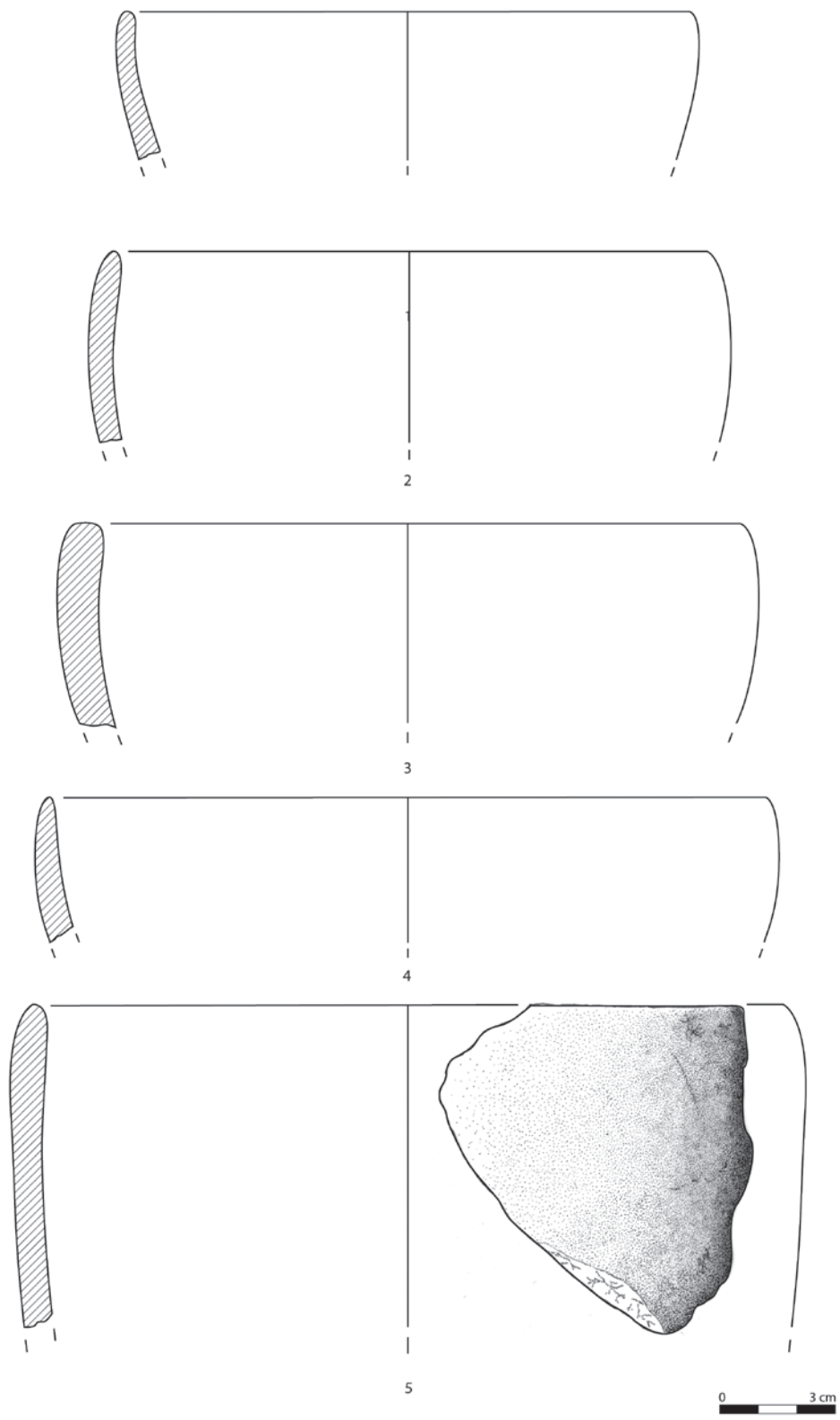


Figura 22 – VNSP. [305]. Cerâmica. Recipiente lisos. 1 a 5 – Taças.

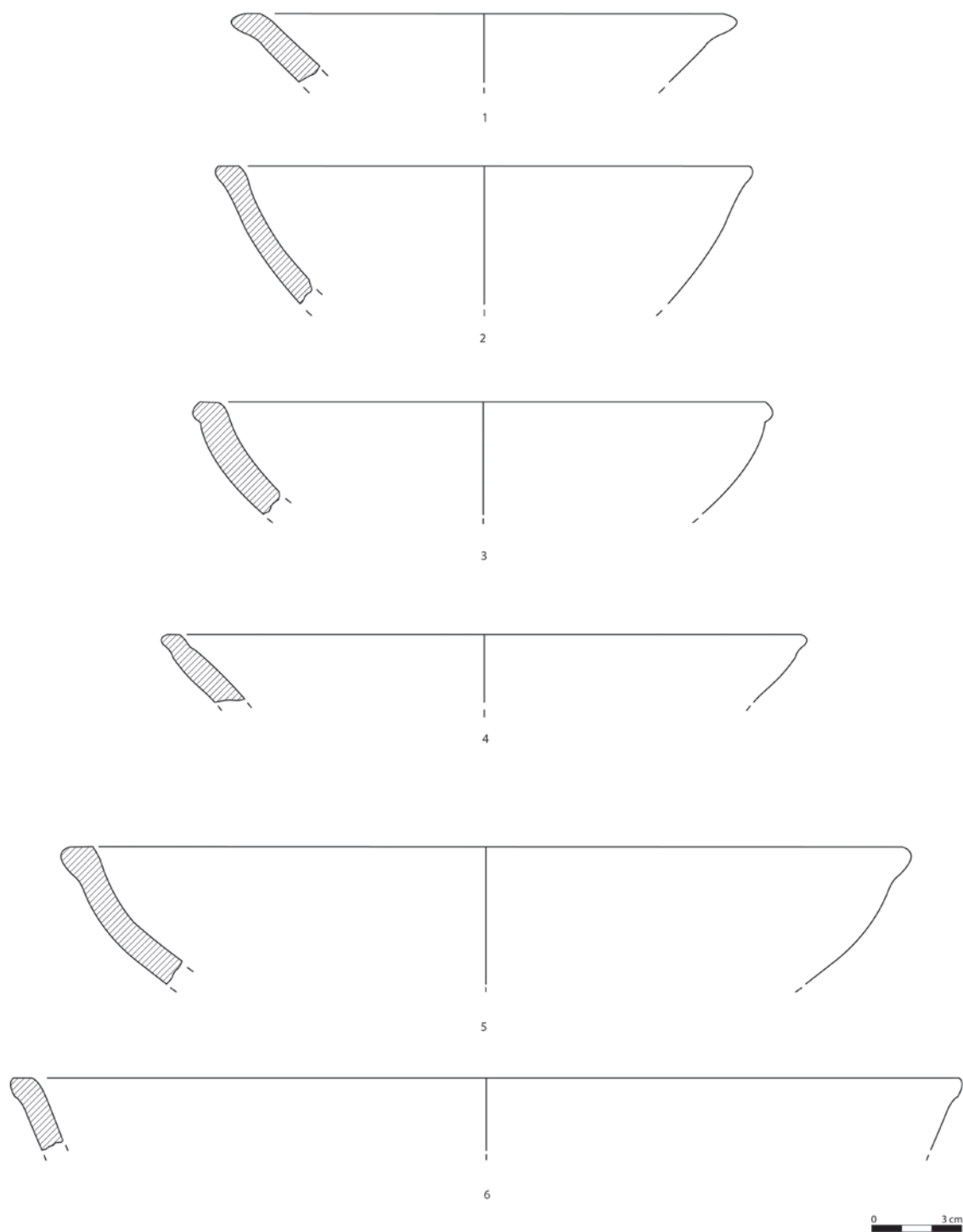


Figura 23 – VNSP, [305]. Cerâmica. Recipientes lisos. 1 a 6 – Taças.

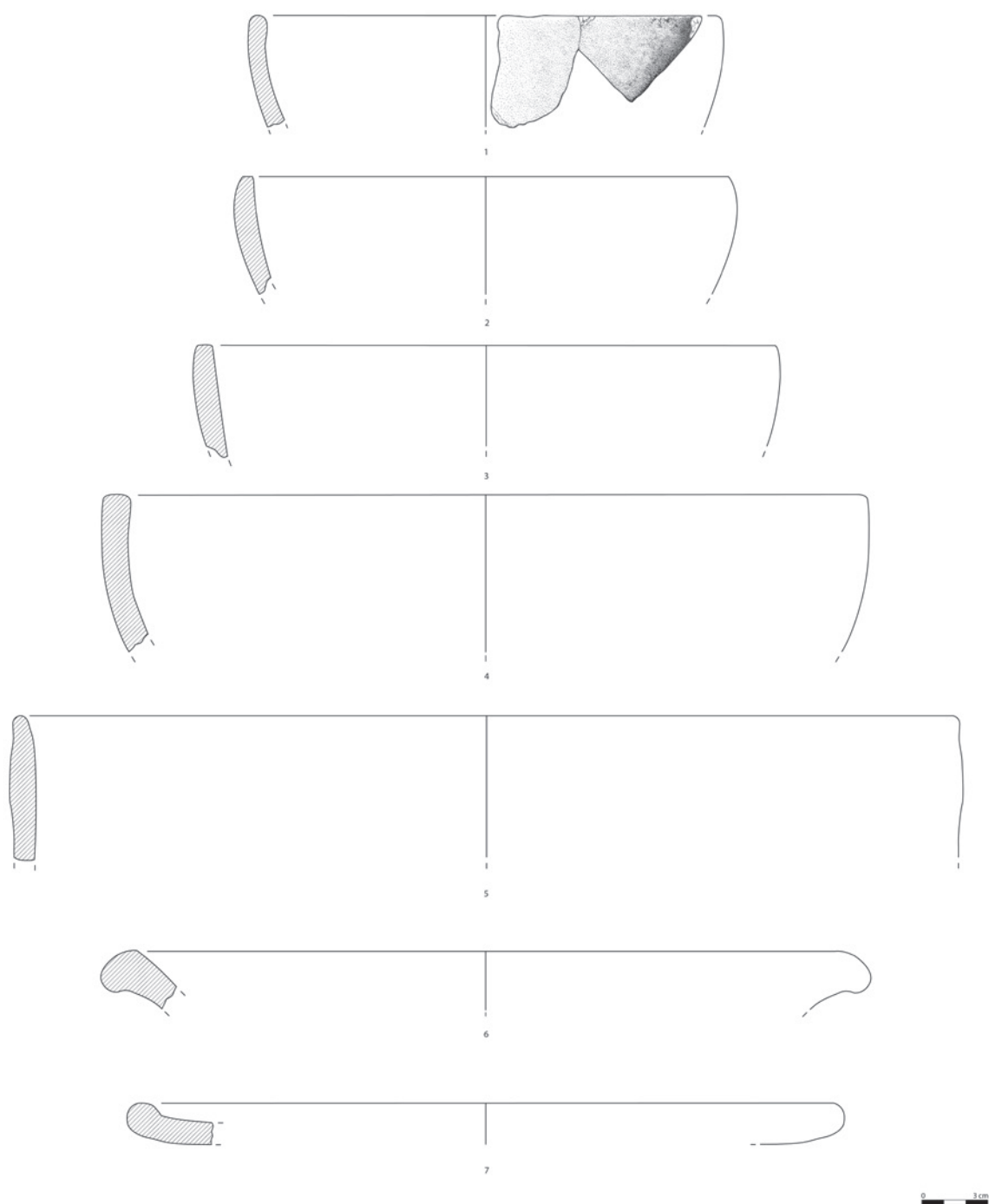


Figura 24 – VNSP. [305]. Cerâmica. 1 a 5 – Taças; 6 – Paredes rectas; 7 e 8 – Pratos.

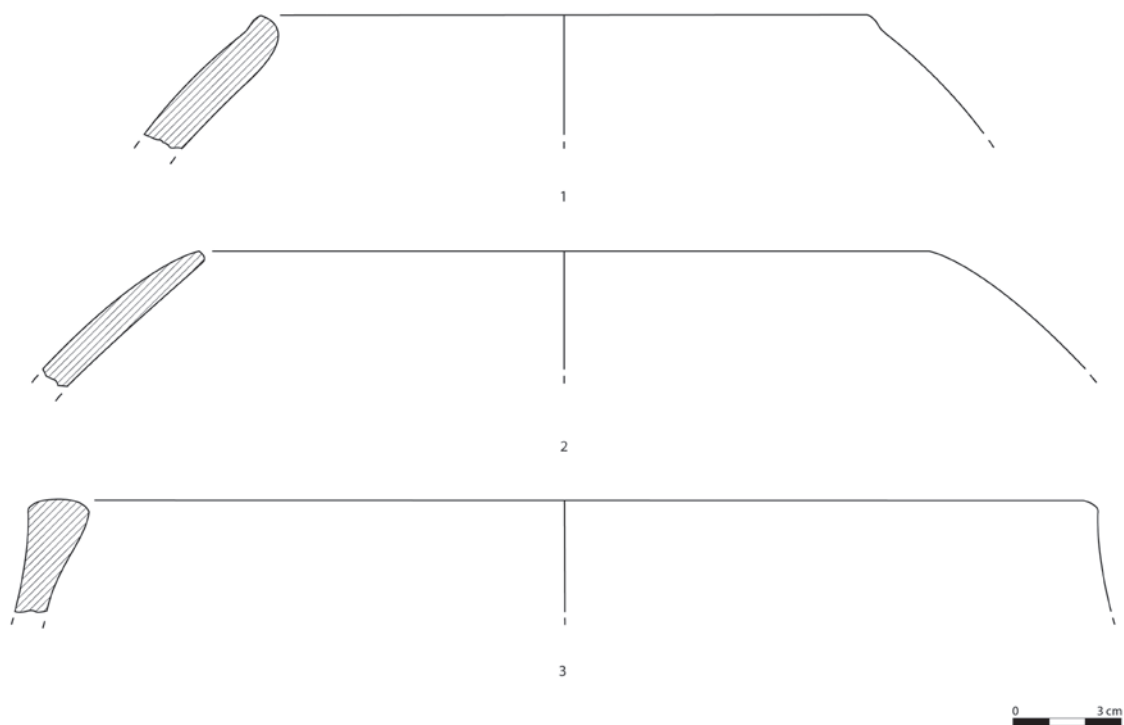


Figura 25 – VNSP. [305]. Cerâmica. Recipientes lisos. Formas fechadas.

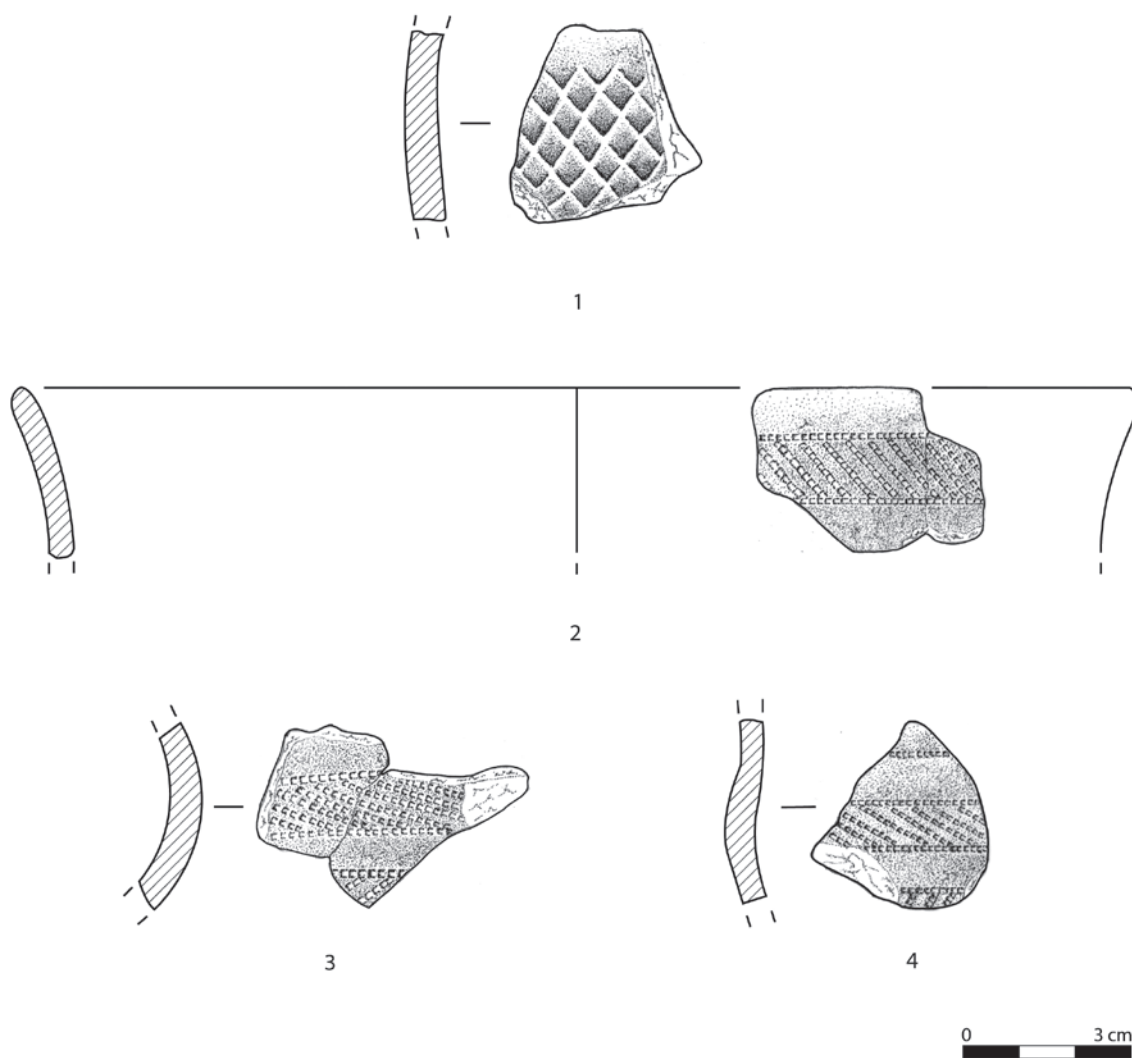


Figura 26 – VNSP. [305]. Cerâmica. Recipientes decorados. 1 – “Crucífera”; 2 a 4 – Campaniforme.

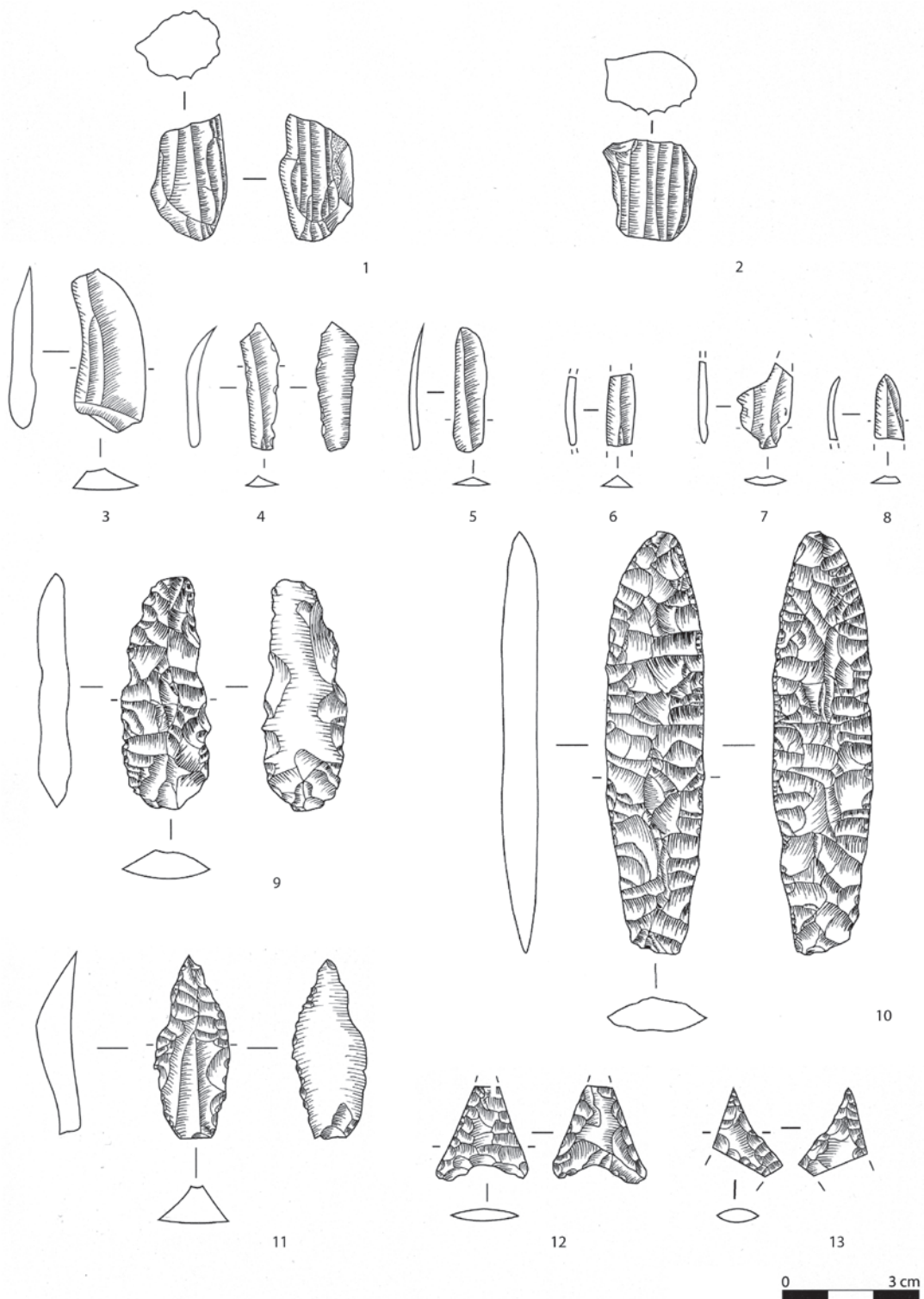
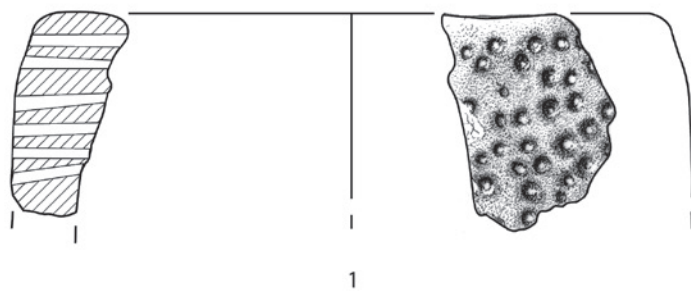
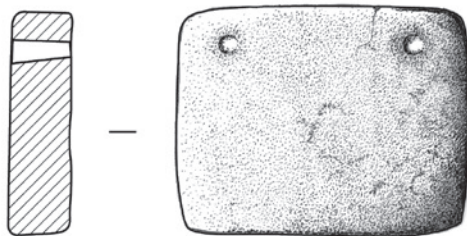


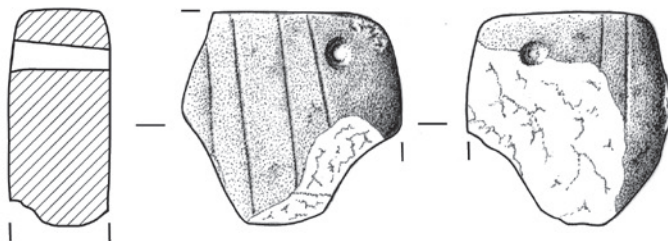
Figura 27 – VNSP. [305]. Pedra lascada. 1 e 2 – Núcleos; 3 a 8 – Lamelas; 9 e 10 – Foliáceos (lâmina ovoide); 11 – Furador; 12 e 13 – Pontas de seta.



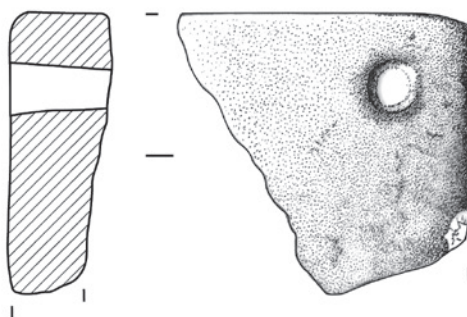
1



2



3



4



Figura 28 – VNSP. [305]. Cerâmica. 1 – Queijeira; 2 e 4 – Placa de tear; 3 – Placa de tear com decoração incisa.

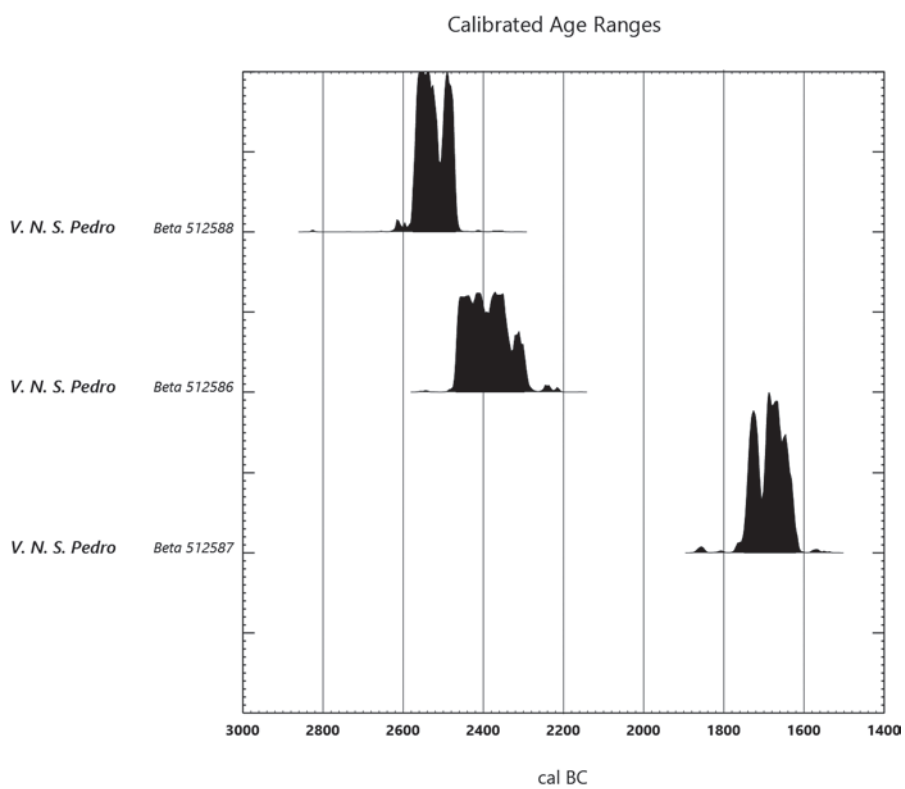


Figura 29 – Representação gráfica dos intervalos de tempo – Datações absolutas de Vila Nova de São Pedro. Foram utilizadas as curvas IntCal 13 e o Marine 13 (Reimer *et al.* 2013), e o programa CALIB VER 7.0.2.

HABITAÇÃO, CONSTRUÇÃO E “MODOS DE USAR” O ESPAÇO. A ARQUITETURA DE CASTANHEIRO DO VENTO (V.N. FOZ CÔA)

Ana Vale

CITCEM / FLUP / ana.m.vale@gmail.com

Resumo

Este texto tem como principal objetivo pensar a arquitetura em arqueologia. Propõe-se estudar a arquitetura como o gesto criativo que integra a construção e o uso do espaço, e cuja análise está entrançada nas condições de emergência dos edifícios pretéritos. Neste sentido, um conjunto de conceitos e relações serão equacionados como: habitação/construção e uso; as pequenas coisas como fazedoras de espaços, fragmento e tipo e tipologia. Esta análise parte do recinto murado de Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa), datado do III milénio AC, e os exemplos apresentados não são apenas ilustrativos mas são as particularidades que permitiram estas mesmas reflexões.

Palavras-chave: Arquitetura, Uso, Construção, Castanheiro do Vento.

Abstract

This paper aims to think architecture within archeology. Architecture will be understood as the creative gesture that integrates both construction and use of space which study is depended on the emergency conditions of past buildings. In this sense, a set of concepts and relationships will be equated as: dwelling / construction and use; small things as space makers; fragment, and type and typology This analysis is part of the study of the walled enclosure of Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa), dating from the 3rd millennium BC, and the examples presented will not be only illustrative but are the particularities that allowed these same reflections.

Keywords: Architecture, Use, Construction, Castanheiro do Vento.

1. INTRODUÇÃO – ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO

Em 1923, o arquiteto Le Corbusier define arquitetura e construção. A arquitetura, segundo Le Corbusier, é arte. É a perfeição dos traços, a harmonia do edifício. É a ideia e tem um autor. É dependente da apreciação individual. É um bailado de mãos que inscreve no traço o que vai ser construído. É o início, a origem do edifício. Distingue-se da construção, que define como a utilização correta dos materiais; a construção é o engenho, a técnica, o saber fazer. É a habilidade do gesto, o manusear dos materiais (de construção) com o objetivo de cumprir um projeto. É a elaboração de um edifício previamente desenhado. Pela construção, a “ideia” – desenhada em plantas e alçados – é concretizada. Enquanto habilidade que se pratica, é uma aprendizagem pela prática. É corpóreo. O corpo aprende como fazer pela repetição do gesto. A construção é a capacidade de erguer, de criar em matéria a ideia concebida pelo arquiteto. A construção pressupõe o êxito, ou seja, a execução com sucesso de um projeto (Le Corbusier, 2009 [1923]:125). A ocupação do espaço ocorre depois. É precedida pela construção e pelo desenho. Três ações distintas, performatizadas por agentes distintos: o(s) arquiteto(s), o(s) construtor(es) e o(s) ocupante(s).

Esta perspectiva, dita por Le Corbusier, está presente em Arqueologia e enquadra o estudo dos edifícios do passado segundo o faseamento enunciado: planeamento, construção e ocupação. Nesta linha, o conjunto construído é entendido como um dispositivo passivo de poucas alterações na medida em que se trata da materialização de uma ideia inicial na qual já se encontra definida a finalidade ou a função do espaço construído. Esta premissa permite a comparação de plantas arqueológicas, referentes a edifícios pretéritos, manuseadas muitas vezes como plantas arquitetónicas, ou seja, como desenhos dos edifícios por vir. Segundo esta abordagem, o estudo da chamada “cultura material” indica apenas a funcionalidade ou o significado mais ou menos simbólico de determinado espaço. As pequenas coisas, a

“cultura material”, não integram o estudo da organização do espaço. Não “fazem” espaço.

T. Ingold (2000) apelidou esta perspectiva de “*building perspective*” (muito presente também em disciplinas como a Antropologia ou a História). Segundo esta abordagem a construção é uma atividade mecânica, corporal e neste sentido pode ser levada a cabo por outros animais que também constroem os seus dispositivos (como os castores). A construção distingue-se da arquitetura, a qual se assume como o exercício de pensar a própria construção, o que a torna uma capacidade exclusiva do ser humano. As narrativas evolucionistas assentam nesta perspectiva, ou seja, pressupõem a distinção entre planeamento e execução técnica, desde o homem nómada, construtor de estruturas temporárias e perecíveis até o ser humano do nosso tempo, sedentário, agricultor, arquiteto dos seus espaços – do pequeno aldeamento à metrópole.

No entanto, segundo T. Ingold, outra perspectiva traduz de forma mais íntima a relação do ser humano e do (no) mundo, a “*dwelling perspective*” (ibid.). Esta abordagem percebe o ser humano como habitante do mundo e porque habita constrói, ou seja, é nas práticas de habitar que constrói e é através da construção e no construído que habita, continuando, reformulando, reconstruindo as formas de estar no mundo. Neste sentido, o mundo, o(s) território(s) habitados, não são espaços inertes que o ser humano dota de sentido através da construção, mas porque está imerso no mundo, é nas práticas diárias que vai *cuidando* e construindo territórios. Nesta linha, a arquitetura e a construção existem interligadas, por vezes (muitas vezes) impossíveis de distinguir, e o fazer está agarrado às práticas de habitar. O *design* emerge na prática de construir e entender o mundo (Ingold, 2013).

L. McFadyen escreveu que “a arquitetura arqueológica é construída através da compreensão da ocupação e dos objetos ou das coisas que estão envolvidos nas práticas de ocupação¹” (no prelo,

¹ “[A]rchaeological architecture is constructed through an understanding of occupation, and the objects or things that are involved in practices of occupation.” (McFadyen, no prelo)

tradução nossa). Tal como T. Ingold, a autora defende que a arquitetura, enquanto prática criativa, acontece durante as práticas de habitação (ou de ocupação) e envolve um conjunto de ações e de coisas que não são normalmente entendidas no estudo da arquitetura em arqueologia. Neste sentido, a construção deve ser entendida como uma prática constante inerente às práticas de habitar, o que implica questionar o tradicional faseamento arqueológico – fases de construção e fases de ocupação – como compartimentações de arquivo que fixam a fluidez da arquitetura, e se baseiam nos fundamentos teóricos da arquitetura moderna (ver Le Corbusier, 2009).

Em 1974, o escritor francês Georges Perec pergunta: “Quando, num determinado quarto, se muda a posição da cama, poderá dizer-se que se mudou de quarto?”² (1997 [1974]: 24 *tradução nossa*). E acrescenta que esta questão requiere (ou é) uma análise topológica; mais tarde regressaremos a esta ideia. Mas seguindo a pergunta de Perec, poderá a alteração das “coisas” num dado espaço alterar esse mesmo espaço? Poderá o espaço ser construído pela disposição de “pequenas coisas”? Poderão as “coisas” ser consideradas elementos construtivos do espaço tal como as paredes? E poderão as paredes ser parte do processo de uso? Poderá a construção decorrer durante a habitação/uso do espaço? Perec apelida esta questão de “problema menor” no estudo do quarto, mas este problema menor exige uma atenção ao detalhe e pode questionar outros problemas, denunciando outras relações e abrindo a possibilidade a um estudo que articule diversas escalas de análise.

2. A ARQUITETURA DE CASTANHEIRO DO VENTO³: CONSTRUÇÃO E MODOS DE USAR O ESPAÇO

Na planta de Castanheiro do Vento o espaço é construído pelo desenho (fig.1). O desenho dá forma e informa acerca do espaço arqueológico. O sítio define-se em planta por três linhas de muro, intercedidas por bastiões e entradas, e por estruturas circulares, de vários diâmetros. Esta planta é o resultado da seleção e montagem de outros desenhos feitos a outras escalas. Mas traduzirá este desenho arqueológico o *design* do sítio?

Castanheiro do Vento tem sido interpretado como “colina monumentalizada” ao longo do III milénio AC (e.g. Cardoso, 2007; Jorge et al. 2006 & Vale, 2011), ou seja, a planta que se apresenta faz parte de um complexo que envolveria toda a colina (fig. 2), e terá resultado da prática contínua de feitura (de habitação) da colina e da paisagem. Por outro lado, o “sítio” não terá sido resultado de um projeto original mas o traçado final representará sucessivas adições de módulos, de segmentos de muro e bastiões e de estruturas circulares (Cardoso, 2007)⁴ (fig. 3). A ausência de um plano prévio em Castanheiro do Vento ficou sublinhada em V. O. Jorge (2006) em articulação com o trabalho desenvolvido em Castelo Velho de Freixo de Numão, por S. Soares Lopes (e.g. Jorge, S. O., 2005). A construção sucessiva e constante parece não se adequar à ideia de projeto inicial e dá lugar à *design* enquanto prática criativa que emerge pela construção (Vale, 2017).

A arquitetura em Castanheiro do Vento tem sido escrita por V. O. Jorge como movimento, como

³ Neste ponto não iremos descrever ou caracterizar o sítio arqueológico de Castanheiro do Vento, o qual se encontra extensamente publicado (e.g. Cardoso, 2007; Jorge et al, 2002 & 2006; Vale, 2011). As escavações decorrem deste 1998 e neste momento a equipa de coordenação do projeto integra João Muralha Cardoso, Sérgio Gomes, Vítor Oliveira Jorge e a signatária deste texto. Sobre a história das investigações em Castanheiro do Vento, veja-se Cardoso, 2012.

⁴ A construção por segmentos parece estar presente em outros recintos murados (e.g. P. Díaz-del-Río, 2008) e também nos recintos de fossos (Valera, 2013).

² “When, in a given bedroom, you change the position of the bed, can you say you are changing rooms, or else what? (cf. topological analysis)” (Perec, 1997 [1974]:24)

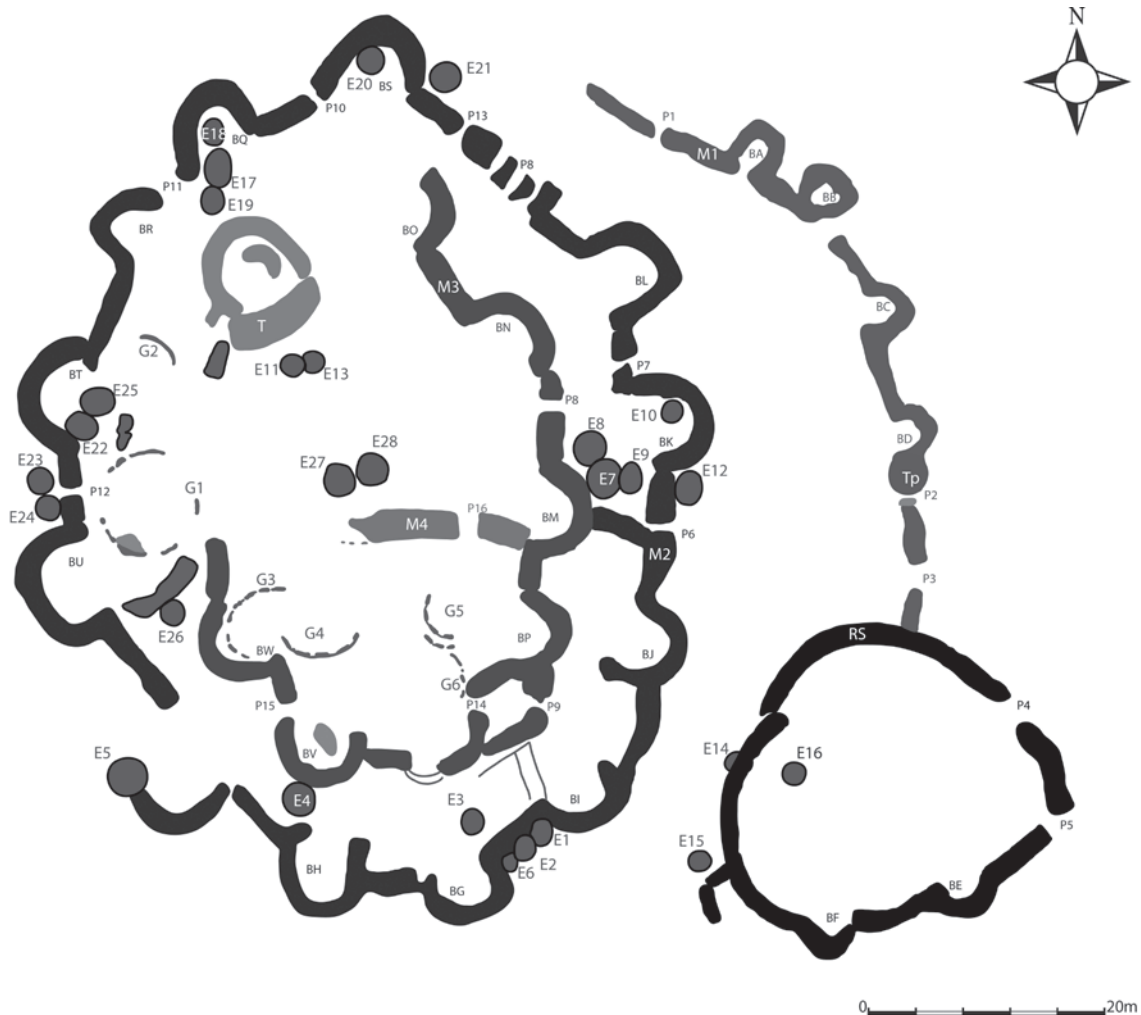


Figura 1 – Croquis de Castanheiro do Vento feito a partir das linhas definidoras das estruturas. Nesta planta encontram-se desenhadas as principais unidades construídas identificadas até 2016 – muros delimitadores (M1, M2, M3 e M4 o qual não se encontra contemplado na análise em texto por ainda se encontrar em fase de estudo e dependente de escavações futuras), bastiões (B), num total de 23 unidades, e passagens (P), num total de 16 entradas (ainda que não seja possível determinar a contemporaneidade destas aberturas), estruturas circulares (E) e grandes estruturas circulares (G) definidas sobretudo por um diâmetro superior a 8m. A estrutura identificada com a letra T tem sido apelidada de Torre Principal e resulta da reformulação do bastião X aparentemente numa fase posterior.



Figura 2 – Colina de Castanheiro do Vento (vista de norte), fotografia de João Muralha Cardoso, 2006. Altitude máxima de 730m. Castanheiro do Vento tem sido interpretado como colina monumentalizada. Neste sentido, as estruturas arqueológicas agora em estudo integrariam o espaço de toda a colina, estendendo-se pelas encostas, independentemente da existência de estruturas construídas. A monumentalidade da colina, visualmente significativa do território envolvente, foi continuada, acentuada e transformada pela construção das estruturas em análise. Este processo de monumentalização terá sido de longa duração, iniciado na região no início do III milénio AC com a construção de recintos murados.



Figura 3 – Intersecção do Bastião L e segmento de murete (M2), campanha de 2018. O sítio de Castanheiro do Vento é construído por segmentos ou módulos (que podem corresponder a bastiões, segmentos de muro ou a bastiões e segmentos de muro) feitos de forma aditiva. Nesta fotografia é possível ver parte da estrutura circular número 31, canto inferior direito, e parte da estrutura GEC7 no canto inferior esquerdo. A elaboração destas estruturas e dos muros pétreos faz-se de forma aditiva.

rede de relações, de transplantes de matéria, como um labirinto de caminhos, de citações de coisas e de significados; a arquitetura é reunião e contradição (e.g. Jorge, V.O., 2006 e 2009 e já estudado por nós em Vale & McFadyen, 2012). J. M. Cardoso (2007 & 2017) abriu o conceito de arquitetura à paisagem, integrando a rede de possíveis caminhos, ligações, linhas, visibilidades, entre sítios arqueológicos e tantos outros lugares que preenchem o espaço envolvente⁵. Em 2011, referimo-nos a Castanheiro do Vento como uma arquitetura labiríntica e de imersão, de construção contínua. Atendemos à incorporação de uma grande variedade de coisas nos dispositivos construídos, na sua maioria fragmentadas e falamos do sítio enquanto “casa”, onde diversos grupos se reconheceram e fizeram seu este espaço (Vale, 2011).

A planta de Castanheiro do Vento, que apresenta o sítio, permite a comparação com outros sítios semelhantes pelo reconhecimento da forma e a sua inserção no tipo recinto murado (Vale, 2017). Contudo, oculta a colina “monumentalizada”, ilude a construção modular, segmentada. Não deixa ver também o pormenor, o detalhe da arquitetura. Nos próximos parágrafos tentarei apresentar alguns exemplos paradigmáticos de Castanheiro do Vento, ainda que de forma resumida (com todos os problemas que a síntese comporta), com o objetivo de pensar o design, entendido como a construção criativa que emerge nas práticas de habitação, nos distintos modos de usar o espaço em Castanheiro do Vento, atendendo a diversas escalas de análise e prestando atenção ao detalhe das “pequenas coisas”. Estes exemplos apresentam-se enquanto singularidades, enquanto nódulos de relações, que sem pretenderem a explicação promovem ou potenciam outras relações para a compreensão de Castanheiro do Vento.

⁵ “Mudou a forma de olhar a arquitectura e relacioná-la com a paisagem. Se alterarmos a forma de olhar a arquitectura – deixar de olhá-la apenas como um objecto de análise – e passarmos a olhá-la como prática/acção, teremos de pensar em formas diferentes de habitar/estar na paisagem”. (Cardoso, 2017:67)

2.1. O papel das “pequenas coisas” na feitura do espaço

O(s) recinto(s) de Castanheiro do Vento são definidos por muros de base pétreo, elaborados sobretudo com lajes de xisto. Estes três dispositivos evidenciam uma regularidade no traçado representada pela planta do sítio. A arquitetura desenha-se na tradição, no respeito pelas unidades anteriores mas também emerge da criação, da construção de novos segmentos. Segundo Cardoso (2007) os muros pétreos apresentam pequenas diferenças ao nível de execução técnica e da relação dos materiais utilizados que devem ser sublinhadas. Por exemplo, enquanto que no Murete 1 (M1) se regista quase exclusivamente o uso xisto na elaboração da base, no Murete 2 (M2) e Murete 3 (M3) foram incorporados elementos em granito e nódulos de quartzo na construção, sobretudo no M2 onde em alguns troços as inúmeras peças de quartzo branco são visualmente impressionantes. Tendo em consideração que estes muros pétreos terão tido uma superestrutura em terra crua e as faces dos embasamentos pétreos teriam sido revestidas a argila, este aspeto seria invisível após a construção. A utilização de xisto/quartzo/granito em diferentes relações parece conferir identidades particulares aos muros. Este aspeto é acentuado pela largura destas unidades. O M1 tem uma largura média de 1,26 m mostrando “um gesto técnico recorrente” (Cardoso, 2007:122). O M2 tem uma largura média de 1,62 e o M3 de 1,74 (Ibid:132-142). Apesar de cada unidade revelar uniformidade construtiva ao longo do seu traçado fica patente a diferença de espessura entre dispositivos o que implica distintos *gestos técnicos* (Ibid.).

As três linhas de muro são intercetadas por bastiões, no entanto, apenas nas unidades integradas no M1 e Recinto Anexo foram identificados níveis de oclusão. A determinada altura estas estruturas foram colmatadas intencionalmente, ao nível da base pétreo, com lajes de xisto. Este momento de fecho não se encontra ainda devidamente datado nem foi ainda possível compreender se por essa altura os outros bastiões estariam “ativos”. As diferenças entre muros são reforçadas pelo estudo faunístico



Figura 4 – Bastião D e estrutura central de moinhos manuais fragmentados, campanha de 2003. O bastião D integra o M1 e no seu espaço interno encontra-se elaborada uma pequena estrutura circular definida por elementos em granito que terão sido utilizados anteriormente como moinhos manuais. Não foram registados materiais arqueológicos no seu interior. O depósito era constituído por sedimentos de matriz argilosa de cor castanha amarelada clara.

(Costa, 2007 & 2011): a variedade de espécies e tamanho dos fragmentos ósseos parecem diferir entre as estruturas integradas nos vários muretes, e ainda que estas observações estejam dependentes de trabalhos futuros, refira-se, a título de exemplo, a ausência da espécie *Equus caballus/Equus sp.* nas unidades tipo bastião do M1 (Costa, 2007:105).

Mas poderão os muretes ser encarados como unidades? O estudo comparativo dos quatro bastiões integrados no M1 mostrou que apesar das semelhanças formais e da *monotonia da "cultura material"*, os usos terão sido distintos e que as construções, que poderiam ter seguido um programa, foram sofrendo *imprevistos* (Vale, 2011). Assim, verificou-se que:

- o bastião A tem uma entrada definida que indica uma passagem estreita ao interior do dispositivo; o bastião B, apesar de não ser uma unidade de vão aberto tem uma configuração única devido a reestruturções profundas do seu traçado

ainda durante o III milénio AC; os bastiões C e D são de vão aberto tal como os outros bastiões identificados no sítio, nos quais a profundidade é inferior ao vão de entrada (Cardoso, 2007:192);

- os bastiões A e C integram duas estruturas que incorporam peças em granito (moventes fragmentados) dispostos de forma oblíqua, criando pequenos espaços dentro dos bastiões (no Bastião A encontra-se encostada à parede oeste e no Bastião C, no espaço central, como é visível na fig. 4); as outras duas unidades apresentam espaços aparentemente abertos;
- a componente artefactual é bastante homogénea nas quatro unidades e a decoração cerâmica é maioritariamente conseguida por impressão penteada, contudo a decoração com pastilhas apenas se regista no bastião A e a decoração incisa está presente apenas no bastião C.

Estas unidades poderão ter sofrido alterações constantes, limpezas (como avançou Cardoso (2007) particularmente para o bastião A) e rearranjos, mas a sua configuração indica acessos diferenciados e a organização do espaço interno indicia movimentos/ usos distintos. Pensamos que diferentes usos estão implicados em espaços formalmente semelhantes. A regularidade construtiva só é apreendida a uma escala de análise ampla que abarca todo o sítio. Os três muretes, quando comparados, revelam coerência no traçado individual e indicam semelhanças entre as unidades, mas descendo a escala de análise, a comparação de estruturas articuladas com um dos muros (M1) revela uma grande diversidade de construção e uso. A escala do detalhe da construção e uso – da arquitetura – mostra pequenas diferenças que poderão apontar para diferentes ritmos

de construção e diferentes usos, ou seja, diferentes formas de habitar/ocupar o sítio.

O carácter aditivo das construções em Castanheiro do Vento não tem permitido o estabelecimento de outras relações estratigráficas. As datações absolutas disponíveis apontam para o início da construção na primeira metade do III milénio AC e durante a segunda metade deste milénio a construção e uso do sítio terá continuado a ser intensa. Considerando a construção aditiva do sítio, é possível que as diferenças arquitectónicas nos indiquem leituras temporais? Atendendo à regularidade do traçado (as três linhas têm genericamente a mesma configuração e respeitam o desenho de cada uma) terão as três linhas de muro sido construídas em curto espaço de tempo? Ou as diferenças patentes nos três muros indicam a construção espaçada no tempo? Atendendo que os



Figura 5 – Estrutura circular 8, campanha de 2018. Esta estrutura encontra-se localizada entre os muros 2 e 3 e é definida por um conjunto de lajes de xisto e elementos em granito dispostos em cutelo. A escavação do interior desta unidade revelou um depósito homogéneo caracterizado por sedimentos de matriz argilosa de cor castanho amarelado claro, com cascalho de xisto e inclusões de lajes de xisto de tamanho pequeno e médio. Os materiais ainda se encontram em fase de estudo, no entanto, apenas se registaram alguns fragmentos cerâmicos.

muretes foram construídos por segmentos, poderão diferentes gerações ou mesmo grupos ter participado na construção de um muro? Terá a construção de um muro demorado no tempo e a construção ter sido cíclica e sazonal? Em termos cronológicos, as datações absolutas apontam para a contemporaneidade destas estruturas (ver Cardoso, 2007).

A inserção de pequenas coisas nas bases dos muros pétreos, assim como a presença de pequenas coisas no interior de estruturas, permite pensar a espessura temporal da construção, dar ritmo à prática construtiva durante o uso do sítio e do território. Em Castanheiro do Vento é recorrente a utilização de moinhos manuais em granito, maioritariamente fraturados em estruturas circulares, delineando totalmente a estrutura ou em relação com lajes de xisto. Como já foi referido encontram-se no espaço interno dos bastiões A e C mas também no interior dos bastiões J e F, integram as Estruturas Circulares 5, 7, 8 (fig. 5) e 21, e formam totalmente duas estruturas no recinto principal, uma das quais delimitada por oito elementos de dormentes, inteiros ou fragmentados com a superfície (outrota) ativa voltada para o interior da estrutura. Esta estrutura encontrava-se colmatada por um conjunto de pequenas lajes de xisto e uma laje de xisto azul, afeiçãoada. Após a remoção destes elementos pétreos foram detectadas duas concentrações de fragmentos cerâmicos (fig. 6). Os fragmentos cerâmicos recolhidos nas duas concentrações detectadas representam entre metade e 1/3 do vaso. As arestas não se encontram erodidas. Encontram-se em relação com outros fragmentos cerâmicos. Alguns podem ser do mesmo recipiente mas não colam entre si.

Estes elementos em granito foram *usados* em outros contextos previamente à sua inserção no depósito final e enquanto moinhos manuais fizeram parte de outros espaços onde fizeram espaço e terão estado em relação com usos específicos de transformação de elementos vegetais (possivelmente integrados em contextos de consumo de alimentos). Ao serem integrados nestas estruturas poderiam continuar a carregar as suas histórias anteriores mas ao serem arranjados em relação com outras “coisas”,

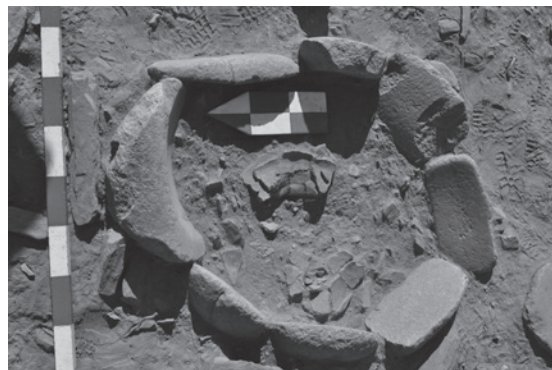


Figura 6 – Estrutura de moinhos manuais, campanha de 2010. Pequena estrutura definida por elementos em granito, localizada no recinto central de Castanheiro do Vento. A estrutura define-se também por dois grandes fragmentos de dois vasos distintos depositados intencionalmente no interior da estrutura. Os fragmentos cerâmicos estão em relação com os moinhos manuais fragmentados e todos estes elementos são fazedores de espaço.

outros significados, funções e histórias terão sido criados. Estes moinhos manuais ligam Castanheiro do Vento às tarefas diárias das comunidades que o construíram, e a um território e uma paisagem que inclui os maciços graníticos localizados a alguns quilómetros de distância, ao coberto vegetal (domesticado ou não) e a espaços de preparação/transformação de alimentos ou de outras matérias (primas). O uso de moinhos manuais na construção implica a integração de outras vivências e outros espaços que se entrançam neste. Indicam que a construção se faz nas práticas de habitação.

2.2. O fragmento

Os moinhos manuais usados na construção encontram-se fragmentados. Mas outros fragmentos fazem parte do espaço construído. Fragmentos de recipientes em cerâmica foram incorporados no dispositivo construído, como cunhas (Cardoso, 2007: 248/249 & 2014: 14) e terão sido integrados, como elementos não plásticos, nas paredes em terra crua, hoje registados em depósitos de matriz argilosa, muito compactos, que poderão ser resultado da ruína das paredes em terra crua (Vale, 2003). Também foram registados fragmentos de coisas depositados em locais específicos, criando novos espaços ou fechando passagens, como é o caso da já mencionada pequena estrutura



Figura 7 – Grande Estrutura Circular 1, campanha de 2010. O espaço interno desta estrutura circular de 8 metros de diâmetro era preenchido por um conjunto de estruturas: um lajeado, uma estrutura em negativo (de pouca profundidade) definida no espaço central, diversos buracos de poste e uma deposição de “coisas” delimitada por quatro lajes de xisto, em primeiro plano na fotografia.

de moinhos manuais ou a deposição de fragmentos cerâmicos, um fragmento de chifre de bovínico, espinhas de *Alosa sp.* e quatro lajes de xisto dispostas no interior de uma grande estrutura circular, com 8 m de diâmetro (fig. 7), a qual já tivemos oportunidade de discutir noutros espaços (Vale, 2011).

Os fragmentos, resultado da quebra intencional ou não, de vasos cerâmicos e outras unidades, foram usados, descartados ou reutilizados, e encontram-se incorporados ou depositados, de forma estruturada ou não, em espaços construídos por estas mesmas coisas. Castanheiro do Vento é feito também por fragmentos, por coisas fragmentadas. Como abordar o fragmento cerâmico? Pensar o fragmento cerâmico envolve pensar o recipiente cerâmico e nesse sentido continua a ser uma das tarefas primordiais da arqueologia a construção de quadros tipológicos e o estudo de técnicas de produção.

A criação de quadros tipológicos é um trabalho de compreensão da feitura das coisas, dos processos de mudança, ou seja, da relação entre forma e tempo (Sørensen, 2015) e não apenas um exercício

de classificação. A tipologia pode, segundo Sørensen (Ibid.), fazer parte de exercícios de compreensão dos processos criativos de manufatura e das múltiplas biografias das coisas e dos sítios. Deve envolver a análise da moldagem de recipientes cerâmicos, das técnicas de fabrico, do saber fazer e o estudo de outras relações, com o barreiro e com as mãos do oleiro. Em Castanheiro do Vento predominam os recipientes de tendência esférica, e a cerâmica é preferencialmente decorada com a técnica de impressão penteada (nas variantes curvilínea e retilínea). A organização decorativa é maioritariamente dada por uma banda decorada ou em sequências de bandas decoradas intercaladas por espaços vazios de forma paralela ao bordo (Vale, 2003 e 2011). A classificação tipológica permite a comparação e relação com o sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão, com o qual Castanheiro do Vento partilha a mesma tipologia cerâmica (Baptista, 2003 e Oliveira, 2003), permite diferenciá-lo dos recintos murados da Estremadura ou do Sul de Portugal e contribui para pensar a construção de identidades coletivas que se

processam por identificação a diferentes materiais/ formas e a diferentes iconografias.

No entanto, o estudo da forma está muitas vezes ligado à definição da função, o que torna necessário desvincular a função da forma à escala do recipiente cerâmico. As tipologias de formas e de decoração devem nascer de cada coleção particular e ao emergir de um conjunto singular podem então ser colocadas em relação com outros quadros tipológicos, de outras estações arqueológicas e participar no estudo comparativo. O reconhecimento de formas cerâmicas recorrentes no registo arqueológico pode e deve ser relacionado com os “tipos” decorrentes de outras construções tipológicas assentes em materiais ou formas diferentes, como os tipos de unidades construídas elaboradas por Cardoso (2007) ou tipo de sítios, como *recinto murado*. Estas formas de fazer que se prolongam associam-se a tradições de práticas que ao repetirem o que foi feito criam novas coisas e novos espaços. A construção da tipologia não pode assentar na fixidez da forma mas deve estudar os processos de formação das coisas, aqui dos recipientes cerâmicos.

Pensar o recipiente cerâmico implica também pensar a sua disposição no espaço, enquanto fazedor de espaço. Ou seja, a colocação de recipientes cerâmicos em diferentes locais e considerando o grau de mobilidade desses mesmos recipientes (tratando-se de pequenos ou grandes vasos) terá condicionado o espaço tal como as paredes e pavimentos, e traz a possibilidade de construção permanente do espaço por diferentes habitantes (que podiam ou não estar envolvidos no processo construtivo das paredes). As pequenas coisas desenhavam espaços, condicionam, dizem por onde andar e como fazer. Os muros não antecedem os recipientes cerâmicos ou artefactos líticos. Não se construíram os primeiros como contentores ou como cenários para que os segundos pudessem ser produzidos (McFadyen, 2016).

O espaço é construído por coisas inteiras, recipientes cerâmicos, colocados em determinados espaços, movidos, reutilizados e rearranjados em relação com outras coisas. E alguns, muitos, partiram-se.

Castanheiro do Vento constrói-se também com fragmentos, com coisas fragmentadas. As peças em granito, utilizadas previamente como moinhos manuais, foram organizados e colocados em correspondência com coisas distintas; os fragmentos cerâmicos foram usados/posicionados de diferentes formas. Todos estes elementos, a sua associação, as distintas correspondências, fazem arquitetura. Regressando à questão de Perec, a mudança da cama muda o quarto, assim como a construção de uma estrutura muda o recinto, a colocação de um vaso em determinado espaço ou a deposição de um fragmento cerâmico numa estrutura altera, a uma escala reduzida, os significados, os movimentos, as histórias, porque as correspondências se alteram.

O carácter fragmentado das coisas em Castanheiro do Vento exige um olhar atento ao fragmento. Fragmento a fragmento. O estado de conservação (preservado ou erodido) e a disposição (concentração ou dispersão de fragmentos e inclinação dos fragmentos) permitem estudar processos de formação dos depósitos e a influência de processos pós-deposicionais e permitem sobretudo estudar as histórias do fragmento desde a fratura do vaso à sua inserção no depósito final (e.g. McFadyen, 2016). A presença de fragmentos com diferentes estados de conservação em diferentes contextos pode permitir falar de diferentes histórias de acumulação e deposição de fragmentos: uns expostos por longos períodos, outros imediatamente depositados após fratura. No estudo dos fragmentos cerâmicos da grande estrutura circular (GEC1), destaca-se a percentagem elevada de fragmentos cerâmicos erodidos (cerca de 50%) integrados num possível lajeado que terão sido utilizados como materiais de construção, e a presença de fragmentos preservados arrançados com outras coisas numa deposição intencional, referida anteriormente, e que terão sido incorporados neste contexto pouco tempo após a quebra do recipiente cerâmico (Vale, 2011).

O fragmento ou os fragmentos requerem contexto. É a articulação do fragmento com outras coisas que permite que o estudo se foque no fragmento. Em Castanheiro do Vento os fragmentos cerâmicos

encontram-se em relação com diferentes coisas, materiais e estruturas. As associações registadas, reconhecidas, têm sido trabalhadas em Castanheiro do Vento atendendo a diversas relações: entre coisas, entre os tempos e os espaços das diversas coisas. Sem hierarquias (a partir de Jorge, 1998), o fragmento cerâmico e as outras coisas e fragmentos participam de igual forma na construção do discurso. Em Castanheiro do Vento, as peças que delimitavam estes contextos, entendidos normalmente como contentores ou estruturas que albergam a deposição, são também parte da deposição (Vale, 2019). A arquitetura é deposição e as peças depositadas são elementos construtivos, na medida em que organizam o espaço, fazem espaço, alteram o espaço, arquitetam espaços.

3. CONCLUSÃO – ARQUITETURA E HABITAÇÃO A PARTIR DE CASTANHEIRO DO VENTO

A partir da análise contextual dos materiais, das pequenas coisas, Castanheiro do Vento parece denunciar um espaço habitado, mas não indica atividades específicas repetidas ao longo dos anos. Diferentes coisas foram colocadas em correspondência, promovendo histórias distintas e diferentes abordagens ao próprio espaço. Fragmentos inseridos na construção de muros, de pavimentos, fragmentos integrados em deposições intencionais, em relação com outros materiais, matérias-primas, entre fragmentos e peças inteiras. Partindo da pergunta de G. Perec: “Quando, num determinado quarto, se muda a posição da cama, poderá dizer-se que se mudou de quarto?”, admitimos que pelo arranjo dos espaços se constrói o espaço. Ao dispor e usar um conjunto de coisas durante o processo de habitação não se ocupa simplesmente um espaço que foi construído e projetado mas pelo uso constrói-se, desenha-se, arquiteta-se espaços de todos os dias, colocando em correspondência diferentes materiais, diferentes coisas, que condicionam movimentos e a experiência visual. Mudar a cama transforma o espaço, cria novos espaços, novos movimentos,

diferentes relações entre coisas e entre seres humanos e coisas, diferentes experiências. O projeto de um edifício, as suas divisórias, os seus espaços abertos e fechados, as suas aberturas para o exterior, a luz que deixa entrar ou que tenta ocultar, pode implicar formas de uso mas não quer dizer que se use dessa determinada maneira. Os edifícios, ou parcelas, subsistem normalmente aos seus construtores, e nesse sentido o projeto comporta sempre um programa em aberto (Martí, 1993).

A semelhança formal não implica a atribuição de funções similares e o espaço não permanece o mesmo quando se altera a função. O processo construtivo não precede a habitação mas faz parte das práticas de habitação. O próprio edifício não é uma “coisa” estável, como referiu Ingold, “as construções fazem parte do mundo, e o mundo não para mas desdobra-se incessantemente nos inúmeros caminhos de crescimento, declínio e regeneração⁶.” (2013:48, tradução nossa). Assim, as funções desdobram-se, são múltiplas e não são apreendidas necessariamente de forma sequencial num determinado espaço. Construir é, e terá sido, uma prática encadeada nas práticas de habitação. Ao usar os materiais, ao parti-los, ao introduzi-los em paredes e pavimentos, ao manipulá-los, ao depositá-los em pequenas estruturas, os movimentos ter-se-iam alterado assim como os significados ou as funções, porque as coisas não são elementos neutros que se adicionam ao espaço construído, mas fazem espaço, interagem com sentimentos de pertença, de familiaridade, ou introduzem ruído e mal-estar.

A planta de Castanheiro do Vento, como a de outros recintos murados, não desenha o sítio. Representa o reconhecimento arqueológico dos limites do sítio, as linhas das principais estruturas. Permite *trabalhar* um tipo arquitetónico. Seguindo o arquiteto J. Till (2009:116) o nome “plano” deveria dar lugar ao verbo “planear”. O design do sítio, o desenho criativo, surge na feitura, está dependente

⁶ “buildings are part of the world, and the world will not stop still but ceaselessly unfolds along its innumerable paths of growth, decay and regeneration.” (Ingold, 2013:48)

dos acasos, de soluções pensadas no momento de execução, da alteração de planos e e transforma-se continuamente nas práticas contínuas de habitar. A arquitetura pode então entendida como processo criativo de construção, onde o desenho emerge durante a execução técnica, pela compreensão do sítio. Sítios como Castanheiro do Vento são *obras inacabadas*, não porque nunca estão terminadas mas porque se podem ir fazendo (a partir de Mendes, 2008:103). A construção tipológica, a equação do tipo “recintos murados” abre-se ao gesto criativo da arquitetura e permite pensar as condições de emergência de um conjunto de sítios sem iludir a singularidade de cada um e sem atribuir por semelhança formal, uniformidade de uso(s).

Sítios como Castanheiro do Vento, com uma longa diacronia, viram os seus espaços transformarem-se num processo contínuo até aos dias de hoje, convocando memórias e outros passados, novidades e alterações, projetos e sonhos. Neste sentido, a análise deve ser topológica de forma a abordar os tempos percolativos presentes num sítio arqueológico (a partir de González-Ruibal, 2006 e Witmore, 2007), porque ao contrário dos conceito de cronologia e topografia que dependem de medidas fixas, a topologia permite o estudo dos espaços em transformação, em permanente mutação, permite estudar espaços que não são fixos e ao longo dos vários anos de uso denunciam intersecções de passados, misturando novas e velhas estruturas, novas e velhas coisas, que não têm necessariamente de ser entendidas numa linha sequencial de tempo, pois a memória pode misturar os tempos de feitura dessas mesmas coisas. Neste sentido, Perceval referia que a pergunta acerca da alteração ou não de quartos pela mudança da cama se tratava de uma análise topológica, pois se debruça sobretudo sobre o espaço em transformação.

Durante a construção, o esboço de cada recinto murado como Castanheiro do Vento terá sido alterado pela conjugação de outras soluções e olhares criativos. Desligado de um arquétipo original que definiria a cópia, porque o realizado nunca cumpre o projetado, contém a “surpresa imprevisível”

(Santos Guerrero, 2012:12). Castanheiro do Vento parece albergar a criatividade construtiva que mistura as nossas modernas concepções de arquitetura e construção. Desenho e projeto, ação e técnica construtiva podem ser performatizadas pelas mesmas mãos, pelas mesmas mãos que fazem o vaso, que usam o fragmento. O projeto está implicado na coisa construída e a coisa construída traz consigo o projeto. (ibid.:13). Poderá existir uma antecipação, uma visão, mas com a possibilidade de transformação no processo construtivo. Torna-se impossível dividir/distinguir entre o processo de projeção e o da construção, pois estes ocorrem nas próprias práticas de “habitar”. Ou como T. Ingold (2013:73⁷) referiu, a relação entre design e construção/feitura só pode ser entendida na tensão entre o sonho e a fisicalidade das coisas.

AGRADECIMENTOS

Este texto integra-se no projeto de pós-doutoramento em curso, financiado pela FCT, com a referência SFRH/BPD/87939/2012. Gostaria de agradecer a toda a equipa de Castanheiro do Vento – Vítor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso e Sérgio Gomes. Ainda ao Sérgio Gomes e Andreia Arezes pela leitura atenta deste texto e pelas sugestões feitas. Todos os erros e incorreções são da minha responsabilidade.

⁷ “Human endeavours, it seems, are forever poised between catching dreams and coaxing materials. In this tension, between the pull of hopes and dreams and the drag of material constraint, and not in any opposition between cognitive intellection and mechanical execution, lies the relation between design and making. It is precisely where the reach of the imagination meets the friction of materials, or where the forces of ambition rub up against the rough edges of the world, that human life is lived.” (Ingold, 2013:73)

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, L. (2003) – *A Cerâmica do Interior do Recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.
- CARDOSO, J. M. (2007) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.
- CARDOSO, J. M. (2012) – *Castanheiro do Vento: Uma Historiografia de Percursos Interpretativos*. In M. DE JESUS SANCHES, J. P. CUNHA-RIBEIRO E A. MONTEIRO-RODRIGUES (eds), *Discursos em Arqueologia. Textos oferecidos ao Professor Vítor Oliveira Jorge*, Porto/Coimbra: CEAUCP, pp. 67-93.
- CARDOSO, J. M. (2014) – *Das Técnicas de Construção à Arquitectura. Algumas notas*. *Al-Madan* online. IIª série, 19 (tomo 1), pp. 6-24.
- CARDOSO, J. M. (2017) – “Ao longo da paisagem: o Alto Douro no 3º milénio AC. Espaços e mobilidades.” In DOMINGOS CRUZ (coord.) *Actas da Mesa Redonda “A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro.”* (Mangualde, 2011). *Estudos Pré-históricos* vol. XVII. CEPBA, Viseu, 59-90.
- COSTA, C. (2007) – *Zooarqueologia e Tafonomia de Castanheiro do Vento*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Edição policopiada
- COSTA, C. (2011) – *A Gestão do Fogo em Castanheiro do Vento: a possível utilização dos ossos de animal como combustível*. *Actas das II Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*. (Madrid, 6, 7 y 8 de mayo de 2009). Tomo I. Madrid: Libro Portico, pp. 309–315.
- DÍAZ-DEL-RÍO, P. (2008) – *El contexto social de las agregaciones de población durante el Calcolítico Peninsular*. *Era Arqueología*, nº8, pp. 129-137
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2006) – *The Past is Tomorrow. Towards an Archaeology of the Vanishing Present*. *Norwegian Archaeological Review*, vol. 39, nº2, pp. 110-125
- INGOLD, T. (2000) – *Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world.* *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, pp. 172-188.
- INGOLD, T. (2013) – *Making. Anthropology, archaeology, art and architecture*. London and New York: Routledge
- JORGE, S. O. (1998) – *Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): breve genealogia de uma interpretação*. *Revista Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 279-293.
- JORGE, S. O. (2005) – *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.
- JORGE, V. O. (2006) – *Breve Reflexão sobre alguns Problemas das Arquitecturas Pré-Históricas*. In: M. CORREIA, & V. O. JORGE, *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, pp. 106-109.
- JORGE, V. O. (2009) – *Transplantes: Vila Nove de Foz Côa, há 5.000 anos hoje*, <http://trans-ferir.com/2009/02/transplantes-vila-nova-de-foz-coa-ha.html>
- JORGE, V. O., CARDOSO, J. M., COIXÃO, A. S. & PEREIRA, L. S. (2002) – *Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age sites in northern Portugal*. In C. SCARRE (ed.) *Monuments and Landscape in Atlantic Europe. Perception and Society during the Neolithic and Early Bronze Age*. London & New York: Routledge, pp. 36-50.
- JORGE, V. O. with the assistance of Cardoso, J. M., VALE, A. M., VELHO, G. L. & PEREIRA, L. S. (2006) – *Cooper Age “monumentalized hills” of Iberia: the shift from positivistic ideas to interpretative ones. New perspectives on old techniques of transforming place and space as results of a research experience in the NE of Portugal*. In: V.O. JORGE (ed.) *Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*. *Journal of Iberian Archaeology*, 8, special issue. Porto: ADECAP, pp. 203-264.
- LE COURBUSIER (2009 [1923]) – *Por uma Arquitectura*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- MARTÍ ARIS, C. (1993) – *Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo em arquitectura*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- MCFADYEN, L. (2016) – *Actions in Time: After the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão*. *Estudos do Quaternário*, 15, pp. 71-90.
- MCFADYEN, L. (no prelo) – *Northwest Europe c. 9000 – 1000 BCE*. In M. FRASER (ed.) *21ª edition of Sir Banister Fletcher’s A History of Architecture*. London: Bloomsbury Publishing, Royal Institute of British Architects.
- MENDES, M. (2008) – *“terra quanto a vejas, casa quanto baste.” In Só Nós e Santa Tecla*. Porto: Dafne Editora, pp. 101-147.
- OLIVEIRA, M. L. (2003) – *Primeiras Intervenções Arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. de Foz Côa)*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.

PEREC, G. (1997 [1974]) – *Species of Spaces and Other Pieces*. London: Penguin Books.

SANTOS GUERRERO, J. (2011) – A casa como problema. In *Pensar a Casa. Conferências da Casa 1*. Matosinhos: Casa da Arquitectura, pp. 9-26.

SØRENSEN M. L. (2015) – Paradigm Lost – on the state of typology within archaeological theory. In K. KRISTIANSEN, L. SMEJDA AND J. TUREK (eds.), *Paradigm Found: Archaeological Theory – Present, Past and Future. Essays in Honour of Evžen Neustupný*. Oxford: Oxbow Books, pp. 84-94.

TILL, J. (2009) – *Architecture Depends*. Cambridge, Mass: MIT Press.

VALE, A. M. (2003) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Na de Foz Côa)*. *Contributos para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalhos (1998-2000)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VALE, A.M. (2011) – *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.

VALE, A. (2017) – Comparing the incomparable – The Chalcolithic walled enclosures of the Iberia Peninsula and beyond. in A. VALE, J. ALVES-FERREIRA & I. GARCIA-ROVIRA (eds.), *Rethinking Comparison in Archaeology*, New Castle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 90-107.

VALE, A. (2019) – “Depositions, Assemblages and Relationships in Late Prehistory. The case of Castanheiro do Vento (Portugal).” in A. C. VALERA (ed.), *Fragmentation and depositions in Pre and Proto-historic Portugal*. NIA, Era Arqueologia, pp. 31-45.

VALE, A. & MCFADYEN, L. (2012) – Que Significa Fazer Arquitectura? Breve incursão em textos de Vítor Oliveira Jorge através da palavra arquitectura. In M. DE JESUS SANCHES, J.P. CUNHA-RIBEIRO E A. MONTEIRO-RODRIGUES (eds), *Discursos em Arqueologia. Textos oferecidos ao Professor Vítor Oliveira Jorge*, Porto/Coimbra: CEAUCP, pp. 95-104.

VALERA, A. C. (2013) – “Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação.” *Al-Madan*, 18, pp. 93-110.

WITMORE, C. (2007) – Landscape, time, topology: An archaeological account of the southern Argolid Greece”. In D. HICKS, G. FAIRCLOUGH & L. MCATACKNEY (eds.). *Envisioning Landscape: Situations and Standpoints in Archaeology and Heritage*. Left Coast Press, pp. 194-225.

O PANTEÃO RÉGIO DA BATALHA: PROPAGANDA, INOVAÇÃO E IDENTIDADE (1415-1515)

Pedro Redol¹, Orlindo Jorge²

¹ Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha / predol@mbatalha.dgpc.pt

² Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha / orlindojorge@gmail.com

Resumo

A decisão de D. João I e, a seguir, de D. Duarte de acrescentar um mausoléu dinástico ao mosteiro votivo da Batalha enquadra-se na dinâmica dos estaleiros mais inovadores da Península Ibérica do seu tempo. Este artigo investiga as circunstâncias correlacionadas.

Palavras-chave: Mosteiro da Batalha, Arquitectura tardogótica, Programa arquitectónico, Arquitectura funerária.

Abstract

The decision of King João I and subsequently of King Duarte to add a dynastic mausoleum to the votive monastery of Batalha is part of the dynamics of the most innovative building works of the Iberian Peninsula of its time. This article investigates the related circumstances.

Keywords: Monastery of Batalha, Late gothic architecture, Architectural programme, Funerary architecture.

1. A CAPELA DO FUNDADOR E AS SUAS FONTES ARTÍSTICAS

Não existe consenso em relação à data nem às condições concretas em que D. João I tomou a decisão de se fazer sepultar no Mosteiro da Batalha de um modo inusitado relativamente à tradição da primeira dinastia portuguesa, isto é, mandando construir um edifício autónomo para o efeito. A motivação ideológica para esta iniciativa foi já pormenorizadamente estudada por Saul António Gomes (Gomes, 1991). Mais recentemente, Begoña Farré Torras atribuiu a D. Duarte, com argumentos muito convincentes, a grande responsabilidade do programa tumular e litúrgico da Capela Real, hoje conhecida pelo nome de Capela do Fundador (Farré Torras, 2014). Para todos os efeitos é a este monarca que se deve a encomenda de uma nova capela funerária ao mesmo arquitecto, Huguet, ostensivamente localizada à cabeça da igreja, num chão que o rei teve de adquirir propositadamente para aquele fim (Gomes, 2002, I: 204-205). O projecto para o panteão de D. Duarte, vulgarmente conhecido pelo nome de Capelas Imperfeitas, é, conforme mostrou Catarina Barreira, o resultado de uma construção ideológica sistemática (Barreira, 2014). E dizemos “projecto” porque pouco mais há-de ter sido construído em vida de D. Duarte do que os alicerces daquele edifício, pois o rei viria a morrer inesperadamente, em 1438, ou seja, no ano seguinte ao começo da obra. O estudo conjunto dos edifícios revela-se de grande utilidade, ainda que a história do panteão duartino não se encerre com o projecto de Huguet, o qual será objecto de remodelações sucessivas.

A ideia de uma capela funerária destinada à família de Avis pode ter adquirido os seus primeiros contornos na mente do rei D. João I, mesmo antes da morte prematura da rainha sua mulher em 1415, data marcante por ser também a do início da expansão ultramarina, com a conquista de Ceuta. A 9 de Outubro do ano seguinte, os restos mortais da rainha foram exumados e trazidos com solenidade do mosteiro de Odivelas para a Batalha, onde, pelo que é dado supor, lhes foi dada sepultura em cripta,

seis dias mais tarde, na capela colateral sul, vizinha ao portal do transepto. De facto, na parede do braço sul do transepto da igreja que se opõe a esta capela, existe uma inscrição, já estudada por Saul António Gomes e António Manuel Rebelo (Gomes e Rebelo, 2008), mas pouco conhecida dos investigadores, que, apesar de muito danificada durante a Terceira Invasão Francesa, ainda permite identificá-la como primeiro epitáfio de Filipa de Lencastre, referindo-se a uma cripta. Recentes sondagens geofísicas ao nível do pavimento da capela produziram eventos de alta energia que podem corresponder a uma estrutura soterrada de pedra (Matias et al., 2017: 48-49).

A sepultura fora do presbitério não corresponde aos critérios para sepultura de monarcas estabelecido, em 1426, por D. João I, no seu testamento. Por outro lado, esta informação não coincide nem com as indicações ali dadas pelo rei para ser sepultado junto da mulher na capela-mor ou na sua capela funerária, caso esta se encontrasse terminada, nem com o relato do epitáfio de D. Filipa no ulterior túmulo do casal. Tendo em conta, porém, a cronologia da construção da igreja, é compreensível que o sepultamento não tivesse sido feito na capela-mor pela simples razão de que, em 1416, esta continuava em construção. Segundo a tradição, a capela colateral a par do portal do transepto foi doada por D. João I a D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo que, sepultado em Pombal entre os anos de 1418-1420, é mandado trasladar para Tomar pelo infante D. Henrique, em 1435. A razão para esta medida é certamente a sepultura provisória de D. Filipa. Efectivamente, o filho de D. Lopo, D. Diogo Lopes de Sousa, falecido à volta de 1451, bem como os seus descendentes, serão já sepultados nesta capela (Gomes, 2012: 15).

O epitáfio de D. Filipa abre, nas duas primeiras linhas, com uma referência a Henrique IV, seu irmão, falecido havia dois anos, nos termos de “rei florescente de Inglaterra, (de armas ilustríssimas) e de França”, título que tem correspondência nas fontes desta época de plena Guerra dos Cem Anos. Tanto quanto é possível perceber, o texto epigrafado é um poema

de ritmo anapéstico, muito semelhante ao do britânico *limerick*. O seu autor foi com certeza inglês, conforme afirmaram os estudiosos acima referidos.

A questão da presença cultural inglesa na formulação de soluções arquitectónicas e escultóricas nos programas funerários para a Batalha aparece com o próprio testemunho de D. Filipa de Lencastre mas tem uma longa fortuna na historiografia, tanto inglesa como portuguesa. Na segunda metade do século XVIII, afirmam-se as primeiras simpatias de antiquários britânicos pelo mosteiro, das quais havia de resultar o primeiro levantamento sistemático de um edifício gótico na Europa, como meio privilegiado para o estudo das origens desta arquitectura. Associaram-lhe, desde cedo, a hipótese – aliás, nunca comprovada – de o autor das traças da Batalha ser inglês. Logo em 1827, as investigações de Frei Francisco de São Luís mostrariam que o mais antigo mestre de obras documentado era efectivamente português, chamando-se o segundo Huguet (S. Luís, 1827: 11-13), um nome sem dúvida estrangeiro que já deu origem às mais diversas suposições. Pouco mais de um século volvido, Vergílio Correia dava os primeiros passos na arqueologia monumental da Batalha, relacionando o edifício com as parcas fontes escritas, propondo cronologias e associando artistas (Correia, 1929). Mais recentemente, José Custódio Vieira da Silva afirmava que Huguet seguiu “modelos ingleses que, utilizados sobretudo em salas capitulares, se haviam espalhado já um pouco por toda a Europa” (Silva e Redol, 2007: 77). Em salas do capítulo como as das catedrais de Westminster, Wells, York ou Salisbury, datadas da segunda metade do século XIII, o único aspecto comparável ao que se vê na Capela do Fundador é a planta octogonal, aplicável, aliás, apenas ao seu corpo central. Tanto os sistemas de abobadamento como os suportes (entre os quais avulta com frequência um pilar central) são radicalmente diferentes.

A solução escolhida por D. João I para sua sepultura, isto é, um edifício autónomo e de uso reservado à família real, foi inusitada em relação àquelas que se documentam ao longo da primeira dinastia

portuguesa: a galilé, o cruzeiro, o transepto, coros altos e baixos de igrejas monásticas (Silva, 1997: 45-59), além do caso excepcional do deambulatório com capelas radiantes da Sé de Lisboa, cuja cronologia não é pacífica (Guillouët, 2011: 53-59; Villamariz, 2012: 470-480). De facto, a Capela do Fundador recolhe a tradição da galilé, junto à entrada do templo, mas passa a ser dotada de uma espacialidade simbólica muito específica, em que o *simile* geométrico-matemático do mundo terreno, o quadrado-número quatro, se conjuga com o do octógono-número oito, associado à ressurreição dos mortos e elemento de transição para a forma perfeita e una, que é conveniência de si para si própria, identificando-se, por consequência, com Deus – o círculo –, cuja rotação origina a esfera celeste ou orbe (Hartog, 2014), representada por duas vezes, com grande destaque, lembre-se, sob a mão de Deus Pai no portal principal da igreja batalhina. A presença de um imaginário em que paira inevitavelmente o modelo idealizado do Santo Sepulcro não é naturalmente mais do que um eterno retorno da arquitectura funerária do Ocidente, desde os seus primórdios; porém, a Capela do Fundador inaugura, como veremos, uma linhagem de construções da mesma tipologia, na Península Ibérica, até ao início do século XVI, em que são utilizadas soluções construtivas de ponta, nomeadamente no que ao abobadamento respeita. Além de simbolicamente personalizada, ou por essa mesma razão, a Capela do Fundador, dispunha ainda de dispositivos rituais próprios, isto é, de uma capela fisicamente bem definida, através do seu altar e de elementos de apoio, como armários-sacristia, por cada conjunto tumular (Gomes e Redol, 2015).

A análise do edificado mostra que a Capela do Fundador foi levantada ao mesmo tempo que o último conjunto de três tramos ocidentais da igreja, incluindo o portal principal. A nave lateral sul, que partilha os seus muros com a Capela do Fundador, foi construída segundo o estilo do primeiro mestre, Afonso Domingues, certamente não muito após a sua morte em 1406 (Guillouët, 2011: 65-69). A fachada ocidental e o portal seriam concluídos à

volta de 1440, pelo segundo mestre, Huguet, cuja formação em França e ulterior actividade na Coroa de Aragão foram convincentemente defendidas por Jean-Marie Guillouët (Guillouët, 2011: 160-202).

Observando a estereotomia da parede norte e as suas confrontações, é possível concluir que, embora o contraforte mais a nascente da correspondente parede da igreja tenha ficado embebido na nova construção, os dois restantes, construídos até a uma altura entre 2,5 m e 5 m aproximadamente, tiveram de ser desmontados e o muro que receberia o portal de acesso à capela funerária indentedo nos panos de muros preexistentes. O portal é claramente da autoria de Huguet, em todos os seus elementos, embora, conforme assinala Guillouët, os cairéis respectivos, incluindo o arco formado pelos dois do topo, se assemelhem aos do portal do capítulo, de Afonso Domingues, devendo ter sido utilizados os mesmos moldes no seu talhe (Guillouët, 2011: 63)¹.

O primeiro edifício funerário medieval de planta centrada que se conhece em Portugal é a chamada Capela dos Mestres, do Santuário de Nosso Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, panteão dos mestres da Ordem de Santiago, cuja construção se encontra datada de aproximadamente 1330. Os alçados interiores e exteriores, bem como as abóbadas, inserem-se na tradição construtiva nacional da sua época, de que, aliás, a primeira fase de edificação da Batalha ainda é parcialmente herdeira.

Todavia a Capela do Fundador é um mausoléu sem precedentes nos reinos ibéricos, embora as fontes da sua abóbada estrelada central se encontrem, sem dúvida, na Coroa de Aragão, nomeadamente nas antigas salas capitulares das catedrais de Valência (depois Capela do Santo Cálice), Pamplona (Capilla Barbazana) e Barcelona (actual Capela de Cristo de Lepanto) (Chicó, 2005: 137; Guillouët, 2011: 193-197). O portal e outras partes da igreja testemunham também um contributo muito subs-

¹ Os mesmos moldes devem ter sido empregues ainda na capela do panteão de D. Duarte que fica imediatamente a sul do grande portal de Mateus Fernandes, distinguindo-se os respectivos cairéis dos das demais capelas, nomeadamente no ápice do arco.

tancial da tradição construtiva do Mediterrâneo Ocidental, já sublinhado por Jean-Marie Guillouët (Guillouët, 2011: 174-197) e Custódio Vieira da Silva (Silva, 1997: 75-82).

O que se pode ver na Batalha não se explica, porém, apenas através daquela tradição. A forma complexa dos pilares de socos rampeados não se encontra, de modo algum, em edifícios catalães, aragoneses ou valencianos deste período ou anterior. Por outro lado, nesses edifícios não se pode experimentar nem a leveza da Capela do Fundador, nem o carácter fluído e luminoso do seu espaço. Tais qualidades apontam para uma fonte mais a norte. Outros aspectos a considerar quanto à formação e prática do arquitecto são a proporção e a forma exterior do edifício cujo coruchéu caiu durante o terramoto de 1755. Dele nos chegou memória através de um registo ulterior de James Murphy. A validade relativa deste registo pode ser calibrada pelo da torre do relógio, igualmente concebida por Huguet e ainda de pé no tempo de Murphy (Murphy, 1795). Assumindo que a Capela do Fundador estava concluída quando para ali foram trasladados os restos mortais de D. João I e D. Filipa, em 1434, verificamos que o coruchéu que rematava a capela é anterior aos das catedrais de Burgos e León, erguidos após 1440. A origem centro-europeia deste tipo de estruturas foi sugerida por Felipe Pereda (Pereda, 2005: 55).

Investigações de Javier Ibañez Fernández revelaram uma significativa renovação arquitectónica na Coroa de Aragão, levada a cabo por artistas borgonheses durante o final da primeira e o início da segunda décadas do século XV (Ibañez Fernández: 2014). O presbitério da Capilla de los Corporales, em Daroca, atribuído a Isambart e à sua companha, testemunha a introdução das primeiríssimas soluções flamejantes na Península Ibérica, reflectindo a obra do cibório de Saint-Seine-l'Abbaye (em Côte d'Or, Borgonha), onde se julga que o arquitecto tenha trabalhado. Em Daroca, as abóbadas miniatu-rais de alguns baldaquinos apresentam uma interessante afinidade com algumas que se vêem em território normando, imitando outras, inglesas, nomeadamente abóbadas de nove chaves como a da

Capela do Fundador. A capela de D. João I foi concebida ao mesmo tempo ou até um pouco antes do que a Capilla de los Corporales, com ela partilhando soluções estruturais e decorativas que reforçam a hipótese, discutida por Jean-Marie Guillouët, de que a primeira formação de Huguet tivesse tido lugar em França.

Aquilo que sobressai efectivamente, neste quadro, é a novidade da solução escolhida pelo rei e a vanguarda estética em que se inscreve. Na mesma linha, o edifício congénere que se lhe segue, na Península Ibérica, é a Capela do Condestável D. Álvaro de Luna, adossada ao deambulatório da Catedral de Toledo, que se começa a construir em 1435, quando se concluía a Capela do Fundador. O projecto deste edifício, construído em escassos cinco anos, é de Hannequin de Bruxelas (Ibañez Fernández, 2014: 26). A Capela do Condestável da Catedral de Burgos, construída entre 1484 e 1494, sob a direcção de Simão de Colónia, culminará este tipo de realizações. Como é sabido, a dimensão e especialização de estaleiros como o da Batalha, Toledo ou Burgos, requeriam as melhores competências disponíveis, num âmbito geográfico relativamente amplo, que obviamente só se podiam obter trabalhando em estaleiros comparáveis. Por esse motivo, conforme alertou já e argumentou, uma vez mais, Jean-Marie Guillouët, para se compreender a presença de soluções projectuais e construtivas singulares em localizações bastante díspares não se pode perder de vista a grande mobilidade de artistas (Guillouët, 2011: 202-217).

2. O DISPOSITIVO FUNERÁRIO – PROGRAMA E IDEOLOGIA

D. Duarte, sucessor de D. João I, cujo nome, aliás, constitui uma homenagem ao avô, Eduardo III de Inglaterra, é associado ao governo de seu pai pela mesma altura em que a Capela do Fundador é iniciada. Que papel possa ter tido na programação do panteão dinástico de Avis, nesse período, não conseguimos apurar. No entanto, já como monarca é muito clara a sua intervenção: não contradi-

zando as disposições testamentárias paternas, mas especializando-as, como mostrou Begoña Farré Torres, limita o sepultamento na Capela do Fundador aos membros daquela que Camões viria a chamar a Íncrita Geração, conservando a colocação central do túmulo dos progenitores mas reservando os arcosólios da parede sul, em segundo plano relativamente a quem entra na capela, para os infantes e esposas respectivas que a fortuna da vida não levou a sepultar noutros lugares. As restantes edículas, em vez de arcas tumulares, receberam, na parede nascente, as capelas correspondentes aos túmulos já referidos, com seus altares e retábulos, e, na parede poente, armários que se destinavam a guardar a alfaia litúrgica preciosa com que as capelas haviam de ser sucessivamente dotadas (Sousa, 1977, I: 642)). Os altares dos infantes apareciam também em segundo plano em relação ao dos pais, instalado, entre dois pilares, aos pés do respectivo túmulo. Além disso, o pavimento do octógono central era sobreelevado em relação ao piso periférico.

Da autoria de D. Duarte são, com toda a probabilidade, dois dos mais longos textos epigrafados conhecidos em sepulturas medievais, que, ao lado de cada um dos seus progenitores, tomam corajosamente o lugar da escultura sob a forma de panegíricos que lembram o apoio divino reservado, em vida, a D. João I e as qualidades propriamente divinas de D. Filipa. A inacessibilidade visual deliberada das efígies, vislumbráveis apenas por quem oficiava no altar com alguns degraus que lhes era fronteiro, é reforçada pela inacessibilidade erudita do texto latino, cuja crítica filológica está ainda por fazer.

Pela obra escrita de D. Duarte, tanto como pela sua vida, perpassa a devota herança cultural materna que torna difícil saber quem foi o autor da ideia do túmulo: o rei ou elementos ingleses da corte de D. Filipa? Desenvolveremos este assunto mais adiante. Para já, retomemos aquilo que é o programa, esse sim inequivocamente duartino, por possuir contraprova documental, na medida em que contradiz as determinações testamentárias do infante D. Fernando em relação não à localização mas às características da sua sepultura na Capela do Funda-

dor. O testamento é lavrado numa data chave, 1437, aquela em que D. Duarte empreende a construção da sua própria capela funerária, de que falaremos mais adiante (Gomes, 2002, I: 209-212). Unidos na relação com o muro e uniformizados, sem precedentes, na aparência despojada, os túmulos dos irmãos não contarão com jacentes, nem inscrições: apenas os motes e as armas dos infantes e respectivas mulheres permitem identificar os tumulados. A excepção é o túmulo do infante D. Henrique que, após a morte de D. Duarte, rompeu o programa. Como demonstrou Begoña Farré Torras, as soluções ditadas pelo monarca quiseram vincar as virtudes de obediência, lealdade e amor fraternal, sem protagonismos maiores do que os da empresa comum (Farré Torras, 2014: 83). Nesta obra, o rei continua a ser o grande ideólogo da dinastia de Avis que se reconhece nos seus escritos, em que se incluem o *Leal Conselheiro* e o *Livro dos Conselhos*, e nas obras que encomendou a terceiros para boa memória e costumes – a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes e o *Memoriale Virtutum*, de Alonso de Cartagena (Farré Torras, 2014a: 78).

O programa para o monumento de D. João I e D. Filipa de Lencastre leva-nos mais longe, conforme revelou, por seu lado, Jessica Barker. Primeiro túmulo de casal em Portugal, mostra, através do gesto sacramental-chave que é a união das mãos direitas dos esposos que, também aqui, usando as palavras desta investigadora, “o casamento tinha-se tornado parte da retórica e das atribuições da monarquia” (Barker, 2015: 147). Esse gesto não é comum em túmulos não ingleses, estando patente, como exemplo conservado mais antigo, no de Ricardo II e Ana da Boémia, na abadia de Westminster. A esta encomenda seguiu-se a do monumento de Henrique IV e Joana de Navarra, na catedral de Cantuária. Ambos os reis, que se sucederam, eram parentes de Filipa de Lencastre, respectivamente, primo e irmão. Filipa de Lencastre conhecera o túmulo, que não chegou aos dias de hoje, dos pais, João de Gaunt e Branca de Castela, em que as imagens dos esposos se uniam pela dextra. Vários aspectos que não cabe aqui desenvolver sugerem que, embora por via indi-

recta, os túmulos de Ricardo II e Henrique IV, estiveram na mente de quem concebeu o dos monarcas portugueses (Barker, 2015: 107-132). O programa para este monumento, esculpido pela segunda oficina do portal principal da Batalha, é certamente o resultado da concertação de intenções entre D. Filipa, D. João I e D. Duarte.

Um aspecto comum ao referido grupo anglo-português de monumentos, que merece destaque, é a representação da Assunção de Nossa Senhora ou de narrativas que estão directamente associadas. Este tema foi, como se sabe, muito caro a D. João I, pois é parte recorrente da narrativa mítica da sua vida terrena: a batalha de Aljubarrota deu-se na véspera da festa correspondente e o passamento do monarca teve lugar no mesmo dia, quarenta anos mais tarde. As pinturas representando a Assunção da Virgem que aparecem nos dosséis dos túmulos de Ricardo II e Henrique IV dão lugar, na Batalha, à cena correlata da Coroação de Nossa Senhora, abaixo das armas de D. João I e de D. Filipa, na fachada principal da igreja. Lembramos que este projecto é contemporâneo do programa funerário da Capela do Fundador. Da época de D. João III, guardam-se dois quadros no Museu Nacional de Arte Antiga que pertenceram a um retábulo da Assunção que, em meados do século XVII, estava na capela-mor, certamente a par do túmulo de D. Duarte e D. Leonor², que, nas efígies, imitou, ainda que com menor felicidade por parte do escultor, o de D. João I e D. Filipa. Tal como aconteceu com vários outros retábulos no mosteiro, é possível que este tenha vindo substituir algum outro anterior, da mesma invocação. Sintomaticamente, em 1823, o que restava do referido retábulo fora dividido entre o altar dos reis, na Capela do Fundador, e um dos dos infantes (Lameira, 2017: 53).

A cor desempenhou, no mausoléu de D. João I, um papel hoje difícil de imaginar, que ultrapassava largamente as pinturas retabulares e os paramentos, ou os tecidos ricos com que se cobriam as sepulturas nos aniversários dos falecimentos, estendendo-

² *Trânsito da Virgem*, MNAA 63 Pint; *S. Tomás*, MNAA 68 Pint.

-se a elementos heráldicos e decorativos, tanto dos túmulos como do edifício, e, por fim, mas não menos importante, aos vitrais que, quando o dispositivo funerário geral ficou concluído, à volta de 1440, tal como a obra da igreja, puderam ser instalados pelos seguidores de Luís Alemão, oriundos da França e veiculadores de uma maneira de pintar com a luz afim da da janela dos Grundherren, da igreja de S. Sebaldo, ou da janela dos Paumgärtner, da igreja de S. Lourenço, ambos os edifícios em Nuremberga (Hess: 2000). Desse extraordinário recurso apenas nos chegaram fragmentos: heráldica dos sepultados, anjos segurando filacteras e pedaços de um *Juízo Final*.

Igualmente difícil de conceber é a intensa e aparatosa actividade litúrgica que se desenrolou naquele espaço, em articulação com a igreja, sob a forma de procissões, responsos, missas quotidianas, trinitários e saimentos. A título meramente exemplificativo, digamos apenas que a comunidade de Pregadores tinha como encargo diário celebrar missa em simultâneo, antes de matinas, no altar régio e no de cada um dos infantes, sendo a primeira cantada (Sousa, 1977: 655). Em finais do século XV, atinge-se uma tal complexidade de encargos com as capelas funerárias do mosteiro da Batalha que o rei D. Manuel se vê obrigado a regulamentar e prover adequadamente ao respectivo funcionamento, através de um longo e pormenorizado diploma (Gomes, 2002, II: 483-487).

3. O MAUSOLÉU DE D. DUARTE E A SUA FORTUNA IMPERFEITA

3.1. Estado da questão

O contributo mais significativo para o estudo formal e construtivo das Capelas Imperfeitas, anterior a esta investigação, deveu-se a Ralf Gottschlich, que descreve a fortuna crítica do edifício quanto à data do projecto e ao início da construção (definitivamente, a partir de 1437), analisa e discute a sequência construtiva do mesmo, incluindo o átrio de ligação à igreja, com base no escrutínio cerrado da arquitectura (Gottschlich, 2012: 243-285).

Lembrando que foi Walter Crum Watson quem primeiramente defendeu, em 1908, dever a ligação à igreja vir a fazer-se através da demolição das absides das colaterais adjacentes à capela-mor, Gottschlich defende com vários argumentos que o átrio correspondente estava projectado desde início, a saber: a ligação sem emendas das paredes norte e sul às capelas radiantes, as bases e feixes dos pilares e as bases das edículas. Acrescenta que a ligação através das capelas colaterais podia ser reforçada por portais idênticos ao que, na igreja, dá acesso à Capela do Fundador e que certamente terá sido um portal deste tipo que existiu no lugar daquele que depois Mateus Fernandes construiu. Simultaneamente demonstra, pela mudança de feixes de pilar contínuos para feixes entrelaçados – a menor altura nos muros norte e sul do que na fachada do grande portal –, que este terá sido concluído no âmbito do primeiro projecto, a atribuir a Huguet pela modinatura dos elementos arquitectónicos. Relativamente às edículas dos muros norte e sul, acrescenta que “os capitéis e as arquivoltas são, ao invés, elementos da segunda fase” (Gottschlich, 2012: 275) (isto é, de Mateus Fernandes). No que se refere ao conjunto das capelas radiantes, considera que, na época de Huguet e do seu seguidor Martim Vasques, o edifício estaria acabado provavelmente apenas até à altura das estruturas em forma de cunha que medeiam entre as mesmas e que esta fase de construção teria durado cerca de dois anos. Postula, por fim, que a abóbada do octógono deveria arrancar pouco acima dos arcos das capelas radiantes e assemelhar-se a sistemas de cobertura como o da sala do capítulo.

No que diz respeito ao impacto da vontade régia na prossecução e no ritmo da construção, bem como às mudanças que a programação arquitectónica das Capelas Imperfeitas sofreu, o estudo de Gottschlich enferma do conhecimento deficiente da documentação escrita, chegando a apoiar-se no testamento de D. Duarte (citando Albrecht Haupt) de cuja existência não se tem conhecimento. Quanto a D. Afonso V, afirma que, “durante o seu reinado parece, no entanto, não ser o avanço do edifício digno de nota” (Gottschlich, 2012: 282), não consideran-

do, porém, o conteúdo fundamental do respectivo testamento. Este défice resulta claramente do desconhecimento da língua portuguesa, tanto quanto o desconhecimento do contributo de Gottschlich se tem devido ao geral desconhecimento da língua alemã por parte dos historiadores de arte nacionais.

Em 2007, Nuno Senos volta ao tema do átrio e da sua ligação primeva à igreja, ainda que colateralmente, uma vez que o foco da sua investigação é a obra de João de Castilho e de Miguel de Arruda:

“O projecto funerário de D. Duarte estava ainda incompleto quando o monarca e o seu arquitecto morreram, ambos no ano da graça de 1438. As paredes tinham subido até ao arranque das abóbadas dos absidiolos e, embora seja indubitável (como adiante se verá) que uma ligação entre a capela e a igreja propriamente dita tenha estado prevista desde o início, tal ligação não estava, ao que tudo indica, sequer iniciada. A capela oitavada permaneceu assim, incompleta, durante os reinados seguintes, de D. Afonso V (r. 1438-1481) e D. João II (r. 1481-1495)” (Senos, 2001: 15).

Também na dissertação de doutoramento apresentada por Catarina Fernandes Barreira à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, em 2010, e num artigo que a autora dedicou às gárgulas das Capelas Imperfeitas, em 2014, são abordadas as campanhas de obras deste edifício, com o fim de afinar a cronologia do objecto principal de estudo, explorando a documentação escrita e cruzando-a com as circunstâncias que, a par e passo, condicionaram o estaleiro de uma forma original. Daqui decorrem significativas hipóteses de reprogramação da afectação pessoal das várias capelas e do espaço central ao uso sepulcral, a grande motivação, afinal de contas, para a conclusão da obra (Barreira, 2014).

Desta forma, Catarina Barreira propõe que a traça e a abertura dos caboucos sejam datados de meados de 1437, tendo em conta o documento desse ano que refere a aquisição de terreno para a construção do edifício. O octógono seria ocupado pelo casal régio – D. Duarte e sua mulher –, ao passo que as sete capelas albergariam os respectivos sete filhos, ficando excluído o primogénito, futuro D. Afonso V.

Em 1438, “uma pequena parte das paredes já estaria levantada”, tendo o octógono sido “erigido no prolongamento do eixo longitudinal da igreja, o que nos leva a crer que estaria previsto, desde a aquisição do dito chão fronteiro à capela-mor da igreja, a sua ligação à cabeceira da mesma” (Barreira, 2014: 188).

À morte de Huguet e durante a regência de D. Pedro, a obra terá prosseguido sem interrupções sob a direcção de Martim Vasques, até ao próprio falecimento deste, dez anos mais tarde, a que se segue o conflito de Alfarrobeira, com consequências na mobilização de vários efectivos do estaleiro para a hoste de D. Pedro e na sua ulterior penalização, não certamente sem consequências de zimpasse. Entre Agosto de 1449 e 1451, D. Afonso V visita o Mosteiro da Batalha por várias vezes e concede cartas de perdão a diversos oficiais das suas obras, cabendo a direcção das mesmas a Fernão de Évora, desde a morte de seu tio Martim Vasques. Durante a direcção deste mestre, que termina em 1477, ter-se-iam levantado as paredes até à altura das abóbadas das capelas radiantes, permanecendo por construir a abóbada do átrio e a ligação à igreja. No seu testamento, o rei refere-se ao panteão como lugar definitivo de sepultura e ao capitulo como lugar provisório. Conforme tinham já admitido outros autores, o reinado de D. João II não terá conhecido obra de pedraria, o que se viria a reflectir num primeiro grande impasse na edificação do panteão. Aliás, desde 1477 até 1490, o estaleiro foi conduzido por mestres vidreiros, período em que terá sido dada prioridade à produção e colocação de vitrais nos edifícios já maioritariamente concluídos.

Catarina Barreira faz ainda notar que à subida ao trono de D. Manuel, em 1495, corresponde, na documentação e até 1499, um incremento considerável da obra com a confirmação dos privilégios dos respectivos oficiais. A autora nega uma cronologia anterior àquela data para a capela cujas chaves de abóbada exibem a heráldica de D. João II e sua mulher, argumentando com o desinteresse patente no testamento deste monarca em relação a um lugar específico de sepultura, bem como com o tempo que D. Manuel levou a efectivar a trasladação dos

seus restos mortais. É proposta, por fim, uma reprogramação dos lugares de sepultura, passando a D. Manuel o lugar central e sendo D. Duarte deslocado para a capela diametralmente oposta ao portal, conforme provam as suas armas nos fechos da abóbada correspondente.

3.2. Arqueologia da construção

3.2.1. O vestíbulo

As hipóteses de Ralf Gottschlich, Nuno Senos e Catarina Barreira quanto à sequência construtiva das Capelas Imperfeitas e do seu átrio serão aqui revistas com base numa análise mais fina do edificado.

Nas duas edículas do átrio, certamente destinadas a túmulos³, os capitéis são todos, à primeira vista, manuelinos. De facto, os ábacos com intersecções de volumes côncavos e convexos são típicos desta época. Porém, no aspecto do cesto e do cola-

rete, o capitel poente da edícula norte distingue-se de todos os restantes: a folhagem, túrgida, está disposta helicoidalmente e o colarete é notoriamente mais desenvolvido. Nos restantes três capitéis, a folhagem disposta na vertical e o colarete fino obedecem ao modelo flamejante consagrado na Batalha. A comparação destes capitéis com os das edículas das capelas radiantes permitiu verificar que a sua altura é idêntica, excepto no que respeita ao ábaco, mais baixo e também reentrante. Uma observação mais atenta revelou vestígios de formas rectilíneas no topo do cesto e na parte de baixo do toro côncavo do ábaco, acusando a subtracção de pedra para o adaptar a um novo gosto. O perfil da construção realizada nas paredes norte e sul do átrio, durante o primeiro período, tendo em conta esta observação e as características dos pilares já assinaladas por Gottschlich, é, por consequência aquele se apresenta na Fig. 1.



1A



1B

Figura 1A e 1B – Parede norte, e sul, do átrio. Linha divisória entre construção flamejante e a manuelina.

³ Esta suposição baseia-se na relação que se verifica entre as edículas tumulares, os nichos de apoio à celebração litúrgica e o espaço destinado a altares e retábulos, nas capelas radiantes do panteão de D. Duarte, devendo situar-se os altares, no caso das edículas do átrio, nas paredes a nascente, em relação visual com as naves laterais da igreja como se de uma projecção dos altares das colaterais se tratasse. Naturalmente esta interpretação põe em causa a ideia de Catarina Barreira, já referida, quanto ao programa funerário de D. Duarte.

Verifica-se ainda, de acordo com aquele autor, que a parede em que se rasga o portal foi levada praticamente até ao ápice, conforme mostra o pilar norte, o qual pertence inteiramente à primeira época, tendo apenas o pilar sul sido acabado em feixe entrelaçado. O número de colunelos – quatro por pilar – permitia uma abóbada idêntica à do deambulatório da Capela do Fundador que se acomoda a uma geometria similar, podendo prever-se janelões congêneres dos do corpo exterior deste edifício.

No topo interior da edícula sul, encontra-se gravada, em caracteres góticos, “p(er)fectum fuit anno d(omi)ni mb^cix”⁴. Segundo o Cardeal Saraiva, a inscrição repete-se na edícula oposta, em caracteres romanos (S. Luís, 1827: 32), tendo sido tapada pela estrutura de madeira da porta que ali se instalou durante os restauros da segunda metade do século XIX, para onde terá sido transposta em pintura. A inscrição a que temos acesso permite constatar que a edícula foi concluída em 1509. Nuno Senos atribui os janelões que se rasgam acima destas edículas a João de Castilho, como solução de compromisso encontrada pelo arquitecto entre a linguagem tardogótica e a de um embrionário classicismo (Senos, 2001: 20, 25), defendendo que o desalinhamento dos janelões em relação às edículas se ficou a dever à configuração da abóbada cuja construção Castilho, sem dúvida, levou a cabo.

Independentemente do facto de edículas do mesmo tipo, na Capela do Fundador, onde não se observam soluções de continuidade projectual e construtiva, não obedecerem a qualquer tipo de alinhamento com as aberturas que as sobrepõem, é necessário admitir que a localização das janelas seria sempre condicionada por um sistema de cobertura reforçado nos cantos NE e SE, conforme requererem as cargas impostas pelos arcobotantes cuja construção se tornou imprescindível em face da perspectiva de abrir as colaterais. Assim, julgamos poder presumir que a localização dos janelões fiz-

se já parte do primeiro projecto.

Mateus Fernandes morre em 1515, concluindo certamente os pilares do átrio, isto é, elevando as suas paredes até à altura máxima, à volta de 1509-1510, anos em que se regista um número mais elevado de pagamentos no estaleiro da Batalha, conforme notou já Catarina Barreira (Barreira, 2014: 197). Neste contexto, seriam de atribuir à sua traça os janelões, cujas bandeiras apresentam motivos afins das do Claustro Real, não fosse o desenho inusitado do topo dos mesmos, resultante da intersecção de segmentos de recta. Encontramos maior afinidade aqui com obra atribuída a Boytac, por exemplo, em algumas janelas da nave de Santa Cruz de Coimbra. Da presença deste mestre nas obras da Batalha não se conhece actualmente qualquer documento. No entanto, o Cardeal Saraiva assinala o seu nome em documentos de 1509, 1512, 1514 e 1519, que pôde ainda ler no cartório conventual (S. Luís, 1827: 19). Por outro lado, sabemos que Boytac residiu na Batalha, onde tinha propriedade, tendo sido genro de Mateus Fernandes e seu par na avaliação de obras importantes. A própria solução de trompas nos cantos NE e SE da abóbada do átrio é conhecida da obra atribuída a este arquitecto (v.g. capela-mor igreja do Convento de Jesus de Setúbal), tendo podido por ele ser antecipada. Em todo o caso, a obra dos janelões não se pode inscrever no que da abundante obra de João de Castilho conhecemos.

3.2.2. A rotunda e as suas capelas

Passamos à análise do octógono e das suas capelas. Para maior facilidade de exposição, numeramos estas de 1 a 7, em sentido horário, começando na capela adjacente ao grande portal, a nordeste (Fig. 2).

O talhe de aduelas de aberturas da primeira época de construção das Capelas Imperfeitas, isto é, do período flamejante, no Mosteiro da Batalha sobe, com frequência, acima da moldura do arco respectivo, acompanhando-o. Este tipo de solução desaparece na época manuelina. Uma tal ocorrência e a tipologia dos capitéis permitem distinguir com bastante rigor onde acaba a obra de uma época e começa a de outra (Fig. 3).

⁴ A crítica paleográfica desta inscrição e a comprovação da respectiva autenticidade deve-se ao Doutor Saul António Gomes, a quem aqui deixamos o nosso sincero agradecimento.

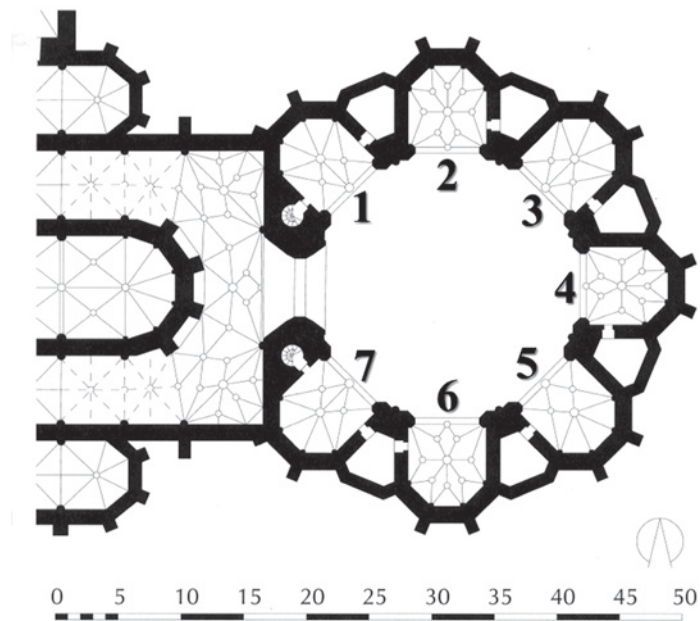


Figura 2 – Planta das Capelas Imperfeitas e da sua ligação à igreja.

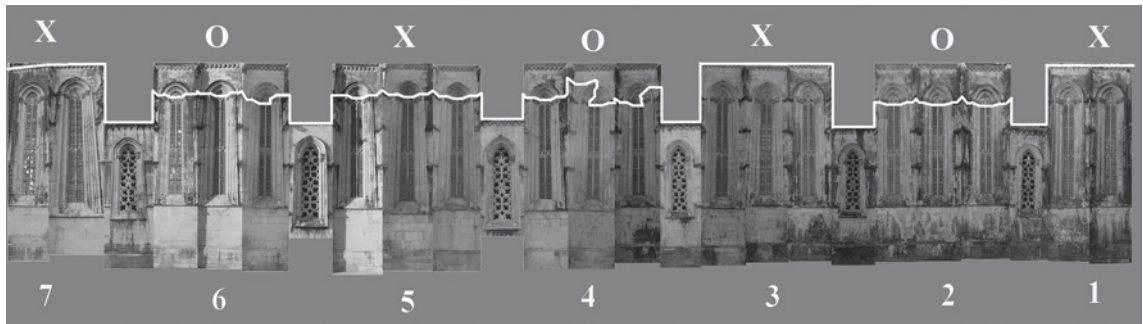


Figura 3 – Alçado exterior planificado das Capelas Imperfeitas, mostrando a linha divisória entre a construção flamejante (até 1477) e a manuelina. X – tipo de abóbada mais antigo; O – tipo de abóbada mais recente.

A capela n.º 7 apresenta, exteriormente, a tipologia de juntas e capitéis, bem como uma cornija – cuja originalidade é atestada por uma fotografia publicada em 1868 (Thompson, 1868: fotografia n.º 20), portanto anterior ao restauro – da primeira época. No interior, todos os elementos são do mesmo período, não existindo o friso manuelino que, em outras capelas, bordeja o encosto da abóbada aos muros. A abóbada é do mesmo tipo da da capela-mor da igreja, embora as nervuras não sejam de secção triangular. Os seus perfis regressam à tipologia da fase radiante da Batalha. Nas chaves

vêem-se armas reais idênticas às de algumas chaves do Claustro de D. Afonso V, anteriores à reforma de D. João II. Assim, é possível datar a capela n.º 7 do período que vai de 1437 a 1477⁵, ou seja, até ao final do reinado de D. Afonso V, sendo a abóbada mais próxima desta última data.

⁵ A reforma heráldica de D. João II data de 1485, mas, como se viu, em 1477, o estaleiro da Batalha já era dirigido por um mestre vidreiro, depreendendo-se que a obra de pedraria estaria parada.

A capela n.º 1 repete o que se disse em relação à n.º 7, com a diferença de que as chaves com esfera armilar, cruz de Cristo e vegetação exuberante datam a conclusão da abóbada da época manuelina. A sua construção teria sido iniciada provavelmente já no período anterior, uma vez que não existe qualquer decoração no encosto das abóbadas com os muros.

Em situação análoga encontra-se a capela n.º 3, em cuja abóbada um conjunto de chaves manuelinas gravita em torno do escudo real anterior à reforma heráldica de D. João II, com vestígios de policromia, cujas flores-de-lis foram cortadas.

De todas as capelas referenciadas com número ímpar, aquela que devia estar mais atrasada no primeiro período construtivo era a n.º 5: todos os capitéis, tanto exteriores como interiores, são flamejantes, mas as juntas dos arcos são cingidas às aduelas, isto é, da segunda fase. Repete-se a tipologia de construção da abóbada, apesar de a mesma ser excepcionalmente exuberante com as suas chaves pendentes exibindo o escudo real, o pelicano de D. João II e o camaroeiro de D. Leonor.

A construção das capelas que referenciamos com número par seguiu na retaguarda de todas as restantes. A n.º 6 seria a mais avançada no final da primeira época. No exterior, os capitéis das janelas central e poente são inteiramente flamejantes, possuindo a janela nascente um capitel de cada época e apresentando um elemento anelar manuelino na moldura exterior, do lado do capitel do mesmo período, de tipologia idêntica ao que se observa nas edículas do átrio. Os arcos são todos do segundo período, mantendo o modelo flamejante, com exceção do arco interno, dentro do edifício, que de ogiva passa sintomaticamente a arco de volta perfeita. A cornija exterior cria uma alternativa enriquecida ao modelo da primeira fase utilizado nas capelas de número ímpar.

A grande novidade nas capelas de que agora nos ocupamos é o sistema de abobadamento: desaparece a cruzaria de ogivas, dando lugar a arranques duplos, nervuras e chaves secundárias. Este tipo de abóbada surge provavelmente pela primei-

ra vez, em Portugal, na capela que designámos com o n.º 6, sendo de cronologia próxima da da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Pópulo, atribuível igualmente a Mateus Fernandes (Silva, 2006). Extraordinária, no contexto ibérico, é a chave central pendente que com as da capela anteriormente descrita e com a nova tipologia construtiva levanta a questão da origem da formação do arquitecto (Silva, s.d.). Voltaremos a este assunto na conclusão do artigo. As chaves periféricas mostram a esfera armilar, a cruz de Cristo e o ramo de boninas, divisa de D. Maria, segunda mulher de D. Manuel.

Na capela referenciada com o número 4, os capitéis exteriores são das duas épocas nas três janelas, com a particularidade de os ábacos flamejantes terem sido adaptados ao gosto manuelino. As chaves da abóbada representam, além das omnipresentes esfera armilar e cruz de Cristo, as divisas de D. Duarte e D. Leonor de Aragão.

A capela n.º 2 era a mais atrasada antes da primeira interrupção das obras. Todos os capitéis são já manuelinos, sendo a única que, na moldura externa de todas as janelas exteriores, apresenta o elemento anelar visto nas edículas do átrio.

4. DE HUGUET A MATEUS FERNANDES – A BATALHA NA EUROPA DO SEU TEMPO

No momento em que D. Duarte circunscreveu o sepultamento, na Capela do Fundador, a pais e irmãos, tinha decerto em mente o desenho de uma capela funerária para si próprio e para os seus descendentes. Implantou-o, como se viu anteriormente, à cabeça da igreja, levando avante a afirmação de poder iniciada já por D. Gil Albornoz, cerca de setenta e cinco anos antes, ao construir uma capela octogonal alinhada com o presbitério junto ao deambulatório da catedral de Toledo. É claro que já existia uma tradição mais antiga, na Península Ibérica, de capelas funerárias em presbitérios e deambulatórios de igrejas, na qual se inscreve a catedral de Lisboa. O seu deambulatório constitui também o mais importante antecedente da primeira campanha de obras da Batalha, tendo servido parcialmen-

te os propósitos de um panteão da primeira dinastia portuguesa.

Apesar da morte do rei, a que, ainda em 1438, se seguiu a do arquitecto, data em que dificilmente a obra poderia ter subido muito acima dos alicerces, a edificação prosseguiu sem interrupções assinaláveis até cerca de 1477. Na traça de Huguet e tendo em conta a tipologia dos pilares que se vêem a cada ângulo, o octógono central deveria ser fechado por uma abóbada de nove chaves, em forma de estrela, assente numa torre lanterna com arcobotantes, isto é, empregando uma solução idêntica à da Capela do Fundador. As capelas radiantes seriam cobertas com abóbadas de berço quebrado, de nervuras cruzadas em cada pano,

idênticas às que Huguet construía na capela-mor. A composição exterior das Capelas Imperfeitas é extremamente interessante. Tal como sucedera na igreja e no claustro adjacente, que Huguet teve que terminar, a inovação e o absoluto respeito pela tradição do anterior estaleiro andam de mãos dadas, resultando numa fusão única. Já existia um importante antecedente para este tipo de composição em território português: o deambulatório da sé de Lisboa. O arquitecto reutilizou literalmente os alçados das capelas colaterais da igreja, de Afonso Domingues – que se julga ter trabalhado no deambulatório da sé de Lisboa –, interpondo corpos mais baixos de plano trapezoidal que deveriam funcionar como sacristias.



Figura 4 – Baldaquino que cobre Cristo em Majestade entre os evangelistas no tímpano do portal principal da igreja.

O primeiro programa arquitectónico e a traça correspondente das Capelas Imperfeitas datam de cerca de 1437, ano em que o rei D. Duarte adquire terreno para a construção. Por conseguinte, foi pensado três anos após a conclusão do mausoléu do pai e outros três antes da conclusão da fachada

ocidental da igreja. Um elaborado baldaquino, que cobre Cristo em Majestade entre os evangelistas no tímpano do portal principal (Fig. 4), suscita algumas hipóteses em relação à traça do panteão da dinastia de Avis como um todo dinâmico. Como é sabido, nesta época, a arquitectura miniatural tanto repro-

duz obras do seu tempo como antecipa outras. O baldaquino referido mostra as abóbadas de uma capela-mor cujo presbitério é coberto por uma abóbada em forma de estrela adaptada do modelo da Capela do Fundador. Comunica, por seu turno, com um deambulatório de onde irradiam cinco capelas claramente unidas por corpos triangulares que se parecem com o que, pela primeira vez, se encontra, à escala monumental, nas Capelas Imperfeitas. Este dado é deveras sugestivo porque o baldaquino surge como um momento de pensamento entre a solução já praticada no deambulatório de Lisboa e a solução final das Capelas Imperfeitas, integrando esse elemento significativo que é a abóbada em forma de estrela. Seguindo este raciocínio, o mausoléu de D. Duarte pode ter sido pensado como um edifício mais tradicional, isto é, um deambulatório com capelas radiantes, acabando por se materializar como resultado de uma ambiciosa reformulação.

Felipe Pereda sugeriu que as relações de paz entre Portugal e Castela que favoreceram o casamento de D. Duarte com Leonor de Aragão, com o apoio de D. Álvaro de Luna, Condestável de Castela, em 1428, podem ter desempenhado algum papel na traça das Capelas Imperfeitas (Pereda, 2005: 58). De facto, em 1430 demoliam-se três capelas do deambulatório da catedral de Toledo e comprava-se terreno para a construção da capela funerária octogonal de D. Álvaro de Luna, começada apenas em 1435 e mais recentemente atribuída a Pedro Jalopa e Hanequin de Bruxelas (Ibañez Fernández, 2014: 26).

A análise e a cronologia dos edifícios da Batalha mostram que Huguet pertencia a uma geração anterior à de Pedro Jalopa (que era, de facto, a de Isambart), uma vez que está documentado aqui a partir de 1401. Pode ter trabalhado como mestre secundário sob as ordens de Afonso Domingues até 1406, sendo certamente esta a razão para um casamento tão invulgar entre recursos arquitectónicos diversos, que vai mais além da justaposição harmoniosa de edifícios, incorporando ideias mais antigas em soluções completamente originais. Neste quadro, é possível que a Capela do Fundador tenha tido alguma influência no mausoléu de D. Álvaro de

Luna, uma vez que a primeira se concluíra enquanto a segunda começava.

Escassos anos após a suspensão dos trabalhos naquele que D. Duarte quis para seu mausoléu, mais precisamente 1480, encontramos um diploma que se refere a Mateus Fernandes como mestre das obras do Mosteiro da Batalha. Diz respeito justamente à dispensa do ofício, por D. Afonso V, que em seu lugar nomeia João Rodrigues, explicitando que este o serviria melhor (Gomes, 2002, II: 80-81). Desconhecemos completamente as razões desta decisão mas temos que admitir que, por esta altura, Mateus Fernandes atingira já o estatuto técnico mais elevado no estaleiro da Batalha.

As fontes escritas e a análise do edificado permitem concluir pela estagnação da construção durante o reinado de D. João II, que não parece ter nutrido particular entusiasmo pela obra dinástica da Batalha, como aliás transparece no seu testamento, em que sumariamente determina que a sua sepultura “seja em o Mosteiro de Santa Maria da Vitória no lugar e per a maneira que mais conveniente parecer a meu testamenteiro” (Gomes, 2002, II: 402).

É mais do que provável que Mateus Fernandes tivesse feito a sua aprendizagem no estaleiro da Batalha, o maior do seu tempo em Portugal e um dos maiores da Península Ibérica, sob a direcção de Fernão de Évora, em edifícios como o claustro de D. Afonso V ou o panteão de D. Duarte. Na abóbada de uma das capelas deste panteão, a heráldica encarrega-se de datar a construção justamente do reinado de D. Afonso V, provavelmente até à data da sua abdicação em 1477.

Sabemos que Mateus Fernandes se encontrava já reintegrado na Batalha em 1491, através de diploma em que o rei lhe concede um rendimento fixo anual (Gomes, 2002; II: 391). Depois desta data, já no reinado de D. Manuel I, a documentação mostra o protagonismo que o mestre assume na construção de estradas e pontes para a novel vila da Batalha, na fiscalização de outras especialidades como o vitral, na inspecção de edificações militares como os castelos de Almeida, Castelo Rodrigo e Salvaterra, e na inspecção e reparação de edifícios civis

em Coimbra. A par dos Arrudas, Mateus Fernandes pertence a uma primeira geração de arquitectos régios com alargada responsabilidade territorial, em que avultam as praças-fortes, circunstância que, conforme veremos, não será de somenos para as características que a sua obra há-de assumir.

Todas estas circunstâncias parecem conjugar-se com a vontade de D. Manuel, em que pouco se tem insistido, de reformar a Batalha. Por documento de 1508, ficamos a saber do desejo do monarca em que a reforma decretada no Capítulo Geral da Ordem dos Pregadores em Roma, em 1501, se efectivasse, o que, na verdade, nunca chegou a acontecer (Gomes, 2002, III: 132). A mais significativa de todas foi a compartimentação da extremidade nascente da chamada Adega dos Frades para aí se instalar uma casa capitular. Temos que lembrar, neste ponto, que, por determinação testamentária, D. Afonso V foi sepultado, em 1481, na casa do capítulo já existente, ficando a trasladação dos seus restos mortais a aguardar a conclusão do panteão hoje conhecido pelo nome de Capelas Imperfeitas. É provável que a primeira casa capitular da Batalha, cuja abóbada foi concluída no tempo do mesmo monarca, como mostram as suas armas e as da rainha D. Isabel, distribuídas pelas chaves secundárias, nunca tenha servido para as reuniões a que se destinava. Cedo se transformou, pois, num outro panteão, assim permanecendo até 1901, data em que os restos mortais ali depositados foram trasladados para novos túmulos na Capela do Fundador. A construção da abóbada referida deve ter feito parte da formação de Mateus Fernandes que, na altura, ocuparia um lugar subalterno na hierarquia do estaleiro.

Dos anos em torno de 1501 datará não apenas a obra da casa capitular nova mas ainda a das bandeiras dos janelões do claustro e a do lavabo do refeitório com o seu pavilhão que representa uma importante actualização estética dos espaços nobres do convento. Na verdade, tanto a nova molduração policêntrica de bases e capitéis como a escultura que anima todas as superfícies arquitectónicas é, nestas obras, um facto inédito em Portugal. Naturalmente essas soluções, dotadas de uma originalida-

de relativa que delas faz o ponto de partida para uma arquitectura reconhecível como portuguesa, não apareceram do nada. Ocupar-nos-emos deste aspecto mais adiante, quando tivermos apreciado toda a obra de Mateus Fernandes na Batalha.

Contrariamente ao que sucedeu noutras encomendas de D. Manuel, das quais a mais saliente é o Mosteiro de Santa Maria de Belém, em Lisboa, a tarefa projectual reservada ao mestre de obras da Batalha revestiu-se da particularidade de ter que requalificar edifícios preexistentes e terminar outros. Pensamos que esta circunstância, juntamente com o facto de, à morte de Mateus Fernandes, em 1515, o rei ter praticamente desistido da Batalha a favor do mosteiro jerónimo (ainda que salvaguardando, mais uma vez em testamento, a conclusão do panteão fundado por D. Duarte), concorreu para que a crítica arquitectónica tivesse praticamente ignorado a intervenção deste artista como o resultado de um programa de grande fôlego, aliás, o mais importante da encomenda régia portuguesa, executado ao longo de duas décadas, antes justamente do de Belém.

Aquilo que o edifício inacabado do panteão revela é suficiente para se fazer uma ideia razoável do modo como o arquitecto pretendia concluí-lo. E a verdade é que alterou substancialmente o projecto preexistente de Huguet, introduzindo soluções técnicas e plásticas completamente desconhecidas até então em Portugal, que nos permitirão melhor ajuizar sobre a sua cultura artística.

O uso de tecnologia inovadora na construção de abóbadas, oportunamente examinada, num lugar tão importante para a afirmação da identidade do monarca, isto é, o panteão fundado por seu avô, a quem D. Manuel dedica o majestoso portal, aparece associado a um entendimento renovado dos volumes arquitectónicos e da sua plástica. Além do portal, será na torre lanterna inacabada que se fará sentir a força do projecto de Mateus Fernandes, que inaugura a retórica militar em edifícios religiosos como bem mostra o caminho de ronda, por assim dizer escavado na espessura de contrafortes em cujo lugar, no projecto de Huguet, estariam simples arcobotantes. É também nesta parte do edifício que

encontramos os sinais de como Mateus Fernandes tinha projectado cobrir o octógono central: arranques duplos em cada ângulo interno mostram que o sistema seria idêntico ao que foi utilizado nas capelas radiantes com número par.

Este tipo de solução surge, pela primeira vez, na Península Ibérica, na Capela do Condestável da Catedral de Burgos, construída sob a direcção de Simão de Colónia, ente 1484 e 1494. É, portanto, possível fazer uma ideia de como seria o espaço interior do panteão de D. Duarte, caso tivesse sido concluído. Tendo em conta este facto e a precedência das manifestações do chamado gótico isabelino em relação ao manuelino, é legítimo pensar que, nos dez anos em que esteve ausente da Batalha, entre 1480 e 1490, por ter sido dispensado das respectivas funções por D. João II, Mateus Fernandes pode ter ampliado a sua formação no estaleiro burgalês.

Talvez Burgos não tenha sido a única estância de Mateus Fernandes na vizinha Castela, pois a gramática decorativa de que faz uso, ainda que original na sua formulação última, tem antecedentes significativos em edifícios do tempo dos Reis Católicos, em particular no mosteiro franciscano de San Juan de los Reyes, fundado em 1477, com a finalidade de vir a ser utilizado como panteão real. Com esta fundação comemorava-se duplamente a vitória, aliás pouco clara, na batalha de Toro e o nascimento do príncipe herdeiro. A arte do arquitecto bretão Juan Guas e do escultor e arquitecto bruxelense Egas Coeman em San Juan de los Reyes surge no seguimento de uma geração mais antiga de arquitectos tardogóticos, entre os quais avulta Hanequin de Bruxelas, de quem atrás falámos. Estas circunstâncias bastante divulgadas justificam o aparecimento, em várias partes da Península, incluindo Portugal, de soluções arquitectónicas e escultóricas que têm origem na Europa central e do norte, adquirindo características regionais através da permanência de jovens artistas franceses, flamengos e alemães nos grandes estaleiros ibéricos. O mesmo fenómeno é comum à pintura retabular e ao vitral.

Uma das novidades mais salientes da arquitectura-escultura de San Juan de los Reyes é a introdu-

ção de vocábulos ditos mudéjares na decoração. Esta contaminação é ainda bem visível em pormenores importantes, quase diríamos citações eruditas, no portal das Capelas Imperfeitas de Mateus Fernandes, como por exemplo os arquiños da base dos colonelos, ou na repetição obsessiva da segunda parte da divisa de D. Duarte – *tan yaserei* –, à maneira de placas de estuque moldado, modalidade decorativa que, aliás, na mesma época, estava a ser aplicada na renovação manuelina da Charola de Tomar.

O caso da Batalha ilustra, primeiramente, no ideário virtuoso de D. João I, D. Filipa e D. Duarte, e, depois, no de matriz imperial, messiânica e militar de D. Manuel, eloquentes modos de legitimação do poder régio e de propaganda, que se souberam servir das mais actualizadas soluções arquitectónicas e plásticas colocadas à sua disposição. Do ponto de vista propriamente artístico, mostra com toda a clareza que a circulação de mestres altamente qualificados entre grandes estaleiros continua a ser chave para o entendimento da inovação e das particularidades que o gótico tardio assume nos vários reinos ibéricos.

BIBLIOGRAFIA

BARKER, Jessica (2005) – *Monuments and marriage in late medieval England: origins, function and reception of double tombs*. London: Courtauld Institute of Art. Tese de doutoramento.

BARREIRA, Catarina Fernandes (2014) – O Mosteiro de Santa Maria da Vitória e a vocação moralizante das gárgulas do panteão Duartino. In *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 185-210.

CHICÓ, Mário T. (2005) – *A arquitectura gótica em Portugal*. 4.ª ed.. Lisboa: Livros Horizonte.

CORREIA, Vergílio (1929) – *Batalha: estudo historico-artistico-arqueologico do Mosteiro da Batalha*. Porto: Litografia Nacional.

FARRÉ TORRAS, Begoña (2014) – *Brotherly love and filial obedience: the commemorative programme of the Avis Princes at Santa Maria da Vitória, Batalha*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado.

– Four Princes, one monument, one perfect King: the fifteenth-

- century pantheon of an idealized royal family in the monastery of Santa Maria da Vitória, Portugal. *Portuguese studies review*, 22 (1) (2014a), p. 77-96.
- GOMES, Saul António (1991) – “Ética e poder em torno do Mosteiro da Batalha (o século XV – materiais para o seu estudo). In *Actas do III encontro sobre história dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, t. 1, p. 95-188.
- *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha*. 4 vols.. Lisboa: Instituto Português do património Arquitectónico, 2002/2004.
- O Mosteiro da Batalha e os seus túmulos e capelas particulares. In *A Capela dos Sosas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2012, p. 11-25.
- GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel (2008) – O primeiro epitáfio latino de D. Filipa de Lencastre no Mosteiro da Batalha. *Leiria-Fátima. Órgão oficial da Diocese*, 46 (Jul./Dez. 2008), p. 177-192.
- GOMES, Saul António; REDOL, Pedro (2015) – A Capela do Fundador. In *Lugares de oração no Mosteiro da Batalha*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, p. 79-83.
- GOTTSCHELICH, Ralf (2012) – *Das Kloster Santa Maria da Vitória in Batalha und seine Stellung in der iberischen Sakralarchitektur des Mittelalters*. Hildesheim/Zürich/New York: Olms Verlag, 2012.
- GUILLOUËT, Jean-Marie (2011) – *Le portail de Santa Maria da Vitória de Batalha et l’art européen de son temps. Circulations des artistes et des formes dans l’Europe gothique / O portal de Santa Maria da Vitória da Batalha e a arte europeia do seu tempo*. Leiria: Textiverso.
- HARTOG, Elisabeth den (2014) – 1,2,3,6: early gothic architecture and perfect numbers. In *Architectural histories*, 2 (1): 17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5334/ah.bu> [acedido em 30.09.2016].
- HESS, Daniel (2000) – In search of Luís Alemão: stained glass in Germany from 1400 till 1460 and the fragments in Batalha. In *O vitral: história, conservação e restauro*. Lisboa: Instituto Português do património Arquitectónico, p. 44-53.
- IBAÑEZ FERNÁNDEZ, Javier (2014) – The northern roots of late gothic renovation in the Iberia Peninsula. In *Architects without borders: migration of architects and architectural ideas in Europe (1400-1700)*. Mantova: Il Rio, p. 14-27.
- LAMEIRA, Francisco; LOUREIRO, José João; JORGE, Virgolino Ferreira (2017) – *Retábulos na Diocese de Leiria-Fátima*. S.l.: Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve.
- MATIAS, Manuel; BARRACA, Nuno; ALMEIDA, Fernando (2017) – *Integrated high-resolution geophysical investigation of a monastery*. Beau Bassin: Lambert Academic Publishing.
- MURPHY, James (1795) – *Plans, elevations, sections and views of the church of Batalha*. London.
- PEREDA, Felipe (2005) – Entre Portugal y Castilla: la secuencia formal de las capillas ochavadas de cabecera en el siglo XV. In *Demeures d’éternité: églises et chapelles funéraires au XV^e et XVI^e siècles*. Paris: Picard, p. 49-64.
- S. LUÍS, Fr. Francisco de (1827) – Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha. In *Memorias da Academia Real das Ciências*. Lisboa: Academia Real das Ciências. T. X, p. 1-71.
- SENOS, Nuno (2001) – João de Castilho e Miguel de Arruda no Mosteiro da Batalha. *Murphy. Revista de história e teoria da arquitectura*, 2, p. 10-45.
- SILVA, José Custódio Vieira da (1997) – *O fascínio do fim: viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 45-59.
- SILVA, José Custódio Vieira da; REDOL, Pedro (2007) – *Mosteiro da Batalha*. London: Scala Publishers.
- SILVA, Ricardo (2006) – A abóbada da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha. Construção e filiação. *Artis*, 5, p. 105-124.
- A obra tardo-gótica do Mestre Mateus Fernandes nos finais do século XV e os primeiros anos do século XVI. S.d.. Disponível em: www.convergencias.esart.ipcb.pt/artigo/86 [acedido em 24.10.2014].
- SOUSA, Fr. Luís de (1977) – *História de S. Domingos*. Lisboa, 1623. Nova edição de M. Lopes de Almeida, 2 vols.. Porto: Lello e Irmão Editores.
- THOMPSON, Charles Thurston (1868) – *The Sculptural Ornament of Batalha in Portugal. Twenty Photographs with a Descriptive Account of the Building*. London.
- VILLAMARIZ, Catarina Paula Oliveira de Matos Madureira (2012) – *A arquitectura religiosa gótica em Portugal no século XIV: o tempo dos experimentalismos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

O TEMPO RESGATADO AO MAR. MAIS DO QUE UMA EXPOSIÇÃO NO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Adolfo Silveira

Museu Nacional de Arqueologia / Universidade Autónoma de Lisboa / Centro de História da Universidade de Lisboa /
adolfosilveira@mnaarqueologia.dgpc.pt

Resumo

“O Tempo Resgatado ao Mar” foi o título da exposição apresentada no Museu Nacional de Arqueologia, entre 20 de Março de 2014 e 6 de Setembro de 2016. Reuniu uma seleção de peças oriundas de ambientes marítimos, fluviais ou húmidos de todo o território nacional que cobrem simultaneamente um espetro cronológico, desde a época pré-romana ao século XX, mas com maior incidência na época moderna, resultado dos numerosos naufrágios referenciados e da investigação ter sido orientada para alguns deles. O objetivo principal do comissariado científico foi a apresentação de contextos arqueológicos ou a caracterização de locais na costa marítima portuguesa onde se registam repetidas e significativas recolhas de vestígios que indiciam a possível existência de contextos preservados ou demonstram a sua importância nas rotas da navegação.

Palavras-chave: Arqueologia náutica e subaquática, Naufrágios, Exposição.

Abstract

“Time salvaged from the sea” was the title of the exhibition presented in the National Museum of Archaeology, between March 20 2014 and September 6 2016. It brought together a selection of pieces originating from maritime, fluvial or humid environments of all the national territory that simultaneously covers a chronological spectrum, since the Pre-Roman era to the 20th century, but with more incidences in the modern era, the result of numerous referencing shipwrecks and research that has been focused on several of them. The main objective of the scientific commissariat was the presentation of the archaeological contexts or the characteristics of places along the Portuguese maritime coast where they repeatedly registered themselves and significant collections of traces that indicate the possible existence of preserved contexts or that demonstrate their importance in navigational routes.

Keywords: Nautical archaeology, Shipwreck, Exhibition.

“O Tempo Resgatado ao Mar”, exposição que esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia, entre março de 2014 e setembro de 2015, evocou os últimos 30 anos da história da arqueologia náutica e subaquática em Portugal, no âmbito do programa que celebrou o 120.º aniversário da fundação, em 1893, do Museu Nacional de Arqueologia.

O MNA concretizou assim uma das suas vertentes enquanto instituição vocacionada para o estudo e divulgação das coleções de arqueologia e também como precursora da arqueologia náutica e subaquática no nosso país, nas últimas décadas do século XX. A esta iniciativa, associou-se o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), também sob a tutela da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e vários investigadores que durante este período, desenvolveram e dirigiram projetos em território nacional.

Esta exposição propôs uma visita através do tempo e a cada passo reconstituiu os contextos e os testemunhos que durante séculos o mar escondeu. Cápsulas do tempo que emergem e que recobram esta memória marítima de todos nós.

Trinta anos de efetiva intervenção arqueológica nas águas portuguesas, necessariamente sugerem a intervenção em numerosos locais e um consolidado percurso de investigação, mas ainda hoje e também nas próximas gerações se continuará a identificar fragmentos desconhecidos do território, acrescentando saber a esta íntima e secular ligação com o mar.

Perante a diversidade cronológica e tipológica das coleções, expusemos os conjuntos mais representativos e singulares de cada um dos períodos, mas também os que estudados já contribuíram para dar a conhecer um pouco mais da nossa história. Traçámos um percurso da época pré-romana ao período contemporâneo, proporcionando uma leitura que traduzisse não apenas a importância do objeto enquanto achado em meio aquático mas, sobretudo, que permitisse ao visitante contextualizar-se com a unidade arqueológica que representa o sítio em todas as suas vertentes e interdependência relacional de transmissão de conhecimento.

O testemunho do naufrágio é um todo que reflete um acidente, um infortúnio, mas que hoje e através dos seus despojos nos dita o quando, como e porquê. Cada unidade foi documentada com imagens para dar a conhecer como se processam as escavações e os trabalhos de salvaguarda. Desmistificou-se a ideia da recolha de objetos de proveniência submersa de forma arbitrária ou de *caça ao tesouro* e exemplificaram-se os métodos e os processos de intervenção arqueológica e a sua necessária aplicação por especialistas credenciados. O visitante tendo já assistido a trabalhos arqueológicos em terra teve a oportunidade de observar como se realizam no mar.

A visita iniciava-se pelo núcleo dedicado à Antiguidade, e ainda que hoje seja desconhecida uma estrutura que pudesse ser testemunho mais representativo de um navio de época, mostram-se indícios da sua passagem por toda a costa, sobretudo através de âncoras que transportavam diferentes produtos e cepos de âncora, entre outros e diversificados artefactos marítimos ou perdidos no mar.

A dinâmica portuária e os seus inúmeros vestígios, nomeadamente os identificados na beira mar de Lisboa, como exemplificam as intervenções ao longo da Avenida de 24 de Julho e até ao Cais do Sodré, designadamente no Largo do Corpo Santo, Boavista, Praça de D. Luís I, trazem-nos novos documentos sobre a cidade anterior ao terramoto de 1755. Também as escavações arqueológicas na extensa ria de Aveiro proporcionam o testemunho dos tempos medievais e modernos. Dedicou-se particular atenção ao estudo de vestígios em contexto portuário e de três sítios de naufrágio, que traduzem a atividade comercial marítima da região de Aveiro, bem como o comércio e a navegação no litoral português.

Os navios da baía de Angra do Heroísmo nos Açores, naufragados em fundeadouro, local de escala de rotas oceânicas, com cerca de uma dezena de incidências conhecidas desde o século XVI, continuam a ser estudados, com alguns a revelar particular interesse para o conhecimento da construção naval ibérica.

São Julião da Barra, junto a Lisboa, é um local bem conhecido de ocorrência de acidentes, justificados pelas condições naturais e geoestratégicas da barra do Tejo, tornando-se por isso num complexo sítio arqueológico submerso de grande diversidade cultural. Com indicadores cronológicos desde o início do século XVI até aos dias de hoje e com a frequência de distúrbios provocados pelas correntes, ventos e pequena profundidade é dos locais de mais difícil interpretação pela dinâmica de movimentação dos depósitos. Contudo, foi aqui identificado um navio proveniente do Oriente, a presumível *Nossa Senhora dos Mártires*, naufragado em 1606, cujo espólio serviu de tema à exposição do Pavilhão de Portugal durante a Expo'98, parte de um projeto mais vasto sobre a Carreira da Índia. Foram identificados milhares de artefactos de origem cultural diversa e uma pequena parte do casco que tem sido objeto de estudo aprofundado e reconstituição. Também aqui foram recuperados três astrolábios que incorporam o núcleo de objetos de navegação que se apresenta na exposição e no catálogo.

Para os finais do século XVII conhecem-se como mais representativos: os vestígios de um presumível navio inglês, naufragado na costa do Algarve, que trazia a bordo um extenso número de pratos de estanho com origem na Cornualha; o núcleo de canhões da Ponta do Altar, ilustrado por uma colubrina; os vários artefactos da praia do Baleal em Peniche e o espólio identificado no acidentado cabo Raso, em Cascais.

No princípio da década de 1980 realizou-se a primeira escavação em meio aquático efetuada em Portugal. Incidiu sobre parte dos despojos do navio francês *L' Ocean*, junto à praia da Salema, no Algarve. Associando a informação textual aos vestígios materiais, localizou-se assim um dos episódios da história marítima militar do século XVIII no contexto da Guerra dos Sete Anos.

Implicações económicas no Ocidente europeu e infortúnio de centenas de tripulantes e passageiros resultaram da perda do navio espanhol *San Pedro de Alcantara*, quando naufragou na Papoa, em Peniche. Exemplo do exercício de interpretação integra-

da arqueológica e histórica, a escavação e pesquisa documental traçaram os caminhos de uma complexa investigação que clarificou o processo conjuntural que teve implicações na Europa e em particular alterou o percurso regional.

Por fim chegamos ao Contemporâneo com o testemunho de um navio afundado durante a II Guerra Mundial.

Traçamos assim num só tempo vários tempos e resgatámos conhecimento fundamentado sobre a investigação de várias equipas em arqueologia náutica e subaquática. Passámos a conhecer mais sobre nós, também sobre quem por aqui passou e revelamos um pouco mais da nossa história. Reunidas pela DGPC as condições favoráveis para a concretização da exposição, congregou-se uma equipa de especialistas que deram corpo à primeira parte desta obra, atualizando os conhecimentos e divulgando a disciplina, carreando-se este esforço para uma edição que se pretende também como uma referência para o ensino e investigação. Foram desenvolvidas matérias que contemplam exaustivamente todos os períodos e temas representados na ordem da exposição em abordagem científica, concomitante com uma expressão simples e de fácil acesso para o público que nos visita.

No catálogo mostra-se o acervo patente na exposição, organizado cronologicamente por sítio arqueológico, antecedido de um breve apontamento que identifica e caracteriza o local de achado, mas também um número considerável de artigos de referência que presumimos de grande utilidade pedagógica e científica.

No decurso da exposição decorreram de várias iniciativas, nomeadamente de natureza didática, dirigidas aos mais jovens, como a edição de um roteiro infantil e juvenil e a realização de ateliês, conferências por especialistas nacionais e internacionais, jornadas científicas, visitas externas programadas e outras atividades relacionadas com a intervenção, divulgação, salvaguarda e proteção de sítios arqueológicos subaquáticos e no litoral.

O esforço na concretização desta exposição, a primeira que apresentou de forma global a arque-

ologia náutica e subaquática em Portugal, passou também por diferentes parcerias que empenhadamente colaboraram colmatando necessidades de natureza técnica e logística. O Museu Nacional de Arqueologia Subaquática de Cartagena, Espanha, prontificou-se a finalizar o tratamento por liofilização de duas canoas monóxilas e outros artefactos em madeira. A Câmara Municipal de Cascais e a Empresa Abreu Cargo efetuaram os transportes entre Portugal e Espanha. O El Corte Inglés e a Fundación Ramón Areces patrocinaram a primeira revisão dos textos editados e a Imprensa Nacional – Casa da Moeda a revisão final, a publicação do catálogo, da brochura de divulgação e do roteiro infanto-juvenil.

Contámos ainda com a disponibilidade dos autores e tradutores referenciados no catálogo. Contudo foi ainda o empenho das equipas da DGPC que tornaram possível este projeto, através de uma íntima colaboração institucional entre o Museu Nacional de Arqueologia, o Departamento de Bens Culturais, o CNANS, a Divisão Laboratório José de Figueiredo, o Arquivo de Documentação Fotográfica e outras unidades orgânicas da DGPC.

A exposição esteve ainda patente no Museu da Pedra, em Cantanhede entre novembro de 2015 e maio de 2016 e no Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo entre julho e dezembro de 2016. Recebeu ao todo cerca de 140.000 visitantes. Hoje pode ainda ser recordada através do sítio Internet do Museu Nacional de Arqueologia.



Figuras 1 a 8 – Percurso da exposição no Museu Nacional de Arqueologia, galeria poente. Fotografias de José Paulo Ruas e Luísa Oliveira (DGPC/DDCI).



Figura 9 – A exposição no Museu da Pedra do Município de Cantanhede.



Figura 10 – A exposição no Museu de Artes Decorativas do Município de Viana do Castelo. Fotografias de Flávio Cruz.

PERFIL DE VERGÍLIO CORREIA (1888-1944), UM ARQUEÓLOGO, ETNÓLOGO, HISTORIADOR DE ARTE E HOMEM DE CULTURA INTEGRAL¹

Vitor Serrão

Prof. da Universidade de Lisboa / Centro ARTIS-IHA-FLUL / vit.ser@letras.ulisboa.pt

Resumo

A personalidade científica de Vergílio Correia conta-se como uma das mais relevantes da Cultura portuguesa do século passado. Investigador dotadíssimo em vários campos das Humanidades, produziu uma obra de grande solidez e sentido de inovação. Tanto na Arqueologia, ciência que ajudou a cimentar, como na Etnografia e na História da Arte, foi autor de trabalhos que o alcançaram a posição cimeira nas respectivas disciplinas e que receberam o reconhecimento internacional dos seus pares. Além de professor universitário, foi museólogo, inventariante de património, fotógrafo dotado de grande sensibilidade, e homem de causas, membro destacado da Maçonaria e, como tal, defensor de um civismo republicano e de um ensino público para todos, valores que lhe valeram a repressão e uma breve prisão no Aljube nos anos de implantação do Estado Novo.

Palavras-chave: Vergílio Correia, Arqueologia, História da Arte, Etnografia, Inventário.

Abstract

Vergílio Correia's scientific personality is told as one of the most relevant of Portuguese culture in last century. A gifted researcher in various fields of the Humanities, he produced a work of great solidity and a sense of innovation. Both in Archeology, as in Ethnography and History of Art, he was the author of works that reached the top position in the respective disciplines and that received international recognition from their peers. In addition to being a university professor, he was a museologist, photographer with great sensitivity, and a man of causes, outstanding member of Maçonaria and, as such, defender of a republican civism and public education for all, values that he was repressed by a brief arrest in Aljube in the years when the Estado Novo was established.

Keywords: Vergílio Correia, Archaeology, History of Art, Ethnography, Inventory.

¹ O presente texto desenvolve o teor da conferência proferida a 9 de Março de 2017 na A.A.P. sob título "Vergílio Correia (1888-1944): um Arqueólogo, Etnólogo, Historiador de Arte e Homem de Cultura Integral".

1. UM LEGADO GIGANTESCO

Vergílio Correia Pinto da Fonseca (1888-1944) foi uma das mais extraordinárias personalidades da cultura portuguesa do século passado. Homem dotado de qualidades ímpares enquanto investigador, teve valências absolutamente pioneiras no campo do património histórico-artístico, que estudou e analisou, com visão de abertura crítica, nas suas componentes globais, gerando uma obra que mereceu a atenção dos seus pares, no plano internacional, e continua a ser de referência. Vergílio Correia foi não só o arqueólogo que deu a conhecer o megalitismo do Alentejo e revelou o essencial do *oppidum* romano de Conimbriga como, também, o antropólogo que ajudou a renovar os estudos da Etnografia portuguesa e, ainda, o mais notável historiador de arte da sua geração. Além de museólogo, professor universitário, académico e inventariante, escritor, ensaísta, pedagogo, foi ainda um fotógrafo dotado de fina sensibilidade humana e altas capacidades técnicas.

Era natural da Régua, onde se deslocava amiúde em tempo de férias (na Quinta do Pombal, em Penajóia, Caldas do Molêdo), mas cedo rumou a Coimbra, onde obtém a licenciatura em Direito (1911) e, de seguida, a de Letras. Aí vai integrar o corpo docente, como Professor Universitário, de 1921 a 1944, com grande prestígio como historiador de arte, arqueólogo, etnógrafo e museólogo. Editou mais de uma centena de obras científicas, granjeando grande prestígio. Reguense fiel às suas raízes, consta entre os seus primeiros estudos um trabalho sobre a fonte romana do Milho em Canelas e vários sobre aspectos da etnografia beirão e duriense. Foi homem da geração da *Renascença Portuguesa*, e aí desempenhou papel relevante, colaborando desde muito jovem nas revistas *Águia*, *Rajada* e *Dionysos*. Foi íntimo do médico e escritor João de Araújo Correia, que dele dizia ser o eterno erudito, senhor de uma cultura excepcional, sempre com postura generosa e trato afável. Também teve amizade com o diplomata Alberto da Veiga Simões (1888-1954), um republicano que foi embaixador em Berlim, afastado por Salazar devido às suas posições contrárias

ao governo do Reich, designadamente na questão de atribuição de 'vistos' a judeus e outros perseguidos do nazi-fascismo. Era nesses círculos de amigos que se movia Vergílio Correia.

Tendo vivido com muita intensidade as lutas estudantis no final da Monarquia e a ascensão da 1ª República, Vergílio assumiu-se sempre como um republicano moderado (uma fonte coeva chama-lhe «almeidista»), fiel à sua militância maçónica, e foi dentro dessa sua postura ideológica que participou no projecto democrático da *Renascença* e colaborou amiúde nas páginas da sua revista *Águia*. Mas esta é ainda a fase de afirmação de um investigador jovem que trilha os primeiros passos; estamos longe do furor e inovação do seu trabalho científico a partir dos anos 20 que, esse sim, o alcandorará ao reconhecimento maioritário dos seus contemporâneos, a nível interno e também internacional. Esse percurso está hoje reconhecido e pode ser apreciado, além do que se aduz da vastíssima bibliografia de âmbito interdisciplinar, sempre ancorada em fontes primárias, pelo bem organizado fundo documental da correspondência e notas de viagem, que se conserva no ANTT e foi em data recente disponibilizado à investigação pública. Acresce ainda o inestimável acervo de fotografias etnográficas e artísticas da sua lavra, que permitem esclarecer e completar inúmeros outros aspectos da sua vida, obra e interesses.

A verdade é que ainda não foi feita com o devido rigor a visão-síntese sobre a produção da comunidade científica nacional do passado século. O peso do esquecimento e a cadência avassaladora do trabalho geram muitas vezes, na consciência das novas gerações, uma atitude de des-memória que tende a diluir o peso referencial daqueles de quem, afinal, mais próximos devíamos estar em termos de legado teórico-metodológico e de práticas de trabalho. Mas temos a certeza de que, quando for feito esse balanço, a figura de Vergílio Correia se imporá como a mais importante acultura portuguesa da primeira metade do século passado, dada a relevância e inovação dos seus estudos em três disciplinas que, estando sempre divididas, antes e depois dele, soube praticar como se de um todo se tratasse: a Arqueo-

logia, a Etnografia e a História da Arte. Isto por uma razão: o seu olhar foi sempre o de um antropólogo atento e empenhado nas várias componentes criadoras e vivenciadas de um saber unívoco.

Trata-se, em suma, de figura primacial da cultura portuguesa de Novecentos, cuja obra monumental, expressa em três domínios de saber só aparentemente inconciliáveis, precisa de ser reafirmada como uma verdadeira e sólida referência que é, sob muitos aspectos, actual. Precocemente falecido aos cinquenta e cinco anos, em plenitude de produção, interrompendo um vasto rol de projectos que tinha entre mãos (como a sua correspondência ajuda agora a clarificar melhor), Vergílio Correia precisa de ser olhado, não como um estimável erudito muito preso ao mundo de Oitocentos, como já se aventou, mas sim como o intelectual dotado de uma cultura integral, como o humanista empenhado em intervir em grandes causas sociais através do seu trabalho, e como o arqueólogo-etnólogo-historiador de arte que transformou o seu acúmulo de saberes numa perspectiva de transformação qualitativa do seu país e do seu-nosso mundo.

2. UM PERFIL MULTIDISCIPLINAR

Como escreveu Joaquim de Carvalho, seu colega na Universidade de Coimbra e seu amigo, «as três disciplinas conviveram fraternalmente no seu espírito, tanto mais que as considerava metodologicamente da mesma maneira e com idêntico sentido de objectividade: se a exploração do terreno determina o único caminho admissível na Arqueologia, a colheita directa dos factos e dos testemunhos documentais, auxiliada pela comparação *de visu*, pareceu-lhe ser também o método idóneo da Etnografia e da História da Arte» (prefácio às *Obras (de) Vergílio Correia*, vol. I, 1946).

Esta é uma boa síntese das qualidades excepcionais de Vergílio Correia. Muito conhecido como o mais importante dos arqueólogos descobridores da célebre cidade romana junto a Condeixa-a-Velha e um dos seus principais investigadores, Vergílio seguiu cedo o campo vocacional da Arqueologia,

chegando a trabalhar no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, junto de José Leite de Vasconcelos, e foi também, na génese desse contacto, o empenhado etnógrafo que se conhece e admira, com obra vasta e diversificada. Num tempo em que o polemismo era fértil e as inimizades rimavam com invejas e confrontos de praça, teve conflitos que o levaram, paulatinamente, a seguir com sentido de prioridade um outro caminho, o da História da Arte, disciplina da qual se tornará a breve trecho um dos grandes renovadores, depois de ajudar a renovar os seus princípios, objectivos e metodologias.

Professor da Universidade de Coimbra ao longo de vinte e três anos (1921-1944), Vergílio Correia formou gerações de alunos para a sensibilização pelo património histórico-artístico nacional, dentro de uma nova perspectiva de análise comparatista e globalizadora dos monumentos e obras de arte. Curiosamente, era formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1911), curso que tirou para não contrariar a vontade paterna, mas a efémera carreira no notariado não vingou e virá a doutorar-se em Letras (1935), campo da sua primordial vocação. Entre 1912 e 1916, foi Conservador do Museu Etnológico Português e consolidou o interesse pelas ciências etnográfica e arqueológica sob a orientação de José Leite de Vasconcelos, com quem se incompatibilizou, e de 1916 a 1921 integrou o corpo de técnicos do Museu Nacional de Arte Antiga, até que passa a docente da Universidade de Coimbra, sucedendo a Joaquim Martins Teixeira de Carvalho no magistério das disciplinas de História de Arte e de Arqueologia. Em 1929, conciliando as suas linhas vocacionais, assumiu o cargo de director do Museu Nacional Machado de Castro e as funções de coordenador da Brigada do Centro de Inventário Artístico Nacional da Academia Nacional de Belas Artes para realização do inventário da Cidade e do Distrito de Coimbra (tendo como colaborador o cónego António Nogueira Gonçalves), tomos esses dados à estampa postumamente (1947 e 1953).

Desde muito cedo foi um apaixonado pelos achados de Conímbriga, sobre os quais muito escreveu, desde 1909 até à morte, dedicando-se a

investigá-los de modo profícuo; porém, como diz Jorge Alarcão, «a morte prematura sobrevinda aos 55 anos não lhe deu tempo de escrever sobre este *oppidum* a monografia que por força havia de trazer em mente». Mesmo assim, percorrendo-se o seu vastíssimo curriculum, não só Conimbriga se patenteia em abundância, com contribuições regulares, dando voz às contínuas descobertas de campo (com relevo para os mosaicos), como as campanhas de prospecção realizadas em Pavia, em Alcácer do Sal, em Sintra, estão presentes como bibliografia insubstituível. Cite-se *El Neolítico de Pavia* (1921), trabalho editado em castelhano com divulgação dos resultados das investigações arqueológicas por si realizadas entre 1914 e 1918 nessa região alentejana, e que se assume desde logo uma peça fundamental para o conhecimento do Megalitismo, dada a credibilidade científica do autor, e o valor intrínseco da obra, amplamente reconhecidos pelos seus pares internacionais. Na correspondência guardada nas ANTT, contam-se cartas de arqueólogos da estirpe de Henri Breuil, Santa Olalha, Eugénio Jalhay, e Georg e Vera Leisner entre vários outros.

Vergílio estava atento também à inevitável efemeridade do Património face à sanha destrutiva dos homens e à inapelável mutações de gostos e modas, pelo que lhe não era indiferente o registo integral das perdas: foi sob esse espírito que acompanhou e recenseou, com nunca escondida amargura, o início da destruição da velha Alta de Coimbra, após a decisão salazarista de se construir o *campus* universitário: dessa violentíssima ruptura da zona da Alta, seguiu as primeiras demolições, expropriações, desaterros e perdas de património, dando conta dessas perdas em artigos no *Diário de Coimbra* (de que foi director) e nos seus cadernos de notas (guardados no citado fundo da ANTT). Com a obra de Vergílio Correia se sentem vivas as preocupações dos patrimonialistas de hoje, atentos à mudança e também à perda inexorável, e é de destacar o modo como, nas suas páginas, estão presentes os problemas de conservação preventiva, de autenticidade nas intervenções de restauro, de pedagogia no modo expositivo, e de reivindicação de políticas estatais de salvaguarda.

Também na Etnografia os seus interesses se manifestaram com paixão, fruto do convívio inicial com Leite de Vasconcelos (antes de desaguidados que levaram ao seu afastamento do Museu), gerando artigos nas revistas *Águia* e *Terra Portuguesa*, ou a obra de síntese *Arte Popular Portuguesa*, primeira sistematização no âmbito da Antropologia portuguesa, antes da onda de discursos de folclorização e subsequente descaracterização associados à propaganda oficial do Estado Novo. Neste domínio, Vergílio deixa trabalhos sobre, por exemplo, a arte ornamental alentejana, que considerava ser a região por excelência desta expressão popular, e que registou, estudou e caracterizou à luz dos meios e técnicas tradicionais a fim de criar uma malha tipológica das principais manifestações. No volume *Etnografia Artística (Notas de Etnografia Portuguesa e Italiana)*, de 1916 (2.ª ed., Barcelos, 1937), a sua colaboração centra-se numa análise dos objectos populares e numa espécie de exaltação estética da arte popular alentejana. Acrescia a sensibilidade de fotógrafo, ultimamente descoberta e valorizada, que o levou a documentar em chapas de vidro inúmeros trechos da vida e da cultura portuguesas.

A revelação recente do inestimável conjunto de fotografias em chapa de vidro da autoria de Vergílio Correia, que se deve a Miguel Pessoa e Lino Rodrigo (Centro de Estudos Vergílio Correia, de Condeixa-a-Nova, onde o acervo se conserva), veio revelar, ademais, a sua apetência para a fotografia e a grande sensibilidade com que se dedicava a testemunhar, como antropólogo esclarecido, as vivências populares. Parte desse acervo foi tema de uma exposição que ainda decorre em regime de itinerância, depois de ter sido acolhida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde foi inaugurada em Junho de 2017. Também o seu rico fundo documental, que inclui a correspondência com muitas personalidades da cultura nacional e internacional, as anotações de viagem, os comentários de visitas e os esboços de estudos de pesquisa, incluindo inéditos, que se conserva no ANTT e só em data recente passou a estar disponibilizado aos investigadores, permite esclarecer e completar inúmeros aspectos da sua vida, da

sua obra, do seu círculo de relações (onde também afloram as polémicas e confrontos entre pares), a sua visão republicana em defesa de uma cultura de partilha e, ainda, os traços da sua influência num campo de seguidores (sobretudo no campo da História da Arte) aptos a trilhar novas e mais sólidas vias de investigação.

No campo da História da Arte, Vergílio deixou um vastíssimo escol que é de referência ainda hoje seminal. Escreveu sobre temas como a tumulária gótica, a arquitectura monástica da Idade Média, a arte manuelina, a escultura e a pintura do Renascimento, a talha barroca, o azulejo e outras artes de decoração que pela primeira vez se valorizaram, no campo da museologia, no da inventariação dos patrimónios e no da conservação e restauro, entre muitos outros temas e subdomínios em que foi observador pioneiro. E enquanto inventariante, uma tarefa que tomou a ombros com critérios de inovação e rigor de registo, foi ele quem preparou as bases para um inestimável serviço público, o *Inventário Artístico de Portugal* da Academia Nacional de Belas Artes. A ele se devem o essencial dos dois grandes tomos do *Inventário* dedicados à *Cidade* e ao *Distrito de Coimbra*, edições completadas após a sua morte pelo seu amigo e fiel colaborador Padre António Nogueira Gonçalves e que são, também, absolutamente inovadores nos critérios de recenseamento e descrição de peças. Os seus estudos de História da Arte tornaram-se incontornáveis para a investigação em muitos campos da cultura dos nossos dias. É o caso, por exemplo, da observação estilística das obras de arte no âmbito dos seus programas iconográficos, das suas especificidades técnicas e laborais, e das suas influências e derivações, bem como o interesse em pesquisar as fontes primárias de arquivo, até então muito descuradas, para através delas estudar o perfil dos comitentes e as suas relações com os artistas durante o processo criativo.

Existe a uniformizar o interesse por campos aparentemente tão distintos a paixão de Vergílio pelo trabalho criativo dos homens e mulheres de todas as classes, regiões e épocas históricas. Como escrevem Miguel Pessoa e Lino Rodrigo, ele «valorizou os

ritmos de trabalho e pausa, no campo, na oficina do oleiro, na casa dos teares; o momento da separação; o sorriso dos amigos; a comemoração da Aleluia em tempo de Páscoa; os animais e os sistemas de atrelagem; o homem e o animal; a etnografia do traje; a venda do caldeireiro e as feiras – eminentes lugares de sociabilidade». Não é só o monumento e a obra de arte *de per se* que devem interessar, dizia Vergílio Correia, mas o seu contexto e vivencialidade. O fermento do futuro ‘corpus’ de inventário artístico nacional encontra aqui as suas razões de ser – e de fazer. Por todas estas razões, a obra atingiu uma bitola excepcional em três domínios dos estudos das Humanidades: podemos afirmar que nenhum contemporâneo seu ousou experimentar e aplicar uma visão tão abrangente da cultura, sem fronteiras preconcebidas nem ancoramentos disciplinares: é, sim, avião antropológico das obras humanas que predomina no seu escopro de investigador que se interessa apaixonadamente por tudo, seja erudito ou popular, vanguardista ou de periferia: quem fez, por que razão, para quê e para quem, com que intenção?, eram as grandes questões que lhe colocavam a peça, fosse obra de arte, fragmento arqueológico ou artefacto utilitário do mundo do trabalho rural...

Enquanto intelectual que foi simultaneamente etnógrafo, arqueólogo e historiador de arte, além de ser também museólogo, fotógrafo, ensaísta, pedagogo e professor universitário, Vergílio granjeou justo renome internacional, dada a sua relação com os principais nomes na investigação nessas áreas pluridisciplinares, e pôde criar uma obra imensa, que a morte prematura em 1944 incompletou: por tudo isso, tem de ser considerado uma das figuras máximas da cultura portuguesa do século passado. Vergílio Correia foi, em suma, um homem de causas, educado nos princípios da fraternidade social, promotor de um ensino público com acento na cultura e no conhecimento do património nacional e defensor das liberdades cívicas. Tal explica as várias polémicas (a mais violenta das quais com José de Figueiredo, o director do Museu Nacional de Arte Antiga) que trava com intelectuais do seu tempo, e as reservas com que foi visto pelo Estado Novo, pese

o facto de ter sempre mantido o lugar de magistério na Universidade de Coimbra. Como já se disse, avulta em toda a sua vasta obra publicada e inédita uma personalidade extraordinária, com múltiplos interesses científicos, que justificam o justo destaque internacional que grangeou, tanto nos meios da Arqueologia, como na Etnografia, como na História da Arte, dentro e fora das fronteiras.

3. UMA HISTÓRIA DA ARTE RENOVADA

No campo da História da Arte, foi à luz dos princípios teóricos e metodológicos de Vergílio que essa disciplina em boa verdade se iniciou em Portugal, sem aquela teia formalista e visão redutora que era então dominante. Daí que os seus interesses não se limitassem aos grandes monumentos como os mosteiros de Alcobaça, Batalha, Tomar ou Jerónimos, e outras grandes referências e nomes de artistas de primeira plana, mas a uma visão patrimonialista globalizante, com atenção às artes decorativas, como o azulejo, a pintura a fresco e a talha dourada, e a outras modalidades artísticas sempre minorizadas, como a cerâmica e a olaria, para as quais a sua sensibilidade de etnógrafo o tornava especialmente dotado.

Por isso, o contributo de Vergílio Correia, expresso em vasta bibliografia sempre inovadora nas suas abordagens e problematizações e sempre com abertura ao reconhecimento internacionais, torna-o um pioneiro absoluto em todos estes campos. Com o seu labor, definiu-se e começou-se o grande projecto de *Inventário Artístico de Portugal*, já referido, e que a ANBA iria levar a cabo a partir de 1939 e que ele, devido ao precoce desaparecimento, já não pôde ver consolidado, ainda que deixasse concluídos, como se disse, os tomos relativos à Cidade e ao Distrito de Coimbra (saídos póstumos, respectivamente, em 1947 e 1953). Este foi um campo em que Vergílio Correia produziu doutrina. O *Inventário Artístico de Portugal* mereceu uma concepção absolutamente inovadora nos critérios de recenseamento e na descrição de peças. De facto, privilegiou uma inventariação exaustiva dos bens visando a sua salvaguarda, conservação e revalorização, vendo-os

como imperativo das políticas culturais, e denunciando os maus restauros, os furtos consentidos e as delapidações de acervos. Como cientista, de facto, Vergílio sempre contestou a visão minorizante que imperava nos círculos oficiais sobre a arte portuguesa. E mais: ergueu a sua voz, como director de brigada do *Inventário*, contra a impunidade com que alguns colecionadores e *marchands* espoliavam as igrejas de alguns dos seus tesouros (caso da escultura pétreia da região de Coimbra), enganando os párocos e as populações em proveito próprio. Um dos visados era o Comandante Ernesto de Vilhena, cuja colecção de escultura portuguesa medieval e moderna se criou, justamente, aproveitando a falta de um registo inventarial exaustivo. Ora o esforço de recenseamento proposto pelas ANBA e estruturado por Vergílio apontava com toda a clareza contra esse estado tolerado de lesa-património, apontando as suas causas e centrando no registo individual de peças a melhor garantia para a sua salvaguarda futura.

Os interesses de estudo de Vergílio Correia em termos de arte portuguesa não se limitavam (como a muitos dos seus colegas neste domínio) à glorificação dos mosteiros de Alcobaça, da Batalha e dos Jerónimos, à Sé Velha de Coimbra, aos Painéis de São Vicente, ao pintor Vasco Fernandes, ao escultor João de Ruão, ou seja, aos grandes monumentos e 'nomes' da História da Arte tal como estava instituída. Na mesma medida se empenhava, dada a sua visão dominante de patrimonialista, no estudo integral das artes, fossem de origem e encomenda erudita, fossem simples produção em contexto regional, senão popular. O seu olhar era, ao mesmo tempo, micro-artístico e globalizante, dando grande atenção às artes decorativas, como o azulejo e a talha, o fresco e o estuque, o esgrafito e a terracota, o embrechado e o brutesco, entre outras modalidades artísticas até então sempre minorizadas e que com Vergílio adquirem um papel e uma relevância até à data sempre descuradas. Pode dizer-se que a redignificação das chamadas Artes Decorativas, vistas como parcela integrante da História da Arte e não apenas como expressão etnográfica, nasce com Vergílio Correia. Os seus estudos sobre o carro

de bois, as fechaduras, as tatuagens, o entalhe de alfaias agrícolas, a decoração de portas e janelas, o traje festivo, os rituais sacros e civis, integram-se nesse seu pleno olhar antropológico com que abordava a paisagem cultural do país, e que era por certo um olhar de historiador de arte !

A produção é extensa, diversificada de temário e, sempre, absoluta de pioneirismo. No campo da pintura a fresco em Portugal, por exemplo, o seu ensaio de 1921 (sobre as primeiras existências recensadas, dos séculos XV e XVI) continua a ser referência seminal. Até então, a presença de frescos na pintura medieval e moderna era pura e simplesmente menorizada, senão ignorada, pelos estudiosos do nosso património! Por isso o seu contributo neste e noutros subtemas foi imenso pois alterou bitolas reductoras de valorização e ensinou a ver com a necessária abertura crítica: privilegiou sempre a inventariação exaustiva do património nacional, dos grandes monumentos às pequenas realizações regionais, a sua salvaguarda, conservação e revalorização, como um imperativo das políticas culturais, denunciando os maus restauros, os furtos consentidos e as delapidações de acervos.

Campo de estudo em que o trabalho de Vergílio teve especial sucesso foi o do *mito Grão Vasco*, nome misterioso muito enraizado na memória portuguesa e, sobretudo, na das comunidades beirãs, segundo o qual toda a antiga pintura sobre madeira que se encontrava em igrejas e museus se devia a esse enigmático Vasco de quem ninguém sabia a origem certa. A partir da solidez da documentação recensada a respeito do retábulo da Sé de Lamego (1506-1511), Vergílio pôde identificar com segurança as primeiras obras desse pintor de contornos nebulosos, chamado na realidade Vasco Fernandes e activo em Viseu de 1502 a 1542. O pouco que se sabia (desde as pesquisas de Maximiano d’Aragão e de Sousa Viterbo) sobre este pintor, um dos mais notáveis do Renascimento peninsular, adquiria com o livro *Vasco Fernandes, mestre do retábulo da Sé de Lamego* (1924) uma base de solidez nunca antes imaginada. O grande mestre viseense passa a figurar, com obra absolutamente identificada, no panorama

pictural português e internacional do seu tempo, de afazendo um mito que durava desde a morte do pintor, hipertrofiando a sua produção, tal como sucede em geral com as lendas, em contornos gigantescos. Este livro foi mais uma prova de que a História da Arte portuguesa não poderia prescindir, doravante, da pesquisa dos arquivos portugueses (nacionais e regionais) e que, estando estes praticamente virgens de aproveitamento, ofereciam uma janela de saberes aos estudiosos que deveria ser bem aproveitada. Ele próprio o demonstrou em inúmeros estudos assentes em fontes primárias de arquivo, como os trabalhos sobre os artistas e artífices operantes no Mosteiro dos Jerónimos, sobre os artistas de Lamego dos séculos XVII e XVIII, sobre o escultor Nicolau de Chanterene, sobre o pintor de azulejos António de Oliveira Bernardes, sobre a estada de Domingos Sequeira em Roma, e tantos outros.

Outro dos campos de estudo que muito motivaram Vergílio Correia foram os celeberrimos *Painéis de São Vicente*, atribuídos a Nuno Gonçalves e uma das obras mais importantes de toda a pintura europeia do século XV. Esta magna obra quatrocentista nunca deixou de gerar, desde a sua ocasional descoberta em 1882, grandes polémicas em torno da identidade dos retratados (polémicas que chegaram aos nossos dias). A esse respeito, os anos 20 do século passado foram particularmente agitados: a seguir à publicação do livro de José de Figueiredo *O Pintor Nuno Gonçalves* (1910), que defendeu pela primeira vez a tese vicentina (os Painéis expostos no MNAA seriam os do altar de São Vicente da Sé de Lisboa, tal como Francisco de Holanda os referenciou...), vieram a lume vários estudos a refutar esse parecer. Entre esses, contam-se o livro *Os Painéis do Infante Santo* (1925) de José Saraiva e o livro *O Políptico do Convento de Santo Elói* de Henrique Loureiro (1927), defensores, respectivamente, das teses fernandista e catarinista. Apoiantes e opositores destas teses digladiavam-se com fúria verbal na imprensa do tempo, em brigas de café e bengaladas de rua, em grupúsculos onde a discussão era fervorosa e, quase sempre, fundamentalista. Esses confrontos, aliás, mereceram ser caricaturados nas

páginas do *Sempre Fixe* e, até, no divertido poema tragi-cómico *A Paineleida*, de Alfredo França, com ilustrações de Francisco Valença e Alfredo Cândido (1926), onde também Vergílio Correia não escapa ao escopro crítico dos mordazes caricaturistas. As críticas que dirigiu a José de Figueiredo, incluindo uma 'Carta Aberta' aos sócios do Grupo Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga, em 1929, após ter sido excluído desse grupo em assembleia geral por pressões do seu director, entroncavam também no verrinoso debate em torno dos *Painéis* e das teses defendidas no livro de José de Figueiredo...

Nestes anos de intensa polémica em torno dos mistérios dos *Painéis* surgiu na imprensa mais um artigo a favor da tese catarinista, apoiado num documento falso (alegadamente forjado por João Pita Morgado), facto que suscitou o repúdio de historiadores como Vergílio Correia, e veio a conduzir, depois, ao suicídio do malgrado Henrique Loureiro, apesar de nada ter a ver com tal fraude documental mas sentindo-se lesado na sua honra... Nestes anos em que a paixão cega se sobrepôs sempre ao rigor dos factos em análise, os vários artigos de Vergílio Correia a respeito dos *Painéis* atestam uma constante base científica e uma serena visão crítica. Alheio ao ruído das quezílias de imprensa, que envolviam José de Figueiredo, José Saraiva, Alfredo Leal, José de Bragança, Henrique Loureiro, Almada Negreiros e vários outros, Vergílio pautou-se por uma postura de cientista imune às polémicas: interessou-o mais a obra artística em si e menos a identidade das figuras representadas, segundo ele impossíveis de apurar face aos dados até à data conhecidos. À revelia dos posicionamentos dominantes, declarou-se sempre «anti-vicentista, anti-fernandista e anti-catarinista», até que novas provas históricas, iconográficas ou artísticas viessem alargar os saberes sobre a magna obra-prima da pintura quatrocentista... o que só viria a suceder trinta anos volvidos, com os estudos de Adriano de Gusmão... mas essa é uma outra história, e precisa ainda de ser resolvida sob múltiplos aspectos de penumbra.

Os estudos de História da Arte de Vergílio Correia são ainda hoje incontornáveis, também, no

campo da pintura portuguesa do Renascimento, quer do ponto de vista biográfico e historiográfico dos artistas e da sua obra, quer do entendimento da relação entre o comitente e o artista no processo criativo. Muitos dos documentos relativos a artistas portugueses por ele divulgados em primeira mão a partir da pesquisa arquivística – contratos de obras de pintura, douramento, escultura, entalhe, carpintaria e pedraria respeitantes a obras de arte portuguesa, do Renascimento ao Barroco – foram publicadas em livros como *Pintores Portugueses dos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1924. Nesse trabalho, Vergílio Correia revela imensa documentação inédita do ANTT e explicita, por exemplo, através dos contratos para a execução de três retábulos para o mosteiro de Ferreirim, como era o «regime de parceria» no Portugal renascentista. O contrato para o tríptico da igreja de Valdigem (1534) mostrou, também, a diferença de estatuto laboral existente entre os pintores Cristóvão de Figueiredo, de Lisboa, e Bastião Afonso, de Lamego, clarificando o mercado de trabalho da época manuelina-joanina

Uma palavra, também, para o livro *Três Túmulos: uma Arca Túmular do Museu de Santarém, Sepultura de Fernão Gomes de Goes em Oliveira do Conde, Moimento do 1.º Marquês de Valença em Ourém* (Coimbra, 1924), importante ensaio histórico-artístico, com desenhos de Alfredo Cândido, que constitui «a primeira tentativa de estudo sintético da sepulcrologia medieval portuguesa». Aí se define, por exemplo, Santarém como a «capital do Gótico». Iguamente relevante o opúsculo *As Obras de Santa Maria de Belém de 1514 a 1519* (Lisboa, 1922), com revelação dos documentos inéditos, do A.N.T.T., que registam os importantíssimos pagamentos feitos aos artistas e artífices envolvidos entre 1514 e 1519 no estaleiro de obras do real Mosteiro de Santa Maria de Belém, em pleno reinado de D. Manuel I. De referir ainda, sem quaisquer intuitos de exaustividade que seriam impossíveis, o estudo *Um Túmulo da Renascença: a sepultura de D. Luís da Silveira em Góis* (Coimbra, 1921).

Noutro trabalho pioneiro, *Lugares d'Além: Aze-môr, Mazagão, Çafim* (1923), relata a sua viagem

a Marrocos e enfatiza o chamado plano Dr. Júlio Martins (1878-1922), então Ministro da Instrução Pública, de «mandar fazer o inventario dos monumentos que deixamos disseminados pela Africa e Asia: «Para tal, não creava comissões numerosas, que vulgarmente pouco produzem: entregava a incumbencia a duas pessoas somente: um investigador e um desenhador. O que um não podesse fotografar, debuxalo-ia o outro. Dotações modestas; o indispensavel para as despesas de viagem... sem proventos chorudos desse genero de comissão... Os governos coloniaes pagariam depois os trabalhos feitos em Moçambique, Angola e India. Penso que o projecto desse illustre homem de governo se poderia ainda hoje realizar, juntando ao investigador e ao desenhador, um arquiteto. E não ficaria muito dispendiosa a comissão. Ainda se encontraria gente que sem a miragem das libras-ouro das gratificações, se encarregaria do trabalho». Algo que as circunstâncias não permitiram que se cumprisse...

Entre outras vertentes da arte portuguesa até então mais negligenciadas, Vergílio Correia apaixonou-se muito cedo pela Azulejaria portuguesa, a que dedicou muitos estudos. Seguidor dos trabalhos pioneiros de José Queirós no campo da azulejaria e da cerâmica, definiu as bases de um 'corpus' do património azulejar português, que tentou cumprir, com seu colega Luís Keil, e de que resultaram algumas edições ainda hoje relevantes: *Azulejos datados* (1.ª série, 1915; 2ª ed., 1922); *A Família Oliveira Bernardes. Uma grande escola de pintura de azulejos (1ª metade do século XVIII)* (saído em *A Águia*, 1917-18); *Azulejadores e pintores de azulejos, de Lisboa. Olarias de Santa Catarina e Santos. Oleiros e pintores de louça e azulejo* (idem, 1918); e *Azulejos de fachada* (1935), entre outros artigos saídos na imprensa. Para Vergílio, o Azulejo era e é uma das grandes especificidades do discurso artístico português. Assim, foi o primeiro historiador de arte a investigar os fundos arquivísticos e a publicar referências a pintores de azulejos, a oleiros e ladrilhadores, que resgatou da poeira dos arquivos. Cabe-lhe o mérito de, muito antes dos trabalhos de Reynaldo dos Santos, de João Miguel dos Santos Simões e de

José Meco, dedicar a esta arte tento um olhar crítico privilegiado de etnógrafo. Sendo nomeado em 1920 como perito junto dos serviços da Inspecção Artística juntamente com Luís Keil, coube-lhe, como delegado de Belas Artes junto da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, proceder à classificação das artes decorativas portuguesas. A verdade é que nunca dispôs de meios suficientes para cumprir o pretendido 'corpus' nacional, tendo todavia realizado muitas campanhas pelo país (visitas de estudo e registo de existências azulejares de que restam notícias no seu arquivo). Este gosto pela cerâmica terá continuidade, após a sua morte, na produção da sua viúva D. Alice Correia, que chegará a realizar, em 1948, uma exposição de cerâmica com peças inspiradas na faiança portuguesa dos séculos XVII e XVIII.

Em termos de divulgação mais ampla, Vergílio Correia colaborou no grande projecto da *História de Portugal*, geralmente chamada *História de Barcelos* por ser edição da Portucalense editora (de Barcelos), dirigida por Damião Peres e considerada a mais extensa História de Portugal até então, comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, em 10 volumes publicados entre 1928 e 1981. Vergílio colaborou no volume 1º (1928), com o texto *Arte Visigótica*; no vol. 4º (1932), no capítulo CULTURA (com Jaime Cortesão, Joaquim de Carvalho, Eleutério Cerdeira e Francisco Teófilo de Oliveira Júnior) e no vol. 5 (1933), no capítulo *Assistência e Cultura* (com Ângelo Ribeiro, José Teixeira Rego, Hernâni Cidade, Joaquim de Carvalho e Jaime Cortesão).

4. O CASO DO NAVIO CHERUSKIA

Na sequência do apresamento dos navios alemães que se encontravam em portos portugueses – um episódio que impeliu a Alemanha a declarar guerra a Portugal em de 1916 – o governo republicano português deparou-se com o facto surpreendente de um dos navios apresados conter uma relevante carga arqueológica. Tratava-se do *Cheruskia*, um vapor proveniente de Bassorá, em cuja carga se contavam quatrocentos e quarenta e oito caixotes com objectos recuperados em escavações realizadas pela

Deutsche Orient-Gesellschaft em Assur, na Mesopotâmia, e cujo destino final seriam os museus estatais de Berlim.

Não obstante as sucessivas reivindicações, a carga arqueológica do *Cheruskia* (ou *Leixões*, designação que o navio receberia após o apresamento) constituiria uma presa de guerra e acabaria por permanecer em Portugal até 1926. Como observou a historiadora de arte Vera Mariz, que estudou o assunto a partir de dados constantes no arquivo Vergílio Correia (ANTT), «a situação não seria de fácil resolução, pois não só não existiam em Portugal Orientalistas ou arqueólogos conhecedores da arqueologia da Mesopotâmia, como os nossos museus não possuíam condições para receber o elevadíssimo número de objectos em causa». Coube a Vergílio Correia ser um dos peritos chamados para analisar o espólio, cujo apresamento se prendia com a legitimidade da posição portuguesa em manter essa tão valiosa colecção assíria em Portugal ou restituí-la à Alemanha. No parecer de Vergílio Correia, para quem, independentemente da componente política, o trabalho científico e a “intangibilidade” dos objectos deveriam ser sempre respeitados, o caminho recomendado às autoridades portuguesas seria o da restituição. O trabalho de peritagem das peças guardadas nos caixotes abertos coube a Vergílio Correia. Se bem que ele se mostrasse avesso a tal tarefa, por não se achar especialista em tarefa de tal magnitude, o esforço realizado mereceu o aval dos arqueólogos alemães que, finda a guerra, registaram com apreço o esforço do seu colega português, impeditivo de roubos e de dispersões desse acervo assírio-babilónico.

Como diz Vera Mariz, «após mais de cinco anos em armazéns do entreposto de Alcântara e sem solução à vista, por determinação do então Ministro da Instrução Pública Augusto Nobre, os caixotes do ex-*Cheruskia* seriam confiados à Universidade do Porto com o intuito de ali se criar um museu assírio. No entanto, esta não seria a derradeira viagem destes objectos provenientes do actual Iraque, datando de 1926, após uma série de negociações demoradas e controversas, um acordo que acabaria por garantir

à Alemanha a restituição da colecção reunida pela *Deutsche Orient-Gesellschaft*. Em troca o governo português receberia variadas colecções arqueológicas e etnográficas cuidadosamente escolhidas dos museus de Berlim».

5. O FOTÓGRAFO SENSÍVEL

A exposição *Vergílio Correia: um olhar fotográfico*, que esteve patente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2017), trouxe ao conhecimento público uma faceta até então desconhecida de Vergílio Correia: o seu domínio da Fotografia, realizada através de um sedutor olhar antropológico. Três dezenas e meia de fotografias num acervo de cerca de mil espécimes, todas dotadas de grande sensibilidade e rigor técnico vieram esclarecer-nos sobre a força refrescante desse olhar, em que as artes populares, as vivências, usos, tradições, festas, práticas de saber fazer e demais costumes das comunidades rurais portuguesas do primeiro terço de Novecentos irrompem com uma surpreendente vitalidade, superando a sua específica valência etnográfica e documental.

Vergílio foi uma das mais extraordinárias personalidades do nosso panorama cultural recente esta sua faceta de inventariante todo-o-terreno mais uma vez o veio demonstrar. São reconhecidas as suas ímpares qualidades como investigador do património histórico-artístico, que analisou com visão pioneira nas suas componentes globais, e como o arqueólogo que revelou o megalitismo de Pavia e grande parte da cidade romana de Conimbriga; nada se sabia, porém, desta sua faceta de fotógrafo. O inestimável acervo de fotografias em chapa de vidro foi dado a conhecer por Miguel Pessoa e Lino Rodrigo, como se disse, sendo o Centro de Estudos Vergílio Correia de Condeixa-a-Nova o receptor do espólio (dado por generoso depósito dos familiares), ainda em fase de identificação temática. Essa desconhecida apetência de Vergílio para fotografar os trechos das suas deambulações pelo país rural atesta o rigor com que se dedicou a testemunhar, com visão antropológica esclarecida, a realidade objectiva da paisagem nacional e a dureza e miséria da vida

nas Beiras ou no Alentejo profundo. O detalhismo destas fotografias a preto-branco mostra a visão de um historiador de arte que é também etnógrafo e arqueólogo e, antes de tudo, um humanista.

6. O CIVISMO REPUBLICANO

Vergílio era, ademais, um homem de causas, educado nos princípios republicanos e defensor das liberdades cívicas. A sua visão era a de um intelectual bem informado em termos internacionais, fruto de viagens de estudo por terras de Itália, França e Espanha, sem esquecer Marrocos, cujas fortificações de origem portuguesa estudou em registo pioneiro. Invejável era o reconhecimento do seu perfil pelos seus pares a nível internacional, factor, quiçá, de reservas e despeitos que explicam os já referidos conflitos institucionais vividos, enquanto conservador no Museu Nacional de Etnologia e no Museu Nacional de Arte Antiga, com personalidades como José Leite de Vasconcelos e com José de Figueiredo, e que conduziram ao seu afastamento dessas funções.

Sendo um intelectual educado nesses valores cívicos, a que sempre manteve fidelidade ao longo da existência, explicam-se agora, com a luz transmitida pelo seu arquivo pessoal, aspectos mais obscuros da sua existência, polémicas que travou com outras figuras do seu tempo, e outras fases menos esclarecidas da sua vida. Desde cedo se envolveu nas lides políticas. Já em 1907, nas lutas académicas em Coimbra, ligado à 'Falange Demagógica' e a outros movimentos anti-monárquicos (segundo os estudos de Alexandre Ramires), surge documentado, junto a gente, como o malgrado António Granjo, que terão depois carreira na governação republicana; e está presente, também, no famoso assalto à Sala dos Capelos, poucos meses antes do 5 de Outubro de 1910. Vergílio teve sempre filiação maçónica na loja *A Revolta*, de Coimbra, e *Acácia*, de Lisboa, conforme foi provado pelas investigações de António Ventura, que atestou ter atingido o mais alto grau na hierarquia da sua loja, como adiante se verá. Conheceram-se também as 'amizades perigosas' que manteve com o grupo democrático do Comandante Aragão

e Melo, que conduziram à breve prisão de Vergílio no Aljube, em 1932, por ter dado abrigo a um republicano em regime de clandestinidade, tornando-se ele próprio figura desafecta ao regime do Estado Novo. A perseguição a Vergílio começara com a promoção, no Ateneu Comercial de Coimbra, de um livro proibido, *Tolerância* (1930), da autoria de Francisco de Aragão e Melo (1881-1959); este revolucionário da Marinha e maçom foi um dos combatentes do 5 de Outubro de 1910, em cujos preparativos se envolveu junto do Almirante Cândido dos Reis, sendo preso várias vezes e degredado pelo regime do 28 de Maio. Tal como Vergílio, era maçom do GOL (loja *Acácia*), e foi um opositor de primeira hora ao Estado Novo, envolvendo-se ainda, em 1949, na malograda candidatura presidencial de Norton de Matos. Na sessão pública de 16 de Março de 1930, promovida no Ateneu Comercial de Coimbra, que os relatos dizem ter sido muito concorrida, sob presidência de Vergílio Correia, este declarou: «Divulgando as doutrinas expostas pelo Comandante Aragão e Melo, o Instituto pratica um acto do mais puro civismo (...). O tema e a hora que lhe vem dar relêvo: quando os agentes da reacção clerical e plutocrática lutam, com desespero nunca visto, na ânsia de reaverem um domínio que nunca mais alcançaram. Nunca mais! (...)». Explicam-se as perseguições políticas de que passaria a ser alvo com maior insistência... O motivo directo da prisão de Vergílio Correia em Junho de 1932 deveu-se, segundo Paulo Silva, ao facto ter acolhido na sua residência de Lisboa (sita na R. Heliodoro Salgado, 57, 3ª) um opositor da Ditadura, o Dr. Pedro Fazenda, mas a razão era outra: de facto, presidira à referida sessão de 16 de Março de 1930, no Ateneu Comercial de Coimbra, promovendo o proibido livro *Tolerância*, de Aragão e Melo. Todavia, esse percalço político causado pela prisão no Aljube não foi de molde a menorizar o reconhecimento das altíssimas capacidades científicas e pedagógicas de Vergílio Correia, e não foi óbice para que o regime, sabendo-o desafecto, não lhe coartasse o trabalho intelectual. Em tempos dramáticos da política salazarista, ele pôde prosseguir a sua carreira universitária, tanto académica como na

direcção do Museu Nacional Machado de Castro e do campo arqueológico de Conimbriga.

Vergílio esteve ligado ao movimento da *Renasença Portuguesa*, como se disse, escrevendo na *Águia*, onde defende uma política republicana com incidência na salvaguarda do património cultural, fiel a uma perspectiva que nos nossos dias diríamos ser de salvaguarda do património artístico nacional, fosse arqueológico, etnográfico ou artístico, tão aviltado quanto desconhecido. Ao mesmo tempo, colabora com o Grande Oriente Lusitano Unido e é nesse âmbito que escreve (1929) o artigo *Breves Considerações acêrca da Arte Maçónica* (*Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*). Define neste artigo os templos maçons como *Santuários da Razão*, explicando a sua orgânica em termos de arquitectura e equipamento decorativo, ao longo dos séculos, o que leva a considerá-los herdeiros espirituais das estruturas medievais de pedreiros-livres. Reclama para a arte maçónica uma matriz «harmónica e perfeita» (...) «fugindo a anacronismos ou realizações anti-estéticas».

Dos elementos recentemente revelados por António Ventura, a filiação maçónica de Vergílio Correia esclarece-se à luz de dados seguros: na documentação das obediências do Grande Oriente Lusitano, mostra-se Vergílio iniciado em 1909, e a integrar desde 1911 a loja *A Revolta*, com o nome simbólico Santer; em 1912 já era mestre, atingindo o grau três, o mais importante grau da Maçonaria Simbólica; miudando-se para Lisboa, entra em 1924 na loja *Acácia*, seguidora do rito francês, tal como *A Revolta*; atinge o grau 4 nesse ano, e em 1931 o grau cinco (num total de sete); em 1928, uma carta da loja *Acácia* regista Vergílio com o grau seis; em 1935, ano da grande repressão à Maçonaria e proibição da actividade das lojas, Vergílio atingira o sétimo e último grau a hierarquia do seu ramo.

7. UMA PERSONALIDADE DE EXCEPÇÃO

Avulta em toda a vasta obra de Vergílio Correia uma personalidade extraordinária, com múltiplos interesses, muitas vezes esquecida pela desmemória e

ingratidão dos homens mas que guarda plena actualidade e urge, por isso, voltar a conhecer.

À luz do nosso conhecimento sobre a sua vasta e multifacetada produção científica, pode afirmar-se que Vergílio Correia foi uma das mais extraordinárias personalidades da cultura portuguesa da primeira metade do século passado. Dotado de largas qualidades de investigação e com interesses plurais e saberes actualizados, e ancorado em campos tão diversos como a Arqueologia, a Etnografia e a História da Arte, foi não só o arqueólogo que deu a conhecer o megalitismo do Alentejo e que revelou o essencial do *oppidum* romano de Conimbriga como, também, apaixonado antropólogo, renovador dos estudos da Etnografia portuguesa e, ainda, notabilíssimo historiador de arte, museólogo e professor universitário.

O conhecimento mais aprofundado da sua personalidade, a partir da documentação do seu arquivo pessoal, em parte conservado na A.N.T.T., permite-nos traçar um retrato fidedigno das suas valências, absolutamente notáveis em todos os campos de saber em que investiu o seu afã de investigador. Professor de História da Arte e Arqueologia na Universidade de Coimbra durante mais de dois decénios, formou gerações de alunos nessa sensibilização pelo património histórico-artístico nacional e dentro de uma nova perspectiva de análise comparatista, contextualizada e problematizante, com que sabia visionar os monumentos e as obras de arte, fossem eruditas ou de expressão regional. E o Museu Nacional Machado de Castro adquiriu com a sua direcção, também, a frescura de um trabalho em que o arqueólogo, o historiador de arte e o gestor de património se cruzaram, com resultados visíveis, por exemplo, na redignificação do célebre Criptopórtico.

Apesar de ser, por vezes, figura algo esquecida pela desmemória e ingratidão dos homens, o legado científico, pedagógico e académico de Vergílio Correia guarda plena actualidade e urge, por isso, voltar a conhecê-lo. Têm vindo a ser desenvolvidas linhas de pesquisa tendentes a investigar os legados arquivísticos e a revalorizar muitas dessas valências científicas em que a sua produção foi pródiga.

Entre essas valências se destaca, naturalmente, o campo da História da Arte, até então desguarnecido, e o caso específico da revalorização do Azulejo português, em que foi um dos mais qualificados pioneiros. Como escreveu Manuel Lopes de Almeida (prefácio às *Obras de Vergílio Correia*, vol. V, 1978), o seu temperamento arrebatado, se coabitava com um cuidado pendor de comunicação e pedagogia, era sobretudo o de um homem ardente na pesquisa de campo: «Eis que fora das aulas, livre do constrangimento do ambiente académico, que naturalmente restringia o seu temperamento e sensibilidade, se revelava o prelector expansivo, ágil, entusiasta, de estilo às vezes arrebatado. O campo verdadeiramente genuíno e propiciador do seu en-

sino constituíam-no, com efeito, o pátio e as salas do Museu Machado de Castro, o pórtico majestoso e o interior da Sé Velha, o auspicioso *oppidum* de Conimbriga, onde a sua inteligência, viveza de espírito e poder de comunicação se ofereciam de modo persuasivo e aliciante no tratamento dos temas de história cultural e artística» (...).

Historiador de Arte que era Etnógrafo e Arqueólogo ao mesmo tempo, humanista e homem de cultura integral, Vergílio Correia foi um sábio a quem a morte prematura coartou uma carreira guindada para mais altos voos. Continua a ser uma referência, por demais actualizada e como tal insubstituível, para os estudos do presente.





CONVITE

O Presidente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo e O Centro de Estudos Vergílio Correia (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova e Associação Ecomuseu de Condeixa) convidam V. Ex.^a a estar presente na inauguração da exposição **Vergílio Correia (1888 - 1944) - Um Olhar Fotográfico**, que terá lugar no próximo dia 8 de Março de 2018, pelas 18.00h, no Núcleo Expositivo do Museu Regional de Beja, rua dos Infantes.



EDUARDO SUCENA, OLISIPÓFILO E OLISIPÓGRAFO

Francisco Santana

Numa muito breve e muito remota tentativa de criação de um pessoalíssimo dicionário, defini “Intellectual” como “Homem diluído em condicionais e disjuntivas”. O longo e proveitoso convívio com Eduardo Sucena impôs-me a evidência de quanto tal definição era desajustada da realidade. Homem de sólidas convicções, mais dado a certezas do que a dúvidas, a diversidade dos seus interesses e uma curiosidade infatigável e sempre desperta fizeram-no constituir obra multimoda e valiosa que, obviamente, lhe garante presença no mundo da Cultura.

Essa obra (que, aspecto não irrelevante, era baseada em prosa ágil e culta) justifica, melhor direi, impõe, que dela se faça completa resenha. E creio que revelar a dimensão da sua obra constitua a melhor homenagem que se poderá fazer ao prolífico Autor.

Parece-me que essa tarefa ciclópica (no mínimo...) só poderá ser levada a cabo pela conjugação de vários esforços. Tento, esperando que isso não exceda as minhas fracas forças e difíceis circunstâncias, coligar a sua colaboração em trabalho que “construímos” juntos, o *Dicionário da História de Lisboa*, e em publicações nas quais ambos colaborámos: *Arqueologia e História* (da Associação dos Arqueólogos Portugueses), *Olisipo* (do Grupo Amigos de Lisboa) e *Cadernos Culturais* (do Centro Cultural Eça de Queirós). Mas, antes destas muito largas dezenas de textos, lembro só, e muito como-

vidamente, obra que Eduardo Sucena dedicou à sua Guarda natal (*Guarda – a minha montanha mágica*), a última que publicou, e de que um exemplar me foi entregue pela Senhora Dr.ª Berta Sucena em 28 de Dezembro de 2016, dois dias antes do falecimento do seu Autor e meu Amigo.

Começamos pela A.A.P., na qual ingressou em 17 de Fevereiro de 1997 e cujas Secção de História e Comissão de Estudos Olisiponenses integrou. A esta última, eleito em 12 de Março de 2009, presidiu durante o triénio de 2009 a 2012.

Em *Arqueologia e História* publicou, no n.º 53 (2001), “Os muros afonsinos de Lisboa” (texto de comunicação apresentada à Comissão de Estudos Olisiponenses em 30 de janeiro de 2001) e “No centenário do nascimento de Luís Pastor de Macedo”.

No n.º 58/59 (2006/2007) estão publicadas “D. Maria Ana de Áustria, a Rainha desaparecida”, “A Casa da Flor da Murta” e “O Vale e o Convento de Chelas”, textos de comunicações apresentadas, respectivamente, em 2 de Abril de 2002 e 27 de Junho e 30 de Novembro de 2006.

Apresentou ainda, à Secção de História, “A dupla tumulação de D. Paio Peres Correia, Mestre de Santiago” (em 3 de Novembro de 2003) e, à Comissão de Estudos Olisiponenses: “Casas dos Templários e Hospitalários em Lisboa”, “A provável beguinaria de Lisboa”, “O Colégio de S. Patrício

dos Irlandeses”, “A pedra de armas da fachada da igreja de S. Lourenço de Carnide” e “Júlio de Castilho e o Arco de Santo André”, respectivamente, em 3 de Abril de 1997, 20 de Maio de 2008, 10 de Dezembro de 2009, 24 de Junho de 2010 e 16 de Fevereiro de 2012.

A terminar este apontamento sobre a sua presença na A.A.P. regista-se que, por iniciativa da Mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses, foi evocada a sua memória e lembrada a sua obra no colóquio “Esta Lisboa que eu amo” que teve lugar em 6 de Maio de 2017. Estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História, membros do GAL e o Dr. Assírio Bacelar, em representação da Vega Editora. Usaram da palavra, além do Presidente da Mesa, Prof. Arq.º Mário Varela Gomes, J. Leitão Baptista, Fernando Andrade Lemos, Clementino Amaro, Heitor Pato, António M. Dias Diogo e Laura Trindade e Ana Cristina Martins que entrevistaram, respectivamente, com “No rito dos passos, em pedras polidas, marcas que possam ser lidas (*in memoriam* de Eduardo Sucena)”, “Quando a ciência se cruza com a amizade”, “Olaria romana da Garrocheira – seu contexto no Tejo e na produção de preparados piscícolas de Olisipo”, “A tumulação de São Vicente na Sé de Lisboa”, “A instituição do Vínculo de Capela por Balthazar Dias Pereira e Sua Mulher ao Convento do Carmo de Lisboa” e “Eduardo Sucena e a Associação dos Arqueólogos Portugueses: duas décadas de cumprimentada”.

No Grupo Amigos de Lisboa, em cuja vida teve papel relevante durante décadas, ingressou Eduardo Sucena em 7 de Fevereiro de 1980. Foi eleito secretário-geral uma primeira vez em 1988, tendo para o mesmo cargo sido sucessivamente escolhido para os triénios iniciados em 1991, 1994 e 1997; foi eleito Vice-Presidente e Presidente da Assembleia Geral, respectivamente, em 2000 e 2003.

Assinala-se a presença de textos seus no boletim *Olisipo*, órgão do GAL, a partir do n.º 146/147/148, respeitante aos anos de 1983 a 1985, no qual publicou “O Fado, Canção de Lisboa”.

No n.º 149 (1986), no qual assumiu a direcção, em virtude do falecimento do Dr. Paulo Caratão So-

romenho, subscreveu “A Capela de N. S. da Soledade anexa à primitiva Igreja de São Jorge” e “Os antigos retiros das hortas”.

Colaborou no n.º 150 com “Os Cafés na vida social, política e intelectual de Lisboa”. Nesta edição, com a qual se encerrou a I Série, como nas anteriores mencionadas, não se lhe devem só os textos referidos; o seu profundo entrosamento na vida da colectividade e na do seu boletim traduziu-se ainda em notícias necrológicas, intervenções em visitas promovidas pelo GAL, textos sobre a remodelação de *Olisipo*.

Desta remodelação resultou a II Série de *Olisipo* (em que figura como Director – Adjunto nos n.ºs 5 a 11). Nela publicou “Os misteriosos subterrâneos de Lisboa” (n.º 6, Julho de 1998), “Casas dos Templários e dos Hospitalários em Lisboa” (n.º 7, Dezembro de 1998), “A Cerca Fernandina entre as Torres de São Lourenço e de Santana” (n.º 8, Maio de 1999), “De Santo Antão-o-Velho ao Hospital de São José” (n.º 9, Junho de 1999), “A Ordem de Cister em Lisboa”, “Adeus, Amália” e “Centenário do nascimento de Mário Domingues” (n.º 10, Outubro de 1999), “Peregrinação – Religiosidade e Aventura” (n.º 11, Dezembro 1999).

No n.º 13 (Julho/Dezembro de 2000) está transcrito, sob o título “Amália”, um texto retirado da sua obra *Lisboa, o Fado e os Fadistas*; neste mesmo número passou a coordenar a secção “Arquivo Pitoresco”, nela subscrevendo notas intituladas “Arte e vandalismo” e “Como se achincalha a memória de um herói”; na mesma Secção publicou, no n.º 14 (Janeiro/Junho de 2001), “Um incêndio no Limoeiro” e “Insistência no erro”.

Voltou a debruçar-se sobre a figura de um dos seus olisipógrafos preferidos (até por terem em comum, além do amor por Lisboa, um certo pendor boémio e a devoção por Camilo) em “Luís Pastor de Macedo, conceituado comerciante e distinto olisipógrafo”, publicado no n.º 15 (Julho/Dezembro de 2001). “Como Eça e Camilo viram o Sítio dos Olivais” foi a sua colaboração no n.º 16 (Janeiro/Junho de 2002) e no n.º 17 (Julho/Dezembro de 2002) voltou a um dos seus temas de eleição, “A Cerca

Nova de Lisboa – vestígios actuais”. Colaborou no n.º 19 (Julho/Dezembro de 2003) com “A Quinta e o Paço de Belas” e “A Grande Noite do Fado – 50 anos depois”, no n.º duplo 20/21 (Janeiro/Dezembro de 2004) com “O Cais das Colunas – que futuro?”, no n.º 22/23 (Janeiro/Dezembro de 2005) com “A Infanta D. Maria de Portugal e a Lisboa Quinhentista (texto de comunicação apresentada em 25 de Outubro na Universidade Lusófona no âmbito de sessão promovida pela Associação de Defesa e Desenvolvimento do Campo Grande que para ela convidou alguns colaboradores de *Olisipo*). O n.º 24/25 (Janeiro/Dezembro de 2006) contou com diversa colaboração sua: além de, no “Arquivo Pitoresco”, ter publicado “Um Retrato do Esculápio” e “A Estação do Metro do Martim Moniz”, publicou em outra Secção, “Feira da Ladra”, “Fados... dos Amigos de Lisboa”; subscreveu também “A fantástica cisterna do Mira”, “Quebra Bilhas – O último retiro das hortas” e “O Professor Cândido de Oliveira e os Amigos de Lisboa” (reproduz evocação do mesmo em 25 de Novembro na Biblioteca da Ordem dos Médicos). Do n.º 26 esteve ausente e no n.º 27 (Julho/Setembro de 2007) só se lhe deve, integrado na “Feira da Ladra”, texto dedicado à “Tertúlia Festa Brava”. No n.º 28 (Outubro/Dezembro de 2007) temos “A provável beguinaria de Lisboa” e, no “Arquivo Pitoresco”, “A Livraria Barata – uma livraria modelo”. No n.º 29/30 (2008/2009) recordou “O repertório oitocentista do Teatro da Trindade”, “D. Maria Teresa de Noronha” e, em “Setenta anos depois...”, Amália Rodrigues; e no “Arquivo Pitoresco” publicou notas sobre “S. João Nepomuceno”, “Palácio das Necessidades”, “Estação de Santa Apolónia” e “Monumento da Guerra Peninsular”. E, finalmente, no n.º 31 (2010), assinou “A pedra de armas da fachada da igreja de S. Lourenço” e, no “Arquivo Pitoresco”, “Os túmulos dos beneméritos do Colégio de S. Patrício” e “Uma curiosidade da história da Carris”.

As edições de 2011 e seguintes não chegaram, por uma convergência de circunstâncias lamentáveis, a ser publicadas. Se fosse pertinente encetar uma como que bibliografia virtual, ela abriria com

a indicação, no hipotético n.º 32, de “Eng. Brazão Farinha – um madeirense presidente dos Amigos de Lisboa” e “Augusto Fuschini e as obras de restauro da Sé de Lisboa”.



Fotografia de 2007, feita por consócia do GAL, a Senhora D. Adèle Lopes Paulo.

O *Dicionário da História de Lisboa* nasceu em visita dos Amigos de Lisboa ao Palácio Belmonte; foi aí que, de modo aparentemente desinteressado mas, na realidade, francamente interessado, comentei como seria útil um dicionário onde, tendo em atenção as mais recentes investigações, se abordassem os temas que, no seu conjunto, constituíssem uma História da Cidade. Ao fazê-lo, tinha a consciência de que meter ombros a tal empreendimento não era tarefa para uma só pessoa e sabia que Eduardo Sucena tinha em elevado grau os necessários saber e pertinácia para, juntos, levarmos a cabo tão ambicioso desiderato; e tinha a certeza, felizmente confirmada, de que se entusiasmaria com a hipótese da sua concretização.

Os textos que subscreveu correspondem, naturalmente, aos seus interesses e manifestam as suas

preferências, evidenciam o seu apreço pelas personagens socialmente cimeiras mas, também, pelos locais e manifestações da cultura popular. Duas figuras gradas (sobre as quais, aliás, em outras ocasiões se debruçou: “Maria (Infanta D.)” e, em relação com ela, “Nossa Senhora da Luz (Santuário e Mosteiro de)” e “Nossa Senhora dos Prazeres (Hospital de)” ; “Manique (Diogo Inácio de Pina)”.

Outro tema que aprofundadamente estudou e também com diversas emergências na sua obra originou “Cerca Fernandina” e “Cerca Velha”.

Palácios, temos: “Belmonte (Palácio dos Condes de)”, “Caldas (Palácio dos)”, “Flor da Murta (Palácio)”, “Paço do Lumiar”, “S. Martinho (Palácio dos Condes de)”.

Foram as seguintes as entradas por si subscritas respeitantes a igrejas e residências religiosas: “Chelas (Igreja e Convento de)”, “Corpus Christi (Convento de)”, “S. Patrício (Colégio de)”, “S. Tomé (Igreja de)”, “Santa Maria de Jesus (Convento de)”, “Santa Marinha (Igreja de)”.

A atenção às zonas velhas e típicas e também às (*in illo tempore*) da periferia originou: “Alfama (Bairro de)”, “Alvalade (Campo de)”, “Bairro Alto (Evolução Social)”, “Buenos Aires (Sítio de)”, “Cais do Sodré”, “Luz (Sítio da)”, “Mocambo”, “Mouraria (Bairro da)”, “Pampulha (Sítio da) e, já acima listado, “Paço do Lumiar”.

Obviamente escreveu (quem melhor o faria?!) sobre “Amigos de Lisboa (Grupo)” e “Araújo (Norberto de)”; lembremo-nos de que este, o único olipógrafo aqui listado, foi fundador do Grupo e era jornalista, actividade por que Eduardo Sucena tinha declarado fascínio e com a qual iniciou o seu percurso literário. Ser convivente que era, não menos óbvio é que se tenha encarregado das entradas “Cafés” e “Retiros das Hortas”. E não poderia pensar-se em outro autor para “Fado” e “Severa”.

Subscreveu ainda “Academias particulares”, “Colinas (7)”, “Lisboa Ocidental e Oriental”, “Osberno” e “Polícia”.

Este nutrido conjunto de estudos, posto à disposição da Senhora Dr.ª Luísa Braz de Oliveira, organizadora de *Lisbonne – Histoire, Promenades,*

Anthologie & Dictionnaire, volume editado por Robert Laffont em 2013, justificou que o seu nome fosse um daqueles a quem a organizadora expressou agradecimentos.

A listagem precedente poderia ser ampliada com as muitas entradas já impressas destinadas à 2ª edição do dicionário (agora em 3 volumes e com o título de *Grande Dicionário da História de Lisboa*). Mas o misterioso não aparecimento dela só o poderiam esclarecer (e nunca o fizeram) a Editorial Presença e o editor antecedente.

Quem com alguma atenção folhear o *Dicionário da História de Lisboa*, reparará que largas dezenas de textos não estão assinados. Porquê? É a altura de, *urbi et orbi*, o revelar; bem ou mal, os coordenadores considerámos que seria inconveniente haver em excesso textos assinados pelos mesmos nomes, os de alguns dos colaboradores e, sobretudo, os nossos, mas versavam temas que não queríamos deixar esquecidos e não conseguimos arranjar quem os tratasse. Quais os que se devem a Eduardo Sucena? Posso afirmar, com absoluta certeza, que são da sua autoria “Arnulfo”, “Biblioteca Genealógica de Lisboa”, “Centenário de Camões (1880)”, “Macedo (Luís Pastor de)”, e “Morraz (Ponte do)”. Pelos temas, pelo estilo, pela bibliografia citada, inclino-me, com fortíssima probabilidade para que se lhe devam os seguintes: “Alto do Longo”, “Alto do Varejão”, “Braço de Prata (Sítio de)”, “Cabeço de Bola”, “Cabo Ruivo (Sítio de)”, “Corte Real (Palácio)”, “Esperança (Convento de N. S. da)”, “Lafões (Palácios dos Duques de)”, “Pedrouços (Sítio de)”, “Santa Justa (Igreja de)”. Considero muito possível, espessando-se, todavia, sobre essa possibilidade algumas dúvidas, que sejam da sua pena “Corredoura”, “Paço dos Tabelaes”, “S. Martinho (Igreja de)”, “Sant’Ana (Convento de)”, “Santa Apolónia (Convento de)”, “Santa Clara (Convento de)” e “Senhor Jesus do Rosário (Ermida do)”.

Eduardo Sucena possibilitou a passagem do *Dicionário da História de Lisboa* de potência a acto e por isso lhe estou infinitamente grato. Dos textos que nele publicou considero os listados em último lugar, do ponto de vista do contributo para a sua bi-

bliografia, os mais e os menos valiosos; os menos, porque sobre eles pairam dúvidas quanto à sua paternidade, mas os mais valiosos porque creio que não há outra notícia que ao seu Autor os atribua.

Refiro por fim (*the last but not the least*) os *CADERNOS CULTURAIS*, uma das facetas da notável acção de dinamizador cultural do Prof. Fernando Afonso de Andrade e Lemos, nosso Amigo e Confrade. Nesta publicação, que surge, com regularidade pendular, em Novembro de cada ano, marcou presença desde o n.º 3 (2010) até ao 9 (2016).

No n.º 3 colaborou com “D. Nuno Álvares Pereira e as leis da ordem da cavalaria”, no n.º 4 com “Paço do Lumiar medieval”, no n.º 5 com “Júlio de Castilho e o Arco de Santo André”, no n.º 6 com “Lisboa quinhentista e a sereníssima Infanta D. Maria”, no n.º 7 com “Uma personagem de Alexandre Dumas em Lisboa”, “O Duque de Loulé e a questão de Olivença” e, em colaboração com Fernando Andrade Lemos, José António Silva e Maria Celeste Moradas Ferreira, com “Poiesis de Armando Moradas Ferreira”, no n.º 8 com “A Balada da Praia dos Cães – realidade e ficção” e “Arnaldo Ferreira: Pintor da Lisboa Nocturna”, no n.º 9 com “Méritos e deméritos do cronista-mor Rui de Pina”.

Terminei esta longa resenha de títulos, modesta contribuição para o monumento que se impõe seja erguido à memória de Eduardo Sucena. Foi ela estimulada por um sentimento de justiça mas também pela recordação de uma camaradagem de longos anos que ao longo deles se foi convertendo em firme amizade. Até sempre, Sucena! Até breve, meu Amigo!

NO RITO DOS PASSOS, EM PEDRAS POLIDAS, MARCAS QUE POSSAM SER LIDAS

IN MEMORIAM DE EDUARDO SUCENA

J. Leitão Baptista

Publicista e artista plástico / joselbaptista@gmail.com

Conheci Eduardo Sucena, escritor natural da Guarda, através do poeta Fernando Pinto Ribeiro, seu conterrâneo e amigo, irmanados ambos em objectivos e interesses culturais comuns.

Relembro os momentos de convívio em tertúlias que reuniam amigos de semelhantes vocações, como o coronel Carlos Silva Ribeiro, desenhador que bastas vezes ilustrou poemas do seu irmão poeta e de outros autores e acompanhante assíduo de programas em que nos envolvíamos ou eventos culturais para que éramos convocados; Leonel Lourenço, fotógrafo conceituado em cujo estúdio posaram para a sua objectiva nomes grandes do fado e da cultura; Ilídio da Fonseca Matos, natural da Guarda, agente editorial em Portugal de autores internacionais de renome, entre eles vários prémios Nobel, em representação de agências estrangeiras de direitos de autor. Pontuavam de quando em vez poetas, artistas, cantores, convocados por algum dos elementos mais assíduos. Esporadicamente combinávamos almoços que ocorriam em várias zonas da cidade, de que são exemplo a Esquina da Fé, o Pote, o Posolo e outros em que a conversa perdurava por tempo mais dilatado. Com o desaparecimento de uns e ausência de outros por circunstâncias variadas, mantive com Eduardo Sucena e Carlos Silva Ribeiro o propósito de darmos continuidade a esses encon-

tros, o que veio a acontecer em diversas ocasiões. Quando aguardávamos o restabelecimento e disponibilidade de Eduardo Sucena para que um novo encontro se proporcionasse, fomos surpreendidos com o seu falecimento.

Tomei por título desta comunicação, em modo de homenagem, o verso de um poema dedicado a Arnaldo Ferreira, o pintor da Lisboa nocturna. Estranhando eu a longa ausência dessa personagem que deambulava em passos largos por algumas zonas da baixa de Lisboa, vestido a rigor, vociferando os seus desabafos, Eduardo Sucena informou-me que o pintor já tinha falecido. Acto contínuo, narrou-me o episódio da sua tentativa de aquisição para os Amigos de Lisboa de uma obra deste artista, junto do mesmo, frustrada devido ao preço elevado da sua cotação. Na sequência da notícia que esclarecia o seu desaparecimento, evoquei dias depois a memória do pintor num poema intitulado “Arnaldo Pintor em toada sonâmbula”, procurando nele interpretar sinais de conjugação dos seus passos na calçada de Lisboa com uma possível interpretação da sua pintura.

Para o título daí resultante, “No rito dos passos, em pedras polidas, marcas que possam ser lidas” estabeleço um elo de ligação com Eduardo Sucena num outro poema a ele dedicado e que tem por título “Cidade-Desejo”:

*Mitigo a sede nos passos
De subidas e descidas
Vagueio e sondo os espaços
Nos enredos de avenidas*

*Mastigo o sol de Lisboa
Vou de colina em colina*

*Trilho caminhos à toa
Que a liberdade ilumina*

*Mendigo tonto de luz
Esta Cidade-Desejo*

*Abraço aos braços em cruz
O corpo em fogo do Tejo.*

Do salutar convívio mantido com Eduardo Sucena em grupo de amigos, convoco desta vez a sua necessária companhia para que em tom de conversa amena caminhemos a dois num hipotético percurso das Portas de Santo Antão até ao Beato, na zona oriental de Lisboa. Recordarei lugares comuns de passagem com alguns esclarecimentos que o escritor me proporcionou, ordenando assim as peças de um *puzzle* numa vivência possível que denote o seu sábio conhecimento transmitido ao companheiro de jornada.

Toquemos pois ao de leve em alguns factos e ocorrências que o passeio irá proporcionar.

Voltados para o Palácio da Independência, Eduardo Sucena informa-me que o mesmo era propriedade de D. Antão de Almada e aí se reuniam os conjurados que em 1640 puseram fim ao domínio espanhol dos Filipes. Diz-me também que a defenestração de Miguel de Vasconcelos não ocorrera neste edifício, como por vezes consta, mas sim no Paço da Ribeira. O imponente Teatro de D. Maria II fora erguido onde outrora se situava o Palácio dos Estaus, sede da Inquisição. Espreitamos as paredes interiores da Igreja de São Domingos, com marcas de um incêndio ocorrido em meados do século XX, que muita gente confunde com estragos relacionados com o terremoto de 1755.

Na Praça da Figueira, isso sim, o terremoto destruiu por completo o Hospital de Todos os Santos. Aqui o meu mestre e companheiro detém-me para que observe a estátua equestre de D. João I, monumento já do nosso tempo. Diz-me para reparar na forma como o rei monta à estardiota, modo peculiar que distingue os militares dos cavaleiros tauromáquicos e frequentadores de hipódromos e provas de hipismo, que de pernas flectidas pelos joelhos, montam à gineta. O rei surge de pernas esticadas, assentando os pés em estribos baixos que lhe facultem a posição de se erguer em base de sustentação sólida no manuseamento da espada.

Na Rua da Prata espreitamos no Martinho o lugar permanentemente reservado a Fernando Pessoa (acrescido hoje de dois lugares igualmente reservados que homenageiam José Saramago e Manoel de Oliveira). Estamos já no Terreiro do Paço, onde posso observar na estátua equestre a forma peculiar de montar. Contrariamente ao rei D. João I da Praça da Figueira, D. José parece montar à gineta. A este meu reparo, Sucena esclarece: “Não estranhe, pois o escultor Joaquim Machado de Castro adoptou aqui um procedimento de meio termo entre uma forma militar e outra de cavaleiro tauromáquico. A tauromaquia estava em voga. Era o tempo do célebre marquês de Marialva, que na última corrida de Salvaterra, a que o rei assistiu, desceu à praça para vingar a morte do seu filho, o conde dos Arcos.” Nesta extraordinária Praça do Comércio, cartão-de-visita da cidade de Lisboa, cito ao meu guia e companheiro um excerto irónico de uma “Crónica de Olisipos – Tagus I”: “Não existe já a formação ordenada da soldadesca na praça cartesiana (quadrícula gizada no solo) nem o aparatoso desfile se desenvolve frente ao palanque de galões e dragonas. Havia condecorações a título póstumo, heróis garbosos e lágrimas incontidas. Recitavam Camões e patriotas. As festividades solenes do dia da pátria lusa eram agora anunciadas com corridas de atletas e jogos de bola...” Suspendo a citação, pois no semblante do meu interlocutor noto alguma discordância nesta forma de abordagem. Sei quanto ele preza os valores morais e o patriotismo faz parte da sua

intransigência ideológica. Tartamudeio e embarga-se-me a voz perante a inusitada ocorrência. Salva-me o mestre companheiro, que, ultrapassando o momento menos feliz, transfere o diálogo para o significado das duas colunas fustigadas pela água do Tejo, aludindo ao Acto Colonial. No Campo das Cebolas, fico a saber que a Casa dos Bicos fora propriedade de um filho de Afonso de Albuquerque.

A curiosidade completa-se no Chafariz d'el Rei, do século XIV. Sou informado de que desavenças e brigas constantes levaram a definir a utilização das múltiplas bicas por estratos sociais determinados: uma para negros, outra para mouros, outra para raparigas brancas, outra para índios, serviçais, gente das galés...

Alfama nos espera, um local de excelência do fado. Passamos junto do Museu cuja história envolve Eduardo Sucena, vítima de uma ingratidão que na ocasião o deixou com alguma mágoa, pois estivera na sua génese mediante proposta que fizera ao então presidente da câmara Nuno Krus Abecasis. Sabendo que sou conhecedor do assunto, conduz-me para outro motivo de conversa, a cerca moura, assim designada a muralha antiga de Lisboa.

Passamos Santa Apolónia e a frente ribeirinha de gruas e contentores, o mar da palha, o trabalho varioso dos portos.

É imperioso determo-nos mais adiante no Convento dos Grilos, junto à igreja do Beato. O meu guia e interlocutor diz-me ter havido ali dois conventos: o dos grilos e o das grilas, este outrora situado nas instalações actualmente pertença da Manutenção Militar. E grilos assim designados por usarem hábito negro com capuz, embora a ordem professa fosse a dos Agostinhos Descalços.

No Beato a corporação de bombeiros do mesmo nome alinha as suas viaturas ao ar livre, misturadas com carros particulares que aí procuram lugar para estacionar. Com instalações exíguas desadequadas para o exercício da sua actividade (Eduardo Sucena garante-me que se trata da associação de bombeiros mais antiga de Lisboa), pasma-se com a ausência de um quartel e garagem apropriada.

No Convento do Beato a minha pergunta é

pertinente: "Eduardo Sucena, quem era afinal este beato?" A resposta vem logo de seguida: "Trata-se de frei António da Conceição, personalidade que com exíguos recursos resultantes de esmolas empreendeu o desenvolvimento do convento da sua congregação e foi muito estimado pelo povo, que passou a qualificá-lo de Beato." Assim mesmo, num grande poder de síntese, proporciona-me com esta informação breve a descrição de uma história longa.

Tempo houvesse e atingiríamos ainda o Palácio da Mitra, um lugar especial para Eduardo Sucena. Ali estiveram sediados os Amigos de Lisboa. Fala-me da mágoa de terem sido desalojados.

O nosso périplo termina ao lusco-fusco quando nos esgueiramos por uma rua escondida que nos conduz ao restaurante da Tia Rosa, um ambiente pejado de alfaia antigas no tecto e nas paredes, figurando em lugar de relevo uma fotografia da proprietária fundadora. É noite de fado. A sala está cheia para que após o jantar o grupo usual de fadistas cumpra o seu programa. É noite de caldo-verde, canjirões de tinto e sardinha assada. Em lugar mais recôndito, propositadamente escolhido pelo mestre para que a sua presença não contribua para alterações não programadas, brindamos à velha amizade.

No silêncio possível que o momento exige e enquanto os fadistas se revezam anunciados pelo apresentador que pronunciou os nomes dos dois guitarristas de serviço, vou recebendo de Eduardo Sucena notas referenciais de quem canta, antecipando-me o nome dos fadistas, gente que convivera com Fernando Maurício, e qualificando os tipos de fado que vão ocorrendo, o franklin, o carriche, o maria vitória, o marceneiro, o magala, o pinóia...

No final, o apresentador pergunta se entre a assistência está algum fadista amador que queira cantar. Lobra então na posição distante em que nos encontramos, o autor de "Lisboa, o Fado e os Fadistas". Dirige-se a nós e pede a Eduardo Sucena que o acompanhe até junto dos guitarristas. Seguem-se cumprimentos e abraços, agradecimentos pela sua presença e a assistência levanta-se para uma prolongada salva de palmas.

Numa viagem que ambos fizemos ao Sabugal

(distrito da Guarda, sua terra de origem) para assistirmos à inauguração de um núcleo bibliotecário dedicado ao filósofo Pinharanda Gomes, Eduardo Sucena fala-me de uma povoação chamada Rocamadour, onde há muitos anos estivera e mantinha o desejo de voltar para poder confirmar a hipotética presença de indícios de um lugar de culto e pousada de peregrinos que cumpriam o Caminho de Santiago. O lugar bailava-lhe na mente, aludindo à similitude de Rocamadour (França) e dos nomes locais Rocamadour e Rocamonde, ambos no distrito da Guarda. Acompanha-nos João Bigotte Chorão e Maria José Mexia.

O lugarejo visitado, hoje incomum, parecia votado ao abandono. Não se via viva alma. A vegetação agreste crescera e por certo escondera vestígios que o escritor ali localizara.

Procuro atenuar essa frustração sugerindo uma visita a Caria Atalaia, nas proximidades. Chegamos ao cabeço do Alto da Senhora das Preces na margem direita do Côa e nova frustração se nos depara. Nesse lugar pitoresco, somente uma capela restaurada. Nada de escavações que nos remetessem a um lugar histórico que se diz ali ter existido.

Vamos redimir-nos numa passagem por Sortelha, intramuros, com as casas de granito conservando a traça primitiva, uma muralha bem definida neste lugar ermo erguido sobre um maciço granítico que lhe confere uma natureza singular. Já apaziguados, prosseguimos o nosso roteiro indefinido. Sinto que Eduardo Sucena se revela agora reconfortado, após a frustração de não poder dar sequência a uma investigação que queria completar sobre Rocamadour.

A sua última obra, "A Guarda, a minha Montanha Mágica", foi lançada postumamente na sua cidade natal, na Biblioteca Eduardo Lourenço. A "montanha mágica" remete-me para Hans Castorp, protagonista da ficção de Thomas Mann, convalescendo num sanatório dos Alpes suíços. Também a Guarda tinha o famoso Sanatório Sousa Martins, procurado por gente de todas as latitudes para curar as suas enfermidades nos bons ares da cidade.

Contou-me Eduardo Sucena que na sua juventu-

de se deslocava a um *chalet* do sanatório onde podia exercitar o seu francês com um indivíduo estrangeiro com quem gostava de conversar. Sem se dar conta da passagem do tempo, sucedeu que um dia ao sair do *chalet* já de noite, se confrontou com uma situação inusitada. A matilha de cães de guarda era solta durante a noite, rondando a cerca, para que gente estranha não entrasse nas instalações. Receoso, avançou com cautela, mas com grande espanto notou que a matilha se perfilava à sua passagem e acompanhou-o como guarda de honra até à saída. O acontecimento deixou-o à vontade para que em ocasiões posteriores pudesse prolongar o diálogo com o residente do *chalet* que com o tempo lhe recomendara a leitura de romancistas franceses na sua língua original.

Da sua última obra, retiro palavras gratificantes de Pinharanda Gomes:

Estava em vias de, finalmente, publicar o seu testamento espiritual a favor da Guarda quando, poucas semanas antes, já o livro do testamento se achava impresso e a data de apresentação na Guarda já marcada para o dia 17 de Fevereiro deste ano, a irmã morte o surpreendeu. Em todo o caso, a apresentação foi levada a efeito, tendo sido orador o amigo Dr. J. A. Alves Ambrósio, que teve a gentileza de me facultar o texto, melhor, o impressionante testemunho de vida e de cultura que leria naquela data. Já obtive o livro "A Guarda, a minha Montanha Mágica" (Ed. Veja, 2016). O volume tem duas partes, na primeira sobressaindo as memórias sobre a paisagem social e urbana da Guarda nos meados do século XX. Na segunda parte, eleva-se o brilhante ensaio acerca do homem e escritor que foi Nuno de Montemor. Há outros temas, mas estes foram os que mais nos interessaram. De Nuno de Montemor releva um conhecimento rigoroso e afectivo, que depende da leitura dos livros e do conhecimento pessoal. Entre as novidades esclarece que Nuno de Montemor de facto não esteve em França como capelão na I Guerra, e revela a entrega do seu espólio ao Lactário Dr. Proença

da Guarda, sugerindo que este fosse transformado num centro de estudos da obra do escritor. A descrição da Guarda, rua por rua, casas mais importantes uma a uma, as tertúlias, os cafés, as actividades económicas, as escolas, os professores, os médicos, os padres, as figuras típicas, enfim, um mundo de cor e de estuante seiva... Tudo muito bonito nesta pintura de Sucena.

Na impossibilidade de estar presente num colóquio de homenagem ao escritor Nuno de Montemor levado a efeito no Sabugal por ocasião da celebração do seu centenário de nascimento, Eduardo Sucena pediu-me que o representasse, lendo a comunicação que fizera para o efeito.

Inserido numa pléiade de notáveis que para o evento foram também convocados, procurei representá-lo de forma dignificante. Dando-lhe posterior conhecimento da ocorrência, recebeu-me na sua residência junto à Alameda de D. Afonso Henriques, em Lisboa.

Foi a última vez que nos vimos.

Eis chegado ao fim o meu contributo para a homenagem que a Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses quis prestar a Eduardo Sucena.

Agradecendo o convite que me foi dirigido, termino elogiando um amigo íntegro, com uma postura vertical física e ideológica que merece o meu grande apreço.

Expresso os meus sentimentos aos familiares do homenageado e o meu reconhecimento a todas as pessoas presentes neste colóquio que tiveram a gentileza de me ouvir.

Lisboa, 6 de maio de 2017

RELATÓRIOS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DA DIRECÇÃO – 2017

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

O facto mais marcante deste ano foi de 2017 foi sem dúvida a aquisição, logo no início do ano, pela primeira vez na história da nossa Associação, de património imobiliário que servirá, para já, de apoio às actividades da AAP no domínio da investigação e da formação técnico-profissional, mas que constitui sobretudo uma importante reserva estratégica, em caso de qualquer alteração do actual enquadramento institucional da AAP e do MAC.

Esta aquisição patrimonial só foi possível graças a uma prudente gestão financeira, praticada pela Direcção ao longo dos últimos 20 anos, e ao crescente número de visitantes, sobretudo nos últimos cinco anos. Com efeito, embora o ano civil ainda não tenha terminado, já foram ultrapassados os objectivos que nos propúnhamos atingir, com um aumento de visitantes de cerca de 16% (atingindo um total de cerca de 282.000) e um aumento muito significativo de actividades culturais, envolvendo prestigiadas instituições e centenas de músicos, actores e pintores, às quais assistiram milhares de pessoas (não contabilizadas como visitantes do Museu), incluindo mais de 20 concertos, integrados no *Lisbon Music Fest*, além dos Concertos da Primavera e do Outono, da Orquestra da GNR, 20 representações de “O Rei UBU” de Alfred Jarry, pelo Teatro do Bairro, e ainda cinco sessões de cinema, em colaboração com a Filmin. (Figuras 1 e 2)



Figura 1 – Concerto integrado no Lisbon Music Fest.



Figura 2 – Peça de teatro no Museu Arqueológico do Carmo.

Além da habitual exposição de Artes Plásticas, de alunos e professores da Faculdade de Belas Artes de Lisboa que tem sido realizada no MAC nos últimos 10 anos, durante a primavera, em 2017, na sequência de uma breve “residência artística” que teve lugar no Parque Arqueológico e no Museu do Côa em 2016, foi realizada a exposição “Novos Olhares sobre o Côa – Exposição de Gravura Contemporânea”, que esteve patente ao público no MAC, em Junho e Julho, e no Museu do Côa, de Julho a Setembro, tendo tido um excelente acolhimento por parte do público. Esta exposição, que contou com a participação de 20 artistas, que se inspiraram nas gravuras pré-histórica para criar as suas obras numa linguagem plástica contemporânea, insere-se na campanha desenvolvida pela AAP no sentido de promover a divulgação da Arte do Côa entre o público português e os inúmeros visitantes estrangeiros do MAC. (Figura 3)



Figura 3 – Exposição no Museu do Côa – “Novos Olhares sobre o Côa – Exposição de Gravura Contemporânea”.

A actual situação financeira da AAP permitiu ainda à Direcção proceder a um ajustamento geral extraordinário das remunerações de todos os nossos colaboradores, como reconhecimento pela competência, zelo e dedicação com que têm desempenhado as suas funções, e como estímulo para que se continuem a empenhar na melhoria dos serviços prestados a todos os nossos consócios, parceiros e visitantes.

No que concerne às secções e comissões es-

pecializadas, a sua actividade decorreu nos moldes habituais, com apresentação ao longo do ano de diversas comunicações, tendo também sido emitidos numerosos pareceres referentes à Heráldica autárquica.

No âmbito da defesa e valorização do património arqueológico a Direcção desenvolveu ainda intensa actividade, quer junto da opinião pública, quer das entidades oficiais com responsabilidade nessa matéria, nomeadamente no que respeita à situação do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa, quer do que resta do antigo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS). No primeiro caso, a AAP teve uma posição bastante crítica em relação à nova Lei Orgânica da Fundação Côa-Parque, pois de acordo com a mesma, continua a não haver nenhum arqueólogo entre os cinco membros do seu Conselho de Administração apesar de a AAP estar representada, junto com outras 24 entidades, num Conselho Consultivo, sem qualquer capacidade de intervenção concreta na gestão do património arqueológico. Apesar disso, e por insistência da Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Prof.ª Fernanda Rollo, a Direcção aceitou participar no acima referido Conselho Consultivo, fazendo-se representar pelo Vice-Presidente, Dr. Luis Raposo, para que, pelo menos houvesse quem pudesse acautelar minimamente a componente arqueológica do importantíssimo património à guarda daquela fundação, então completamente paralisada por falta de meios para assegurar o normal funcionamento do Parque Arqueológico do Côa, pondo mesmo em risco a segurança daquele património, por falta de vigilância, o que aliás deu origem ao primeiro caso grave de vandalismo verificado nos últimos 20 anos. Assim, depois de criticar publicamente a situação extremamente grave e lesiva do único complexo arqueológico do país classificado como Património da Humanidade, a Direcção da AAP foi convocada para prestar declarações na Comissão de Cultura, Ciência e Educação da Assembleia da República, na sequência das quais o Ministro da Cultura se comprometeu publicamente a resolver a situação com

a maior brevidade possível, eliminando o avultado passivo entretanto acumulado, e dando garantias de reforço do sistema de vigilância das gravuras, e de pagamento regular dos salários dos trabalhadores do parque.

No que respeita à escandalosa situação do património arqueológico proveniente de mais de uma década de actividade do antigo CNANS, à guarda da DGPC, há mais de 10 anos, num armazém arrendado ao MARL, resultante do arrendamento daquele espaço a outra entidade, após o termo unilateral do contrato inicial, pondo em risco cerca de 15.000 objectos, a maior parte dos quais ainda em processo de conservação laboratorial, também a Direcção tomou diversas iniciativas, tais como uma visita a essas instalações, em companhia de dois deputados da República, no passado mês de Junho, de que resultou também a larga divulgação da situação na imprensa, duas audições parlamentares, nos meses de Junho e Outubro, e muitas promessas, parte delas ainda não cumpridas, por parte do Senhor Ministro da Cultura.

O ano de 2017 foi ainda marcado, no domínio da investigação, pelo recomeço dos trabalhos de campo da AAP em Vila Nova de São Pedro (Azambuja), após mais de 50 anos de interrupção das escavações aí desenvolvidos, ao longo de 30 anos, por Afonso do Paço e Eduardo Jalhay, em nome da AAP. Esses trabalhos, financiados este ano só pela AAP, contaram com a participação voluntária de vários consócios e de uma equipa de estudantes de arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, dirigida pela Prof.^a Mariana Diniz, bem como com o apoio logístico da Câmara Municipal da Azambuja e da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, e tiveram o melhor acolhimento por parte da população local, que há muito ansiava pelo recomeço dos trabalhos naquele local. Espera-se, assim, que possam ter continuidade nos próximos anos, com maior amplitude e com outros apoios financeiros e institucionais, no âmbito de um vasto projecto de investigação e valorização de um dos mais importantes sítios arqueológicos do território português, que se

encontrava, até este ano, no mais completo estado de abandono. (Figuras 4, 5 e 6)



Figura 4 – Trabalhos arqueológicos em Vila Nova de São Pedro.



Figura 5 – Trabalhos arqueológicos em Vila Nova de São Pedro.



Figura 6 – Dia Aberto em Vila Nova de São Pedro – atelier de arqueologia experimental.

Porém, uma das mais importantes actividades desenvolvidas em 2017 foi a realização do II Congresso da AAP, de 21 a 25 de Novembro, com a colaboração da Faculdade de Letras e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, o qual contou com a participação de cerca de 400 arqueólogos e estudantes de arqueologia de todo o país, que apresentaram um total de 153 comunicações e posters (Figuras 7 e 8). Tal como em 2013, procedeu-se à pré-publicação de todos os trabalhos entregues, num total de cerca de 2100 páginas, entregues aos participantes num inovador cartão USB, anexo ao Livro do Congresso, com o programa e os resumos de todas e posters as comunicações (Figura 9). Este congresso, que correu da melhor forma, graças ao empenho da sua Comissão Organizadora, coordenada de forma muito eficiente pela nossa estimada consócia Doutora Andrea Martins.



Figura 7 – Sessão inaugural do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.



Figura 8 – Aspecto de uma das sessões temáticas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

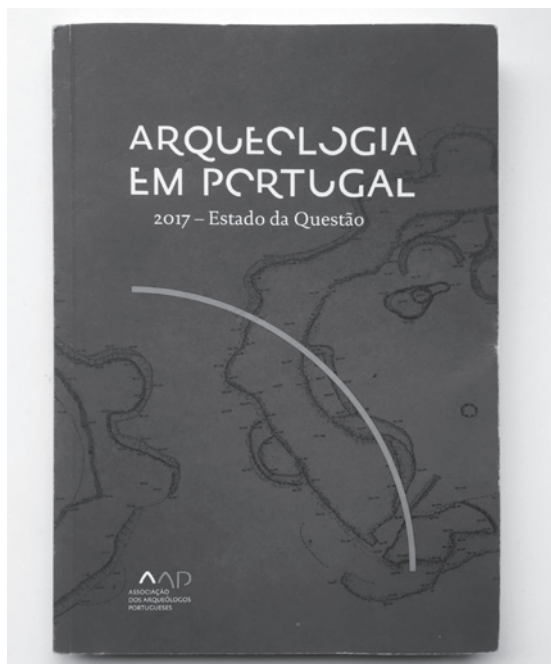


Figura 9 – Livro do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Neste ano foi também atribuído pela terceira vez o Prémio Eduardo da Cunha Serrão, destinado a estimular a investigação arqueológica, o qual foi atribuído por unanimidade ao trabalho *On Death in the Mesolithic*, sobre o espólio antropológico dos concheiros do Sado, da autoria de Rita Peyroteo Sterjna, da Universidade de Uppsala (Suécia). O júri atribuiu ainda uma menção honrosa ao trabalho *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*, da autoria de Ricardo Jorge Costeira da Silva, da Universidade de Coimbra.

Além das actividades habituais do Serviço Educativo do MAC, destinadas à população escolar e ao público em geral, incluindo visitas guiadas em várias línguas, sobretudo durante o verão, e a realização de duas peças de teatro, destinados às famílias com crianças, foram ainda realizados vários cursos livres, exposições e oficinas dedicadas ao *urban sketching* e à ilustração infantil, culminando na habitual Feira do Livro Infantil, no corrente mês de Dezembro. (Figura 10)



Figura 10 – Actividade do Serviço Educativo do MAC.

Em relação ao Museu e ao próprio edifício, foram realizadas várias acções de conservação e restauro, consideradas mais urgentes, entre as quais se destacam as intervenções feitas em toda a parede norte da nave, incluindo o clerestório, numa extensão de 40m, bem como todas as peças inseridas na mesma. Procedeu-se ainda a uma intervenção de conservação e restauro do túmulo gótico do rei D. Fernando I, em mais uma tentativa de por cobro ao processo de degradação da pedra utilizada na sua feitura, que tem vindo a ser acompanhado por especialistas da DGPC, sendo os resultados até agora obtidos bastante animadores (Figuras 11 e 12).

No que respeita aos aspectos estruturais do edifício histórico do Carmo, foi solicitado um diagnóstico da situação a uma equipa da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, chefiada pelo Prof. António Arêde, o qual foi enviado no passado mês de Agosto à DGPC, com pedido de elaboração de um projecto de obra a executar pela AAP, sob a orientação daquela entidade (Figura 13). Entretanto, foram já concretizadas algumas medidas de precaução previstas naquele relatório, na zona da cabeceira, aguardando-se há mais de três meses a autorização da CML para a ocupação da via pública necessária à conclusão dessas medidas.

No domínio editorial, além do catálogo da exposição *Novos Olhares sobre o Côa* (Figura 14) e do Livro do II Congresso da AAP, *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*, foi publicado mais um volume duplo da revista *Arqueologia e História*,



Figura 11 – Trabalhos de conservação e restauro.



Figura 12 – Trabalhos de conservação e restauro.



Figura 13 – Trabalhos de diagnóstico de aspectos estruturais do edifício histórico do Carmo.

o qual contém uma dezena de comunicações apresentadas pelas secções, desde a Pré-História à Época Moderna, está disponível para todos os sócios que tenham as quotas em dia, podendo-a levantar na loja do Museu durante o horário normal de funcionamento.

Durante este ano a Direcção da AAP foi ainda chamada a intervir em defesa da Arte do Côa e da Arqueologia Náutica e Subaquática, em duas sessões da Comissão Parlamentar de Cultura da Assembleia da República, e em vários comunicados à imprensa e artigos de jornal.

Nada disto teria sido possível sem o esforço dos corpos gerentes e a dedicação de um pequeno mas eficiente grupo de consócios, colaboradores e parceiros, a quem muito agradeço pela sua imprescindível contribuição para o bom funcionamento desta centenária instituição.

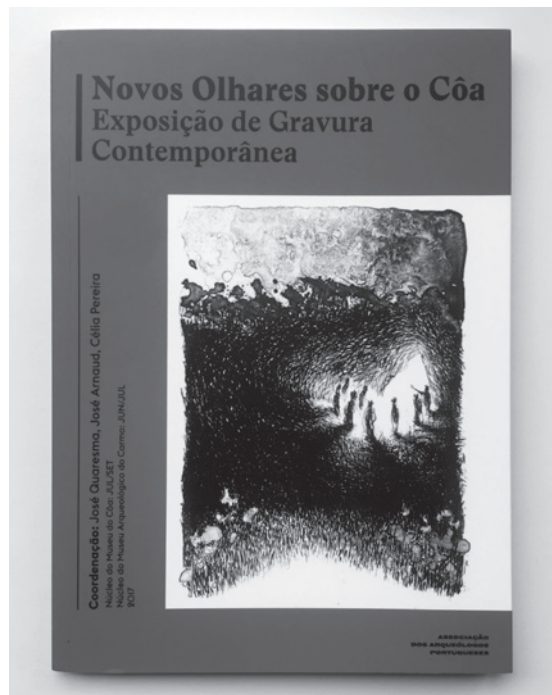


Figura 14 – Livro “Novos Olhares sobre o Côa”.

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA DA AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2017

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
Direcção

Durante o ano associativo de 2017 a Secção de Pré-História realizou diversas actividades com distintos objectivos. Trata-se do terceiro ano do triénio que se iniciou a 15 de Abril de 2015.

Seguindo a linha de acção que tem caracterizado esta secção, deu-se continuidade à realização de conferências periódicas e de colóquios temáticos, sobre os mais variados temas da Arqueologia Pré e Proto-histórica, quer em Portugal quer no estrangeiro. Os conferencistas correspondem tanto a investigadores com vasta experiência, como jovens arqueólogos que apresentaram os principais resultados da sua investigação.

Este ano marca o início do ciclo de conferências intitulado *“Arqueólogos Portugueses pelo Mundo”* onde, além de questões científicas, se procurou a partilha de experiências em distintos contextos profissionais e académicos.

Em 2017, a actividade principal da Secção de Pré-História centrou-se no projecto de investigação *“Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio”* (VNSP3000), onde, juntamente, com a Direcção da AAP, se iniciou um conjunto de actividades tendo em vista a persecução dos objectivos propostos.

Foram realizadas as seguintes **Conferências periódicas**:

- 19 de Janeiro – conferência de Francisco Almeida intitulada: *“Quem não tem cão, caça com gato: Fotogrametria e Ciência Cidadã no âmbito do estudo, protecção e divulgação do Património Aborígene do Estado de Victoria, Austrália”*
- 16 de Fevereiro – conferência de Álvaro Pereira intitulada: *“A razão da diferença”*
- 14 de Março – conferência de Diana Nukushina intitulada: *“Por uma Arqueologia mais Pública: exemplos em França e no Japão”*
- 6 de Junho – conferência de Ana Elisabete Pires intitulada: *“Problemas e resultados em Zooarqueogenética”*.



Figura 1 – Auditório do Museu Arqueológico do Carmo – assistência de uma das conferências periódicas.



Figura 2 – Trabalhos de campo no povoado de Vila Nova de São Pedro.

No dia 14 de Outubro foi dado apoio ao colóquio intitulado *“Fragmentação e deposições na Pré-História recente e Proto-História de Portugal”*, organizado pelo Núcleo de Investigação Arqueológica (NIA) da empresa Era Arqueologia, tendo a Presidente da Secção de Pré-História (MD) apresentado a conferência de encerramento do encontro.

Relativamente ao **Projecto de Investigação “Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio”**, do qual os membros da direcção da Secção de Pré-História fazem parte, os trabalhos desenvolvidos em 2017 abrangeram variadas vertentes:

- 1 – Iniciou-se o tratamento dos materiais arqueológicos de Vila Nova de São Pedro que se encontram depositados nas reservas do Museu Arqueológico do Carmo, num trabalho que contou com a colaboração de alunos de Licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- 2 – Efectou-se a reunião de toda a bibliografia relativa a Vila Nova de São Pedro e aos trabalhos aí realizados, tendo esta tarefa sido realizada com o apoio imprescindível do bibliotecário da Associação dos Arqueólogos Portugueses;
- 3 – Elaboração de Projecto de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – Compete 2020 – apresentando o projecto intitulado: *“Vila Nova de São*

Pedro – past and present, tribes and territories”. Projecto que engloba diversas instituições, nomeadamente a Associação dos Arqueólogos Portugueses, UNIARQ – Centro de Arqueologia, FLUL e IGOT, prevendo também colaboração com as entidades locais – Câmara Municipal da Azambuja e União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa;

- 4 – Intervenção arqueológica no povoado de Vila Nova de São Pedro – realização da 1ª campanha de trabalhos de campo do projecto VNSP 3000, que decorreu entre os dias 3 e 21 de Julho de 2017. Estes trabalhos foram coordenados pelos responsáveis científicos do PIPA e PATA submetido e aprovado pela DGPC (Andrea Martins, José Morais Arnaud, Mariana Diniz e César Neves), com a colaboração de 10 alunos da Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da FLUL. A primeira campanha teve o apoio logístico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, da Câmara Municipal da Azambuja, da UNIARQ e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT);

5 – Apresentação e divulgação resultados:

- Acompanhamento de visitas escolares – alunos do 1º ciclo da escola da Azambuja – ao povoado de Vila Nova de São Pedro e ao Museu Arqueológico do Carmo;
- Dia Aberto em Vila Nova de São Pedro – 19 de Julho – com a realização de visitas guiadas e actividades de Arqueologia Experimental (a cargo de Pedro Cura da Prehistoric Skills Events);
- Conferência: *“Vila Nova de São Pedro (Azambuja), no 3º milénio, um sítio calcolítico no ocidente peninsular – contributos para um debate”*, no II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses – 24 de Novembro de 2017;
- Conferência: *“Vila Nova de São Pedro, de novo, no 3º milénio – VNSP 3000, Trabalhos arqueológicos de 2017”*, conferência promovida pela Secção de Pré-História da AAP – dia 23 de Janeiro de 2018;

5 – Publicações:

- DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea; NEVES, César; ARNAUD, José Morais (2017) – Vila Nova de São Pedro (Azambuja), no 3º milénio, um sítio calcolítico no ocidente peninsular – contributos para um debate, Arnaud, José e Martins, Andrea (Coord.) – *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão – Textos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p.591-604.
- ARNAUD, José; DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (2017) – Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – novas interpretações e novo projecto, *Arqueologia e História, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 66-67, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 7-17.



Figura 3 – Acompanhamento da visita dos alunos do 1º ciclo de escolas da Azambuja ao Museu Arqueológico do Carmo – sala de Vila Nova de São Pedro.



Figura 4 – Visita a Vila Nova de São Pedro integrada no II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

A Secção de Pré-História, nomeadamente a sua presidente – Mariana Diniz – e secretária – Andrea Martins – participaram activamente na preparação e realização do *II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, que decorreu em Novembro de 2017, tendo feito parte da Comissão Executiva. Estas tarefas decorreram entre Janeiro e Novembro de 2017, ocupando parte substancial do tempo que, em outro contexto, estaria destinado às actividades da Secção de Pré-História.

No decorrer de 2017, uma das acções da Secção de Pré-História foi a manutenção dos canais de comunicação associados à AAP, nomeadamente do

perfil do *facebook* da Secção de Pré-História, onde além da divulgação de todas as actividades realizadas no seio da AAP, foi igualmente feita a difusão e debate de diversos temas e problemáticas relacionadas com a Pré-História e Arqueologia em geral, quer no nosso território, quer em outros países.

Como parte integrante da AAP e assumindo a importância e peso que actividade associativa tem para o crescimento da instituição, a Secção de Pré-História manteve como objectivo para 2017 a angariação de novos sócios para a AAP.

Lisboa, Fevereiro de 2019

SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2017 PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO 2018

João Marques¹, Teresa Marques², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Ao longo do ano de 2017 a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses manteve a sua actividade habitual, convidando diversos investigadores para a apresentação dos seus projectos e trabalhos. As comunicações e conferências que tiveram lugar foram caracterizadas por uma grande variedade de temáticas e períodos cronológicos abordados.

O extenso programa de actividades, algumas em colaboração com a Comissão de Estudos Olisiponenses, incluiu a realização de oito conferências, uma mesa-redonda, um colóquio, um *workshop* e duas visitas.

Os trabalhos principiaram no dia 25 de Janeiro com a conferência – “*Bioarqueologia: Dos dados ao conhecimento. Desenvolvimento de um modelo de gestão de informação*” por Filipa Neto, da Direcção-Geral do Património Cultural, Ana Seabra do Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra e Cristina Barroso Cruz do Interdisciplinary Centre for Archeology and Evolution of Human Behavior da Universidade do Algarve.

Nos meses seguintes, respetivamente nos dias 9 de Fevereiro e 9 de Março, tiveram lugar outras duas conferências: “*O Vestuário e a Moda na Idade Média*” por Paulo Morais Alexandre, da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa e “*Vergílio Corrêa (1888-1944). Um Arqueólogo, Etnólogo, Historiador de Arte e Homem de Cultura Integral*” por Vítor Serrão, da Universidade de Lisboa.

No dia 25 de Março realizou-se a mesa-redonda “*A propósito da Epigrafia*”, moderada pelo presidente a mesa da Secção de História que contou com a participação dos professores doutores José d’Encarnação, da Universidade de Coimbra, Amílcar Guerra e José Cardim Ribeiro, ambos da Universidade de Lisboa, sendo o último igualmente responsável pelo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. No âmbito desta mesa-redonda foram analisados diversos aspectos sobre o estudo da Epigrafia em Portugal, assim como a forma como este património é conservado e divulgado publicamente.

Ainda neste mês, a 28 de Março, em colaboração com a Comissão de Estudos Olisiponenses, a Secção de História organizou a primeira de duas visitas ocorridas em 2017. Esta levou os cerca de vinte participantes à exposição “A Cidade Global – Lisboa no Renascimento”, então patente no Museu Nacional de Arte Antiga, tendo a visita sido orientada pelo Dr. Miguel Soromenho (DGPC/MNAA).

A sessão do dia 18 de Abril, organizada no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, em reunião conjunta com a Comissão de Estudos Olisiponenses, contou com duas conferências:

- “Arqueologia no claustro da Sé de Lisboa, anos noventa. De espaço contemplativo aos mercados fenícios” por Clementino Amaro (investigador) que abordou os vários aspectos da intervenção arqueológica ocorrida nessa década no claustro dionisiano da Sé de Lisboa e os principais achados ali efectuados.
- “O claustro da Sé de Lisboa: da escavação à valorização” por Alexandra Gaspar e Ana Gomes (DGPC) que apresentaram os resultados dos últimos trabalhos realizados no local, assim como o projecto de musealização daquele, cuja obra se prevê arrancar no Verão de 2018.

No dia 20 de Maio teve lugar o colóquio “Evidências Arqueológicas de Actos Médicos – Instrumentos cirúrgicos e evidências da sua utilização em Portugal”. A conferência de abertura ficou a cargo de Filomena Barata (DGPC) sob o tema “As espécies vegetais e a Medicina na Época Romana”.

Os trabalhos incluíram também as comunicações:

- “Crânios trepanados da Pré-História Recente em Portugal. Acto cirúrgico ou prática sócio-religiosa?” por Carlos Didelet (ACL/CML; IAP/UNL);
- “Instrumentos cirúrgicos romanos na Quinta de Crestelos (Meirinhos, Mogadouro)” pelos investigadores Luísa Batalha, Aaron Lackinger, Enrique Paniagua Vara e Sérgio Simões Pereira e
- “Duas próteses da Idade Moderna” por Mário Varela Gomes (FCSH/UNL; IAP/UNL; APH; ANBA; AAP).

Em Junho, no dia 6, teve lugar uma sessão dedicada ao Palácio Nacional da Ajuda, onde foram

apresentadas duas conferências:

- “Valorização das áreas poente e norte do Palácio Nacional da Ajuda para instalação das Jóias da Coroa e dos Tesouros de Ourivesaria da Casa Real”, pelo arquitecto João Carlos dos Santos (DGPC), durante a qual foram referidos os diversos projectos delineados ao longo do século XX para o fecho do palácio, assim como diversos aspectos do actual projecto que inclui a construção de uma caixa-forte para exposição das jóias e dos tesouros reais, loja e cafetaria.
- “Dados preliminares da intervenção arqueológica no Palácio Nacional da Ajuda. Projecto de valorização das áreas Poente e Norte” por Paulo Rebelo e Mónica Gomes (Neoépica) que, em linhas gerais, apresentaram os resultados dos trabalhos realizados, assim como os vestígios identificados que correspondem, na sua maioria, a estruturas contemporâneas à construção inicial do Palácio ou posteriores.

Esta actividade foi co-organizada com a Comissão de Estudos Olisiponenses, tal como a visita que, como tem sido hábito nas actividades da Secção de História, sucedeu após a interrupção estival, no dia 23 de Setembro e proporcionou a um grupo de cerca de três dezenas de pessoas uma ida à exposição “Debaixo dos Nossos Pés – Pavimentos Históricos de Lisboa”, àquela data a decorrer no Museu de Lisboa/Torreão Poente, onde foram acompanhados por duas das comissárias científicas, a Dr.ª Jacinta Bugalhão (DGPC) e a Dr.ª Lídia Fernandes (CML/EGEAC), que foram guiando a visita, fazendo os respectivos comentários elucidativos.

No dia 10 de Novembro, teve lugar o *Workshop em Dendroarqueologia – Edifícios e Navios*, organizado pelo Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (IAP-UNL), no âmbito do projecto ForSEADiscovery. Contou aquele evento com a organização executiva da Secção de História e da Comissão de Estudos Olisiponenses.

A sessão de abertura foi dirigida pelo Dr. José Morais Arnaud, presidente da direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, na qual tomaram ainda a palavra o Doutor João Marques, presidente

da mesa da Secção de História, o Professor Doutor Mário Varela Gomes, presidente da mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses, o Dr. Adolfo Silveira, em nome do Dr. António Carvalho, em representação da Direcção-Geral do Património Cultural, o Professor Doutor Nigel Nayling, da University of Wales Trinity Saint David, a Professora Doutora Ana Crespo Solana, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas e a Professora Doutora Rosa Varela Gomes, do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto de História Contemporânea, integrando os três últimos investigadores o projecto ForSEADiscovery.

Os trabalhos continuaram ao longo do dia com a apresentação das seguintes comunicações:

- “*Património edificado do Exército com valor cultural*” pelo coronel José Paulo Berger (Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infraestruturas do Exército);
- “*Investigação nos edifícios históricos no âmbito do projecto ForSEADiscovery*” por Ignacio García González (Universidad de Santiago de Compostela);
- “*Timber acquisition for two contemporary ships, 1628*” por Aiofe Daly (University of Copenhagen);
- “*Preliminary Dendrochronology assessment of timbers from Praça D. Luís (Lisbon)*” por Cristina Nabais (Universidade de Coimbra);
- “*How the dendrochronologists date historical buildings?*” por Tomasz Wazny (University of Arizona);
- “*Dendroarcheology and dating of Iberian ships*” por Nigel Nayling (University of Trinity Saint David).

No final do *workshop*, a Professora Doutora Rosa Varela Gomes e a Professora Doutora Ana Crespo Solana lançaram o livro “*Árvores, Barcos e Homens na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*”, que reúne os trabalhos apresentados no âmbito de colóquio homónimo ocorrido em Janeiro de 2017, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Encerrando as actividades da Secção de História

em 2017, no dia 13 de Dezembro teve lugar a conferência “*A Torre de Cascais e a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Percursos de uma fortificação*” por José António Severino Rodrigues, arqueólogo da Câmara Municipal de Cascais.

Ao longo ano de 2017, foram ainda votadas catorze propostas de novos sócios para a AAP pelos membros da Secção de História, que se espera venham a contribuir para a afirmação desta centenária instituição e do seu papel da defesa do Património Cultural Português e para a divulgação da sua História.

A Secção mantém em funcionamento o seu *email* criado em 2013, assim como a sua página no Facebook que se encontra no momento com quase 3400 seguidores.

Em relação a 2018, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses pretende continuar a promover sessões ordinárias dedicadas a diversos temas, assim como a realização de pequenos colóquios/encontros.

Lisboa, 25 Janeiro de 2018



Figura 1 – A – Filipa Neto, Ana Seabra e Cristina Barroso Cruz (25 Janeiro); B – Paulo Morais Alexandre (9 Fevereiro); C – Vítor Serrão (9 Março); D – Mesa-Redonda “A propósito da Epigrafia” (25 Março), José Cardim Ribeiro, João Marques, José d’Encarnação e Amílcar Guerra; E – João Carlos Santos (6 Junho); F – Paulo Rebelo (6 Junho); G – Visita Exposição (23 Setembro) “Debaixo dos Nossos Pés – Pavimentos Históricos de Lisboa”. Fotos: Carlos Boavida.



Figura 2 – Colóquio “Evidências Arqueológicas de Actos Médicos – Instrumentos cirúrgicos e evidências da sua utilização em Portugal” (20 Maio). A – Filomena Barata; B – Carlos Didelet; C – Luísa Batalha; D – Mário Varela Gomes. Fotos: Carlos Boavida.



Figura 3 – A – Clementino Amaro (18 Abril); B – Alexandra Gaspar e Ana Gomes (18 Abri); C – Visita Exposição (28 Março) “A Cidade Global – Lisboa no Renascimento”; D/E – Workshop em Dendroarqueologia – Edifícios e Navios (10 Novembro). D – Adolfo Silveira, João Marques, Mário Varela Gomes, José Morais Arnaud, Nigel Nayling, Ana Crespo Solana e Rosa Varela Gomes; E – lançamento “Árvores, Barcos e Homens na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)”; F – J. A. Severino Rodrigues (13 Dezembro). Fotos: Carlos Boavida.

COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES – AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2017

Mário Varela Gomes¹, Tânia Manuel Casimiro², Carlos Boavida³

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

Em 2017 a Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP reuniu-se por dez vezes, três delas em conjunto com a Secção de História da AAP, com a qual também se organizaram duas visitas. No âmbito daquelas reuniões tiveram lugar nove conferências, dois colóquios e um *workshop*.

O primeiro colóquio, ocorrido a 8 de Abril, intitulado “*A Morte em Lisboa – Novos Dados, Novas Problemáticas*”, teve como principal objectivo divulgar as mais recentes descobertas arqueológicas e estudos sobre as necrópoles da cidade, na sua maioria inéditas, assim como dar a conhecer os novos dados que aquelas proporcionam relativos à História da urbe e dos seus habitantes, desde o período romano até ao século XIX.

Os trabalhos contaram com a presença de arqueólogos de diversas universidades, instituições públicas e empresas, que apresentaram um total de doze comunicações (programa em anexo), e além dos novos dados sobre o que se poderá chamar “Arqueologia da Morte”, permitiram concluir que muito está por fazer neste âmbito, nomeadamente no que respeita à compilação e disponibilização dos elementos arqueológicos e antropológicos para o melhor conhecimento das populações do Passado.

O outro colóquio teve lugar a 10 de Maio, tendo como objectivo homenagear Eduardo Sucena, presidente da mesa da Comissão entre 2009 e 2011,

falecido no final de 2016. Intitulado “*Esta Lisboa que eu amo...*”, numa alusão a um fado da autoria de Aníbal Nazaré, com música de Frederico Valério e Fernando de Carvalho e celebrado por Simone de Oliveira, aquele teve o apoio da Academia Portuguesa da História, do Grupo dos Amigos de Lisboa e da Nova Vega Editora.

Na sessão de abertura o presidente da Comissão agradeceu a presença de todos na homenagem a um sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, conhecido pelas muitas contribuições bibliográficas sobre a história da cidade de Lisboa, nomeadamente o *Dicionário da História de Lisboa*, em colaboração com Francisco Santana, e *Lisboa, o Fado e os Fadistas*.

Seguiram-se as palavras de Armando Caeiro, presidente da junta directiva do Grupo dos Amigos de Lisboa, no qual Eduardo Sucena foi secretário-geral durante vários anos, e de Assírio Bacelar, amigo de longa data do homenageado e responsável pela Nova Vega Editora, onde foram dados à estampa diversos trabalhos de Sucena sobre Lisboa, mas também sobre Camilo Castelo Branco, por quem aquele tinha especial interesse. No âmbito do colóquio houve pequena mostra de algumas destas publicações, assim como a sua venda.

Também João Luís Cardoso, vice-presidente da Academia Portuguesa da História, proferiu algumas

palavras, referindo que embora não privasse frequentemente com Eduardo Sucena, se congratulava com a homenagem.

Teve depois lugar um conjunto de pequenas comunicações proferidas por vários amigos e investigadores, na maioria dos casos sobre a sua amizade com o homenageado ou sobre temáticas por ele abordadas na sua obra (programa em anexo).

Parte significativa dos artigos correspondentes às comunicações feitas nestes dois colóquios já foram entregues pelos seus autores com vista à sua publicação.

Foram publicadas duas notícias sobre aqueles na revista *Al-Madan*, editada pelo Centro de Arqueologia de Almada (Gomes, Casimiro e Boavida, 2017a; 2017b).

Ao longo de 2017, a Comissão de Estudos Olistonenses colaborou com a Secção de História na organização de cinco iniciativas, a saber:

- 28 Março – Visita à exposição *A Cidade Global – Lisboa no Renascimento*, patente no Museu Nacional de Arte Antiga, com orientação de Miguel Soromenho;
- 18 Abril – Conferências sobre a Sé de Lisboa, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, tendo como oradores o investigador Clementino Amaro – *“Arqueologia no claustro da Sé de Lisboa, anos noventa. De espaço contemplativo aos mercados fenícios”* e as arqueólogas Alexandra Gaspar e Ana Gomes (DGPC) – *“O claustro da Sé de Lisboa: da escavação à valorização”*;
- 6 Junho – Conferências sobre o Palácio Nacional da Ajuda, tendo como oradores o arquitecto João Carlos Santos (DGPC) – *“Valorização das áreas poente e norte do Palácio Nacional da Ajuda para instalação das jóias da Coroa e dos Tesouros de Ourivesaria da Casa Real”* e os arqueólogos Paulo Rebelo e Mónica Gomes (Neoépica) – *“Dados preliminares da intervenção arqueológica no Palácio Nacional da Ajuda. Projecto de valorização das áreas Poente e Norte”*;
- 23 Setembro – Visita à exposição *Debaixo dos Nossos Pés – pavimentos Históricos de Lisboa*,

patente do Museu de Lisboa/Torreão Poente, com a orientação de duas das comissárias da exposição, Jacinta Bugalhão e Lídia Fernandes;

- 10 Novembro – *Workshop em Dendroarqueologia – Edifícios e Navios*, organizado pelo Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa no âmbito do projecto ForSEAdiscovery (programa em anexo).

No decorrer das restantes reuniões da comissão tiveram lugar ainda cinco conferências:

- 23 Janeiro – *“La ciudad de Lisboa como puerta hacia el mar: los sucesos de la nau São Roque y la carrera de India (1602-1603)”* por Koldo Trápaga Monchet (Instituto de Arqueologia e Paleociências da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e Marie-Curie Fellow);
- 24 Março – *“Novos e velhos dados sobre a geoarqueologia de Monsanto”* por Eva Leitão, Carlos Didelet e Guilherme Cardoso (Centro de Arqueologia de Lisboa – CML);
- 26 Maio – *“«Old and new wine in new bottles»: uma reavaliação do urbanismo romano de Olistipo”* por Rodrigo Banha da Silva (Centro de Arqueologia de Lisboa; Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores);
- 26 Junho – *“Cais da Pedra no Terreiro do Paço e o desaparecido Cais Real da Praça de Belém. Planos de D. João V para a margem de Lisboa”* por Alexandra de Carvalho Antunes (ARTIS – Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa);
- 11 Dezembro – *“A fortificação e a artilharia de costa na defesa do Porto de Lisboa”* por José Paulo Berger (Engenheiro Militar, Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar).

No decorrer das reuniões foram aprovadas quinze propostas de novos sócios para a AAP.

No âmbito de outros assuntos de interesse para a comissão, como tem vindo a ser hábito, além de referências a diversos eventos a decorrer, como ex-

posições, visitas, cursos e conferências, foram apresentadas sumariamente algumas publicações recentes sobre a História e Património da cidade de Lisboa e do seu termo. Trata-se de um total de trinta e duas, entre publicações periódicas, actas de colóquios ou congressos, catálogos de exposições, estudos monográficos, relatórios ou cartas arqueológicas, das quais se anexa a informação bibliográfica, encontrando-se igualmente disponível na página de Facebook da Comissão, no álbum “Registos de Lisboa”.

ARNAUD, José Morais (dir. edit.) (2014/2015) – *Arqueologia & História*, 66/67. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (inclui o estudo de Mariana Almeida e Edgar Fernandes “Os azulejos das arcadas sob o coro da Igreja de São Roque (Lisboa)”).

ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (edit.) (2017) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão* (II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses – Lisboa: 2017). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (inclui 37 estudos sobre contextos arqueológicos de Lisboa).

BEJA, Fátima; CARVALHO, Pedro Sobral de (2017) – *31 Cordão Lisboa, um edifício com história*. Lisboa: Eon – Indústrias Criativas.

BÉRTHOLO, Joana (textos) (2017) – *Lojas com História – Lisboa*. Lisboa: Tinta-da-China.

BORGES, Augusto Moutinho (2017) – *Cores na Cidade. Azulejaria da Estrela*. Lisboa: By the Book (publicação bilingue).

BORGES, Augusto Moutinho (2017) – *Cores na Cidade. Azulejaria de Belém*. Lisboa: By the Book (publicação bilingue).

BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida (coord.) (2017) – *Debaixo dos Nossos Pés*. Catálogo da exposição no Museu de Lisboa/Torreão Poente. Lisboa: EGEAC/Museu de Lisboa – CML.

CAESSA, Ana Isabel; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da (coord. edit.) (2017) – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em construção* (I Encontro de Arqueologia de Lisboa – Lisboa: 2015). Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CML.

CAMPOS, Ana Margarida; ANTUNES, Ana Paula; MONTEIRO, Joana Sousa; FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida; PEREIRA, Pedro Teotónio (textos) (2017) – *Testemunhos da Escravatura. A memória africana no Museu de Lisboa*. Lisboa: EGEAC (no âmbito de *Lisboa, Capital Ibero-Americana de Cultura 2017*).

CARVALHO, Jorge Ramos (dir.) (2016) – *Rossio. Estudos de Lisboa*, 7. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses – CML (edição digital).

COELHO, Inês Pinto; TORRES, Joana Bento; SERRÃO, Luís Gil; RAMOS, Tiago (coord.) (2017) – *Entre a Ciência e a Cultura. Da interdisciplinaridade à transversalidade da Arqueologia*. (VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica – Lisboa: 2015). *ArqueoArte*, 4. Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar UNL/UAç, Instituto de Estudos Medievais UNL (inclui 7 estudos sobre contextos arqueológicos de Lisboa).

ENCARNAÇÃO, Gisela (coord.) (2017) – *A Fábrica de Espartilhos Santos Mattos*. Catálogo da exposição temporária no Museu Municipal da Amadora. Amadora: Câmara Municipal.

ENCARNAÇÃO, Gisela; ALMEIDA, Nelson J. (2017) – “O Povoado da Espargueira/Serra das Éguas. Trabalhos arqueológicos realizados em 2003 e 2008”. *Relatórios*, 10. Amadora: Associação de Arqueologia da Amadora, Câmara Municipal.

ENCARNAÇÃO, Gisela; BRITO, Sara Mendonça de; GRANJA; Raquel; DIAS, Vanessa (2017) – “Serra de Carnaxide – via F. Trabalhos arqueológicos de emergência realizados em 2009”. *Relatórios*, 11. Amadora: Associação de Arqueologia da Amadora, Câmara Municipal.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (inclui as marcas das produções da Lusitânia – Vales do Tejo e Sado).

FABIÃO, Carlos; RAPOSO, Jorge; GUERRA, Amílcar; SILVA, Francisco (coord.) (2017) – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Câmara Municipal do Seixal, Centro de Arqueologia de Almada (inclui 5 estudos sobre contextos arqueológicos do termo de Lisboa).

FONTES, José Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO; Miguel; MARTINS, Miguel Gomes (coord.) (2017) – *Lisboa Medieval – Gentes Espaços e Poderes* (III Colóquio Internacional “A Nova Lisboa Medieval” – Lisboa: 2013). *Estudos*, 15. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais UNL.

FRANCO, Anísio (2017) – *Lisboa Desconhecida e Insólita*. Porto: Porto Editora.

FRAZÃO, Leonor (2017) – *Eugénio dos Santos (1711-1760) arquiteto e engenheiro militar. Cultura e prática de arquitectura em Portugal no século XVIII*. Lisboa: By the Book.

GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GOMES, Mário Varela (coord. edit.) (2016) – *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências UNL (inclui 9 estudos sobre contextos arqueológicos de Lisboa).

GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, Kate (edit.) (2017) – *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento*. Catálogo da exposição

no Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MARTINS, Miguel Gomes (2017) – *1147. A Conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros.

MIRANDA, Ant.º; SILVA, Raquel Henriques da (coord.) (2017) – *A Lisboa que teria sido*. Catálogo da exposição no Museu de Lisboa/Palácio Pimenta. Lisboa: EGEAC/Museu de Lisboa – CML.

PILÃO, Célia; PACHECO, Bárbara Assis; REIS, Rosa (2017) – *Mulheres da Colina de Sant'Ana* [S. l.: s./n.] (editado no âmbito do Dia Internacional da Mulher).

PIMENTA, João (coord. edit.) (2016/2017) – *Cira Arqueologia*, 5. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, Museu Municipal (inclui os estudos de Rodrigo Banha da Silva e António Valongo “A Urbanística do Subúrbio Ocidental de Felicias Iulia Olisipo (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.º 133-145” e o de Nuno Mota, Carolina Grilo, Rui Roberto De Almeida e Victor Filipe “Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de Olisipo. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa”).

PIMENTA, João; MENDES, Henrique (2017) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal.

RIBEIRO, Luís (2017) – *Era uma vez Lisboa*. Lisboa: Esfera dos Livros.

ROCHA, Artur (2017) – *Tempus Fugit. Vida, Morte e Memória na Igreja de São Julião*. Catálogo da exposição temporária no Museu do Dinheiro / Banco de Portugal. Lisboa: Museu do Dinheiro / Banco de Portugal.

SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos; MARTINS, Ana Cristina; MELO, Ana Ávila de; CAESSA, Ana; MARQUES, Ant.º; CAMEIRA, Isabel (coord. edit.) (2017) – “Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da Cidade”. *Fragments de Arqueologia de Lisboa*, 1. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CML, Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

TRÁPAGA MONCHET, Koldo; GOMES, Rosa Varela (coord. edit.) (2017) – *Árvores, Barcos e Homens na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências UNL, Instituto de História Contemporânea UNL (inclui o estudo de José Bettencourt e Alexandre Sarrazola “Arqueologia da Frente Ribeirinha de Lisboa nos séculos XVI a XVIII. Contributo de uma investigação em curso (2012-2017)”).

VALE, Teresa Leonor M.; COUTINHO, M.ª João Pereira (coord.) (2017) – “Lisboa e as Artes Decorativas: Obras, Artistas e Projectos”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 7 – II Série. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa – CML (edição digital).

VALENTE, Anabela; LEITE, Ana Cristina; CALDEIRA, Arlindo (textos) (2017) – *Testemunhos da Escravatura. Memória Africana – Roteiro*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses – CML.

Além da página de Facebook, seguida até ao momento por mais de sete centenas de internautas, a Comissão de Estudos Olisiponenses continua a manter a conta de *email* criada em 2014.

Por último, os membros da mesa desta comissão agradecem aos funcionários e colaboradores do Museu Arqueológico do Carmo e da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pelo seu apoio na organização das actividades desenvolvidas, assim como a todos os participantes naquelas, tanto comunicantes como assistentes.

Lisboa, 25 Janeiro 2018

BIBLIOGRAFIA

GOMES, M. V.; CASIMIRO, T. M.; BOAVIDA, C. (2017a) – “A Morte em Lisboa. Novos dados, novas problemáticas”. *Al-Madan*, 21 – Série II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada (pp. 172-173).

GOMES, M. V.; CASIMIRO, T. M.; BOAVIDA, C. (2017b) – “Esta Lisboa que eu amo... Homenagem a Eduardo Sucena (1928-2016)”. *Al-Madan*, 21 – Série II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada (pp. 173-174).

Comissão de Estudos Olisiponenses – Associação dos Arqueólogos Portugueses

Colóquio

“A MORTE EM LISBOA – NOVOS DADOS, NOVAS PROBLEMÁTICAS”

8 Abril 2017 / Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa / Entrada Livre

PROGRAMA

10.00

Abertura

10.20

Conferência de Abertura

Morrer em Lisboa. Contextos e Contributos Arqueológicos

Margarida Ataíde (IAP-FCSH/UNL)

11.00

Intervalo

11.20

«Et sepultus est»: A multiplicidade da morte na Necrópole Noroeste de Olisipo (I-IV d.C.)

Sílvia Casimiro (LABOH/CRIA-FCSH/UNL, IEM-FCSH/UNL),
Sandra Assis (LABOH/CRIA-FCSH/UNL, CIAS),
Rodrigo Banha da Silva (CHAM-FCSH/UNL, CAL/CML),
Nicholas Marquez-Grant (CFI/Cranfield University),
Francisca Alves Cardoso (LABOH/CRIA-FCSH/UNL)

11.40

Biografias da morte: visitar o Hospital Real de Todos-os-Santos (séc. XVIII) através das evidências bioarqueológicas

Francisca Alves Cardoso (LABOH/CRIA-FCSH/UNL),
Jennifer Laughton (CFI/Cranfield University),
Sílvia Casimiro (LABOH/CRIA-FCSH/UNL, IEM-FCSH/UNL),
Nicholas Marquez-Grant (CFI/Cranfield University),
Rodrigo Banha da Silva (CHAM-FCSH/UNL, CAL/CML),
Sandra Assis (LABOH/CRIA-FCSH/UNL, CIAS)

12.00

Os enterramentos do claustro do Convento do Santíssimo Rei Salvador (Santa Maria Maior)

Nathalie Antunes-Ferreira (LABOH/CRIA-FCSH/UNL, LCFPEM, CiiEM/ISCSEM), Nuno Mota (CAL/ CML)

12.20

A morte no Convento de Santana de Lisboa

Nathalie Antunes-Ferreira (LABOH/CRIA-FCSH/UNL, LCFPEM, CiiEM/ISCSEM), Rosa Varela Gomes (IAP-FCSH/UNL),
Mário Varela Gomes (IAP-FCSH/UNL)

12.40

Espólios funerários do Convento de Santana em Lisboa

Rosa Varela Gomes (IAP-FCSH/UNL),
Mário Varela Gomes (IAP-FCSH/UNL),
Carlos Boavida (IAP-FCSH/UNL; AAP),
Joana Gonçalves (IAP-FCSH/UNL)

13.00

Debate

13.20

Almoço

15.00

Necrópole da Rua dos Lagares, 74: um espaço, vários cultos

Mónica Alves Ponce (Era Arqueologia, S.A.),
Marina Lourenço (Era Arqueologia, S.A.)

15.20

As necrópoles da Igreja e Convento do Carmo: intervenção arqueológica (2013/2015)

António Marques (CAL/CML),
Raquel Santos (Neoépica, Lda.)

15.40

Uma Necrópole na Rua do Recolhimento (Castelo de São Jorge, Lisboa). Análise preliminar

Vasco Noronha Vieira (Neoépica, Lda.),
Raquel Granja (Neoépica, Lda.),
Raquel Santos (Neoépica, Lda.)

16.00

Enterramentos no Largo do Coreto de Carnide: vestígios do cemitério da Ermida do Espírito Santo

Susana Garcia (ISCSP/UL),
Ana Caessa (CAL/ CML),
Nuno Mota (CAL/ CML)

16.20

Debaixo do vão de escada: o inusitado conjunto osteológico humano do extinto Tribunal da Boa Hora, Lisboa

Marina Lourenço (Era Arqueologia, S.A.),
Inês Simão (Era Arqueologia, S.A.)

16.40

Debate

17.00

Intervalo

17.20

Conferência de Encerramento

Lisboa pelos olhos de Endovélico: o potencial de uma base de dados para o conhecimento das populações passadas

Filipa Neto (DGPC), Ana Seabra (CIAS),
Cristina Cruz (ICArEHB)

18.00

Encerramento

Comissão de Estudos Olisiponenses – Associação dos Arqueólogos Portugueses

Colóquio

“ESTA LISBOA QUE EU AMO...”

Homenagem a Eduardo Sucena

6 Maio 2017, 15h00 – Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa – Entrada Livre

Terá lugar mostra e venda de publicações da autoria do homenageado

PROGRAMA

Abertura

Sessão de Homenagem

(estarão presentes o Sr. Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História, membros do Grupo dos Amigos de Lisboa e representante da Nova Vega Editora)

No rito dos passos, em pedras polidas, marcas que possam ser lidas (in memoriam de Eduardo Sucena)

J. Leitão Baptista (poeta e pintor)

Quando a ciência se cruza com a amizade

Fernando Andrade Lemos (Centro Cultural Eça de Queiroz)

Olaria romana da Garrocheira – seu contexto no Tejo e na produção de preparados piscícolas de Olisipo

Clementino Amaro (Olisipo Fórum)

A tumulação de São Vicente na Sé de Lisboa

Heitor Pato (Grupo dos Amigos de Lisboa)

A Instituição do Vínculo de Capela por Balthazar Dias Pereira e Sua Mulher ao Convento do Carmo de Lisboa

António M. Dias Diogo (GEIA)

Laura Trindade (DPC – CM Lisboa)

As CIDADES da Cidade:

do Dicionário da História de Lisboa à Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ana Cristina Martins (IHC-CEHFCi-UÉ-FCSH-UNL; AAP)

Encerramento

WORKSHOP EM DENDROARQUEOLOGIA – EDIFÍCIOS E NAVIOS DENDROARCHAEOLOGY WORKSHOP – OLD BUILDINGS AND SHIPS

ForSEAdiscovery Project (PITN-GA-2013-607545)

10 Novembro 2017 / Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa / Entrada Livre

Promovido pelo Instituto de Arqueologia e Paleociências – UNL, com organização de Rosa Varela Gomes, Ana Crespo Solana, Nigel Nayling e Adolfo Miguel Martins.

Colaboração na organização executiva da Secção de História e da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

PROGRAMA

9h30

Sessão de Abertura

Dr. José Morais Arnaud

Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses
Doutor João Marques

Presidente da Mesa da Secção de História – AAP

Professor Doutor Mário Varela Gomes

Presidente da Mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP

Dr. António Carvalho

Direcção-Geral do Património Cultural

Professor Doutor Nigel Nayling

ForSEAdiscovery Project; University of Wales Trinity Saint David

Professora Doutora Ana Crespo Solana

ForSEAdiscovery Project; Consejo Superior de Investigaciones Científicas

Professora Doutora Rosa Varela Gomes

ForSEAdiscovery Project; Instituto de Arqueologia e Paleociências – UNL; Instituto de História Contemporânea – UNL

10h30

Património edificado do Exército com valor cultural

José Paulo Berger

Coronel de Engenharia; Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infraestruturas do Exército

11h00

Intervalo

11h30

Investigação nos edifícios históricos no âmbito do Projecto ForSEAdiscovery

Ignacio García González

ForSEAdiscovery; Universidad de Santiago de Compostela

12h00

Timber acquisition for two contemporary ships, 1628

Aoife Daily

ForSEAdiscovery; University of Copenhagen

12h30

Almoço

14h30

Preliminary Dendrochronology assessment of timbers from Praça D. Luís I (Lisbon)

Cristina Nabais

Universidade de Coimbra

15h00

How the dendrochronologists date historical buildings?

Tomasz Wazny

ForSEAdiscovery; Laboratory of Tree-Ring Research – University of Arizona

15h00

Dendroarchaeology and dating of Iberian ships

Nigel Nayling

ForSEAdiscovery; University of Wales Trinity Saint David

16h00

Intervalo

17h00

Apresentação do livro

“Árvores, Barcos e Homens na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)”

Rosa Varela Gomes

ForSEAdiscovery Project; Instituto de Arqueologia e Paleociências – UNL; Instituto de História Contemporânea – UNL

Ana Crespo Solana

ForSEAdiscovery Project; Consejo Superior de Investigaciones Científicas

17h30

Encerramento



Figura 1 – A – Koldo Trapaga Monchet (23 Janeiro); B – Guilherme Cardoso, Eva Leitão e Carlos Didelet (24 Março); C – Alexandra Gaspar e Ana Gomes (18 Abril); D – Clementino Amaro (18 Abril); E – Rodrigo Banha da Silva (25 Maio). Fotos: Carlos Boavida.



Figura 2 – Colóquio “A Morte em Lisboa. Novos Dados, Novas Perspectivas” (8 de Abril). A – Ana Margarida Ataíde; B – Francisca Alves Cardoso; C – Sílvia Casimiro; D – Nuno Mota; E – Nathalie Antunes-Ferreira; F – António Marques. Fotos: Carlos Boavida.



Figura 3 – Colóquio “A Morte em Lisboa. Novos Dados, Novas Perspectivas” (8 de Abril). A – Vasco Vieira; B – Mónica Ponce e Marina Lourenço; C – Ana Caessa; D – Filipa Neto; E – Marina Lourenço e Inês Simão. Fotos: Carlos Boavida.



Figura 4 – Colóquio “Esta Lisboa que eu amo...” (6 Maio). A – J. Leitão Baptista ; B/F – Vista geral; C – Clementino Amaro; D – António Dias Diogo; E – Ana Cristina Martins. Fotos: Tânia Casimiro.



Figura 5 – A – Paulo Rebelo (6 Junho); B – Workshop em Dendroarqueologia – Edifícios e Navios (10 Novembro); C – João Carlos Santos (6 Junho); D – Alexandra Carvalho Antunes (26 Junho); E – João Paulo Berger (11 Dezembro). Fotos: Carlos Boavida



Figura 6 – Registos de Lisboa.

COMISSÃO DE HERÁLDICA – AAP

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2017

Pedro Sameiro¹, Lina Oliveira², João Portugal³, Segismundo Pinto⁴,
Manuel Artur Norton⁴

¹ Presidente

² Vice-Presidente

³ Secretário

⁴ Vogal

A Comissão de Heráldica continuou a sua actividade no ano de 2017, reunindo-se esporadicamente durante o ano, com a presença dos membros residentes na região de Lisboa. Realizaram-se 3 sessões presenciais durante o ano, com a duração média de hora. Realizou-se também uma reunião “virtual” para análise de processos e emissão de pareceres.

A actividade da Comissão de Heráldica centrou-se na emissão de pareceres sobre os símbolos heráldicos para diversas autarquias, sobretudo aquelas que resultaram da reorganização administrativa do território, consubstanciadas nas Leis nº 22/2012, de 30 de Maio, e nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro. Destaquem-se também os casos de algumas freguesias da cidade de Lisboa.

Verificou-se uma descida acentuada no número de processos analisados, face ao ano anterior. Esta descida deveu-se ao facto de ser ano de eleições autárquicas.

Foram emitidos 19 pareceres, dos quais 6 foram segundos pareceres.

Continuou-se a organização do arquivo existente.

Para 2018, tentar-se-á manter um adequado nível de resposta às solicitações recebidas, e prosseguirão os trabalhos de digitalização e organização do espólio.

Lisboa, 16 de Janeiro de 2018

MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DA CONSERVAÇÃO EM 2017

Célia Nunes Pereira

Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo
Associação dos Arqueólogos Portugueses

Nota prévia:

Este relatório tem como objectivo registar as acções realizadas na área da conservação¹, durante o ano de 2017, no Museu Arqueológico do Carmo, contudo, não deixei de registar (de forma sucinta) todas as actividades e projectos, onde estive integrada.

Dando continuação ao projecto de restauro das fachadas interiores do MAC, que decorreu em 2016, em janeiro de 2017 iniciou-se o restauro da fachada interior Norte, cujos trabalhos foram adjudicados à empresa **Gabinete de Conservação Património e Restauro (GPCR)**, tutelada pelo Dr. Pedro Serra e pelo Dr. Hugo Fraga. A intervenção foi dividida por tramos, de modo a poder executar-se faseadamente. À semelhança do trabalho, que esta mesma empresa já tinha desenvolvido no interior da fachada Sul do mesmo edifício, começaram por fazer uma limpeza prévia a seco, tanto das cantarias como das argamassas, a seguir à qual realizaram uma aplicação de biocida. Depois da aplicação do biocida e de estudadas a necessidades de limpeza, foi feita

uma limpeza mais profunda (que retirou – tal como já tinha acontecido na fachada interior Sul – toda a *patine* da pedra), segundos os métodos e produtos elencados na proposta. Após esta etapa, procedeu-se às reconstituições volumétricas, bem como às colagens, consolidações e microestucagens necessárias. Procedeu-se ainda ao refechamento das juntas e tratamento de alguns espigões metálicos que se encontram integrados nas paredes, para sustentar os brasões e outras peças escultóricas que aí se encontram embutidas. No que respeita às argamassas, durante a limpeza prévia, estas foram picadas, de forma a que o reboco antigo que se encontrava deteriorado, fosse removido. Após a aplicação de biocida, seguiu-se uma nova etapa de limpeza mais aprofundada, seguida da execução da reconstituição volumétrica das argamassas, terminando com a aplicação de um novo reboco. Todas as peças escultóricas que se encontram integradas ao longo dos quatro tramos, foram sujeitas à mesma tipologia de intervenção feitas nas cantarias, sendo ainda acrescentado tratamento dos elementos metálicos, sempre que estes se encontraram expostos.

Dentro deste projecto de intervenção, foram ainda retiradas as peças: Esc. nº203 (Pedra de Armas) que se encontrava entre o 1º e o 2º tramo (entre as Mísulas), e a parte inferior da gárgula que estava

¹ Nota: A restauradora Sónia Pires continua sem entregar o relatório de intervenção de conservação e limpeza do sarcófago egípcio, realizada em 2009/2010. Têm sido realizados vários contactos a fim de obter o envio deste relatório, mas até agora não tivemos qualquer resposta.

na parte superior direita da Torre Norte, cujo corpo e cabeça já se haviam precipitado em 2014, sendo o seu canal de escoamento das águas pluviais substituído por uma “bica” em pedra lioz. Estas duas peças foram integradas na **Reserva do MAC**. No âmbito da intervenção realizada nesta fachada, a Guarda Nacional Republicana, aproveitou a existência dos andaimes para fazer algumas reparações na zona da cobertura (telhado e zonas adjacentes) dos gabinetes que se encontram nessa parte superior. Os resultados de todas estas intervenções, bem como metodologias e materiais utilizados durante os quatro meses de trabalho (de Janeiro a Abril), encontram-se descritos no relatório apresentado pela GPCR. Durante o ano de 2017, esta empresa realizou ainda duas intervenções consideradas de emergência: a primeira foi efectuada na cabeceira do MAC, por indicação do professor doutor António Arêde e sua equipa, do **Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto / Laboratório de Engenharia Sísmica e Estrutural**, aconselhada no relatório de inspecção e diagnóstico estrutural (entregue em Agosto de 2017) que elaboraram no âmbito da visita de inspecção estrutural ao edifício do MAC em Março de 2017. Registou-se que algumas das gárgulas se encontravam em risco de queda. Perante esta situação a GPCR, procedeu à colocação de redes de protecção nessas mesmas gárgulas, assinaladas no relatório que entregaram. A segunda intervenção de emergência foi realizada no fragmento de lançamento de abóbada de tijolo que existe no final da nave Sul junto do transepto, a qual foi limpa a seco e picada na zona onde as argamassas se encontravam soltas, de modo a que não se continuasse a perder matéria constantemente, numa área onde os visitantes circulam diariamente.²

Também no contexto da limpeza, conservação e restauro de peças integradas nas paredes do MAC, foi realizada uma aplicação de biocida no altar das

² Esta intervenção não foi mais profunda, porque a Direcção decidiu que essa intervenção seria incluída, futuramente, no projecto de conservação e restauro a executar em toda a zona das antigas, naves e arcaria, segundo os aconselhamentos registados no relatório da Universidade do Porto.

Clarissas que se encontra no braço direito do transepto, precedida de limpeza e remoção de plantas e detritos que aí se encontravam. Foi ainda impermeabilizada toda a zona superior (argamassas) desse mesmo altar.

Voltando ao já mencionado **Relatório de Inspeção e Diagnóstico Estrutural**³, importa dizer que este foi coordenado **pelo professor doutor António Arêde e pela Engenheira Esmeralda Paupério**, e nele estão registadas todas as recomendações de conservação, restauro e intervenções estruturais a realizar no edifício. Aguardamos que nos seja enviado o parecer por parte da DGPC, bem como caderno de encargos para efectuar o lançamento do concurso das obras a executar.

Peço que se insista no contacto com a **Câmara Municipal de Lisboa**, de modo a termos acesso ao **relatório de obra e seu impacto** sobre o edifício do Museu e respectivos comportamentos da estrutura (cimbre) que se encontrou durante vários meses presa às colunas na nave centro do MAC junto do

³ Este foi solicitado no contexto que já tínhamos registado no relatório de conservação de 2016, que aqui voltamos a lembrar: “Através da DGPC encetámos contactos com a equipa da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que se fez representar pelo engenheiro Miranda Guedes. Durante a sua visita ao MAC, foram-lhe manifestadas as preocupações que temos em relação ao estado de conservação dos arcos e colunas que ocupam as naves da antiga igreja do Carmo, sublinhando-se todas as áreas que nos parecem mais frágeis como é o caso dos vestígios de abóbada lançada no final da nave Sul, do arco que se encontra por cima da Torre Norte e de algumas zonas dos arcos onde se observa muita vegetação florescente, bem como alguma queda de matéria. Todos estes componentes arquitectónicos que ocupam as naves, precisam de ser devidamente revisito com alguma urgência, de modo a verificar-se qual o seu real estado de conservação e estabilidade. Esta situação revestiu-se de uma urgência ainda maior, depois das obras de reestruturação da zona envolvente do Carmo, no âmbito do projecto dos Terraços do Carmo, visto que a estrutura arquitectónica do edifício esteve sujeita a trepidações muito violentas. Apesar de a empresa responsável (inicialmente a Ar-Lindo e depois a Ferrovia), juntamente com o dono de obra, a Câmara Municipal de Lisboa, terem instalado um cimbre (estrutura metálica com traves montadas de forma a unir as quatro colunas que se encontram junto da zona do transepto) para tentar manter a segurança das colunas ao longo das naves, nunca foi dado conhecimento da informação que eventualmente foi recolhida sobre impacto dessas obras no edifício do MAC.”

transepto, de modo a que se tenha conhecimento se houve alterações no edifício.

Ainda nesse sentido, é importante insistir com o **Metropolitano de Lisboa** para se aceder à **consulta do processo/relatório das obras** executadas no âmbito da construção da estação da Baixa-Chiado. Em Setembro de 2017, foi enviada uma carta a solicitar essa consulta. Até agora não obtivemos qualquer resposta.

Ainda em relação à estabilidade da estrutura arquitectónica do edifício, no seguimento dos contactos efectuados em 2016 com o **engenheiro Fernandes da Universidade do Minho**, para monitorizar as vibrações a que o edifício está sujeito diariamente, em Janeiro de 2018, vieram fazer uma vez mais monitorização do edifício. Até agora, não foram entregues quaisquer resultados desse estudo e/ou recolha de dados.

Em relação às obras a realizar em 2018 tanto **na cabeceira** (adjudicado à empresa Esfera de Imagens em parceria com a GPCR) como no **portal principal do MAC** (adjudicado à empresa Nova Conservação), mas cujos processos de licenciamento foram solicitados às Câmara Municipal de Lisboa durante o ano de 2017, é importante registar que finalmente no presente mês de Janeiro, foram aprovados, para realização dos quais a DGPC, já tinha feito um levantamento das necessidades de intervenção em Dezembro de 2016 (feito pela Dra. Antónia Tinturé, que muito tem ajudado esta Associação e Museu no que respeita à burocracia), procedido da elaboração de um caderno de encargos e emitido um parecer favorável, justificando essas necessidades. Encontra-se neste momento a decorrer o prazo para a entrega de alvará e pedido de ocupação de via pública, pela autarquia.

Em Fevereiro de 2017 a **Dra. Inês Sardinha** deu início aos trabalhos de conservação do **Túmulo de D. Fernando I**, segundo a proposta elaborada com a supervisão da Dra. Antónia Tinturé, através dos apoios da DGPC, Instituto José Figueiredo e Laboratório Hércules, onde tem sido feitas várias análises a várias amostras, com o objectivo de perceber de forma mais profunda, quais a patologias e micror-

ganismos que afectam esta peça, com o intuito de se seleccionarem os métodos e materiais mais adequados para o intervencionar. O trabalho desenvolvido pela Dra. Inês Sardinha, dividiu-se em três fases (cada uma teve uma proposta) ao longo do ano de 2017. Encontra-se neste momento a concluir a 3ª fase de intervenção, iniciada em Setembro de 2017 e que prevê finalizar na primeira semana de Fevereiro de 2018. Todos os passos do trabalho que tem vindo a realizar encontram-se bem documentados nos seus relatórios e levantamentos fotográficos (bastante minuciosos).

Havendo consciência da importância de que este túmulo se reveste a nível, estético, histórico e iconográfico, sendo considerado uma obra de excepção dentro da área da tumulário medieval, optou-se por se pedir um orçamento para execução de um **levantamento ortofotogramétrico**, ao fotografo **Serjiy Scheblykin**, especialista nessa área e recomendado pela DGPC. Neste mesmo contexto, e pelas mesmas razões, foi ainda pedido um levantamento da mesma tipologia para o **Túmulo do Cavaleiro** que se encontra localizado no início da nave Sul. Por razões de segurança e protecção desta peça, foi colocada uma baia de metal junto da mesma (pela Esfera de Imagens), para que seja criado um limite de distância razoável entre o público e a peça, evitando o contacto directo.

Na área da **escultura**, é importante que se faça para breve uma limpeza do espólio escultório que se encontra nas distribuído ao longo das **naves laterais**, porque além da acumulação de sujidade e colonização biológica que é visível nesse conjunto de peças, algumas delas estão também a ser prejudicadas devido à corrosão dos suportes de metal, que precisam de ser intervencionados ou substituídos.

Mais uma vez, contactámos o **laboratório do Museu de Conímbriga**, para saber qual o estado de intervenção das **esporas e pomos** que lá foram entregues em 2011 pelo arquitecto Mário Varela Gomes, e o **Dr. Pedro Sales**, informou-nos (tal como o ano passado) que a situação em que se encontra esse espólio é exactamente a mesma, devido aos outros projectos em que o laboratório de

se encontra inserido e à falta de técnicos para trabalhar. Contudo, as peças tem sido objecto de monitorização e encontram-se estáveis do ponto de vista físico-químico.

Na **Biblioteca e o Arquivo AAP**, foi feita a manutenção habitual das armadilhas que se encontram colocadas no interior dos móveis da biblioteca e do arquivo. No último levantamento foram detectados alguns “peixinhos-de-prata”, o que significa que se deveria fazer uma **nova desinfestação de carácter preventivo**, antes da mudança da biblioteca para outro local, visto que, a última desinfestação já ocorreu em 2011.

Dentro da área de preservação dos espólios da biblioteca e arquivo foram solicitados **orçamento para intervenção em várias publicações** (que necessitam de limpeza, conservação e encadernação), fotografias (limpeza, conservação e restauro) e **documentação avulso** (limpeza, conservação e restauro) às restauradoras Diana Avelar e Carina Fonseca.

Pela primeira vez em cerca de dez anos, foi encontrado este ano, um roedor de grande porte no MAC, na “casinha” dos gatos. Ao contactar a empresa de desinfestação Rentokil, para que (após a deslocação dos gatos para outro local) se colocassem caixas de detecção de presença de novos roedores e se procedesse à desinfestação do local, o técnico alertou-nos para a possibilidade de existir um canal de passagens destes animais por debaixo das peças pétreas que se encontram nesse local. Essa hipótese foi reforçada, quando nas caixas deixadas pela **Rentokil** se confirmou novamente a presença de **roedores** no final do ano. Aconselha-se que todo o espaço seja totalmente limpo e que as peças sejam todas removidas para outro sítio, de modo a verificar-se se existe esse canal de passagem, para que possa ser bloqueado.

Á semelhança dos anos transactos, a **limpeza e manutenção do espólio do MAC/AAP** foram asseguradas pela conservadora, com apoio da equipa do MAC.

Ainda dentro da área da gestão de colecções é importante rever a questão da renovação da licença do programa **Matriz Inventários de Colecções**,

com a empresa **Magnetik** devido às falhas que têm ocorrido.

Tem vindo a ser avaliada a possibilidade de concepção de novas **vitruinas** para acondicionamento das **múmias peruanas e egípcia**, devido ao facto de as antigas se encontrarem num estado de fragilidade bastante notório, não fazendo face às necessidades que actualmente a conservação eficiente deste tipo de espólio obriga. Para elaboração do projecto das novas vitruinas foi solicitada uma assessoria ao Dr. Matthias Tissot, através da empresa Archeofactu, para acompanhamento da concepção das mesmas na empresa Smartvitruinas. Além de proporcionar a cada uma delas melhores condições de conservação (a nível de humidade, temperatura, poluição e impacto/vibrações), o objectivo é que, dada à fragilidade das mesmas, devido à sua antiguidade, estas fiquem mais protegidas no interior de uma vitruina mais sólida, de modo, a absorver eventuais vibrações causadas pela deslocação dos (agora) numerosos visitantes. No caso das múmias peruanas, as vitruinas antigas serão para manter, sendo englobadas as duas numa só vitruina, que lhes proporcione a segurança necessária à sua preservação. No caso da múmia egípcia, terá que se conceber uma nova vitruina, visto que, a actual se encontra ligeiramente fissurada num dos seus extremos de apoio, não sendo recomendável repará-la. Era ainda aconselhável que a corrosão que se encontram visível nos suportes de metal que estão a sustentar a parte de trás das múmias peruanas (da espinha dorsal até à cabeça), fossem eliminado, tal como o que se encontra a na peça de suporte base (espigão); também é importante que se realizem algumas análises sobre o real estado de conservação dos corpos mumificados, de modo a verificar se existe algum microrganismo que possa estar a afectar o seu estado de conservação.

No âmbito da museografia, registre-se também a concepção (através da empresa Esfera de Imagens) da nova **vitruina** para exibição do **Selo de Bula Papal**, colocada junto da sepultura original onde D. Nuno Álvares Pereira.

Também no âmbito da conservação foi colocada uma nova **película UV**, pela empresa Impersol

(representante da 3M em Portugal), na **Janela Manuelina**, de modo a proteger a entrada de luz no interior da sala 3.

Dentro da **área da iluminação**, a **empresa CITAC** (através da Esfera de Imagens) procedeu à remodelação de todos os meios de iluminação da parte exterior do MAC (naves e transepto), incluindo os balizadores, com o objetivo de se substituírem todas as luminárias que se encontravam deterioradas e diminuir o consumo elétrico.

No que respeita ao **plano de emergência interno e segurança contra incêndios**, o mesmo terá que ser novamente revisto pela Engenheira Helena Lamy e pelo Engenheiro Rui Lima da **empresa Verde Transparência**, devido às mudanças entretanto ocorridas na lei em vigor, relativas aos planos de emergência. Para concluir este plano e proceder à sua entrega à **Protecção Civil**, aguardamos neste momento que, após a conclusão de instalação dos novos detectores de incêndio feita esta semana pela empresa CITAC (através da Esfera de Imagens), o arquitecto Pedro Nobre e nos envie as plantas com as marcações dos locais onde se encontram instalados cada um dos detectores ao longo de todo o edifício, para que essa planta possa ser validada pela empresa Verde Transparência e enviada à Protecção Civil. Após a sua entrega serão impressas as plantas de emergência do MAC para afixar no edifício e será feita uma acção de formação para todos os trabalhadores do MAC.

No **sector da comunicação** entre o Museu e o seu público, solicitou-se orçamento para elaboração de um novo projecto de **sinalética**, ao **designer de comunicação João Abreu Valente**. Aguardamos que chegue a sua proposta em Fevereiro de 2018. Ainda dentro do objectivo de melhorar a comunicação, foram solicitadas várias propostas para criação de **áudio-guias** que possam ser utilizados durante a visita livre ao Museu.

No seio da divulgação do edifício, sua história e colecção, outros projectos e publicações foram surgindo, como o que nos foi apresentado pela empresa Cubo, que está neste momento a ultimar um **projecto de videomapping**, que nos será apresen-

tado brevemente. Na área das **exposições/publicações**, registe-se a “participação” das peças: Vaso Neolítico, na exposição **Loulé. Territórios, Memórias e Identidades**, no Museu Nacional de Arqueologia; o retrato de João Frederico Ludovice Palácio, nas **Comemorações dos 300 Anos do Lançamento da Primeira Pedra da Basílica do Palácio Nacional de Mafra (1717-2017)**, no Nacional de Mafra. Os retratos de Feliciano Correia e José Valentim Correia, figuraram na publicação **Os Antunes – mestres portugueses de fazer cravos, pianofortes e pianos (Séculos XVIII e XIX)**, editada pela Imprensa Nacional da Moeda em parceria com a DGPC, através do Museu da Música. Além destes catálogos foram ainda lançados pela AAP/MAC o catálogo da exposição de **gravura Contemporânea, Novos Olhares Sobre o Côa**, onde colaborei com o texto **Simbolismo como Meio de Preservação/Salvaguarda da Arte do Côa**, e o catálogo **Carmo e Chiado e Respublica Literária**, onde colaborei com o artigo **Cuidar de Patrimónios. Espelhos de uma Identidade em Crise. O Carmo e a Salvaguarda da Arte no domínio Lisboeta**.

É ainda se referir a presença do MAC em várias entrevistas, novos guias e programas televisivos: RTP1 (programa Portugal em Directo); **Canal História**; **TV Pública Holandesa**; **Canal 13 Chileno**; **TV Japonesa NHK**; **Art Lovers Guide na BBC** – em qualquer um destes canais, foram abordados o MAC e sua colecção, História do seu edifício e alusão ao Terramoto. Sublinhe-se ainda a entrevista publicada pelo **Jornal Público** (a 16 de Janeiro de 2017 – versão impressa e online), sobre o livro **A Igreja e o Convento do Carmo de Lisboa (1389-1755)**, onde foi dado grande destaque à história transversal do edifício carmelita que já conta com 628 anos. Alguns dos novos guias e revistas em que o MAC também esteve em destaque foram: **Lisboa Cool, Amantes de Viagens; Gerador; Revista Forbes (programa About Lisbon), GuideSquare, Revista-pontoe.br, Expedia guia, Gerador e Gerador online** (com quem reforçamos a parceria através de um cartão que dará desconto no acesso ao MAC, com o intuito de atrair público português mais jovem).

Na área da investigação realizada ao longo do ano de 2017, tenho feito pesquisa em vários fundos de bibliotecas e arquivo, entre os quais mais se destacam: **Arquivo Nacional da Torre do Tombo** (Fundos pertencentes ao Convento do Carmo, relacionados com a figura de D. Nuno Álvares Pereira e Possidónio da Silva), **Centro Português de Fotografia**, **Arquivo Municipal**, **Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana**, **Arquivo da ordem Terceira**, **Arquivo**, **Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga** e **Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian**. Ao longo dos últimos meses tenho-me dedicado sobretudo a elaboração do **novo Guia do MAC**, no qual tenho trabalhado todas as 6ª feiras. Tenho procurado fazer investigação sobre cada uma das peças selecionadas para fazer parte do guia, de modo a que esta nova publicação contenha novos dados sobre as colecções do MAC.

Dentro das colecções/fundos de documentação que tive oportunidade de investigar (forma geral), gostaria de sublinhar a importância dos seguintes: **ANTT – manuscrito dedicada às terras de D. Nuno Álvares Pereira e dos inventários (agora disponíveis, depois de tratados) dos bens da Ordem do Carmo após a extinção das Ordens Religiosas em 1834; Instituto Português de Fotografia – Núcleo de Fotografia relacionado com o Carmo (todo); IHRU – toda a documentação relacionada com as obras dos monumentos nacionais do edifício da igreja e convento do Carmo (desde 1929 até à actualidade).**

No âmbito destas investigações sugiro que se criem **dois fundos dentro na biblioteca ou arquivo da AAP**, um dedicado a D. Nuno Álvares Pereira e outro à Ordem Terceira do Carmo, de modo a que toda a documentação avulsa (incluindo artigos que se vão publicando na actualidade) que vai sendo encontrada se possa inserir nesses fundos, aguardando oportunidade de publicação.

A par do acompanhamento de todos estes projectos desenvolvidos na área da conservação e restauro e da investigação que tenho realizado em torno dos espólio e história do Museu e Igreja do Carmo, coordenados pela Direcção AAP, tive oportu-

nidade de colaborar em **outros projectos** que já se encontram descritos no relatório de Direcção das actividades do MAC, entre os quais se destacam: o **Congresso Internacional Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico – História, Arte e Património**, onde apresentei a comunicação **Os bens artísticos da igreja do convento do Carmo de Lisboa**.

Novos contributos para o seu levantamento cripto-histórico – património sobrevivente a Exposição de Gravura Contemporânea, Novos Olhares Sobre o Côa, no Museu de Arte Rupestre de Vila Nova de Foz Côa; a exposição e ciclo de conferências **Carmo e Chiado e Respublica Literária / Artes na Esfera Pública**, no qual colaborei com a comunicação **Cuidar de Patrimónios. Espelhos de uma Identidade em Crise. O Carmo e a Salvaguarda da Arte no domínio Lisboeta** (cujos conteúdos são mais sintéticos que os do artigo acima mencionado), apresentada na Gulbenkian de Paris e no Grémio Literário de Lisboa; entre outros projectos e actividades em que o Museu esteve inserido nas áreas da música, teatro, belas-Artes, exposições, conservação, restauro, gestão de colecções e divulgação e preservação de património, no seio dos quais é importante mencionar o apoio (informal) dado à Ordem Terceira do Carmo, que em 2017 colocamos em contacto com a Dra. Leonor de Sá, do conhecido projecto nacional Igreja Segura, com o objectivo de que o seu património fique devidamente protegido.

Janeiro de 2018

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – DE NOVO NO 3º MILÉNIO (VNSP3000) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2017¹

Andrea Martins¹, Mariana Diniz², José M. Arnaud³, César Neves⁴

¹ Fundação para a Ciência e Tecnologia / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses

² UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses

³ Associação dos Arqueólogos Portugueses

⁴ Associação dos Arqueólogos Portugueses / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

No âmbito do Projecto de Investigação intitulado *Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP 3000)*, as actividades desenvolvidas no ano de 2017 (1º ano do PIPA) organizaram-se entre as seguintes temáticas:

1. Intervenção arqueológica;
2. Publicações científicas;
3. Apresentações científicas;
4. Arqueologia pública;

1. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Ao longo do projecto *VNSP3000*, os trabalhos de campo terão como principal objectivo a valorização e conservação do espaço do povoado, desenvolvendo-se em duas vertentes: a Pública e a Científica. Em estreita colaboração e parceria com as entidades locais serão efectuados os trabalhos de limpeza do sítio, sinalização e conservação de estruturas, levando também a uma consciencialização

da comunidade para a importância da protecção do sítio arqueológico. A vertente científica será desenvolvida através de prospecção intensiva em redor do povoado, prospecção geofísica e realização de sondagens de diagnóstico para confirmação de propostas interpretativas e recolha de amostras para datações absolutas.

Entre 3 e 21 de Julho de 2017, desenvolveu-se, no âmbito do projecto *VNSP3000*, a primeira intervenção arqueológica em Vila Nova de São Pedro. Foram participantes desta primeira campanha os responsáveis científicos e um grupo de estudantes de arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como diversos colegas arqueólogos.

Esta intervenção envolveu trabalhos de escavação arqueológica numa área específica do povoado (Sondagem de 4x6m), limpeza do sítio por meios mecânicos e manuais, nomeadamente no “Reduto Central” e entre este a 2ª linha de muralhas, registo fotográfico, gráfico e topográfico das realidades que foram colocadas à vista (Figuras 1, 2 e 3).

¹ Este texto corresponde ao relatório anual do PIPA – VNSP3000 – entregue e aprovado pela DGPC.

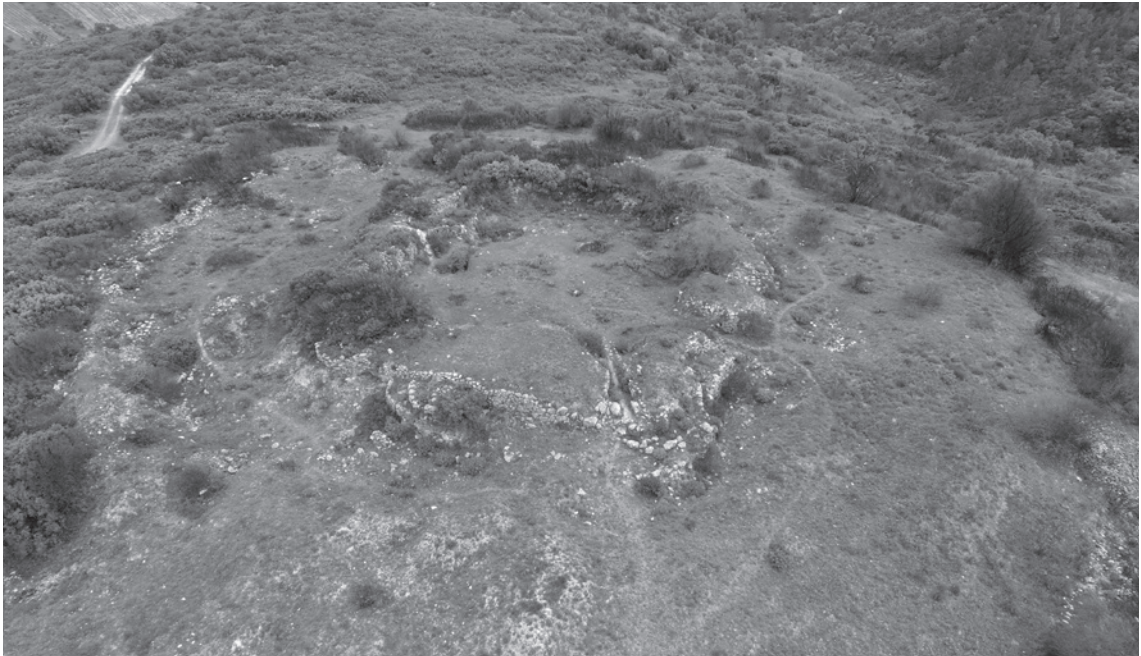


Figura 1 – Vila Nova de São Pedro, Junho 2017 – antes da campanha de Julho.



Figura 2 – Vila Nova de São Pedro, Julho 2017 – trabalhos manuais de desmatção.



Figura 3 – Vila Nova de São Pedro, Agosto 2017 – aspecto do área do povoado após os trabalhos de remoção de vegetação.

Na sondagem arqueológica realizada (e que ainda não está terminada), foi possível observar níveis de ocupação integrados no Calcolítico. Os materiais arqueológicos recolhidos surgem em número considerável, destacando-se os fragmentos de recipientes cerâmicos, maioritariamente lisos. Ao nível da cerâmica decorada, surgem alguns fragmentos de cerâmica campaniforme. Ainda na cerâmica, regista-se a presença de uma placa/peso de tear inteira, de “ídolos de cornos” e de “queijeiras”. Na indústria lítica, o destaque vai para a presença de materiais em pedra lascada, nomeadamente elementos debitados (lascas e lamelas), utensílios (furador, pontas de seta, raspadeira), com um claro domínio do sílex como matéria-prima preferencial. Os produtos associados ao talhe estão, igualmente, presentes, através de núcleos, esquirolas e outros restos de talhe. Ao nível da pedra polida, destaca-se a presença de um machado em rocha anfibólica. O conjunto artefactual enquadra-se no Calcolítico regional, em con-

formidade com os dados provenientes das extensas campanhas de escavação levadas a cabo entre 1936 e 1967, dirigidas, inicialmente por Hipólito Cabaço (1936) e, depois, por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay (Figura 4).

Observou-se e recolheu-se um número considerável de restos faunísticos, nomeadamente mamalógicos, com as espécies predominantes a serem o porco, cabra, ovelha, vaca, cavalo e veado, numa análise, ainda preliminar.

Procedeu-se à recolha de amostra de sedimentos de todos os níveis escavados.

Os dados referentes à intervenção arqueológica realizada em VNSP foram descritos no Relatório do PATA, entregue na DGPC.

Agradecemos o apoio financeiro dado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, Uniarq e FCT, e, o apoio logístico da União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa e da Câmara Municipal da Azambuja.



Figura 4 – Área 3, sondagem 1 – trabalhos de escavação arqueológica.

2. PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Foram publicados dois trabalhos científicos durante o ano de 2017:

ARNAUD, José; DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea [2017] – Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – novas interpretações e novo projecto. *Arqueologia e História, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. 66-67, (2014-2015), p.7-17.

Este artigo tem um carácter de Apresentação do projecto *VNSP 3000* à comunidade científica recorrendo, dessa forma, à revista *Arqueologia e História*, publicação da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A escolha deste meio científico surge, igualmente, da intenção e compromisso de se apresentar *VNSP 3000* aos sócios e membros da centenária instituição, que é parte integrante deste projecto.

O trabalho apresenta os traços gerais do projecto, nomeadamente nos seus Objectivos, Metodologia e áreas definidas para Trabalho e Investigação.

DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea; NEVES, César; ARNAUD, José Morais (2017) – Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), no 3º Milénio, um sítio Calcolítico no ocidente Peninsular: contributos para um debate. ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. (coords.) *Arqueologia em Portugal: 2017 – Estado da Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.591-604.

Trabalho apresentado no II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, este artigo já aborda algumas questões que a 1ª campanha de intervenção arqueológica em *VNSP* ajudou a colocar. Nesta publicação, foi intenção dos autores começar a integrar o povoado de Vila Nova de São Pedro nos modelos de povoamento do Calcolítico do Ocidente Peninsular, bem como nas paisagens sociais

associadas a este momento crono-cultural. Partindo das leituras produzidas pela revisão da bibliografia das antigas intervenções, e pelas primeiras observações realizadas no terreno, reflecte-se acerca de áreas/temáticas associadas ao povoado, como o “ritual de fundação” e os seus “muros e muralhas”.

3. APRESENTAÇÕES CIENTÍFICAS

“Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), no 3º Milénio, um sítio Calcolítico no ocidente Peninsular: contributos para um debate”

Autores: Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves e José Arnaud.

Il Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. FCSH e FLUL. Novembro 2017, Lisboa. (Figura 5).

No decorrer do Congresso, no dia 26 de Novembro, dezenas de congressistas visitaram Vila Nova de São Pedro, numa acção guiada pelos responsáveis científicos de VN3000.



Figura 5 – Apresentação no II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses

4. ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Um dos elementos essenciais deste projecto está relacionado com a ligação sentimental e histórica entre o povoado calcolítico de VN3000 e a comunidade contemporânea local de Vila Nova de São Pedro e restante concelho da Azambuja, bem como ao Museu Arqueológico do Carmo (seus visitantes,

entenda-se), onde se encontram depositados uma larga maioria dos artefactos provenientes deste sítio arqueológico.

Ainda antes da intervenção arqueológica no terreno, a equipa de VN3000 esteve envolvida em duas actividades de Divulgação e Protecção patrimonial junto de um público infantil. Em Abril, membros da equipa deslocaram-se a VN3000 para acompanhar turmas do 1º e 2º ciclo do concelho da Azambuja numa visita de estudo ao povoado calcolítico, num trabalho que Autarquia - Divisão de Desenvolvimento Social e o Museu Municipal da Azambuja têm vindo a promover há algum tempo, com grande sucesso. Com o objectivo de complementar essa acção, em Maio, os alunos visitaram o Museu Arqueológico do Carmo, com particular destaque à Sala 1 (Pré-História), onde estão expostos algumas centenas de artefactos de VN3000. Esta visita foi, igualmente, acompanhada por membros do projecto VN3000, numa partilha de conhecimento e memória que se repetirá nos próximos anos.

Durante 2017, nomeadamente no período de Julho quando se desenvolveram os trabalhos de campo em VN3000, a ligação à comunidade foi desenvolvida de distintas maneiras.

Uma das acções principais ocorreu no dia 19 de Julho, com o *Dia Aberto* da Campanha Arqueológica de 2017 em Vila Nova de São Pedro (Figura 6), onde se levaram a cabo visitas guiadas ao povoado e áreas de trabalhos arqueológicas (visitas realizadas pelos responsáveis científicos e alunos que participaram na intervenção arqueológica), bem como um Atelier de Arqueologia Experimental (a cargo de Pedro Cura da *Prehistoric Skills*), numa viagem ao Calcolítico, reconstituindo parte dos artefactos principais das comunidades que terão residido em VN3000, assim como alguns dos seus comportamentos sociais e económicos (Figuras 7, 8, 9 e 10).

Com o objectivo de reunir e recuperar as memórias locais, recolheram-se depoimentos orais de alguns dos trabalhadores das campanhas realizadas no século XX, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, bem como a outros habitantes de Vila Nova de São Pedro. Esta recolha oral tem sido in-



Figura 6 – Panfleto de divulgação do Dia Aberto em VNSP.



Figura 7 – Actividades de arqueologia experimental no Dia Aberto.



Figura 8 – Dia Aberto – visitas guiadas ao povoado.



Figura 9 – Dia Aberto – visitantes.



Figura 10 – Equipa de escavação – VNSP 3000 – 2017.

terligada com o registo fotográfico existente, procurando criar um “museu vivo”, com som e imagem, dos intervenientes nas antigas escavações.

As acções do projecto VNSP 3000 têm sido, igualmente, partilhadas através das plataformas digitais próprias das instituições que participam no projecto (AAP/MAC, UNIARQ e CM Azambuja), com particular destaque na página oficial de Facebook de VNSP 3000:

<https://pt-pt.facebook.com/pages/category/Science--Technology--Engineering/Vila-Nova-de-S%C3%A3o-Pedro-VNSP-3000-1566381946765143/>

A divulgação e a comunicação com outros públicos foi igualmente produzida através de entrevistas e reportagens dadas a meios de comunicação de tiragem Regional e Nacional.

– Notícias nos meios de comunicação nacionais/regionais:

Julho – Correio da Azambuja; Valor Local; Mirante; Fundamental; O Ribatejo;

Agosto – Público


Setembro – Valor Local

Novembro – Correio da Azambuja

– Reportagem no programa *Portugal Directo* (RTP) – 18 de Julho 2017 – Escavação VNSP3000 (minuto 6.52)

<https://www.rtp.pt/play/p3028/e298941/portugal-em-direto>

Lisboa, 15 de Janeiro de 2019



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2019

www.arqueologos.pt